

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NATHAN NGUANGU KABUENGE

O IMAGINÁRIO SOBRE A CIDADE:
Entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos
indivíduos em Belém do Pará

BELÉM - PARÁ
2019

NATHAN NGUANGU KABUENGE

**O IMAGINÁRIO SOBRE A CIDADE:
Entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos
indivíduos em Belém do Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa

Coorientador: Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho

BELÉM - PARÁ
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

K1 li Kabuenge, Nathan Nguangu
O imaginário sobre a cidade : entre experiências e
socialidades nas narrativas de mídia e dos indivíduos em Belém
do Pará / Nathan Nguangu Kabuenge. — 2019.
251 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Alda Cristina Silva da Costa
Coorientador(a): Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em
Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Socialidades. 2. Narrativas. 3. Medo. 4. Cidade.
5. Imaginário. I. Título.

CDD 302.2

NATHAN NGUANGU KABUENGE

**O IMAGINÁRIO SOBRE A CIDADE:
Entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos
indivíduos em Belém do Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO: () APROVADO () REPROVADO

Data: 21 de março de 2019

Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa (PPGCom/UFPA) - Orientadora

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho (PPGCom/UFPA) – Coorientador

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro (PPGCom/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Kátia Marly Leite Mendonça (PPGSA/UFPA)

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto (FAU/UFPA)

BELÉM - PARÁ
2019

*Ao meu Deus e Pai eterno,
À minha companheira, amiga, cúmplice e amor, Ana Cláudia Nascimento Dias,
À minha filha de coração, Nicolle,
À minha família da República Democrática do Congo e do Brasil,
À professora Alda Cristina Silva da Costa.
Dedico está dissertação*

“No amor não há medo; antes o perfeito amor lança fora o temor; porque o medo supõe castigo. Aquele que tem medo não está aperfeiçoado no amor”.

Apostolo João (1 João 4:18)

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer a Deus que me guardou e protegeu durante esses oito anos no Brasil em geral e em particular, durante os dois anos no Curso de Mestrado de Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCom, da Universidade Federal do Pará sem permitir que nada de ruim me atingisse e nem permitir que passasse por nenhuma necessidade.

À minha família tanto da República Democrática do Congo quanto do Brasil, também dirijo meus agradecimentos em especial, a minha mãe Jacque Tshiela, a minha noiva Ana Cláudia Nascimento Dias e a minha filha de coração Nicolle.

Gostaria de agradecer neste momento, aos meus professores (as) que tive, durante a minha jornada de formação no PPGCom da Universidade Federal do Pará. Sem me arriscar citar os nomes, somente queria deixar o meu “obrigado” neste espaço por me ajudar na construção, desconstrução e reconstrução que a escola da vida nos impõe. Aos técnicos do Programa pela dedicação e contribuição na promoção da pesquisa em Comunicação no Norte do Brasil e, não posso deixar de mencionar a importância da CAPES para que o presente trabalho fosse realizado uma vez que garantiu a minha entrada como bolsista para continuidade dos estudos.

Aos meus amigos do Congo e do Brasil, principalmente do PPGCom com os quais compartilhei momentos na trajetória da formação acadêmica, principalmente, cito o amigo Sergio do Espírito Santo Ferreira Junior por sempre ser um apoio acadêmico desde a graduação.

RESUMO

A presente proposta objetiva analisar as experiências e socialidades entre a cidade de Belém, os indivíduos e a mídia, a partir do imaginário construído nas narrativas cotidianas de (des)construção e (res)significações da cidade, considerando que este imaginário, em certa medida, se constituiria como elemento estruturador das socialidades na contemporaneidade. A perspectiva de análise parte de uma abordagem da hermenêutica compreensiva, procurando entender como as narrativas cotidianas da cidade, ou aquelas que resultam do poder de construir o que é a realidade na experiência de um indivíduo ou de uma comunidade. Considera-se assim, a conversa na mesa do bar, na rua, no comércio, na praça, na mesa do jantar, no taxi, na mídia, entre outras conversas, como narrativas cotidianas. A partir de duas perspectivas: a) as narrativas dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, com o uso da técnica “semana construída”, em suas edições publicadas de 2000 até 2017. A seleção desses dois periódicos paraenses foi motivada pela representatividade sociopolítica e cultural de ambos na construção de experiência e da intersubjetividade entre indivíduos, principalmente dos belenenses; e, b) as narrativas dos taxistas de Belém, considerando que parte deles são leitores potenciais dos jornais, assim como ‘transitam’, devido sua atividade, pela cidade. No percurso metodológico fez-se uso de entrevista semiestruturada, na qual foram selecionados 15 (quinze) taxistas de três bairros: Cidade Velha, Jurunas, Marambaia, que exercem a profissão há mais de 18 (dezoito) anos no intuito de perceber as manifestações do imaginário da cidade. O corpus da pesquisa possibilita observar nas duas narrativas, certas regularidades de (des)construção de Belém o que é fundamental para a análise. Assim, falar da cidade geralmente remete à problemática da urbanização, mas nesta pesquisa, nosso olhar se volta a compreender a relação dos produtores do urbano (cidade) e os processos comunicativos.

Palavras-chave: Imaginário. Cidade. Medo. Narrativas. Socialidades.

ABSTRACT

The present proposal aims to analyze the experiences and socialities between the city of Belém, individuals and the media, based on the imaginary constructed in the daily narratives of (de) construction and (res) significations of the city, considering that this imaginary, to some extent would constitute as structuring element of the socialities in the contemporaneity. The perspective of analysis starts from an approach of the comprehensive hermeneutics, trying to understand how the daily narratives of the city, or those that result from the power to construct what is the reality in the experience of an individual or of a community. It's considered as such, the conversation at the bar table, in the street, in the market, in the square, at the dinner table, in the taxi, in the media, among other conversations, as everyday narratives. I take the narratives in two perspectives: a) the narratives of the newspapers *Diário do Pará* and *O Liberal*, with the use defined from the "constructed week" technique, in its editions published from 2000 to 2017. The selection of these two periodicals Paraenses were motivated by the sociopolitical and cultural representativeness of both in the construction of experience and inter subjectivity among individuals, mainly Belenenses; and b) the narratives of the taxi drivers of Belém, considering that some of them are potential readers of the newspapers, as well as 'transit', due to their activity, by the city. In the methodological course, a semi-structured interview was used with 15 (fifteen) taxi drivers from three neighborhoods were selected: *Cidade Velha*, *Jurunas*, *Marambaia*, who have been practicing for more than 18 (eighteen) in order to perceive the manifestations of the imaginary of the city. The corpus of the research makes it possible to observe in the two narratives, certain regularities of (de) construction of Belém, which is fundamental for the analysis. So, We could observe that talking about the city usually refers to the problematic of urbanization, but in this research, our view is again to understand the relation of the producers of the urban (city) and the communicative processes.

Keywords: Imaginary. City. Fear. Narratives. Socialities.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Definição do universo de pesquisa.....	26
Tabela 2 - Corpus de análise dos jornais	28
Tabela 3 - Manchetes de jornais.....	155
Tabela 4 - Manchetes principais de capas de jornal Diário do Pará.....	207
Tabela 5 - Manchetes principais de capas de jornal O Liberal.....	209

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Corte da capa do Diário do Pará, 17 fev. 2015.....	82
Figura 2 - Corte da capa do Diário do Pará, 22 maio 2012.....	98
Figura 3 - Corte da capa do O Liberal, 16 jan. 2015.....	99
Figura 4 - Corte da capa do O Liberal, 16 dez. 2017	99
Figura 5 - Corte da capa do Diário do Pará, 14 dez. 2017	169
Figura 6 - Corte da capa do Diário do Pará, 14 fev. 2001.....	208
Figura 7 - Corte da capa do Diário do Pará, 5 nov. 2010.....	208
Figura 8 - Corte da capa do O Liberal, 14 fev. 2001.....	210
Figura 9 - Corte da capa do O Liberal, 28 fev. 2016.....	211

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	NA CIDADE: COMO ANDAR NOS BECOS DA CIDADE?	21
2.1	Percursos metodológicos.....	21
2.2	Definição do corpus de análise	25
2.2.1	Jornais impressos paraenses	25
2.2.2	Os filtros	26
2.3	Definição do corpus de análise das entrevistas.....	30
2.4	Perfil socioeconômico dos taxistas	35
2.5	A cidade da pesquisa – Belém	39
3	A CIDADE E SUAS EXPERIÊNCIAS	59
3.1	A cidade como lugar de espreita	59
3.1.1	Do vizinho ao inimigo (estar junto ao anonimato).....	65
3.1.2	A cidade e a cena e geografia do medo	72
3.1.3	Medo e o dispositivo de controle	75
3.2	Geomidiatização	78
3.3	De que cidade se trata? Cidade nas literaturas.	84
3.3.1	Cidade como texto.....	94
3.3.2	A cidade como experiência com o outro	102
4	MÍDIA: AGENTE PRODUTOR PER SE DA CIDADE.....	116
4.1	A contenção simbólica e a desconfiança do outro	124
4.2	Cidade como lugar de controle do outro	127
5	CIDADE COMO UMA SIMBÓLICA DO MAL?	132
5.1	Da cidade do possível para a cidade de segurança.....	136
5.2	Na TV o crime, no jornal o sangue	163
5.3	Sobrevivência e a eufemização da violência.....	167
5.4	NA CIDADE: SAINDO DOS BECOS DA CIDADE	182
5.4.1	Quando era mais novo, minha cidade era mais bonita	183
5.4.1.1	Operacionalização da teoria da narrativa	195
5.4.2	Análise compreensiva da narrativa.....	199
5.4.2.1	A constituição do texto.....	200
5.4.2.2	Tecendo e analisando a intriga (texto)	205
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
	ANEXO A - GUIA DE QUESTIONÁRIO.....	235
	ANEXO B - FOTO DO PONTO DE TÁXI AMPA	236

ANEXO C - FOTO DO PONTO DE TÁXI ATBBC	237
ANEXO D - FOTO DO PONTO DE TÁXI ATM.....	238
APÊNDICE A - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 15 AGO. 2007	239
APÊNDICE B - CAPA DO O LIBERAL (CORTE), 15 AGO. 2007	240
APÊNDICE C - CAPA DO CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015	241
APÊNDICE D - CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015, P. 3.....	242
APÊNDICE E - CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015, P. 7.....	243
APÊNDICE F - CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015, P. 8.....	244
APÊNDICE G - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 21 ABR. 2006	245
APÊNDICE H - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 14 AGO. 2007	246
APÊNDICE I - CAPA DO O LIBERAL (CORTE), 14 AGO. 2007	247
APÊNDICE J - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 1	248
APÊNDICE K - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 2	249
APÊNDICE L - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 3	250
APÊNDICE M - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 4	251

1 INTRODUÇÃO

Ao responder à pergunta, o que é a cidade, o Sr. AMPA2¹ (51 anos, informação verbal²), enfatizou: “**Cidade** ... é um lugar onde o povo civilizado mora. Entre aspas. Nós não temos nada de civilizado que é, alguns né, os racionais, mas hoje em dia tem muita gente irracional que está cometendo cada barbaridade, cada barbárie aqui, dá pena”.

Neste pequeno trecho da entrevista realizada, constatou-se dois tipos de moradores de cidade de acordo com o entrevistado: o “civilizado”, portanto, o “racional” de um lado e o de outro, o “bárbaro”, o “irracional”. A categorização de moradores da cidade mencionada pelo Sr. AMPA2 sinaliza uma preocupação de todos os habitantes de cidades brasileiras no modo geral, em particular, da cidade de Belém, cidade do entrevistado: a insegurança causada pela criminalidade e pela violência urbana.

Sendo que a violência urbana que, durante a minha graduação em Comunicação Social e também no curso de Mestrado em Ciências da Comunicação, da Universidade Federal do Pará, marcou a minha participação no projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense³” no objetivo de compreender, se a mídia paraense, em suas produções diárias, possibilitava um debate público sobre a violência urbana enquanto fenômeno social no estado do Pará como um todo, mas principalmente, na cidade de Belém.

A participação no projeto me fez observar alguns importantes aspectos sobre a representação das pessoas envolvidas na criminalidade: a violência urbana se configuraria, nas narrativas jornalísticas de violência, como elemento definidor da cidadania paraense, com a exclusão do outro e como sustentáculo da economia do medo

¹ Para garantir o anonimato dos entrevistados, desde a realização das entrevistas até na elaboração desta dissertação, optamos em atribuir as siglas da associação em que cada entrevistado exerça a profissão precedida do número árabe que indica a ordem de entrevista. Assim, por exemplo, AMPA2 indica que o entrevistado integra a Associação dos Taxistas da Praça Amazonas e que foi a segunda pessoa a ser entrevistada no ponto de taxi.

² Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

³ O projeto de pesquisa foi desenvolvido de 2012 a 2015, na Faculdade de Comunicação/Universidade Federal do Pará em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Sua estruturação se deu em três etapas: análise dos jornais impressos paraenses, Diário do Pará, O Liberal e Amazônia; análise de 08 (oito) programas televisivos paraenses das emissoras Record e Rede Brasil Amazônia de Televisão, ligada à RBA; e análise das mídias sociais Facebook e Twitter, especificamente a chacina de Belém, ocorrida em novembro de 2014, quando do assassinato do policial militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo, chamado de “Cabo Pet”. E no dia seguinte a execução de 10 pessoas.

e da arquitetura do medo (KABUENGE; COSTA, 2015; KABUENGE et al., 2016); assim como o uso do corpo do acusado como instrumento da construção narrativa jornalística de violência (COSTA; KABUENGE, 2013; KABUENGE; COSTA, 2014, KABUENGE et al., 2015; COSTA et al., 2018).

A “exclusão do outro”, tema que naquele momento me levou, a pensar, principalmente nas narrativas televisivas sobre a violência urbana, o significado da cidade. Nessas narrativas, percebeu-se “uma categorização idealizante de uma sociedade considerada de “sociedade de bem” com uma carga indentitária de vitimização do cidadão chamado “de bem ou trabalhador”, em oposição a um cidadão considerado como indivíduo do mal” (KABUENGE; COSTA, 2015, p. 1). Desta forma, constatou-se que a cidade retratada nessas narrativas se configurava como uma idealização de um tipo de socialidade baseada na exclusão do outro.

Assim, constatei que a (des)construção da “narrativa do outro nos programas policiais aponta para uma estratégia comunicacional de convencimento para o consumo de produtos jornalísticos ou não, e um procedimento sociopolítico de ‘chantagem’ e denunciamento” (KABUENGE; COSTA, 2015) dos veículos de comunicação paraenses junto às autoridades públicas do Estado ou da cidade de Belém, visando garantir seus interesses econômicos e políticos.

A partir dessas análises, ainda que de forma preliminar sobre o significado da cidade de Belém, surgiu a necessidade de avançar nas discussões e compreender como a mídia constrói o sentido da cidade de Belém, ou seja, (des)constrói a cidade nas suas práticas narrativas cotidianas, já que a cidade, nessas narrativas, nos parece não ser mais o espaço comum, da convivência ou do compartilhamento, de encontro e práticas sociais (AMENDOLA, 2000; MUMFORD, 2004; ROLNIK, 2004; SIMMEL, 2006, 1987), mas como o lugar do medo (DELUMEAU, 2009; SOUZA, M. L., 2008; TUAN, 2005; GLASSNER, 2003;).

Ou ainda, a importância da mídia na construção das representações sociais, de sentidos, das percepções, da intersubjetividade, portanto, do imaginário contemporâneo que, em certa medida, passa a governar o sentir-se e o estar junto na cidade. Consideramos assim, o medo na estruturação da experiência humana (DELUMEAU, 2009; DURAND, 1997) e a cidade como uma experiência com o outro (MUMFORD, 2004; AMENDOLA, 2000; ROLNIK, 2004; SIMMEL, 2006, 1987; PARK, 1987;).

Nessa perspectiva, observando a cidade como produto humano e estruturador de prática e relações sociais, a presente dissertação, parte da seguinte indagação: Quais as

socialidades são experienciadas sobre a cidade de Belém nas narrativas do cotidiano?

Como enfatiza França (1998, p. 25), “um trabalho de análise supõe inicialmente a atenção ao objeto – àquilo que vamos analisar. Ora, por contraditório que possa parecer, esse objeto não está lá antes da nossa chegada, mas é construído por nosso olhar”. Deste fato, para a autora, “a construção de um problema de pesquisa está assentada em ‘pré-conceitos’ teóricos que orientam nosso olhar e instituem o objeto”.

Como hipóteses, temos: A mídia impressa paraense reforça a construção e compartilha experiências, em suas narrativas jornalísticas, de um imaginário do medo sobre a cidade. A construção desse imaginário do medo cria novas experiências e socialidades entre os indivíduos e a cidade, e ressignifica o estar junto.

A partir da questão de investigação, optou-se por uma abordagem hermenêutica compreensiva, isto é, uma hermenêutica que parte do entendimento do texto para chegar ao entendimento de si, dos outros e do mundo, objetivando analisar as experiências e socialidades entre a cidade de Belém, os indivíduos e a mídia, com base no imaginário construído nas narrativas cotidianas de (des)construção e (re)estruturação da cidade, considerando que este imaginário, em certa medida, se constituiria como elemento estruturador da socialidade na contemporaneidade. Desta forma, os objetivos específicos são: a) analisar a construção midiática da cidade de Belém a partir do imaginário; b) identificar o papel do imaginário na construção da cidade de Belém e sua implicação no surgimento de novas socialidades.

A partir dos objetivos buscou-se compreender essas narrativas cotidianas sobre a (res)significação da cidade. Melhor dizendo, com a cidade de Belém que se (des)constrói em permanência nas páginas dos jornais impressos e nas práticas e relações sociais de seus habitantes. Contudo, conforme expõe Calvino (2003, p. 9) sobre a cidade que “o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas”, isto é, uma cidade que “diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso”, e quando você acredita que está visitando, “não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes”.

Desta forma, para entender a cidade de Belém nas narrativas cotidianas de seus habitantes e instituições, foram analisadas, respectivamente, as narrativas dos taxistas e dos jornais impressos, *Diário do Pará* e *O Liberal*, sob à luz da teoria hermenêutica narrativa em Ricoeur (2010a) operacionalizada através da teoria da interpretação, em seu entendimento de “função hermenêutica do distanciamento” (RICOEUR, 2013, p. 51).

Em Ricoeur (2010a), o homem vive narrando e sua vida essencialmente é estruturada pela narrativa, ou seja, é através da narrativa que o homem organiza, por exemplo, biograficamente sua experiência de vida e do mundo cósmico que o circunda. A narrativa atinge seu ápice quando faz do tempo à condição da existência, afirma o filósofo. Isto é, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 93). No entanto, segundo Ricoeur, “a compreensão da configuração do tempo pelas narrativas exige não só a consideração dos elementos temporais presentes em sua estrutura como também sua inserção na totalidade do arco hermenêutico” (RICOEUR 2010a, p. XVII) com o desdobramento das mímeseis nos seus três momentos.

As mímeseis são compreendidas em Ricoeur (2010a) como: a) mímeseis I e o mundo prefigurado, mundo social, mundo ético ou de representação do real e da verdade; b) mímeseis II e o mundo configurado, ou seja, mundo do narrador ou da criação ou da poeisis. Esse estágio se configura como instância de mediação entre mímeseis I e III; e a c) mímeseis III como mundo reconfigurado, mundo de apropriação da narrativa pelo leitor que busca entender-se e entender o mundo cósmico que o circunda.

Sendo obras coletivas, as narrativas constroem experiências coletivas, paradigmas e visões de mundo que passam a governar, através de regras e normas, o estar junto dos seus criadores. Neste sentido, as narrativas, tornam-se condição da existência. São construções imaginárias, portanto, produções discursivas socioculturais e psíquicas em contexto (MOTTA, 2004). Quer dizer, que elas, narrativas, não são produções de indivíduos isolados, mas sim, de indivíduos inseridos em determinado contexto sociocultural e espaciotemporal capazes de significarem e darem sentidos e significações ao mundo que os circunda, a si e aos outros.

Assim, dizer que a narrativa jornalística (des)constrói cotidianamente a cidade implica dizer que ela é também cheia de sentidos e representações que, ao longo da história, fizeram dela, lugar de encontro, do possível, da heterogeneidade e supostamente morada ou “o habitat natural do homem civilizado” (PARK, 1987, p. 27) localizado em um determinado espaço geográfico.

A delimitação do espaço humano, além de ser geográfico, isto é, físico, é também definida a partir das práticas socioculturais de seus habitantes. Assim, a cidade se apresenta como conjunto formado pela “forma-objeto” (SANTOS, 2012): prédios, monumentos, entre outras formas e pelos conteúdos simbólicos e representações

compartilhadas, portanto, do imaginário. A cidade torna-se “um novo mundo simbólico, representando não apenas um povo, mas todo um cosmo e seus deuses” (MUMFORD, 2004, p. 44). Em outras palavras, Rossi (2001, p. 23) afirma que a cidade se torna “como uma grande representação da condição humana” já que ela é testemunha de sua engenhosidade passada, presente até projetada que sempre visa responder a suas necessidades de sobrevivência, cultural e lúdica enquanto espécie humana.

Na tessitura da pesquisa, pensou-se, como conteúdo as narrativas do cotidiano da cidade: narrativas da mídia impressa paraense e as narrativas dos taxistas enquanto moradores da cidade de Belém e enquanto leitores dos jornais sob o exame.

Se, nas narrativas do cotidiano da cidade, a violência urbana e o medo da violência ocupam lugar privilegiado a ponto de apresentar a cidade como lugar inseguro, temido e perigoso que deve, em certa medida, ser evitada ou repudiada. Portanto, nos convoca a refletir, nesta dissertação, sobre as narrativas dos impressos paraenses que nos apresentam a cidade de Belém, em grande parte, através dos acontecimentos caóticos: ruas ou avenidas alagadas e engarrafadas; falta de saneamento básico; insegurança e criminalidade; assaltos, roubos, assassinatos e homicídios, tráfico de drogas, entre outros acontecimentos. Esses acontecimentos dominam as páginas dos periódicos impressos que, muitas vezes, e sobretudo, no caderno polícia, estampam imagens de mortes trágicas.

Nesse sentido, torna-se importante compreender o propósito da produção da mídia, uma vez que está se configura, no contemporâneo, como uma das fontes mais importantes de formação do imaginário coletivo que passa a pautar e reestruturar o estar junto dos indivíduos na cidade. Imaginário que, em geral, através da “fala do crime”, leva a criar uma “cena do medo”, uma “geografia de violência” ou uma “geografia do medo”.

Pensando no contexto brasileiro, quando dialogamos com Baierl (2004, p. 20), quando a autora insere em suas pesquisas a categoria “medo social” enquanto medo “construído socialmente e que afeta a coletividade, [ou seja], medo utilizado como instrumento de coerção por determinados grupos que submetem pessoas aos interesses deles”. Continua a autora, afirmando que “o medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres vivos, racionais e irracionais. É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos” (BAIERL, 2004, p. 37). No entanto, esse risco pode, certamente, “ser real, imaginário ou potencial. [Assim] se o medo é real, o risco que se corre pode ser potencial ou imaginário e não necessariamente real. [Se] o medo nos mobiliza para ficarmos atentos” (BAIERL, 2004, p. 37), para a pesquisadora, o problema que se levanta é o medo socialmente condicionado e seu uso.

Assim, entendendo a “cidade como construção humana” (CARLOS, 2007, p. 21) tanto na sua dimensão espacial (forma, prédios, estradas, praças, casas, cortiços, montanhas, planícies, etc.) quanto na sua dimensão simbólica (conteúdo, representações, percepções, construções imaginárias, entre outras), abordamos a cidade, a partir de processos comunicativos enquanto relação ou prática social.

Assim, tomamos como empréstimo, o processo comunicativo de França (2001, s/p) para designar “algo vivo, dinâmico, instituidor – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura”. Nessa perspectiva, a comunicação se configura ou é considerada como “um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos” (FRANÇA, 2001, s/p).

Em outras palavras, a cidade é refletida, nesta pesquisa, sob o olhar da comunicação que “vai recortar as intervenções concretas dos indivíduos implicados, isto é, os gestos, as atitudes, assim como as significações que as animam, buscando captar o movimento reflexivo que orienta a configuração do processo” (FRANÇA, 2008, p. 86). Isso implica entender a cidade a partir da sua dimensão social, melhor dizendo, dimensão narrativa em que a comunicação se configura como “lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (FRANÇA, 2003, p. 43).

Do mesmo modo, o autor Carlos (2007, p. 21) parte do entendimento da cidade na sua dimensão social, enquanto “produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais”, mas também com a conciliação de outras interseções, como:

[...] econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital – [...]), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática socio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana) (CARLOS, 2007, p. 21).

Reafirma-se que a cidade, nesta pesquisa, é pensada a partir do social e do processo comunicativo. Ou seja, adotou-se uma postura conceitual-metodológica que não desconsidera a existência de várias correntes ou matrizes sobre a cidade, mas incluí um diálogo teórico com essas diversas correntes no intuito de entender a cidade enquanto lugar de diferença. Isto é, essa postura é fundamentada a partir das explicações de

Mumford (2004), dentro de uma abordagem histórica da cidade, considerando a impossibilidade de existir uma matriz ou corrente conceitual teórico que possa abarcar na integralidade o sentido e significado de cidade. Também recorreu-se aos estudos de Soja (1993) e Amendola (2000) que, a partir de uma perspectiva pós-moderna, caminham em direção às pesquisas de Mumford.

A escolha dessas abordagens possibilitou um panorama para compreender, a partir dos processos comunicativos, a cidade de Belém, e como ela é produzida nas experiências⁴ cotidianas de seus habitantes. Experiências que, no contexto contemporâneo, são dominadas por ansiedades que vão da guerra nuclear, queda da bolsa de valores, terrorismo, doenças crônicas e incuráveis, violência urbana e insegurança, fome e pobreza, desemprego, tráfico de drogas e de seres humanos, conflitos armados, poluição do ar, mudanças climáticas e aquecimento global, tempo, entre outros fatores. No caso específico de Belém, constatou-se que a experiência urbana é dominada, em grande parte, pelo medo, criminalidade e insegurança gerada pela violência urbana.

É novamente na hermenêutica compreensiva Ricoeuriana que buscamos entender a cidade de Belém escrita nas narrativas do cotidiano, nesta pesquisa, nas narrativas dos jornais *O Liberal* e o *Diário do Pará* e nas narrativas dos taxistas de Belém, enquanto seus moradores e leitores dos dois periódicos analisados.

Sendo que, tais discussões, sem pretensão de hierarquização, tomam as duas narrativas como relevantes, partindo do pressuposto de que a experiência dos taxistas de Belém se pauta, em certa medida, nas narrativas dos jornais impressos paraenses. Nessa perspectiva, nossas análises, primeiro, são realizadas a partir das narrativas dos jornais impressos *Diário do Pará* e *O Liberal*; e segundo, nas narrativas dos taxistas. Assim, é possível ter uma compreensão mais completa sobre a cidade, uma vez que fazemos os movimentos da escrita e da leitura sobre a cidade.

Nosso corpus de análise foi definido pelas edições do jornal *O Liberal* e *Diário do Pará* publicadas de 2000 até 2017, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com 15 taxistas enquanto leitores desses periódicos paraenses.

Ao selecionar a mídia impressa como objeto de pesquisa e seus potenciais leitores, partiu-se da ideia de que, ainda hoje, esses periódicos se configuram como uma arena de construção, desconstrução e reconstrução de discurso na sociedade, e também se configuram como um dispositivo analítico importante para observar as mudanças

⁴ Usamos o conceito de experiência a partir de Rodrigues (1999, p. 3) para designar “um conjunto de saberes formados de crenças firmes, fundamentadas no hábito”

políticas, econômicas e socioculturais atravessadas pela cidade.

A presente dissertação encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte, com três capítulos, 2, 3 e 4, em que são definidas conceituações teóricas fundamentais para a investigação, assim como os procedimentos metodológicos de coleta de dados. Na segunda parte, com um capítulo, 5, dividido em quatro tópicos, referente a abordagem teórico-conceitual para analisar as experiências e socialidades entre a cidade de Belém, os indivíduos e a mídia, a partir do imaginário construído nas narrativas do cotidiano. Para esta dissertação, consideraremos como narrativas do cotidiano as dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* e nas dos taxistas de Belém. Por fim, no quarto e último tópico, composta da análise, e por fim, as considerações.

2 NA CIDADE: COMO ANDAR NOS BECOS DA CIDADE?

2.1 Percursos metodológicos

Os becos das cidades brasileiras são considerados os lugares mais perigosos das suas espacialidades. E, ao Andar neles, exige certas precauções, entre elas: saber a hora em que pode ir e vir por lá; outra, ser morador do local ou conhecer alguém que mora lá ou ser convidado por ele; saber falar a ‘gramática’ ou ‘língua’ das pessoas de lá; saber, além do poder público, quem manda no ‘espaço’, entre outras informações. Tais exigências, seriam, no linguajar turístico, reagrupadas em um documento chamado de guia.

O presente capítulo se constitui naquilo que chamamos de ‘guia’ uma vez que ajudou, como estrangeiro, a experienciar a cidade de Belém nas narrativas do cotidiano. Ou seja, narrativas compreendidas, em linhas gerais, como toda e quaisquer conversações, enquanto práticas sociais, experienciadas nas ruas, nos bares, nos lares, nos espaços públicos e de trabalhos, nos ônibus, nas igrejas, entre outros lugares, que têm como foco, a cidade.

Narrativas de comunicação compreendidas como em Maffesoli (2003, p. 17), que nos liga e nos faz perder no outro e se configura como “um ato em si: conversar por conversar, para estar junto, para passar o tempo, para dividir um sentimento, uma emoção, um momento, um pequeno nada de cada dia. Comunicar por comunicar”. É neste sentido, como visto acima, optou-se em abordar a questão da cidade por meio dos processos comunicativos, aceito por França (2001), como relação, portanto, como processo de compartilhamento e produção de sentidos entre interlocutores. Sentidos produzidos, como adverte a autora, no contexto determinado e através de uma materialidade dita simbólica, ou de produção de discursos.

Assim, sentir segurança em andar na cidade a partir das narrativas do cotidiano narradas, e que tem, como no caso de um beco, uma entrada que, dependendo do ponto de partida, pode ser também, a saída e uma saída, que pode também, ser uma entrada. Especificando, na nossa construção, a entrada da cidade será, por uma questão metodológica, os jornais *O Liberal* e o *Diário do Pará*; e a saída, as narrativas dos taxistas de Belém.

Os processos comunicativos parecem guias seguros para andar na cidade, uma vez que emergem, cotidianamente, nessas narrativas alertando contra os perigos causados,

não pela insegurança ou criminalidade como são apontados, com frequência com relação aos becos, mas sim, por ser uma cidade da linguagem, do discurso, da escritura, do texto, da narrativa, portanto, um imaginário construído nas práticas comunicativas com intencionalidade motivada pelos interesses envolvidos entre a mídia impressa, no caso, os dois periódicos selecionados e seus leitores, os taxistas de Belém, habitantes da mesma cidade.

Nessa perspectiva, entende-se que através dos processos comunicativos, entre outros, as produções midiáticas alcançam suas completudes não somente no ato de suas produções, mas também e sobretudo, em seu ato de suas reapropriações por parte dos indivíduos que, em certa medida, através delas, (des)constróem suas experiências do cotidiano.

Ao considerar a cidade e, principalmente a comunicação, como um campo de dimensão interdisciplinar. Portanto, com perspectivas e olhares diferenciados das diversas áreas de conhecimento. E é nessa perspectiva que dialogamos com autores de áreas distintas sobre o conceito de cidade, mas a abordagem se funda nos processos comunicativos, com objetivo de observar analiticamente a cidade e seu aparecimento nas narrativas do cotidiano. Também, a partir deste olhar, pressupõe-se ser mais fácil andar nos becos/ruelas sem correr riscos de totalização ou redução do conceito de cidade, amplamente tratado nas literaturas especializadas, tais como a Sociologia, História ou a Geografia urbana. No entanto, para afastar de vez o perigo dos becos, consideramos nesta dissertação, a cidade como texto, escritura, linguagem e discurso, portanto, uma narrativa ou um imaginário.

Dito isto, ressaltamos que o guia que nos auxiliou a andar nos becos de Belém foi o que nasce das narrativas do cotidiano, ou então, os procedimentos metodológicos na coleta dos dados. Procedimentos que são amparados em regras, objetivos, instrumentos e técnicas de coleta de dados, visando propor, em certa medida, um olhar da sociedade em geral e da comunidade científica, em particular, sobre as experiências e as socialidades entre a cidade, seus habitantes e a mídia, a partir do imaginário construído nas narrativas cotidianas. E, através dos procedimentos permitiram coletar, apresentar, e analisar os dados. Portanto, esta pesquisa se configura como uma pesquisa de natureza básica realizada a partir de uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e bibliográfico.

A pesquisa tem o caráter qualitativa com base nas experiências e socialidades entre a cidade, seus habitantes e a mídia. Como toda pesquisa científica, recorreremos, primeiro, à pesquisa bibliográfica, de acordo com Stumpf (2010, p. 51), começa com “a

identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre” a cidade. Ou seja, de uma forma restrita, ainda de acordo com a autora, ela é bibliográfica já que identificou-se as “informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado” (STUMPF, 2010, p. 51). Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Na concretização da pesquisa, três etapas foram elaboradas: primeira, a revisão da bibliografia e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Conforme Cervo (1983, p. 55), essa etapa consiste em “conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre”, no caso aqui, a cidade; segunda, coleta dos dados tanto nos jornais impressos *O Liberal* e o *Diário do Pará* quanto as entrevistas com os taxistas; e, por fim, a terceira que compreende na organização, apresentação e a análise dos dados coletados.

Na análise dos dados optou-se entender a teoria narrativa de Ricoeur (2010a) e a teoria do imaginário de Durand (1997; 2010), principalmente a noção de “bacia semântica” e suas duas noções para esta pesquisa: a sobreposição das fases tópicas, ou a coexistência de dois mitos, sendo um dominante e outro latente e, a “memorização autoriza a reutilização que se manifesta por ressurgimentos de estilos, de modos diversos, de mitologemas” (DURAND, 1996, p. 164). Para o autor, esta reutilização não remete a uma repetição mecânica estereotipada, mas é uma “re-injeção”, isto é, “cada utilização é modificada pelo crescimento das existências de informação” (DURAND, 1996, p. 165).

A explicação da re-injeção trazida por Durand (1996) na “bacia semântica” se aproximaria, na nossa concepção, da explicação da imitação ativa, mimesis, defendida por Ricoeur. Em Ricoeur (2010a, 2010b), consideramos a configuração da intriga como procedimento de análise operacionalizada a partir de sua teoria interpretativa ou hermenêutica; em Durand (2010, p. 88), considera-se a “gramática do imaginário” em que o “substantivo deixa de ser o determinante, o ‘sujeito’ da ação e, a fortiori, o ‘nome próprio’, para dar lugar a muitos atributos – os ‘adjetivos’ -, sobretudo, a ‘ação’ expressa pelo verbo”. A gramática do imaginário possibilita entender como, nas narrativas do cotidiano, certos lugares da cidade de Belém, são apresentados a partir de adjetivos tal como “zona vermelha ou área vermelha”, “periferia” ou “territórios da violência”. Ou uma categoria de moradores da cidade são designados como “bandidos”, por exemplo.

Contudo, para operacionalizar essas duas teorias, adotou-se algumas posturas metodológico-conceituais, entre elas: primeiro, antes de tudo, pensar na cidade, como um texto tendo como alfabeto, as ruas, as praças, os prédios, as casas, os parques, os conjuntos habitacionais, as práticas culturais, os habitantes, os mercados, as igrejas, as escolas, entre outras “letras”. É a partir da sua textualidade que, buscamos, resolver a questão, ou seja, da existência de duas narrativas de naturezas diferentes, como: narrativas midiáticas e as narrativas dos taxistas.

Tais narrativas nos possibilitam efetuar, de acordo com os objetivos desta pesquisa, a leitura deste grande texto. Assim, a partir da natureza mesma do texto, considerada como uma obra de coautoria, ela (narrativa) alcança a sua completude no seu ato de leitura, em que o texto, assume uma outra dimensão, diferente da dimensão do ato de escrita. Esta postura exige uma outra, porém, sem a pretensão de estabelecer uma hierarquia ou importância, considera como autor do tal texto, os jornalistas dos periódicos *Diário do Pará* e *O Liberal*. Deste fato, a cidade que emerge a partir do mundo configurado ou da *poiesis*, portanto, na mimesis II, enquanto mundo de criação – no caso, da criação da cidade de Belém que se lê diariamente nas páginas dos jornais impressos – só alcança o seu sentido do lugar do possível, na sua apropriação por taxistas enquanto leitores dos jornais examinados e enquanto habitantes da cidade. A cidade atinge a sua completude somente quando ela é lida por seu leitor que busca o entendimento de si, dos outros e do mundo que os circunda. Ou, quando ela é reescrita a partir do mundo reconfigurado dos taxistas, portanto, da mimesis III enquanto mundo de apropriação.

Neste sentido, as narrativas dos taxistas enquanto leitores dos jornais analisados, não são outras narrativas, mas sim, de acordo com as nossas posturas metodológico-conceituais, uma reelaboração mimética, no sentido Ricoeuriano de criação, das narrativas jornalísticas sobre a cidade no intuito de readaptarem suas formas de estar junto e sentir-se na cidade.

Na segunda postura, analisou-se a cidade a partir das narrativas impressas e das narrativas dos taxistas, ambas as narrativas, foram feitas, sem uma justificação teórica, mas como parte da categoria nomeada como narrativas do cotidiano, as conversas do dia a dia que tem como assunto principal, a cidade. Esta categoria não só engloba as duas narrativas supracitadas, como também, as narrativas do bar, da rua, da praça, da casa, da praia, entre outros lugares, que tem como objeto principal, a cidade.

Por fim, terceira e última postura, analisou-se a cidade não a partir das abordagens das ciências especializadas sobre a questão urbana, tais como a geografia, a sociologia

urbana, a arquitetura, o urbanismo, entre outras ciências, mas sim, a partir de um olhar nos processos comunicativos. Neste sentido, não colocou-se restrições conceituais, como a tradição exige, de abordar a questão da cidade a partir de um único olhar de conhecimento. Isso não quer dizer, que estamos a desconsiderar os debates existentes, mas, pelo contrário, caminhasse em uma postura hermenêutica compreensiva, optando por dialogar com os autores, independentemente de suas procedências conceituais, com o objetivo de criar uma perspectiva e compreensão da cidade como experiência com o outro diferente de mim, mas indispensável para a minha manutenção enquanto humano.

2.2 Definição do corpus de análise

2.2.1 Jornais impressos paraenses

A princípio foi definido, inicialmente, a análise de 18 (dezoito) anos de publicação dos dois jornais Diário do Pará e O Liberal, dos anos de 2000 a 2017. E, antes da coleta de dados, realizei uma visita exploratória com intuito de saber da possibilidade de encontrar todas as edições dos dois jornais. Assim, o primeiro local visitado foi a Biblioteca Pública Arthur Vianna – BPAV, sob a administração da Fundação Cultural do Estado do Pará, localizada no Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR⁵. Após essa primeira incursão, optei em fotografar todos os jornais definidos no corpus de análise, e também como forma de ter sob nossa posse o material a ser analisado com mais tranquilidade, pois a biblioteca não possibilitava a saída do material.

Além da BPAV, foram coletados também os dados diretamente no depósito online dos dois jornais⁶, considerados como suas versões online⁷. Assim, nos depósitos

⁵ De acordo com o site da instituição, a BPAV promove “o acesso à informação e à difusão de bens culturais, na perspectiva da memória cultural do estado do Pará”. De acordo com o site, a biblioteca, por meio de “seus serviços abrangem atividades de incentivo à leitura, visitas institucionais e monitoradas, palestras, exposições, cursos e oficinas e programações culturais diversificadas” para qualquer tipo de público que é atendido “diariamente em seus espaços, como a Seção de Obras Raras, a Seção Braille, a Seção de Obras do Pará, a Fonoteca Satyro de Mello, a Gibiteca e a Brinquedoteca”. Para mais informação sobre a BPAV, acesse: <http://www.fcp.pa.gov.br/espacos-culturais/sede/biblioteca-arthur-vianna#a-biblioteca>

⁶ Links para acessar esses depósitos: para o *Diário do Pará*: <http://digital.diariodopara.com.br/pc> e para *O Liberal* só para assinante: http://oliberaldigital.orm.com.br/index_login.asp

⁷ Neste item, não está sendo questionado a diferença entre o jornal off-line e online, nem sua pertinência, mas, de acordo com as análises, chegou-se à conclusão de que, não tem nenhuma diferença entre o jornal em papel e o que está disponibilizado na internet. A única diferença está somente em relação a

dos dois periódicos, datando a partir de 2009 até 2017. Isso implica dizer, que foram levantados na BPAV, os dados de 2000 até 2008, porém, não foram encontrados dados do *Diário do Pará* de janeiro de 2000, dias sete e oito de outubro; de dezembro de 2002. Considerando que não foram encontradas as capas dos dias 19 (dezenove) e 22 (vinte e dois) de junho de 2008, pois as edições desses dias não foram mapeadas. Como explicação, o atendente da Biblioteca nos informou que a situação era proveniente das falhas do *Diário do Pará* em disponibilizar para a BPAV, os materiais.

Tabela 1 - Definição do universo de pesquisa

	Meses	Semanas	Dias	Edições/ano/jornal	Universo da pesquisa (n° de edições X 2)
Ano	12	52	365	365	13140
18 anos	216	936	6570	6570	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Conforme, a tabela 1, acima, e, partindo da média de 365 dias ao ano e média de publicação de 30 edições/mês, com o universo da pesquisa de 2000 a 2017, ou seja, cerca de 6.570 (seis mil quinhentos e setenta) dias, portanto, 6.570 edições por jornal, totalizando os dois periódicos em 13.140 (treze mil cento e quarenta) edições como universo de análise.

2.2.2 Os filtros

Primeiro

A partir da constatação e da impossibilidade, em virtude do tempo disponível na realização do Mestrado, recorreu-se a técnica da “semana construída” (STEMPEL, WESTLEY, 1989; KRIPPENDORFF, 1990) que consiste em começar o trabalho de análise de publicações midiáticas por um dia determinado da semana, e sendo seguido na outra semana por um dia que lhe é posterior, até que todos os dias da semana sejam

materialidade, mas não no conteúdo. E, a partir desta constatação, considerasse não como a versão online do jornal, por não adaptar a linguagem própria da internet que é, por exemplo, da hipertextualidade ou da hiperlinks, mas como um depósito que incorpora na íntegra e sem modificação, dos jornais impressos. Assim, sem negligenciar a materialidade, mas como o conteúdo era o mesmo, não se preocupou com a diferença material dos materiais.

analisados⁸.

A técnica foi adaptada com a necessidade da pesquisa, chegando assim a 936 (novecentos e trinta e seis) semanas em média, precisando utilizar mais de uma semana. Nesse filtro, não foram considerados os 12 (doze) meses, mas somente 02 (dois) meses, 01 (um) no primeiro semestre e outro, no segundo. Também em vez de usar 04 (quatro) semanas/mês, alternou-se, 03 (três) ou 04 (quatro) dias por mês. Desse filtro resultou, a definição por 02 (dois) meses, ou seja, 07 (sete) dias a serem analisados ao ano, correspondendo a uma semana construída. Assim, do universo de 18 (dezoito) anos, passamos a 18 (dezoito) “semanas construídas”, correspondendo a 126 (cento e vinte e seis) dias, portanto, a 126 edições para cada jornal. Totalizando 252 (duzentos e cinquenta e duas) edições como corpus de análise dos dois jornais impressos paraenses.

Cumprir observar, que o início da pesquisa, conforme explicação anterior, sem o critério científico bem delineado, o ano de 2000 e o término 2017. Ou seja, o dia de início da pesquisa, terça-feira dia 04 de abril de 2000 e seu término, sábado dia 16 de dezembro de 2017.

Segundo filtro

Com a seleção de 252 (duzentos e cinquenta e dois) edições para análise em uma pesquisa que tem duração de dois anos, cheguei à conclusão que seria um grande desafio, não somente temporal, mas também logístico de uma perspectiva financeira e material para conseguir todas as edições. Neste sentido, foi redefinido o corpus de análise. Para isso, considerou-se somente edições que têm, ou seja, na manchete principal, o enunciado cidade de Belém ou Belém ou o nome de um bairro, distrito ou lugar representativo de Belém como, por exemplo, Ver-o-Peso. Também, foi considerado as fotos principais das capas sobre as ruas ou avenidas da cidade. Assim, pulou-se de 252 capas para 71 capas. No entanto, mesmo com essa diminuição, o corpus ainda se apresentava considerável. Sendo que, a aplicação do terceiro filtro foi necessário para delimitar ainda mais o corpus de análise.

⁸ Por exemplo, se começou a análise segunda-feira da primeira semana do mês de fevereiro, na segunda semana, será terça-feira, a terceira semana, quarta-feira, a quarta semana de fevereiro, quinta-feira. Para completar a semana, selecionei a primeira semana de março, para a sexta-feira, a segunda semana, para sábado e a terceira semana, para domingo.

Terceiro filtro

Nesse terceiro filtro, foram consideradas as datas concomitantes dos dois jornais *O Liberal e Diário do Pará*. Após a aplicação desse filtro, passamos de um corpus de 71 (setenta e uma) capas para um corpus de 30 (trinta) capas, sendo 15 (quinze) de cada periódico, conforme tabela 2, em que os dados dos respectivos jornais estão discriminados.

Tabela 2 - Corpus de análise dos jornais

ANO	MÊS	SEMANA	DIA E DATA MAPEADO NO MÊS	TOTAL DE CAPA POR MÊS
2000	Outubro	1	Segunda-feira, 09	2
2001	Fevereiro	2	Quarta-feira, 14	2
2006	Abril	4	Sexta-feira, 21	2
2007	Agosto	3	Terça-feira, 14; Quarta-feira, 15	4
2008	Setembro	4	Sexta-feira, 26.	2
2010	Novembro	1	Sexta-feira, 05	2
2011	Dezembro	2	Segunda-feira, 12	2
	Setembro	2	Quarta-feira, 08	2
2012	Maio	3	Terça-feira, 22.	2
2014	Março	2	Quarta-feira, 12	2
2016	Fevereiro	4	Segunda-feira, 28	2
2017	Dezembro	3	Quinta-feira, 14; Sexta-feira, 15; Sábado, 16.	6
CORPUS DE ANÁLISE 3				30

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Sendo que, alguns dados importantes foram constatados nas 30 (trinta) capas selecionadas, a partir da tabela 2, acima, como:

1. O ano de 2017 se destaca por apresentar um número maior de capas maior sobre a temática, com seis no total;
2. Grande parte dos dados, após os três filtros aplicados, foi coletado na segunda semana de cada mês e em menor proporção, na primeira semana;
3. Os meses com mais números de dados foram fevereiro (2001 e 2016); setembro (2008 e 2011) e dezembro (2011 e 2017);
4. Os dias da semana com maior número de publicações foram quarta-feira e sexta-feira. O dia de domingo não aparece.

Após a definição do corpus de análise dos jornais, e antes da definição do número de taxistas a ser entrevistados, sentiu-se a necessidade, mesmo que resumidamente, de

apresentar dados sobre os dois jornais, *Diário do Pará* e *O Liberal*, com o objetivo de compreensão da representação desses veículos de comunicação e suas práticas de (des)construção e (re)estruturação da cidade de Belém.

Assim, foi selecionado dois periódicos por seus respectivos status de quase monopólio⁹, enquanto veículo de comunicação impresso no estado do Pará. Dessa forma, percebeu-se que os dois jornais - *O Liberal* e *Diário do Pará* - têm um papel relevante, enquanto veículos de informação, no Estado como um todo, mas principalmente na capital, Belém, onde está localizada a sedes dos dois. Os jornais se constituem em importantes ‘espaços’ de construção do imaginário cotidiano paraense sobre a cidade de Belém.

Portanto, se torna relevante e quase indispensável entender, a partir dos dois jornais, pensando nas narrativas do cotidiano, a evolução da cidade, das instituições e de seus habitantes, já que os periódicos *Diário do Pará*¹⁰ e *O Liberal*¹¹, conforme constatado

⁹ Abordando a questão de controle da mídia no Brasil, o pesquisador paraense Castro (2012, p. 17), separa dois níveis deste controle, primeiro nível dominado por grandes grupos “produtores de conteúdos, que também possuem concessões de rádio e de TV, além de jornais, editoras e portais na Internet”. O segundo nível, dos grupos regionais, “replicadores dos conteúdos produzidos pelo primeiro nível” (CASTRO, 2012, p. 18). Ao falar do Pará, o autor destaca, como dominadora do cenário midiático paraense, duas organizações, a RBA e a ORM, nas quais pertencem, respectivamente, o *Diário do Pará* e *O Liberal*.

¹⁰ O *Diário do Pará*, por exemplo, de acordo com Costa et al. (2018, p. X, nota de rodapé), “caracteriza-se como jornal de campanha, nasceu como panfleto destinado a defender os interesses políticos do atual senador da República, Jader Barbalho, do PMDB e de alguns de seus aliados”. As motivações da criação deste jornal como apontadas por esses autores determinam até hoje a sua linha editorial, com severas críticas à gestão estadual (atualmente sob o comando do PSDB) em geral e em particular, a gestão da cidade de Belém (também do PSDB), opositores dos donos do *Diário*. O *Diário do Pará* faz parte do complexo comunicacional Rede Brasil Amazônia de Comunicação, segundo maior grupo de comunicação no Estado do Pará. Essa Rede possui três emissoras de rádio (*Diário FM*, *99FM* e *Rádio Clube AM*) e uma emissora de televisão (*TV RBA*). O jornal tem em geral, sete cadernos, no entanto, de acordo com as nossas observações, três cadernos são fundamentais na difusão de informações: *Cidade*, *Brasil* e *Polícia*. Há também os cadernos: *Você*, *Bola*, *Tem*, *Tudo de Bom*, às vezes, cadernos sobre as cidades do interior do Estado ou sobre um acontecimento particular.

¹¹ O jornal *O Liberal* - até a realização desta pesquisa era rival do *Diário do Pará* - pertence a Organização Romulo Maiorana, complexo comunicacional de *TV Liberal* (ligado à *TV Globo*) e *Rádio Liberal*. O referido veículo nasce, também com a preocupação política de promover a visão política do Partido Social Democrata – PSD no estado do Pará em geral e em particular, do ex-governador Magalhães Barata de acordo com a histografia. No entanto, ele foi comprado pela ORM – Organização Romulo Maiorana, em 1946, quando, o então jornalista e empresário Romulo Maiorana comprou o veículo. Assim, se desligando em tese, pensamos, da afiliação política. Em tese porque, mesmo que o jornal não tenha ‘abertamente’ uma filiação política partidária, apresenta algumas simpatias com os gestores da administração estadual e municipal de Belém, ambas, filiados do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, fundado em 1988. A rivalidade quase corriqueira entre os dois jornais chamou atenção e as suas narrativas direcionadas em um sentido, ou seja, de acordo com os interesses envolvidos, elas acabam, paradoxalmente, em certa medida, em suas linguagens particulares, oferecendo uma visão quase geral da cidade de Belém. Como cadernos, o jornal tem, além dos cadernos especiais, o caderno *Atualidades*, *Poder*, *Magazine*, *Esporte*, *Polícia* e *Classificados*. No entanto, como assinalado acima, no caso do *Diário*, analisamos somente as capas principais das edições escolhidas.

nas análises do projeto “Mídia e Violência”, muitas vezes, direcionam suas estratégias comunicacionais de acordo com o pertencimento político das autoridades públicas estaduais ou municipais.

2.3 Definição do corpus de análise das entrevistas

Ao partimos da cidade como texto, isso nos leva a pensar, obrigatoriamente no seu autor e no seu leitor potencial, uma vez que o texto é uma obra que nasce de uma pessoa que a destina para a outra. Em Ricoeur (2013), o texto alcança o seu acabamento no ato de sua leitura por seu leitor. Isso significa que não há um único autor do texto, mas ele é uma obra de coautoria: do seu autor e do seu leitor. Entretanto, a posição tanto do autor quanto do leitor se alterna constantemente, seja no ato de escrita ou no ato de leitura, fazendo assim com que o leitor se torne também o autor do texto quando o interpreta e o adapta a sua realidade. Também o autor do texto se torna leitor da nova obra reescrita pelo novo autor que era o antigo leitor.

É nessa perspectiva que consideramos a cidade enquanto texto, não como obra de uma pessoa, nem obra acabada, mas sim, de todos os seus habitantes que, diariamente dão novos sentidos e (res)significam a cidade nos seus processos comunicacionais ou socioculturais, fazendo da cidade uma obra em perpétuo devir a ser.

Isto é, analisou-se as dimensões da cidade (des)construída pela mídia enquanto autora das narrativas sobre essa cidade contemporânea, assim como as narrativas dos seus habitantes que a (res)significam, cotidianamente, nas suas ações a partir de suas experiências socioculturais que em grande parte são agendadas pela mídia.

Se a mídia, principalmente a mídia impressa, é, parcialmente, a autora da cidade-texto, seus leitores - ao fazerem o seu acabamento no momento da sua leitura, readaptando-o com seus interesses, modificando seus modos de estar e sentir na cidade - se tornam também autores desta obra aberta. Em outras palavras, como a cidade é um texto aberto - precisa do toque tanto do seu autor quanto do seu leitor - as interações que acontecem entre a instância mídia, particularmente, a mídia impressa, enquanto autor da cidade nas páginas impressas, publicadas diariamente, e a instância leitores, enquanto destinatários desse texto preste a ser apreciado e readaptado para um uso imediato ou

futuro, transformam-se, alternativamente, de uma forma pontual essas instâncias entre autor e leitor do texto, tornando-se eles coautores. Ou seja, a cidade (des)construída nas páginas dos jornais impressos é um texto de coautoria.

Portanto, na captação dessas dimensões sobre a cidade, nesta pesquisa, analisamos o texto escrito, em conjunto, nas 30 (trinta) capas selecionadas e reescrito no ato de leitura, pelas narrativas dos 15 (quinze) taxistas de Belém, selecionados e entrevistados a partir de três associações de taxistas dos seguintes bairros: Cidade Velha, Jurunas, Marambaia. É importante salientar que em cada associação, foram entrevistados cinco taxistas.

Os taxistas – coautores da cidade

Por uma questão metodológica-conceitual, por observações, *in loco*, de forma preliminar, o ambiente de trabalho dos taxistas, que denominamos de trabalhadores urbanos. Eles, em geral, têm o costume de ler os jornais quando estão parados nos pontos de Táxi, tanto em seus carros ou fora deles. Esses sujeitos, da pesquisa, são tomados como coautores da cidade construída nas páginas dos jornais, levando-se em conta, que devido a sua profissão, eles precisam percorrer a cidade, e ao mesmo tempo, consomem a leitura sobre a cidade enquanto texto, quando trabalham e de acordo com suas experiências do cotidiano que, muitas vezes, sofrem influência do agendamento midiático, e (re)estruturam e (res)significam a cidade.

Na coleta de dados junto aos taxistas, optou-se em aplicar o método de entrevistas semiestruturadas, considerando que a entrevista é um encontro entre duas pessoas, com objetivos de obter informações a respeito de determinado assunto. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 195), “é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. É uma conversação ou um processo social, conforme nos indica Gaskell (2008, p. 73), “toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. É interessante destacar, que não é apenas um processo de informação de mão única, de um para outro, mas “uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (GASKELL, 2008, p. 73), com o envolvimento na produção de conhecimento, mesmo de maneiras diferentes, tanto de

quem faz a pesquisa quanto de quem é entrevistado.

O uso da metodologia entrevista possibilita, segundo Duarte (2010, p. 62), identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. Esse recurso metodológico busca, “com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte. [Uma fonte previamente] selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE, 2010, p. 62).

Com a entrevista em profundidade é possível compreender o mundo da vida dos respondentes, afirma Gaskell.

[...] o emprego da entrevista qualitativa, [portanto, entrevista em profundidade, por exemplo, é importante] para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos [no intuito de] compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. [Assim, a entrevista] fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. [Deste fato, o objetivo da entrevista é compreender detalhadamente] crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2008, p. 65).

Neste sentido, foram aplicadas perguntas ou questões semiestruturadas por se tratar de entrevistas semiabertas ou semiestruturadas já que fora elaborada, previamente, um guia¹² de perguntas em relação ao objetivo principal da dissertação. O guia e/ou roteiro aplicado foi composto de três partes: primeiro, dados socioeconômicos dos taxistas; segundo, hábitos de leitura dos jornais, com perguntas sobre a concepção do entrevistado sobre as palavras cidade, Belém, lugar que ele tem medo de circular e por fim, a sua percepção sobre as mudanças ocorridas em Belém ao longo do tempo de sua profissão; e o terceiro parte foi composta sobre a sua possível apropriação das narrativas jornalísticas.

Como critério de inclusão dos taxistas nas entrevistas foram selecionados somente aqueles com experiência profissional de mais de 18 (dezoito) anos de trabalho ou praça. Sendo que, esse método foi uma escolha pessoal, com a finalidade de fazer coincidir os anos da experiência desses profissionais urbanos com o período selecionado das edições dos dois jornais impressos analisados. Como critérios de exclusão, foram descartados das entrevistas: a) os taxistas ausentes no ponto de táxi no momento da realização da pesquisa; b) os que não fazem parte da associação de taxista visitada; e c) os que não são moradores

¹² Ver Anexo 1

de Belém.

A definição do corpus de análise, se limitou em apenas 03 (três) bairros para uma cidade que tem 71 (setenta e um) bairros. Ou seja, poderia ser uma dificuldade virtual de representatividade. Virtual já que Duarte (2010, p. 68) afirma, para os estudos qualitativos, como é o nosso caso, “são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade”. Contudo, foi o pesquisador que nos conduziu na representatividade do número de entrevistados escolhidos, quando infere que “a amostra, em entrevistas em profundidade, não tem seu significado mais usual, o de representatividade estatística de determinado universo”, uma vez que sua consecução “está mais ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa” (DUARTE, 2010, p. 68).

Outro aspecto relevante nesta pesquisa foi a dificuldade em abordar os entrevistados, considerando uma certa desconfiança dos mesmos com a nossa presença e abordagem. Porém, foi necessário mais de uma visita aos pontos de táxi para ter uma aproximação com esses trabalhadores.

Sendo que, no primeiro momento, percebeu-se uma certa tensão e respostas mecânicas dos mesmos. E, para quebrar a tensão, optei em realizar as entrevistas primeiro, com duas pessoas ou integrante do Ponto de Taxi, com o objetivo de restabelecer a confiança, e no dia seguinte, retornei, com a ajuda dos entrevistados do dia anterior, ou seja, somente assim, consegui conversar com mais tranquilidade com os outros taxistas. Essa ajuda dos primeiros entrevistados foi importante porque eles passaram a convidar os outros colegas a participarem. No bairro da Marambaia, por sua localização mais distante do centro, as entrevistas aconteceram com a intermediação de uma moradora¹³.

A abordagem se centraliza em demonstrar a dificuldade na contemporaneidade uma vez que o estar junto na cidade, se baseia, geralmente, na desconfiança do desconhecido mesmo sem ter prova de que ele é perigoso. Como dito acima, essa desconfiança é devido a criminalidade e a insegurança que assolam as cidades brasileiras que, por exemplo, de acordo com os dados do Atlas da Violência 2017 (CERQUEIRA et al., 2017, p. 4-5), a tragédia diária dos brasileiros alcançou proporções inimagináveis no Brasil. Já que, em apenas três semanas do ano de 2017, foram assassinadas no Brasil “mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos

¹³ Para estabelecer um clima de confiança entre o pesquisador e os taxistas, contei com ajuda da Sr^{ta} Marie Augusta Rodrigues de Souza, de 71 anos, moradora do bairro e cliente do ponto de taxi visitado.

cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 (quatrocentos e noventa e oito) atentados, resultando em 3.314 (três mil, trezentos e quatorze) vítimas fatais”.

Em relação a Belém - os dados publicados neste ano (2017) sobre a prevalência da violência letal nos municípios brasileiros com uma população de mais de 100 mil habitantes - apontavam o número de 875 (oitocentos e setenta e cinco) homicídios, com a taxa de homicídio de 60,8, para uma média nacional de 32,5. Os números não melhoraram um ano depois, em 2018, pois, de acordo com os dados do mesmo Atlas, em 2018, a taxa de homicídio no município progrediu de 15,3, ou seja, passou de 60,8 para 76,1. A situação da cidade fica mais assustadora quando, ainda em 2018, a ONG mexicana “Seguridad, Justicia y Paz” publicou o ranking das 50 cidades mais violenta no mundo em 2017, a cidade de Belém¹⁴ ficou em décima posição no mundo e terceira no Brasil, perdendo apenas para as cidades de Natal e Fortaleza.

No ano de (2017), o número do homicídio, de acordo com a ONG Seguridad, Justicia y Paz (2018, p. 3), era de 1,743 com uma taxa de 71,38 para uma população estimada a 2,441,761. Comparando a taxa da ONG com a taxa do Atlas da Violência de 2018, observamos que a taxa fornecida pela Seguridad, Justicia y Paz é bem menor do que a taxa do Atlas, mas o importante nos dados da ONG, é o seu ranking que chama atenção sobre a situação de insegurança e criminalidade causada pela violência urbana na cidade. Essa situação, acredita-se, ser uma das causas da desconfiança do outro ou do desconhecido que se aproxima como foi o caso dos taxistas a meu respeito.

Com relação às entrevistas, expliquei, quando indagado sobre cada pergunta individualmente quando se tratava de uma pergunta aberta, isto é, ao fazer a pergunta para o entrevistado, a intenção foi deixa-lo a vontade para responder e permitir que adentrasse no seu mundo, até esgotar suas ideias sobre a pergunta. E, em certos casos, fui movido a fazer perguntas secundárias para entender melhor a cosmovisão do interlocutor sobre o assunto indagado. Ao perceber que o entrevistado tinha esgotado todas as suas ideias sobre o assunto, a próxima questão era lançada até terminar o guia de pergunta.

¹⁴ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população belenense no último censo de 2010 era de 1.393.399 pessoas, em 2017, ela era estimada a 1.452.275 pessoas implicando uma progressão populacional de ordem de 0,058876. É uma cidade que, ainda de acordo com IBGE, em 2016, tinha como salário médio mensal dos trabalhadores formais de no mínimo, 3,5 salários e tinha 29,7% da sua população ocupada. Seu PIB per capita em 2015 era de 20.340,21 R\$ e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 2010 era de 0.746. Para mais informações acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acessado em: 22 de julho de 2018.

No entanto, cumpre explicar, que os entrevistados foram deixados à vontade para relatarem suas histórias. Isto é, eles respondiam além da pergunta feita, outras, para evitar a redundância, deixei de lado. Isso, portanto, não invalidou as entrevistas, pois para Duarte (2010, p. 66), “a lista de questões-chaves pode ser adaptada e alterada no decorrer das entrevistas. Uma questão pode ser dividida em duas e outras duas podem ser reunidas em uma só”. É assim, adverte o autor, “é natural o pesquisador começar com um roteiro e terminar com outro, um pouco diferente”.

2.4 Perfil socioeconômico dos taxistas

Conhecer o perfil socioeconômico dos entrevistados, assim como hábito de leitura dos jornais, visando fornecer informações detalhadas sobre quem participou na pesquisa. Tal apresentação permite entender o sentido que cada um dos entrevistados tem sobre a cidade de Belém. Em outras palavras, entender a compreensão do entrevistado sobre a cidade, tanto de perspectiva positiva ou negativa. Foram ao todo 15 (quinze) taxistas entrevistados de três bairros de Belém. Na qual, descreveu-se os sujeitos de acordo com a ordem que foram feitas as entrevistas, em seus respectivos pontos.

A primeira interlocução aconteceu com os taxistas da Associação dos Taxistas da Praça Amazonas – AMPA¹⁵, seguida dos taxistas da Associação dos Taxistas do Bairro da Batista Campos – ATBBC¹⁶ e por fim, foram entrevistados os taxistas da Associação dos Taxistas Conjunto Mendara – ATM¹⁷.

Por questão de confidencialidade e acatando solicitação dos entrevistados, optou-se por nomear os taxistas a partir da sigla de sua associação seguida do número árabe, indicando a ordem de sua participação na entrevista. Neste sentido, por exemplo, AMPA1, indica, como visto, o primeiro taxista da AMPA entrevistado; ATBBC2, o segundo taxista da ATBBC entrevistado e por fim, ATM3, o terceiro taxista da ATM entrevistado.

¹⁵ Administrativamente a associação fica no bairro de Jurunas, mas durante as entrevistas, os taxistas nos disseram que ela fica no bairro da Cidade Velha. Assim, nesta dissertação, passou-se a considerá-la como situada no bairro da Cidade Velha (ver anexo 2).

¹⁶ Ela fica no bairro de Jurunas ao lado do Espaço São José Liberto (ver anexo 3).

¹⁷ Ela fica no bairro de Marambaia, na avenida Rodolfo Chermont (ver anexo 4).

O primeiro entrevistado foi o Sr. AMPA1, 40 anos, morador de Belém há 18 anos, nascido em Niterói no Rio de Janeiro. Em uma união estável, pai de dois filhos e pardo. Católico e com o segundo grau completo. Tem 18 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2000,00 (dois mil). Ele também trabalha como vigilante. Antes, raramente lia os jornais, mas hoje, sua preferência é o jornal *Amazônia*. Não soube informar há quanto tempo ele começou a ler os jornais, mas tem o hábito de ler só pela parte da manhã e duas a três vezes por semana. Não tem assinatura. Além dos jornais, ele se informa também pelo celular. Tanto no jornal quanto no celular, ele buscava saber sobre o esporte e a cidade. É importante dizer, que uma semana antes da realização da entrevista com o Sr. AMPA1, ele foi assaltado o que, justificou, o seu ódio e repulso à cidade.

O Sr. AMPA2 tem 51 anos, nascido e morador de Belém há 51 anos. Solteiro, pai de quatro filhos e pardo. Evangélico, com segundo grau completo. Tem 25 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2000,00 (dois mil reais). Ele foi vendedor, auxiliar de escritório, gerente de produção operacional. Ler todos os jornais impressos paraense: *Diário do Pará*, *O Liberal* e o *Amazônia Jornal*. Tornou-se leitor há mais de 10 anos e sempre ler, todos os dias da semana, pela parte da manhã. Não tem assinatura. Além dos jornais, ele se informa pela internet, redes sociais e TV.

O Sr. AMPA3, 49 anos, nascido e morador de Belém há 49 anos. Em união estável, pai de três filhos e pardo. Católico, com primeiro grau (6º série). Tem 29 anos de experiência profissional e ganha em torno de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). Ele foi metalúrgico. Tem como hábito ler, pela manhã e todos os dias, há mais de 10 anos, os jornais *O Liberal* e o *Amazônia*. Não tem assinatura. Portanto, compra os jornais todos os dias, se não, pega emprestado. Além dos jornais, ele se informa pela TV. Disse que ler os jornais para se atualizar das novidades. O Sr. AMPA3, nos informou durante a entrevista, que já foi assaltado três vezes.

O Sr. AMPA4, 50 (cinquenta) anos, nascido e morador de Belém há 50 anos. Casado, pai de dois filhos e pardo. Católico, com ensino médio completo. Tem 20 anos de experiência profissional e ganha também em torno de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). Não exerceu outra profissão. Tem o hábito de ler, há mais de 10 anos, todos os dias, pela manhã, os jornais *O Liberal* e o *Amazônia*. Não tem assinatura. Compra os jornais todos os dias. Além dos jornais, ele se informa também, pelas redes sociais. Disse que costuma ler os jornais para se informar, logo de amanhã.

O Sr. AMPA5, 64 anos, nascido na região do Marajó e morador de Belém há 56 anos. Casado, pai de dois filhos e branco. Católico e com ensino médio completo. Tem 37 anos de experiência profissional e ganha cerca de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). Não exerceu outra profissão. Ler o jornal *O Liberal* há mais de 10 anos, pela manhã e somente as terças-feiras. Não tem assinatura, mas compra para se atualizar. Além dos jornais, ele se informa pelas redes sociais. Na entrevista nos informou que efetua a leitura dos jornais para saber sobre a política e ver os anúncios sobre os carros.

O Sr. ATBBC1, 50 anos, nascido e morador de Belém há 50 anos. Casado, pai de sete filhos e pardo. Pertence ao Candomblé e tem o segundo grau completo. Tem 30 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Foi caminhoneiro. Tornou-se leitor do Diário do Pará há mais de 20 anos. Efetua a leitura do jornal todos os dias, pela manhã. Não tem assinatura, por isso, compra o jornal todos os dias. A televisão é o outro veículo que busca informações sobre a política e a economia.

O Sr. ATBBC2, 40 anos, nascido e morador de Belém há 40 anos. Divorciado, pai de dois filhos e pardo. Católico e com segundo grau completo. Possui 21 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Foi motorista particular. Tem o hábito de ler os jornais *O Liberal* e o *Amazônia*, todos os dias pela manhã, há mais de 10 anos. Não tem assinatura e compra todos os dias os jornais. Além dos jornais, ele se informa pelo smartphone. Informou na entrevista que já foi assaltado.

O Sr. ATBBC3, 53 anos, nascido e morador de Belém há 53 anos. Casado, pai de dois filhos e branco. Evangélico (protestante) e com o ensino médio (segundo grau). Tem 29 anos de experiência profissional e ganha em torno de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). Trabalhou na Marinha; é eletricista e trabalhou também como eletricista predial. Efetua a leitura do jornal *O Liberal*, duas vezes por semana, pela manhã. Não soube informar há quanto tempo efetua a leitura dos jornais. Não tem assinatura. Além dos jornais, ele se informa pela TV. Disse que lia o jornal para passar o tempo.

O Sr. ATBBC4, 58 anos, nascido em Santarém e morador de Belém há 28 anos. Casado, pai de quatro filhos e pardo. Católico e com o ensino médio (segundo grau). Tem 38 anos de experiência profissional e ganha cerca de R\$1.000,00 (hum mil reais). Não teve outra profissão. Ler os jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* há mais de 10 anos, todos os dias. Não tem assinatura. Além dos jornais, tem o hábito de assistir televisão para saber sobre política. Disse na entrevista, que já foi assaltado.

O Sr. ATBBC5, 47 anos, nascido e morador de Belém há 47 anos. Casado, pai de dois filhos e pardo. Evangélico e com o ensino médio. Tem 23 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Ele trabalhou como marinheiro fluvial de máquinas. Há mais de 27 anos efetua a leitura dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*. Tem o hábito de ler o jornal pela parte da tarde, todos os dias. Não tem assinatura. Informou que compra jornais todos os dias para disponibilizar aos seus clientes. Além dos jornais, ele se informa também pelas redes sociais, principalmente o Twitter. Informou que na leitura busca informações sobre a cidade, de outros estados e do mundo. Ele já foi assaltado três vezes. A última, foi uma semana antes da entrevista.

O Sr. ATM1, 66 anos, nascido e morador de Belém há 66 anos. Divorciado, pai de três filhos e pardo. Católico e tem a primeira série do ensino fundamental. Tem 30 anos de experiência profissional e ganha menos de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O ATM1 tem o hábito de ler o jornal *Diário do Pará*, há mais de 5 (cinco) anos, todos os dias, pela manhã para saber notícias sobre o esporte e crimes. Não tem a assinatura.

O Sr. ATM2, 67 anos, nascido no Maranhão e morador de Belém há 48 anos. Divorciado, pai de seis filhos e pardo. Evangélico e tem a terceira série de ensino fundamental. Tem mais de 50 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Trabalhou como pedreiro e pescador. Disse que tornou-se leitor do *Diário do Pará*, há 10 anos, efetuando a leitura do jornal todos os dias pela manhã. Não tem a assinatura, porém, comprava e quando não tinha como comprar, emprestava dos colegas. Usa também, para obter informações, o smartphone e redes sociais. Informou que foi assaltado há 12 anos.

O Sr. ATM3, 46 anos, nascido e morador de Belém há 46 anos. Em união estável, pai de um filho e pardo. Evangélico e com segundo grau completo. Tem 22 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Trabalhou como segurança. Há 20 anos efetua leitura de *O Liberal*, de duas a três vezes por semana, pela manhã. Não tem assinatura. Também tem o costume de assistir televisão, e buscava nos dois veículos saber informações sobre a cidade. Já foi assaltado.

O Sr. ATM4, 44 anos, nascido em Fortaleza e morador de Belém há 28 anos. Solteiro, pai de três filhos e pardo. Evangélico e tem a sexta série do fundamental. Tem 27 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Trabalhou como comerciante. Há 15 anos temo hábito de ler os jornais *Diário do Pará* e *Amazônia*, este segundo tem preferência. Sua leitura é efetuada pela manhã, três vezes por semana, para saber sobre o esporte, polícia e economia. Não tem assinatura. Além

dos jornais, busca informações na televisão e rádio.

O Sr. ATM5, 60 anos, nascido em Maranhão e morador de Belém há 45 anos. Casado, pai de dois filhos e pardo. Evangélico e tem o segundo grau completo. Tem 38 anos de experiência profissional e ganha mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Trabalhou como motorista de ônibus, vendedor de jornais e de bombons. Ler os jornais *O Liberal* e o *Diário do Pará*, há 15 anos, sempre pela manhã e só nos finais de semana. Não tem assinatura. Também busca informações na TV, smartphone e redes sociais. Nos jornais, busca confirmar as notícias. Ele foi assaltado duas vezes.

2.5 A cidade da pesquisa – Belém

A cidade de Belém é o corpus da pesquisa, portanto, partiu-se da perspectiva de tecer sua história e o que instituições e pessoas falam a respeito dela. São mais de 400 (quatrocentos) anos de fundação - considerando a chegada dos portugueses – o que representa para nós, um grande desafio fazer um apanhado dessa história. No entanto, visto a existência de uma farta literatura sobre Belém, no entanto pareceu desnecessário o esforço de realizar ou fornecer um estudo sistematizado e conclusivo sobre a cidade, mas seguiu-se alguns rastros ou pegadas de pesquisadores como Sarges (2010), Castro (2010), Trindade JR. (2016) e Ventura Neto (2015), escolhas aleatórias e próximas a mim, para entender como, através do tempo, o espaço urbano da cidade de Belém se organizou ou se transformou, com o objetivo, em certa medida, sem que isso seja a preocupação dos autores, em observar como o medo do outro, motivou tal organização ou transformação da espacialidade da cidade.

A Belém de Sarges, de Castro, de Trindade JR e de Ventura Neto

A pesquisadora Sarges (2010), parte de uma perspectiva histórica e nos convida a uma viagem que começa em 1870 e vai até em 1912. Nesse percurso, a autora demarca as circunstâncias e fatores presentes na criação da cidade de Belém, primeiro, pelos portugueses e mais tarde, brasileiros com enfoque sobre o papel da economia da borracha na transformação acelerada e indiscutível do cenário urbano belenense. Na mesma

perspectiva, os estudos de Castro (2010, p. 9), sobre a importância da economia da borracha na transformação urbanística de Belém, portanto, da sua modernidade. Ou seja, o pesquisador buscou “mapear a figuração social da modernidade numa periferia do capitalismo do século XIX, a cidade de Belém, na Amazônia” que, apesar de ser pautada no modelo ocidental, não atingiu os mesmos resultados como no Ocidente. Antes, criou grandes desigualdades sociais e se apresentou, interpretando o autor, como uma experiência inacabada para não dizer, *un échec*.

Por sua vez, Trindade JR. aborda a questão da metropolização ou reestruturação urbana da cidade de Belém entre 1960 a 1997, empenhou-se em entender os fatores e agentes responsáveis de tal estruturação. O autor se preocupou também, em “analisar o sentido da redefinição dos espaços de assentamentos em Belém e as tendências contemporâneas de expansão urbana no contexto metropolitano” (TRINDADE JR., 2016, p. 31). Também é no contexto contemporâneo da cidade que Ventura Neto (2015, p. 17), se interessou pelo mercado imobiliário, visando interpretá-lo “sob a ótica da economia política da cidade”, no intuito de entender, como “as dinâmicas de reprodução de algumas frações do capital que são próprias do negócio imobiliário, definiram e vêm definindo [o] espaço intraurbano [de Belém] ao longo de sua história” mais atual.

Em comum, esses autores, mesmo que de forma diferenciada, têm preocupações, entre outras questões, relacionadas à expansão e/ou urbanização da cidade de Belém ao longo da sua história.

Porém, o objetivo não é de abordar detalhadamente as reflexões de cada um desses autores sobre como se deu tal expansão ou urbanização, mas perceber, conforme explicação inicial, como ao longo da história da cidade, o medo do outro, poderia ter motivado a transformação do espaço urbano. Entretanto, ao dialogar com esses pesquisadores, o enfoque que se dá do medo como um dos elementos estruturadores do espaço da cidade, não é o mesmo ou está na preocupação deles, mas a partir das nuances dessa história ao configurar a tessitura do medo.

Assim, como pesquisador ouse em dividir a organização espacial de Belém em três momentos: a) sua origem; b) exploração da borracha; e c) na atualidade. Essa divisão é somente para facilitar a compreensão, mas ela não segue uma determinada cronologia bem definida. Assim, entre esses momentos, é fácil perceber grandes saltos temporais.

Medo da invasão do outro

Em relação ao primeiro momento, sua origem, Sarges mostra que a organização espacial de Belém – partindo do pressuposto de que a cidade foi fundada a partir da chegada dos portugueses – se deu com “o estabelecimento de uma fortificação militar [...] no século XVII, com a finalidade de defender a entrada da Região Amazônica contra possíveis invasões estrangeiras” (SARGES, 2010, p. 61).

Isso implica dizer, que a fundação de Belém se configurou, em certa medida, como resposta portuguesa contra a ameaça de penetração na Região amazônica de outros europeus. A ocupação efetiva portuguesa da Região se deu com a subjugação e extermínio dos povos indígenas, principalmente, os Tupinambás e os Pacajás. Para Arruda (2003, p. 17), ao abordar a questão da origem do Porto de Belém, destaca que a cidade nasceu “sobre Mairi, para os índios Tupinambás, como baluarte de grande importância estratégica para Portugal e destinada a ser a base principal da grande conquista do Norte ou do Gran-Pará”. Para os portugueses, continua o autor, era indispensável para “a ampliação dos territórios e interesses da Metrópole, sobretudo econômico e de poder”.

Pode-se perceber, nessa breve explanação, que a organização espacial da cidade se deu a partir do que chamamos do “medo da invasão”. Invasão das terras conquistadas por outros europeus. Esse medo do outro, justificou a construção primeiro, de estruturas militares, do que as habitacionais, já que o outro passou a representar a ameaça de invasão.

Se a estrutura militar foi construída a partir do medo do outro, daquele que vem de longe para invadir a terra conquistada, pode-se dizer que a expansão da cidade a partir do Forte de Castelo rumo ao interior da terra conquistada, se fez nas costas dos outros mais próximos, os índios, que sofreram da crueldade do homem português embriagado na sua irracionalidade, materializada na tortura e matança do outro, se fosse necessário, para maximizar os lucros financeiros.

Durante esse primeiro momento, a espacialidade do que seria a Belém de hoje, começou a se transformar com a chegada da expedição de ocupação do Pará que saiu no dia 25 de dezembro de 1615, em São Luís, encabeçada pelo capitão Francisco Caldeira Castelo Branco e que chegou ao Pará nos fins do mês de janeiro de 1616 (IBGE, 1957; ARRUDA, 2003; SARGES, 2010).

Para o IBGE (1957, p. 193), a cidade de Belém foi fundada, “em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco”. No entanto, de acordo com o Instituto, “ignora-se, porém, a data certa de quando Belém se fez oficialmente município”.

Segundo a histografia, o local do desembarque da expedição escolhido por Castelo Branco era estratégico para a sua missão já que visava, de acordo com Sarges (2010, 61), a segurança da expedição e “fixar o seu ponto de resistência a futuros ataques e defesa das terras conquistadas”.

Para Arruda (2003, p. 17), a definição da localização do sítio dependeu de certas características, “entre outros, a singularidade da baía do Guajará, de águas calmas e abrigadas”. Singularidade que favorecia a “navegação militar e comercial em relação à costa Atlântica, com seus ‘baixios’ e agitações de ondas, correntes e ventos fortes e da mesma maneira, em relação a baía do Marajó” (ARRUDA, 2003, p. 17). Assim, com “esses condicionantes indicavam o Paraná-Guaçú, denominação nativa para o Guajará, como local adequado às condições do transporte e interligações fluvio-marítimas com todo o estuário que compreende os rios Guamá, Tocantins, Amazonas e outros” (ARRUDA, 2003, p. 17).

Na mesma ordem de raciocínio, Trindade JR. (2016, p. 21), lembra, “o leitmotiv da fundação de Belém fez com que seus fundadores escolhessem como sítio original um promontório na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará”.

Assim, a ponta elevada da terra, quase cercada pela água, onde desembarcou a expedição do Castelo Branco, se configurou estratégica já que nela, erigiu-se, de acordo com Sarges (2010, p. 62), “um forte de forma quadrada, sendo que do lado do mar era apenas cercado de gabiões sobre uma muralha de pedra alta, e entre os gabiões e sobre o resto da muralha foram colocadas peças de canhões”.

Dessa forma, a ocupação portuguesa se efetivou com a construção deste forte. E de acordo com o IBGE (1957, p. 193), as terras ocupadas passaram a ser chamadas, por Castelo-Branco, de “**Feliz Lusitânia** [e foram colocadas] sob a proteção de Nossa Senhora de Belém”. Para Sarges (2010, p. 62), “a construção desta fortaleza de madeira com cobertura de palha recebeu então a denominação de forte do Presépio, atualmente Forte do Castelo, dando início à formação do primeiro aglomerado urbano” chamado como visto, “Feliz Lusitânia” e mais tarde perdeu essa denominação e passou a ser chamado “**Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará**, para a qual Felipe da Espanha concedera os foros de Capitania” (IBGE, 1957, 194).

Neste sentido, ousa-se dizer, que o Forte do Castelo hoje, historicamente, é o marco zero da cidade de Belém¹⁸ – apesar de Arruda (2003, p. 22), nos lembrar que “a localização do Forte que deu origem a cidade de Belém foi questionada quanto a natureza do solo, com alagadiços ou pantanais em sua volta, decorrentes das águas do igarapé e alagados do Piri e das marés do estuário fluvio-marítimo” – uma vez que o povoamento da região se deu entorno desta fortificação que abrangia, de acordo com Sarges (2010, p. 62), “pelo lado de terra, parte da área que veio a ser a Praça da Matriz (depois Largo da Sé) e tinha do lado do norte um portão para a praia próxima, onde havia desembarcado Francisco Caldeira Castelo Branco”.

De acordo com a literatura sobre a origem da cidade de Belém, as ruas que partem do Forte, surgem com o aterramento de áreas alagadas, principalmente eram paralelas ao rio e os caminhos transversais levavam ao interior do povoamento. Segundo a histografia, Belém ganhou a sua primeira rua em 1650. Neste sentido, Valente (1993, p. 9-10), nos lembra que a cidade delineou a sua primeira rua logo após a construção do Forte de Castelo, no século XVII. A rua “foi denominada de rua do Norte. Essa artéria beirava toda a margem do rio e terminava onde começava a floresta bruta. [...] hoje, essa rua denomina-se Siqueira Mendes”.

Assim, a expansão de Belém naquele período, de acordo com Sarges (2010, p. 68), “se processou através de doação de terras a colonos portugueses e ordens religiosas, sendo que os primeiros ocupantes da parte sul da cidade foram os religiosos da Ordem dos Capuchos de Santo Antônio, no bairro da Campina”. E também, nesse período, a cidade cresceu consideravelmente para o lado Norte com a construção de casas habitacionais que compõem hoje, o chamado Feliz Lusitânia

Para Arruda (2003, p. 24), os processos de povoamento de Belém,

[...] ao longo desses trezentos e oitenta e oito anos, exigiu que nas terras baixas, hoje denominadas “*baixadas*” fossem/sejam realizados sucessivos aterramentos, drenagens, saneamentos, edificações que pedem soluções de fundações adequadas à morfologia do lugar. Essas *áreas baixas* além da orla, se localizam nos pontos de menores cotas das bacias hidrográficas, do então igarapé do Piri, que foi posteriormente aterrado; a do Reduto, também aterrada; a do igarapé das Almas, idem e posterior e correspondente a da “Doca” (já

¹⁸ Já que para Arruda (2003, p. 22), Além da “Casa Forte” denominada inicialmente **Forte do Presépio**, hoje Forte do Castelo, com construção inicial de 1616 e que foi erguida em pequeno promontório à margem esquerda do Igarapé do Piri, com a baía do Guajará, outras *construções militares* foram levantadas ao longo da orla da baía citada e a do rio Guamá. As edificações levaram à urbanização no entorno delas e às interligações dos bairros que se formaram. Esse processo também ocorreu com as *construções religiosas*.

inexistente) da Avenida Souza Franco; a do Una; a do Tucunduba; a da Quintino; a da Estrada Nova e outras, que se encontram de maneira parcial ou totalmente aterradas, em nossa época.

No entanto, a ocupação das baixadas que aponta Arruda é um fenômeno mais recente. Isso era proveniente, segundo Trindade JR. (2016, p. 97), da tendência de Belém de não ocupar “suas áreas de baixadas, consideradas insalubres, sem infraestrutura, ainda que centralizadas no conjunto do espaço construído”. Assim, para o autor, foi priorizado, “a ocupação dos terrenos de cotas mais elevadas [o que] conferiu à cidade, por muito tempo, uma malha urbana irregular, ajudada pela implantação das áreas institucionais no início da década de 1940 à altura dos limites da Primeira Léguas Patrimonial¹⁹” (TRINDADE JR., 2016, p. 97).

Para Trindade JR. (2016, p. 101), até os anos 1940, essas áreas, chamada de baixadas, “não eram vistas como espaços que despertassem tanta atenção por parte dos investimentos urbanos, fossem eles públicos ou privados. A partir dos anos 1950, as dimensões da produção do espaço urbano belenense repercutiram” significativamente “sobre as mesmas, intensificando-se nos anos 1960, 1970 e início dos anos 1980, como parte do acelerado processo de urbanização deflagrado com a nova dinâmica de produção do espaço regional” (TRINDADE JR., 2016, p. 101).

Ao retornar à expansão de Belém no seu primórdio, lembrando que por muito tempo, a cidade só tinha dois bairros. Como causa da lentidão na expansão da cidade Sarges (2010, p. 68), cita, principalmente, a resistência que faziam os primeiros habitantes da área, índios, “à presença dos alienígenas, pela luta contra invasores, como também pelo próprio desinteresse que os metropolitanos apresentavam em relação ao Norte, por desconhecerem a existência de minas de ouro” na parte norte da área. Isso explica, na concepção de Valente (1993, p. 9), o fato que Belém da época, tinha “apenas dois bairros: o da cidade (hoje Cidade Velha) e o da Campina”.

Em relação a população, para Sarges (2010, p. 70), “até a primeira metade do século XVII, a população de Belém se resumia a 80 moradores, excluindo os religiosos, militares e nativos”. No entanto, para a autora, esta estimativa dada por Vieira foi contestada por Azevedo que, para ele, naquela época, a cidade somava 700 habitantes.

¹⁹ De acordo com Trindade JR. (2016, p. 97), uma “área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade”. Para Sarges (2010, p. 74), a área foi demarcada em em 1703. Ela foi “cedida através de Carta de Sesmaria em 1627 pelo capitão-geral Francisco Coelho de Carvalho. Com a Carta de Doação e Sesmaria de uma légua, teve início o patrimônio municipal”.

Para a autora, o processo de povoamento de Belém na segunda metade do século XVII se acelerou com a chegada de 50 famílias de colonos açorianos (no total, 234 pessoas).

Para a autora, a chegada dessas famílias criou uma necessidade de “abrir uma rua (São Vicente, atual Manuel Barata), para alocação dos novos habitantes [Assim] a *urbe* começa a se distanciar do litoral e apresentar um aumento populacional” (SARGES, 2010, p. 72). Assim,

[...] por volta de 1685, Belém já possuía quinhentos habitantes e, ao final do século XVIII, a cidade já registra 10.620 habitantes e 1.083 fogos. Ao findar o século XVII, já era possível distinguir os dois núcleos iniciais da cidade, separados pelo Piri, sendo que o da ‘cidade’ ficava junto ao Forte do Presépio e o da ‘campina’ em torno da rua dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo) (SARGES, 2010, p. 74).

Com o aumento da população da cidade, interpretando Sarges (2010), fez com que a cidade adquirisse a segunda légua no final do século XIX, através do Decreto Estadual nº766, de 21 de setembro de 1899, assinado pelo então governador, Paes de Carvalho. Com essa expansão, afirma Sarges (2010, p. 77), a cidade “começou a distanciar-se do sítio inicial e a avançar em direção à ‘campina’, surgindo, a princípio, as construções religiosas como a Catedral da Sé (1748/1755) e a Igreja de Santana (1716) e alguns prédios públicos como a Cadeia e o Palácio do Governo”.

A população de fato, de acordo com a autora, começou a aumentar com a transformação da cidade de Belém em sede, da então Província do Grão-Pará e Maranhão em 1751. Em diálogo com outros autores, afirmará Sarges (2010, p. 80):

[...] em 1833, a cidade de Belém compunha-se de 1.935 fogos e de 13.247 habitantes. Na freguesia da Sé, existiam 699 domicílios, e na Campina, 1.236. A cidade já apresentava 35 ruas, 31 travessas e 12 largos. Em 1848 [...] “a população atual da cidade de Belém com suas três freguesias da Sé, Sant’Anna e Santíssima Trindade, contém 16.092 habitantes, sendo livres 5.103 homens e 5.904 mulheres e escravos 2.496 homens e 2.589 mulheres”. [...] o censo de 1872 estimou a população da capital em 61.997 habitantes, daí deduzir-se que ocorreu entre 1848 e 1872 um aumento considerável da população belenense e que o período compreendido entre 1872 e 1890 apresentou um decréscimo demográfico da cidade.

Economicamente, Sarges (2010, p. 82), enfatiza que durante todo esse período, a cidade dependia, das culturas de café, canela, cacau, cana-de-açúcar, arroz, algodão, “entre 1840 e 1920, toda atividade econômica da região passou a girar em torno da economia extrativista da borracha. Em decorrência da nova economia que se instala, novos contingentes chegam à cidade, imprimindo uma ampliação e a modificação” da sua

paisagem urbana.

Com a riqueza da borracha, de acordo com a literatura, a cidade ganhou uma nova aparência já que teve investimento na construção de prédios públicos a partir de padrões modernos de progresso e calçamento de ruas. Essa transformação de Belém, a partir da exploração da borracha, “significou a materialização da modernidade expressa através da construção de obras, urbanização, formação de elites, na construção de ‘um modelo ideal de sociedade moderna isento de’” desordem (SARGES, 2010, p. 87). A transformação da espacialidade de Belém, proveniente da exploração da borracha, constituiu o segundo momento da sua organização espacial, trataremos a seguir.

Medo do atraso

O segundo momento da transformação espacial da cidade de Belém, foi marcado pelo medo do atraso. Belém buscava, a partir da sua transformação espacial, se parecer com as grandes metrópoles europeias, principalmente, a capital francesa, Paris. A qual emprestou o nome de *Petit Paris*.

Durante este período, o medo do outro mais distante foi vencido pelo medo do outro mais próximo, que passou a representar o atraso por ser pobre, portanto, uma potencial ameaça do progresso que se desejava.

Esse outro, por exemplo, foi considerado como fonte potencial e ambulante de doenças transmissíveis da época considerada, acreditamos, como símbolo do atraso já que, para a mentalidade da época, “a construção de uma sociedade moderna, a presença de uma pobreza indigente será considerada um desvio no macrocosmo social” (SARGES, 2010, p. 193). Assim, criou-se o mecanismo de controlar ou afastar mais longe possível para não cruzar o seu caminho.

Isso explicaria, na nossa concepção, na “expulsão” do pobre, durante esse período, do “centro” da cidade para povoar a então “periferia” da cidade. Este deslocamento foi uma consequência direta da transformação urbana da cidade que seguia o padrão progressista dominante da elite da época da *Belle Époque*.

Tendo o destaque durante este período, a exploração da borracha exigiu, em certa medida, “a reorganização do espaço urbano em função da nova condição da cidade transformada em principal porto de escoamento desse produto para o mercado externo” (SARGES, 2010, p. 21). Para Sarges,

Esta nova ordem econômica propiciou a composição de uma nova elite formada por comerciantes, seringalistas, financistas, com destaque para os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos de universidades europeias. É este novo grupo dominante que, em nome do progresso, vai direcionar a remodelação da cidade, imprimindo-lhe o brilho da Belle Époque (2010, p. 21).

Assim, podemos afirmar que a transformação da espacialidade de Belém naquela época, além de ser facilitada pela disponibilidade de financiamento devido à exploração da borracha, foi como uma resposta às exigências do capital e a demanda da classe dominante da época, movida pelo gosto da modernidade *à la française*.

Para Sarges (2010, p. 29), “a cidade procurou se modernizar, como que estivesse se preparando para ser o porto de escoamento da produção da borracha, [além disso] enriquecendo graças à borracha, muitos grupos exigiam essa modernização” que, para a autora, visava “reduzir o espaço urbano em ponto estratégico de transformação de tudo em mercadoria” (SARGES, 2010, p. 33). Em outras palavras, pode-se afirmar, junto com a autora, a exploração da borracha possibilitou,

[...] uma reorganização do espaço urbano, sempre em função do mercado especializado da borracha. Esse reflexo se expressa na construção de prédios como o Theatro da Paz, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso, o Palacete Bolonha, o Palacete Pinho, a criação de uma linha de bondes, a instalação de bancos (em 1886, já funcionavam quatro estabelecimentos bancários) e companhias seguradoras, estas últimas intimamente ligadas ao sistema financeiro estabelecido na região (SARGES, 2010, p. 114).

Do mesmo modo, em diálogo com Castro (2010, p. 133), enfatiza que apesar de mudanças ocorridas na cidade de Belém, essa mudança, se configurou, essencialmente, como “um antimundo, uma modernidade falsante conquistada, uma experiência urbana irregular, uma experiência social vacilante, uma experiência econômica distorcida e, sobretudo, uma experiência política flagrantemente”, para o autor, direcionada ao fracasso.

No entanto, apesar desta crítica, em certa medida, interpretando o autor, percebo que ele reconhece a transformação do espaço urbano da cidade que, sob o impulso da economia do látex, se modificou para satisfazer os impulsos do comércio, da finança, da política e da cultura.

Outro fator que acelerou a transformação do espaço urbano belenense da época, foi o crescimento da população da cidade com a migração dos nordestinos. Este crescimento colocou em xeque a estrutura urbana da cidade existente, que foi superada

pelo aumento de seus habitantes. Para Sarges (2010, p. 146),

[...] a taxa de crescimento correspondente ao período de 1890 a 1900 foi de 0,3559, sendo que a taxa de crescimento médio anual ficou em torno de 0,0310. Torna-se evidente que este crescimento populacional determinou um impacto na cidade, na medida em que o aparelho urbanístico mostrou-se insuficiente para atender às demandas da população.

No entanto, o crescimento da população que resultou numa reorganização do espaço urbano, com a exploração da borracha sendo responsável, em grande parte, por esta reorganização, uma vez que a cidade precisava se adaptar às exigências capitalistas de escoamentos de mercadorias como prova, por exemplo, a construção em 1846, da companhia do Porto na cidade.

Além da demografia e da economia da borracha, em certa medida, de acordo com a histografia, as mudanças ocorridas nos planos sociais e políticos no ano de 1880, também contribuíram na modernização do espaço urbano de Belém.

[...] a ação dinamizadora do “embelezamento do visual da cidade” estava à associada à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além da colocação em prática da ideia positivista de progresso enfatizada pelo novo regime republicano (SARGES, 2010, p. 152).

“Embelezamento” da cidade que, se deu mais, nesse período com as ações de Antônio Lemos²⁰ que, para Tocantins, citado por Sarges (2010), possibilitou que a cidade tivesse a sua Renascença. Ou seja, a participação de Antônio Lemos durante a exploração da borracha, pode ser observada na “cartografia” de 1905 da cidade feita por Castro (2010, p. 138), em que neste ano,

[...] o município de Belém possuía uma área de 40.156.568 m² de área edificada, o que correspondia a 53 ruas e avenidas, 52 travessas, um número incalculável de “corredores” e pequenos caminhos atualmente chamados de estivas, 22 largos, 790 construções assobradadas, inclusive os “palacetes”, 9.152 prédios, 2.600 pequenas casas e onze grandes trapiches nos portos.

²⁰ [...] Principal líder político paraense entre 1897 e 1912 e que realizou tantas reformulações na cidade que, não raro, associa-se à sua figura a própria “Era da Borracha”, como se tivesse sido o principal responsável pela riqueza amazônica da época. A Belém-látex pré-lemista, tanto a capital do Grão-Pará imperial quanto a cidade dos primeiros tempos republicanos, já apresentava uma série de avanços modernos. No entanto, para dizer o que “foi”, modernamente, a Belém-látex, seria melhor ir a 1912, ano da débacle – a falência da economia seringueira –, para que se tenha a somatória das cartografias das suas modernidades, seja a parte de Belém que foi de inspiração “lemista”, seja a parte dela que surgiu de outras inspirações, tanto públicas quanto particulares (CASTRO, 2010, p. 138).

No entanto, no mesmo tom crítico que parece tomar a pesquisa de Castro sobre as realizações de Antônio Lemos, Sarges (2010, p. 158) afirma,

[...] temos claro que uma série de melhoramentos foi realizada no espaço urbano de Belém, como pavimentação das ruas, construção de praças e jardins, usinas de incinerações de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de posturas, baseado em ideias liberais. Entretanto, todo esse “progresso” era localizado e dirigido à área central da cidade, onde habitava a elite local e parte da classe média nascente.

Na atualidade, a crítica mais dura sobre a política de modernização de Belém em Lemos, foi a crueldade da sua política de higienização da cidade que afetou, duramente, os mais pobres. Política que teve força através dos Códigos de Posturas Municipais e leis. Se esses instrumentos legais tiveram méritos na regulamentação, por exemplo, sobre a gestão de lixo doméstico ou não e de lutar contra as doenças infecciosas, eles se revelaram como instrumentos de controle da vida, tanto privada quanto pública dos habitantes da cidade (SARGES, 2010).

A crueldade da política de higienização se manifestou no ‘empurramento’ dos mais pobres do centro para as “periferias” da cidade, considerados, na lógica progressista da época, como portadores de doenças transmissíveis, por exemplo. Esse ‘empurramento’ não se fez naturalmente, muitas vezes, o poder público usou da sua autoridade para despojar esses cidadãos de suas terras, sem contrapartida. No entanto, na observação de Sarges (2010), esse desalojamento era temporário já que os expulsos, em certa medida, voltavam nos seus espaços.

Outra categoria de cidadãos que sofreu também, foi, segundo a histografia, os mendigos, que foram proibidos de circular no “centro” da cidade e também de mendigar sob pena de sofrer o rigor da lei nº 238, de 3 de julho de 1899, no seu art. 3º. Isso se deu, a partir da construção do “Asilo da mendicidade”

[...] “esmolar a caridade pública nas ruas, praças, igrejas e edifícios públicos ou privados” ficou terminantemente proibido. Esta foi uma preocupação constante no processo de “saneamento” da cidade no que se refere à mendicidade, pois o asilo incorpora a ideia de isolamento do velho, do insano, do louco, presenças prejudiciais à manutenção da ordem vigente na vida cidadina, tanto que o prédio foi construído no marco final do espaço urbano, “à margem direita, quilômetro 11, da estrada de Bragança, entre o Marco da Légua e o Ponto Sousa” (atualmente, av. Almirante Barroso) (SARGES, 2010, p. 195).

Assim, observamos, que durante a administração de Antônio Lemos, a cidade de Belém buscou se ‘aparentar’, sob o impulso da classe dominante, com as cidades europeias, principalmente, como visto, com a cidade de Paris, consumindo seus produtos tanto culturais quanto econômicos, e não com a Amazônia. Castro (2010, p. 157) lembra,

“Belém quis ser Paris em todos os sentidos. Quis ser a moderna Paris em todos os sentidos e, para isso, desatinou nos artifícios mais desvairados. Não satisfeitos em seu vocabulário, trejeitos em francês tomavam a cidade. *Merci, je vous remercie, madame*”.

Se a cidade cresceu com a economia da borracha - no sentido da urbanização do seu espaço - com a queda do comércio da borracha amazônica no mundo afora e a perda do ranking de Belém como capital da borracha, a cidade parou o seu rumo ao progresso *à la française*. Essa crise da cidade, “se manifestou nas falências de casas aviadoras, na queda de produção dos seringais, no caos das finanças públicas. No plano social, ocorreu a pauperização da população e a deposição social de famílias instaladas com base no aviamento da borracha”, afirma Sarges (2010, p. 133).

Quantificando as perdas ligadas à crise, Castro (2010, p. 17) em diálogo com Cointe, “na praça de Belém, as falências pronunciadas alcançaram o valor de 100 milhões de francos [...] e isto somente no ano fiscal de 1913. A renda interna da região caiu de 485.833 contos de réis em 1910 [...] para 153.568 contos em 1915”. Nessa perspectiva também reflete Sarges (2010), quando afirma que, com a queda da produção e exportação da borracha, toda a Região Amazônica vai sofrer uma grande crise na sua economia que, na época, estava ligada diretamente à exploração extrativista do látex.

[...] para ter uma ideia do colapso, basta ver que em 1910 a exportação da borracha atingia uma soma de 134.958 contos de réis, traduzida em 34.248 toneladas, e três anos depois não atingia sequer 70.000 contos de réis, o que significou uma queda de mais de 2.000 toneladas, face aos baixos preços do mercado internacional (SARGES, 2010, p. 133).

O significado disso representará, segundo Castro (2010, p. 17), que

Em 1912, quando se renunciou, no final do mês de agosto, a extensão que as perdas alcançariam, renunciou-se também o final de toda uma “Era”, um período de opulência, fausto e fastígio, de incrível liberalidade nos costumes e de experimentações e maneirismos na vida privada. Nos dias que se seguiram, cerca de 160 estabelecimentos comerciais fecharam as portas. [...] Dias que marcaram também a queda dramática de uma oligarquia, a dos “Lemistas”, no poder desde 1897 e uma procura nunca antes registrada por passagens de navio e fretes de embarcações. A situação atingia gravemente, também, a administração pública. A prefeitura de Belém devia mais de 2 milhões de libras esterlinas e o governo do Estado devia quase a mesma quantia.

Do mesmo modo, em tom trágico, afirma Sarges:

Por volta de 1920, configura-se fim de um “ciclo” de crescimento, em razão da redução da produção do látex amazônico

determinada pela concorrência asiática e pela produção da borracha sintética em laboratórios europeus e norte-americanos. Belém deixou de ser a “capital da borracha”; apesar disto, o urbano configurado ao longo dos séculos permaneceu sob novas condições e com outras características (2010, p. 85).

A permanência do urbano, a partir de outras características e novas condições, apontados por Sarges, será tratado no nosso terceiro momento sobre a organização espacial de Belém, que denominamos momento do “medo da violência”. Se o sistema econômico, político e a elite belenense continuam influenciando a transformação do espaço urbano, como no período da sua fundação e no ápice da economia do látex. Isto é, cada vez mais na atualidade, a violência, ter um papel importante na transformação do espaço urbano da cidade.

Hoje, como para todas as grandes cidades brasileiras, como visto em Caldeira (2000), Baierl (2004), Souza, M. L. (2006, 2008), o cenário urbanístico belenense cada vez mais se povoa em condôminos fechados, prédios com sistema de segurança e casas com entradas, portas e janelas continuamente fechadas com cadeados de todos tipos e marcas. Essa ‘pretensa’ segurança, acredita-se ser a mudança da prioridade dos produtores do espaço urbano da cidade. Se em seu nascimento, a prioridade era barrar a invasão e durante a economia da borracha, o progresso, nos parece que na contemporaneidade, hipoteticamente, a prioridade é a segurança. Isso pode, em certa parte, ser confirmado com os dados da publicação, como visto acima, por exemplo, do ranking da ONG Seguridad, Justicia y Paz (2018), que colocou Belém em décima posição de cidades mais violentas do mundo.

Medo da violência

A violência, apesar de ser um fenômeno social, não exclusivamente, do ser humano, suas características e preocupações ao longo do tempo não são as mesmas. Assim, hoje, no contexto brasileiro, fundamentalmente, belenense, considerando nossa inserção neste espaço, a violência que mais afeta os habitantes da cidade é a violência urbana. Violência que tem diversas e complexas causas indeterminadas. No entanto, de uma forma ilustrativa sem pretensão de nos ater sobre as causas da violência na cidade, a sua ocorrência é geralmente, ligada, como mostrou a nossa participação no projeto “Mídia e

Violência”, ao tráfico de drogas.

A violência urbana, na cotidianidade dos moradores da cidade, é uma preocupação permanente, determinando a maneira de habitá-la e, geralmente, se materializa na elaboração de cenas do medo que passam a determinar, em certa medida, quais são lugares da cidade a frequentar e quais tipos de pessoas se aproximar. Por fim, quais são os momentos de dia andar ou circular nas ruas e avenidas da cidade.

Constatei, durante as entrevistas realizadas, uma preocupação dos sujeitos com a violência na cidade, uma vez que ela passa a determinar a relação deles com essa mesma cidade. Uma relação que varia do amor ao ódio, de aproximação e de repulsa com a cidade, por exemplo, conforme narrativas dos taxistas à pergunta sobre as impressões que têm sobre Belém.

Assim, para quem já sofreu violência, geralmente, tem um sentimento de ódio ou repulsa com a cidade. É o caso do Sr. AMPA1 (40 anos, informação verbal²¹), que foi eloquente em dizer que todas as cidades brasileiras são violentas, mas considerou a cidade de Belém como “Horível, suja [e] violenta [...] **suja para caramba**”. A ênfase que o entrevistado faz em relação à sujeira da cidade parece nos levar na discussão filosófica Ricoeuriana do Mal. A sujeira da cidade no depoimento dele nos parece sair do simples plano do sujo, que pode ser combatido através de medidas de saneamento como na Belle Époque, para o plano do *souillure*, mancha, como um dos primários símbolos do mal, portanto, da violência.

Deste depoimento, entende-se que, é a violência que o deixa horrorizado com a cidade enquanto violenta. Na qual, fundamenta esta afirmação a partir da experiência que o entrevistado teve, uma semana antes de participar na pesquisa, ele foi assaltado²². Isso facilitou analisar que seu ódio com a cidade, em certa medida, não é somente causado pela falta de higiene, mas também e, sobretudo, da falta de segurança dos habitantes.

Para quem não sofreu a violência urbana, como o caso do Sr. AMPA2 (51 anos, informação verbal²³), assegurou que, durante 25 anos de profissão, nunca sofreu nenhum assalto, geralmente tem uma relação de amor com a cidade. No seu depoimento a seguir,

²¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

²² Vale informar que esta informação foi obtida em off com o Sr. AMPA2. E era reveladora para entender a desconfiança do Sr. AMP1 quando foi abordado para participar na pesquisa. Uma desconfiança que se revelou nas respostas mecânicas do mesmo a perguntas da pesquisa.

²³ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

percebemos que mesmo considerando a cidade violenta, ele ama a cidade.

Olha, [Belém] é uma cidade bonita, mas muito extremamente violenta. Na minha concepção como falei, [...] eu leio muito, hoje pelo que eu vejo, a estatística, Belém é uma cidade mais violenta em proporção, é a cidade mais violenta do Brasil [...] Belém, em proporção é uma cidade mais violenta do que Rio e São Paulo Se você analisar, entendeu? É homicídio todos os dias, muitos homicídios. É muita, muita violenta Belém. Você anda hoje, [...] vê como taxista, mas, antes não. Eu já tive a oportunidade, devido a gente andar todos os bairros de Belém, como o nosso trabalho requer, eu vejo, já vi homicídios, há quatro meses atrás eu vi homicídio, dois no caso. Motoqueiro saíram pararam o carro para matarem os dois. Eu perto tipo 20, 10, 15 metros [quando vi a cena], parei o carro, entendeu? Fiquei parado, fiquei olhando. Aí tiraram um ou mataram um do lado do motorista e o motorista estancou o carro e eles foram do outro lado do carro, puxaram o outro e o executaram [...] friamente, entendeu? É aquilo achei absurdo eh! [...] a gente vê, o taxista sempre vê. Acidentes, pessoas brigando, se matando, entendeu? Ou homicídio, [...] eu vi o assalto, a gente vê sempre essas coisas acontecerem. Estão no cotidiano, estão no dia a dia vendo tudo isso.

Esse amor expressado pela cidade é um amor erótico Levinasiano de desejo sexual que se tem para com o outro, que se oferece a nós, gratuitamente, não como uma coisa que podemos possuir, mas sim como nosso senhor que nos assujeita com a sua presença e na ausência e que, apesar de ser diferente de nós, nos ajuda a construir a nossa alteridade. Esta situação da não posse nos desequilibra e sempre nos coloca no estado de cobiça, do desejar do outro que, jamais se ofereceria a nós como posse. Tal desejo foi que cativou o Sr. ATM2 (67 anos, informação verbal²⁴), a ponto de trair a sua mulher, declarando a sua paixão por Belém, apesar de já ter sofrido assalto.

Eu gosto de Belém, estou apaixonado por Belém [...]. Até digo para a minha mulher assim, [...] olha, eu tenho uma namorada que eu nunca vou deixar, “quem ela? ”, uma morena, por mim Belém é uma cidade morena né, cidade morena. Belém do Pará é a minha namorada.

A consideração de Belém como uma “morena ou namorada” não pode ser entendida como uma erotização feminizante grotesca, como pode aparecer, mas sim, de acordo com a teoria Durandiana do imaginário, como um processo de inversão de valor, ou seja, um processo durante o qual, por exemplo, o anjo, às vezes, pode se transformar em demônio, o lobo, em amigo, o deus da morte e em deus da vida, o grande mal e ou em

²⁴ Coletada por meio de entrevista em 26/04/2018.

belo, mau ou bênção e, o mais próximo de nós, um “bandido se torna bom quando morto”.

Entretanto, essa inversão é eufemizante que, segundo Durand (1997, p. 116), “uma representação é enfraquecida disfarçando-se com o nome ou o atributo do contrário”. Neste sentido, entendemos, muitas vezes, nos mitos, por exemplo, “a própria palavra ‘morte’ é substituída por inúmeros eufemismos, e, longe de serem sempre feias, as divindades da morte transformam-se em belas e sedutoras jovens” (DURAND, 1997, p. 116). Em outras palavras, para o autor, a inversão eufemizante se configura “como um processo de dupla negação”, ou seja, um processo,

[...] em que pelo negativo se reconstitui o positivo, por uma negação ou por um ato negativo se destrói o efeito de uma primeira negatividade. Pode-se dizer que a fonte da inversão dialética reside neste processo da dupla negação, vivida no plano das imagens, antes de ser codificado pelo formalismo gramatical. Este processo constitui uma transformação dos valores: eu ato o atador, mato a morte, utilizo as próprias armas do adversário. E por isso mesmo simpatizo com a totalidade ou uma parte do comportamento do adversário (DURAND, 1997, p. 203-204).

Assim, a feminização da cidade que faz o Sr. ATM2 e outros entrevistados, não pode somente ser interpretada como a sexualização ou erotização da imagem da mulher, que através da sua feminilidade, seu corpo deve ter certas características de beleza para cumprir o seu papel de sedução e atração (COSTA, KABUENGE, 2014) ou da imagem negativa da mulher enquanto impura (DURAND, 1997), fraca que precisa ser protegida como pode parecer, mas, pensamos, nesta erotização, há um tipo de reconhecimento da dualidade ou ambiguidade da cidade de Belém que, ao mesmo tempo, é onde a vida se faz possível e também onde a morte se banalizou a partir da violência.

Uma dualidade que faz ao mesmo tempo nos apaixonar pela cidade ou ter um desejo sexual para com ela, e também, ter um ódio ou uma repulsa, já que o amor que se tem pela cidade é um amor que, de acordo com Durand (1997, p. 196), “pode, continuando a amar, carregar-se de ódio ou de desejo de morte, enquanto, reciprocamente, a morte poderá ser amada numa espécie de *amor fati* que imagina nela o fim das tribulações” do tempo.

Desse modo, Belém se configura, no olhar do Sr. ATM2, uma Cidade Morena com que seduz e atrai apesar da violência que caracteriza o seu cotidiano. Através da inversão eufemizante, no imaginário belenense, a cidade ainda é apresentada de uma forma apaixonada como a cidade “da chuva da tarde que dá vontade de tomar tacacá”. Como uma “Cidade de Mangueiras”; ela é “Belém do Pará”, cidade que convive com

lendas, por ser uma cidade da Amazônia, cidade que encanta e desencanta. Deste fato, uma cidade de práticas sociais na sua dimensão erótica, portanto, comunicativa em que a comunicação seria, como visto em Maffesoli (2003), a cola do mundo contemporâneo, quer dizer, cola que nos liga ao outro homem.

Nesta perspectiva, pode-se observar que a cidade passa a ser lida como páginas de um livro, uma cidade que se fala, narra e escreve, portanto, uma cidade texto, discurso e linguagem. Isso implica dizer, uma cidade como experiência com o outro, uma vez que, o texto, o discurso e a linguagem são ações para com o outro que está, tanto no aqui agora, quanto ausente, cuja ausência lhe faz presente para comunicar conosco. Resumindo, uma cidade como narrativa, portanto, como imaginário.

Isso explicaria, apesar do imperialismo da violência urbana no cotidiano dos habitantes da cidade, a cidade ainda se configura como lugar onde a vida se faz possível, em que os efeitos e temores da violência urbana, através da inversão eufemizante, passam, para segundo plano por causa do *amor fati* que se tem da cidade. O *amor fati* é o amor ao destino, amor ao fato, portanto, fato de viver, viver com outro e para com outro.

Dito isto, não é necessariamente a pessoa que sofre a violência urbana que desenvolve, em certa medida, o sentimento de ódio ou repulsa à cidade. O inverso também, é verdadeiro. Ou seja, não é necessariamente alguém que não sofreu à violência que desenvolve, em certa medida, o sentimento de amor à cidade. A preocupação com a violência não é necessariamente presente somente nos taxistas, enquanto moradores da cidade, mas também, como, uma preocupação dos jornais analisados enquanto instituição da cidade.

Nas análises das capas das edições de 15 de agosto de 2007 do *Diário do Pará* e do *O Liberal*, constatou-se essa preocupação com o crescimento das taxas de homicídios na cidade. No primeiro jornal, encontra-se, na capa, em segundo plano, estampada, “Dois assassinatos por dia em Belém²⁵”. E no segundo, está estampada na manchete principal, “Mortes violentas sobem para 2 por dia em Belém²⁶”.

Analisando os dois títulos, ou seja, nos dois veículos de comunicação que - o antes de 15 de agosto daquele ano - a cidade era relativamente sem violência, uma vez que a taxa de homicídio beirava entorno de 0 a 1 morte por dia. E a partir daquele dia, a situação

²⁵ Ver Apêndice 1

²⁶ Ver Apêndice 2

ficou preocupante com o crescimento da taxa de morte violenta pressagiando um futuro sombrio, o que não é desmentido pela situação da insegurança atual da cidade.

A preocupação com a violência, leva ao medo e a exclusão do outro, que se busca evitar entrar em contato como mostra o trecho de depoimento a seguir do Sr. ATBBC3 (53 anos, informação verbal²⁷).

[...] quando a gente vai [...] numa determinada avenida que alguém faz um sinal, a gente olha e percebe que aquela pessoa não passa segurança. E a gente evita. Às vezes o cara está, a gente percebe de longe atrás do porte, atrás de uma mangueira. De repente ele pula e faz sinal. Já sabe que aquilo ali é perigo. A gente já passa direto. Se dava para passar por cima, a gente passava, mas não dá.

Ao retornar à questão de evitação do outro nos capítulos posteriores. Mas agora, passa-se a pensar a cidade que se transformou e se transforma essencialmente sob o impulso econômico e político. O pesquisador Trindade JR. (2016), aponta a importância do rio na organização inicial do espaço urbano da cidade, mostrando que o advento das rodovias na Amazônia, teve um impacto considerável nesta organização.

[...] um novo momento da dinâmica econômica regional, cujo marco são as vias rodoviárias, que passaram a redefinir não só o espaço regional como um todo, mas, e principalmente, os espaços urbanos da Amazônia. No caso de Belém, essa dinâmica marca também o seu processo de metropolização. Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, [a] metropolização, que se iniciou ainda na década de 1960 e se consolidou nas décadas seguintes. Essa fase pressupõe a incorporação de cidades, vilas e povoados próximos de Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passou a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País (...) e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE JR., 2016, p. 22-23).

Percebemos, neste autor, entre outros fatores de transformação da cidade na época, o capital financeiro que teve um papel determinante na organização do espaço urbano belenense, que passou a se configurar, como em toda Amazônia. “O mais recente espaço de expansão e projeção das relações capitalistas de produção” (TRINDADE JR, 2016, p. 39). Para o autor, na época, “a Amazônia tornou-se uma verdadeira fronteira econômica

²⁷ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

de ação do capital e de controle político do Estado no processo de estruturação do território brasileiro” (TRINDADE JR., 2016, p. 39), portanto, a sua urbanização, dependia, entre outros fatores, dos fatores econômicos.

Assim, que a transformação do espaço urbano da cidade se deu, em grande parte, das influências da economia que buscava adaptar o espaço às suas exigências de armazenamento e escoamento de mercadorias. Entretanto, percebe-se que o espaço da cidade se transformou também, a partir das outras práticas sociais além das econômicas. Isso implica dizer que, o espaço urbano belenense é, em certa medida, um espaço produzido, por exemplo, a partir de conflitos ou lutas, geralmente, entre uma minoria abastada e uma maioria pauperizada. O caso da *Belle Époque* é bem ilustrativo a este fato ou o caso das “invasões” – ocupações de terras de uma forma considerada juridicamente irregular diante da lei – fenômeno que, de acordo com a histografia, teve seu ápice entre meados da década de 1980 e a primeira metade de 1990.

Para Trindade JR. (2016), a expansão da cidade se deu, geralmente, a partir das invasões. Sem querer entrar no mérito dessas discussões, no entanto, cumpre dizer que o espaço urbano de Belém, seria, como diria Soja (1993), socialmente produzido, isto é, um “espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo” (SOJA, 1993, p. 101-102).

Transformação que fizeram com que, olhando a cidade, disse Trindade JR. (2016, p. 21), a partir de “paraná, furos e ilhas (...) a massa urbana densificada de Belém, com seus inúmeros arranha-céus, parece emergir das águas”. Se Belém surgiu a partir de uma fortificação militar à beira do rio e, logo depois, tinha uma área de 4.110 ha e por um tempo, tinha só dois bairros - Cidade (hoje Cidade Velha) e Campinas - hoje, de acordo com a Secretaria de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão – SEGEP²⁸ (2006-2010), Belém tem “8 Distritos Administrativos e 71 bairros, com um território de 50.582,30 ha, sendo a porção continental correspondente a 17.378,63 ha ou 34,36% da área total”. A porção insular da cidade está “composta por 39 ilhas, que correspondem a 33.203,67 ha ou 65,64%. O contingente populacional na área urbana representa uma taxa de urbanização muito superior à observada para o conjunto da Amazônia e para o Estado do Pará”. Assim, “atualmente, Belém apresenta uma densidade demográfica de 1.201,39 hab./km²”.

²⁸ As informações contidas nesta parte foram tiradas do site oficial da SEGEP: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/paginas/brasao.php> . Acessado em: 22 de julho de 2018.

Ainda, de acordo com os dados da SEGEP, “Belém é uma das metrópoles brasileiras e a maior cidade da Região Norte” com uma Região Metropolitana – RMB, composta por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara. E totaliza cerca de “1.794.981 habitantes, sendo que a maioria da população reside em zonas urbanas”. Em relação a Belém, destaca a SEGEP, a grande concentração da população “ocorre onde a altitude da porção continental acha-se em áreas de cotas inferiores ou iguais a 4 metros, espaços tradicionalmente conhecidos por ‘baixadas’”. Essas áreas, “por apresentarem cotas inferiores a 4 metros”, elas “sofrem influência das 14 bacias hidrográficas existentes no município, o que lhes impõem a condição de ocuparem terrenos alagados permanentemente, ou sujeitos a inundações periódicas”.

Economicamente, Belém, de acordo com a SEGEP, a sua sócio-economia, “está pontuada por uma estrutura produtiva na qual as atividades do comércio e serviços se apresentam como alternativas de emprego e renda para a população”. De acordo, com a SEGEP, Belém “concentra grande parte de todas as atividades produtivas do Estado. Importante lembrar que essa estrutura é fruto do processo histórico de inserção da região na evolução da economia nacional e mundial”.

Assim o espaço urbano belenense, através das práticas de seus habitantes que, através das narrativas ou imaginários, organizam e determinam tanto essas práticas quanto o espaço da cidade. Espaço que, depois de ser produzido, passa a condicionar ou determinar as práticas sociais ou imaginários dos indivíduos. É neste sentido que se enquadra a feminização da cidade nas entrevistas realizadas, em que, a figura feminina da cidade, remeteria, entre outras coisas, ao cuidado materno que a cidade teria para com seus habitantes já que, apesar de todas as preocupações, por exemplo, ligadas a deterioração da segurança pública, ela, cidade, ainda é a nossa casa, “Belém do Pará”, “cidade da Mangueira”, “Cidade Morena”.

3 A CIDADE E SUAS EXPERIÊNCIAS

Considerando a cidade como obra coletiva, neste capítulo, discutimos a partir das literaturas, a cidade e suas experiências que, de certa maneira, desafiam o nosso entendimento, uma vez que, ao mesmo tempo, ela se apresenta como lugar do encontro e também do anonimato. Quer dizer, alguns aspectos que ajudam a entender, a cidade, entre outros aspectos, como um lugar de espreita, mas também como uma experiência com o outro. Do mesmo modo, discutiu-se o medo como dispositivo de controle e um componente estratégico na geomidiatização da cidade pela mídia. A geomidiatização como produção do fazer mediático, operacionalizado através da contenção simbólica. Por fim, a concepção da cidade e sua dimensão narrativa ou imaginária. Portanto, em alguns momentos, apresentar alguns dos seus aspectos físicos, uma vez que a cidade se configura entre forma e conteúdo.

3.1 A cidade como lugar de espreita

Um lugar que não posso mais desfrutar a qualquer hora ou momento, uma vez, que em certa medida, as produções da mídia levam a nos preocupar mais do “irracional”, quando afirma o entrevistado Sr. AMPA2, pois causar alguns danos do que experimentar a cidade enquanto “lugar do possível”. O medo causado pela violência urbana, nos leva, a modificar a forma do estar e sentir-se na cidade, ou até mesmo modificar a sua conformação espacial através de construção de estruturas ou edificações que faz da cidade, um lugar povoado de estruturas parecidas às estruturas de cárcere: condomínios fechados, casas cercadas por grades e cercas elétricas, conjuntos habitacionais cercados que, enquanto estruturas de proteção contra a violência urbana, acabam, não somente delimitando o direito de ir e vir dos outros cidadãos, já que privatizam certos espaços públicos, principalmente a rua ou avenida, mas também a vida de seus proprietários.

Bauman (2005) afirma que nos sentimos cada vez mais ameaçados, inseguros, assustados e apegados a tudo que envolve segurança. Para este autor, esse comportamento é proveniente da insegurança observada pelo medo do crime e dos malfeitores. Há um “predomínio da desconfiança perante aos outros e as suas intenções, ao mesmo tempo que uma atitude que nega ou considera impossível contar com a constância e a fiabilidade da companhia dos seres humanos” (BAUMAN, 2005, p. 12).

A desconfiança no desconhecido, se não é um comportamento exclusivo do nosso tempo, ela se configura, como uma “medida” quase certa de segurança na cidade e testemunha, em certa medida, sem comparação de época, da intolerância e do declínio nos vínculos de convivência, de desgaste nas relações de solidariedade entre indivíduos enquanto moradores da cidade. Assim, cada um passa a tomar conta “por si e Deus por todos”, e cada vez mais a cidade parece ser um lugar onde precisa-se espreitar para não ser surpreendido negativamente.

O medo causado pelos sentimentos e percepções em torno da criminalidade e da insegurança leva-nos a constituir aquilo que chamamos de imaginário do medo, ou seja, implica novas formas de experiências entre cidadãos, melhor dizendo, novas formas de socialidades²⁹ que cada vez mais se constroem no anonimato, ou no individualismo, ou na desconfiança do outro. Esse imaginário leva, de certo modo, as pessoas adotarem medidas para evitar o encontro com os desconhecidos. Essas medidas podem se materializar na modificação urbana da cidade, como visto acima, ou na forma do estar junto na cidade, que passa a ser baseada na desconfiança de um e de outro. A descrição da entrevista a seguir, é reveladora a este respeito:

[...] tem certas pessoas que a gente olha mesmo e a gente vê a cara do elemento, a gente prefere ir embora, nem para. Por mais que pode até julgando a pessoa. [...] A gente pode até julgando a pessoa, pode até que ele não seja nada, mas do jeito como estão as coisas, **mano**. Estes caras que vêm de **cabelo pintados, com tatuagem**, a gente já fica com medo (Sr. AMPA3, 49 anos, informação verbal³⁰).

Constatamos que a experiência profissional de 30 anos do Sr. AMP3, como taxista e habitante da cidade de Belém, lhe proporcionou algumas estratégias, geralmente baseadas na evitação de desconhecidos, mesmo sem razão nem prova de que ele é um “criminoso” ou malfeitor. No entanto, a desconfiança do outro, desafiaria a definição dada por França (2008, p. 74) da sociedade enquanto “contexto objetivo de ação”. Isso significa, “ela existe através da atividade cooperativa de seus membros, dos atos e trocas

²⁹ O livro consultado para este conceito, “Questões fundamentais da sociologia”, utiliza a palavra sociabilidade a partir da palavra alemã “Geselligkeit” (SIMMEL, 2006, p. 64). Assim, Geselligkeit, substantivo feminino, significa em geral, convivência. Portanto, em alemão, encontramos além do Geselligkeit, o substantivo feminino Soziabilität que se aproximaria, pensamos, do português sociabilidade. No entanto, vários pesquisadores, tal como Maffesoli (1996), emprega a palavra socialidade para o Geselligkeit Simmeliano. Assim, adotamos nesta dissertação, também a palavra socialidade como tradução do Geselligkeit remetendo ao um dispositivo que possibilita aos indivíduos viverem em sociedade através de regras que a socialização entre eles permite e caracteriza seu modo de estar ou de viver.

³⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

efetuadas em comum”. Assim, dizemos que a desconfiança desafiaria a sociedade enquanto conjunto de práticas e interações sociais entre sujeitos. As interações se dariam, segundo concepção de Simmel (2006, p. 59-60),

[...] sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles (SIMMEL, 2006, p. 59-60).

Para Simmel (2006, p. 60, grifo do autor), é a partir dos impulsos que os indivíduos, ao interagirem, formam “uma unidade – mais exatamente, uma ‘sociedade’”. No entanto, diz o sociólogo, todos esses impulsos, todas “essas matérias com as quais a vida se preenche, essas motivações que a impulsionam” (SIMMEL, 2006, p. 60), isoladamente não são sociais. Eles ganham o caráter social somente através das interações sociais entre indivíduos que buscam satisfazer seus impulsos individuais. Assim, continua Simmel, a busca de satisfação individual de interesses que obriga os indivíduos interagirem origina o surgimento de “sociação”. Isto é, uma forma através da qual, “indivíduos, em razão de seus interesses (...) se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (...) formam a base da sociedade humana” (SIMMEL, 2006, p. 60-61).

A sociação, segundo Simmel (2006, p. 63), enquanto forma, tende a autonomizar-se dos impulsos individuais que lhe deu existência. Melhor dizendo, “as formas criadas pelas finalidades e pelas matérias da vida se desprendem dela e se tornam finalidade e matéria de sua própria existência”. Assim, ao se autonomizaram, as formas ganham, no olhar do autor, “puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade” (SIMMEL, 2006, p. 64). Ou seja, a socialidade seria uma forma que se autonomiza da sociação que lhe deu existência anteriormente. Ou, a socialidade seria a “forma autônoma ou forma lúdica da sociação” (SIMMEL, 2006, p. 63).

A partir das explicações Simmeliana de formação de socialidade, podemos, de uma forma ousada, conciliar com França (2008, p. 76), que uma sociedade se forma, portanto, “a partir da existência de uma adaptação recíproca no comportamento de diferente organismo [...] É esta dinâmica mútua que institui a ação coletiva e permite a

convivência social”.

Convivência que, poderia ser hipotecada, de acordo com o objetivo desta dissertação, nas narrativas jornalísticas sobre a cidade de Belém nos jornais impressos paraenses examinados, uma vez que as suas estratégias editoriais voltadas na (des)construção narrativa de violência urbana leva sempre, na desconfiança do outro e a sua exclusão, dependendo do contexto, tanto física quanto simbólica. Assim, o medo passa a tensionar as relações, pois as pessoas temem, a qualquer momento, ser alvos de um ato de violência, como: assaltos, roubos, tornarem-se reféns, atingidas por uma bala perdida, sofrerem um latrocínio, homicídio, assassinato. O medo qualificado por Bauman como “medo derivado”.

[...] uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança (o mundo está cheio de perigos que podem se abater sobre nós a qualquer momento com algum ou nenhum aviso) e vulnerabilidade (no caso de o perigo de se concretizar, haverá pouca chance de fugir ou de se defender com sucesso; o pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais) (BAUMAN, 2008, p.8).

Dialogando com Castel, Bauman (2005), a partir do suposto abandono da questão da segurança urbana nas mãos dos indivíduos, afirmará que a sociedade contemporânea, ao suprimir a coesão existente entre suas instituições, que no princípio, em certa medida, “delimitavam as normas e velavam pelo seu cumprimento, e ao substituí-las pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos, passou a assentar no terreno movediço da incerteza” (BAUMAN, 2005, p. 12).

Incerteza que, de acordo com Souza, M. L. (2006, p. 23), se concretiza na tomada de “medidas policiais e coercitivas, preventivas ou [...] repressivas, sejam oficiais ou ilegais, da ‘privatização de espaço públicos’ à criação de grupos de extermínio, com a finalidade de combater a criminalidade e ‘restaurar [...] a ordem’”

Na mesma ordem de ideia, escreve Caldeira (2000), que ao perceber a infeliz combinação entre o desrespeito aos direitos da cidadania, o crime e o medo da violência, levou a uma transformação urbanística vergonhosa da cidade de São Paulo, produzindo, segundo ela, um novo padrão contemporâneo de segregação espacial de uma grande parte da população. A “privatização da segurança desafia o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, que tem sido considerado uma característica definidora do Estado-nação moderno” (CALDEIRA, 2000, p. 10). Para a autora, “nas últimas décadas, a segurança tornou-se um serviço que pode ser comprado e vendido no mercado, alimentando uma

indústria altamente lucrativa” (CALDEIRA, 2000, p. 10). Assim, para Caldeira, os cidadãos de muitos países, passaram a depender,

[...] cada vez mais da segurança privada não só para a proteção em face do crime, mas também para identificação, triagem, controle e isolamento de pessoas indesejadas. [Citando o caso de São Paulo, a autora destaca, a privatização], assume uma característica mais perversa e preocupante no contexto de amplo descrédito das instituições da ordem – as forças policiais e o sistema judiciário [já que elas, as instituições], são vistas como ineficientes (CALDEIRA, 2000, p. 10).

A perversidade da privatização da segurança se radicaliza quando, para a autora, a população passa a considerar em nome da segurança, “alguns direitos de cidadania não importantes e até mesmo censuráveis” (CALDEIRA, 2000, p. 11). Ou seja, em diálogo com Souza, M. L. (2006), quando uma parte da população passa a considerar a repressão como solução contra a violência. Repressão que, para o autor, se assemelha, em certa medida, com a “versão tropical do binômio foucaultiano *vigiar e punir*: mais policiais, polícia mais eficiente, polícia menos corrupta, polícia mais ‘inteligente’ ... e, claro, mais prisões, prisões mais seguras etc.” (SOUZA, M. L., 2006, p. 19, grifo do autor).

Retomamos Baiarl (2006), para lembrar que quando o estado não consegue mais manter e garantir o seu devido papel, por exemplo, a segurança aos seus cidadãos, isso, de uma forma, “contribui, cada vez mais, para o isolamento das pessoas e segregação das mesmas, em vez de propiciar a emergência de ações coletivas em torno de reivindicações de direitos sociais legítimos” (BAIERL, 2006, p. 26). E, assim, “desqualifica a força e a ação coletiva, enquanto estratégias que visam à transformação da realidade”.

A crescente preocupação com a violência tem levado diversas cidades do mundo, e em específico a cidade de São Paulo, segundo Caldeira (2000), a adotarem medidas por “diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tantas novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades” (CALDEIRA, 2000, p. 9). Portanto, para Souza, M. L. (2006), essas medidas escapistas não resolvem a questão da segurança na cidade, mas ao invés disso a piora. Já que, continua o autor, apesar da auto-segregação e segregação, da “‘cidade monitorada’, [dos] espaços públicos cercados, [dos] logradouros públicos ‘privatizados’, [também, da] formação de ‘enclaves territoriais’ controlados por traficantes de drogas operando no varejo” (SOUZA, M. L., 2006, p. 20), o medo prevalece e predomina transformando, em certa medida, as grandes cidades brasileira em “verdadeiras ‘fobópoles’, [isto é, em] cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente

nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc.” (idem, 2008, p. 9).

As pesquisas de Caldeira (2000) e Souza (2006) mostram como a violência e o medo da criminalidade têm transformado as práticas e relações sociais na cidade, ou como nos lembra Baierl (2004, p. 13), tanto a violência urbana quanto o medo social originado “pela forma como ela cresce e se desenvolve na sociedade têm afetado profundamente o cotidiano das pessoas, alterando formas e ritmos de ser e viver na cidade e, conseqüentemente, modificando de modo profundo as relações de sociabilidade”.

Assim, percebe-se como este medo afeta a comunicação entre os indivíduos na contemporaneidade, como foi visto acima, e em nome dessa segurança individual, de determinados moradores de cidade que se sentem ameaçados pela violência urbana, profanam o estar junto Buberiano, ou seja, a “comunidade” onde os indivíduos superam os males que castigam e criam condições favoráveis para uma vida digna. Tal responsabilização do homem, acaba favorecendo o anonimato entre os indivíduos na cidade afetando deste fato, a mutualidade e a reciprocidade de ações com o outro, portanto, o diálogo, o estar junto. Melhor dizendo, responsabilizar cada indivíduo em se ocupar da sua segurança levaria ao individualismo vazio em que tudo se define não longe da ponta do nariz do indivíduo. Ou seja, uma responsabilidade que desvincularia, pensamos, o indivíduo da “comunidade” e o livra ao isolamento e uma sensação vazia de liberdade de ação.

Considerando o individualismo como constructo fictício, Buber (1987, p. 122), afirma que ele “se tornou questionável em nossa época, pois, atacado de diversos flancos [para ele] isso tem razões complexas, mas tem antes de tudo [...] como fundamento, o fato de o homem, [...] não poder mais tolerar o individualismo, isto é, [...] a esfera privada”, melhor dizendo, “a atmosfera do depender de si próprio como indivíduo”.

Assim, entendemos junto com o autor, o individualismo como uma “obstinada procura pelo *amor fati*, como obcecado esforço do homem em considerar-se um indivíduo, em se autoglorificar, em se autocelebrar como indivíduo isolado” (BUBER, 1987, p. 124). Uma solidão que leva o indivíduo a viver em anonimato ou em uma profunda solidão, já que ele se “sente solitário como homem, em sua essência de homem, e além deste fato fundamental é solitário como indivíduo no mundo humano”.

É a partir deste isolamento do indivíduo que a comunidade se encontra minada e levada a desaparecer uma vez que todos passam a se ocuparem individualmente, por exemplo, da sua segurança mesmo que isso prejudique o próximo que, do status do vizinho passa a ser considerado como um inimigo em potencial.

3.1.1 Do vizinho ao inimigo (estar junto ao anonimato)

Percebe-se que a violência urbana e o medo do crime têm favorecido a exclusão do outro. Essa exclusão se efetiva com a perda da mutualidade e reciprocidade de ações entre indivíduos, portanto, da comunicação enquanto prática ou relação social definidora de um mundo possível. O medo de dialogar com o outro que se suspeita as intenções, faz surgir, interpretando Mumford (2004), um tipo de homem capaz de se entregar,

[...] às forças hoje quase automáticas, que ele próprio desencadeou, e ceder o lugar a seu desumanizado alter ego, “Homem Pós-Histórico” [tendo como consequência] uma progressiva perda do sentimento, da emoção, da audácia criadora e, afinal, da consciência (MUMFORD, 2004, p. 10).

Esse homem pós-história se caracterizaria, em reflexão com Bauman (2005), com a incapacidade do homem contemporâneo de contar com a constância e a fiabilidade da companhia dos outros o que lembraria bem o Zaratustra nietzschiano que, sem saber lidar com os outros por considerar que ninguém o entendia ou compreendia, se isolou nas montanhas para meditar sobre si e sobre o seu mundo. Quer dizer, um homem que não precisa dos outros, portanto, da cidade. Já que não se reconhece nela, nem conhece os outros habitantes da cidade, por se desconfiar em suas capacidades de lhe entender. Assim, para ele, a cidade não se configura como lugar de convívio, mas um lugar perigoso e ameaçador. Ameaça que, na verdade, toma corpo em sua imaginação.

No entanto, para Martín-Barbero (2000, p. 30, tradução nossa), em certa medida, “quando vivemos em um lugar que nos parece estranho, é porque desconhecemos os objetos e as pessoas deste lugar. [E] quando não nos reconhecemos como pertencentes do tal lugar, então, nos sentimos inseguros, e essa insegurança, nos faz perceber” de uma forma errada como agressivas, certas pessoas que, de natureza, são pacíficas.

As montanhas como último refúgio Zaratustrana seriam, no cenário urbano belenense, uma metáfora dos condomínios fechados; casas cercadas; prédios; as vilas, ou partes controladas pelos traficantes de drogas, tecnologias de segurança: câmera de segurança, cerca elétrica, guarita na entrada de uma vila ou condomínio, sofisticação de fechaduras e cadeados, entre outras tecnologias. Tais montanhas de isolamento, além de serem testemunhas da insegurança que assalta o cotidiano dos moradores da capital paraense, elas seriam, como combustível do medo que impossibilita, aos seus donos, experienciar a cidade com os outros, já que essas montanhas, em permanência, os relembram quão era perigosa as suas permanências na cidade com os outros como o louco,

na porta de cidade, lembrou a Zaratustra do perigo que ele corria ao retornar à cidade. Cidade que ele sentia repugnância e “gostaria de ver já a coluna de fogo em que se há de consumir” (NIETZSCHE, 2013, p. 255).

A repugnância que tinha Zaratustra da cidade seria melhor do que a hipocrisia da classe dominante que aponta Souza, M. L. (2006). Se Zaratustra tinha o desejo de ver a cidade ser consumido pelo fogo, sem colocar em execução o seu plano, a classe dominante e os detentores do poder paralelo que controlam as áreas menos desvalorizadas da cidade que, através de suas medidas escapistas, pouco a pouco, sem desejar o fim trágico da cidade pelo fogo, a mata de fato a *petit feu*.

O que fazer com essa hipocrisia escapista do homem contemporâneo? Para Mumford (2004, p. 10), isso não seria uma preocupação já que a sociedade contemporânea traz nas suas “instituições e organizações políticas existentes”, a redução da cidade em suas “dimensões de um centro subterrâneo de controle, pois, nos interesses do controle e do automatismo, todos os demais atributos da vida serão penhorados” já que é uma sociedade que incentiva o individualismo. Em tal sociedade, a comunicação enquanto prática social, portanto, como diálogo entre vizinhos nos primórdios de cidades (MUMFORD, 2004; PARK, 1987), encontra-se penhorado pela busca desenfreada da segurança que gera um sentimento de vigilância de todos contra todos, uma vez que o outro, próximo ou longínquo, passa a ser considerado como inimigo e uma potencial ameaça que deve ser supervisionado em seus movimentos, pensamentos, gostos, entre outras de suas atividades.

Para Park (1987, p. 31), a vizinhança é “uma unidade social que, por sua clara definição de contornos, sua perfeição orgânica interna, suas reações imediatas, pode ser justamente considerada como funcionando à semelhança da mente social”. Mente no sentido de formação de representações e significados, portanto, de sentidos que passam a guiar a vivência do grupo. Isto é, a organização e funcionamento do grupo em prol de defender e alcançar interesses comuns sejam políticos, culturais ou econômicos.

A comparação da vizinhança à mente social tem a ver com a concepção da cidade como organismo vivo, pelo autor. Assim, para ele, a cidade seria “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (PARK, 1987, p. 27). Em outras palavras, partes que funcionam na unidade e harmonia para o bem de um todo na imagem do organismo vivo que, apesar de vários órgãos com funções diferenciadas, todos se articulam harmonicamente para o bem de todo, o corpo.

Assim, ao evocar a vizinhança em Park (1987), a partir desta metáfora, resgatar o princípio “de proximidade e de contato” entre sujeitos, o que definiria a vizinhança. No entanto, não pretende-se cair na nostalgia Parkiana, ou seja, de uma vizinhança sem conflito e entre os conhecidos, por ser do mesmo grupo social e compartilhando os mesmos valores, em um determinado contexto espacial. Mas resgatamos o contexto da co-presença, evocada na vizinhança de Park para entender que a cidade é uma experiência com o outro.

Ao se afastar de Park e aproximar das explicações Simmelianas, em seu ensaio “Estrangeiro” sobre a proximidade e distância que faz Vandenberghe (2005, p. 124-125), na sua interpretação do autor. Para ele, ao antecipar “a nova geografia social e cultural do espaço e dos lugares – ‘*space and place*’ – Simmel apresenta uma análise passivelmente construtiva da determinação espacial da sociedade, examinando, de maneira simétrica, a construção espacial do social”.

Sendo que, entre outros significados dado ao conceito estrangeiro por Simmel (2005, p. 266), “como um estranho, isto é, como um outro não ‘proprietário do solo’”, quer dizer, o outro *tout court*, entendemos, “a distância nas relações significa que o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante”. Assim, “a noção do estranho, agora, como momentos do rechaço e da dissociação, forma aqui, agora, uma relação de um com um outro, e a unidade desta interação pode ser sugerida pelas regulações societárias”, lembra Simmel (2005, p. 265-266).

O outro enquanto estranho na acepção Simmeliana do estrangeiro seria, de acordo com Lévinas (1979, p. 154), aquele que, “*tout en étant autrui, est moi*”. Para Lévinas (1998, p. 113), este outro “é o que eu não sou: ele é o fraco enquanto sou o forte; ele é o pobre; ele é ‘a viúva e o órfão’ [...] ou então, ele é o estrangeiro, o inimigo, o poderoso”. Assim, continua Lévinas, este outro que denota, em certa medida, a minha diferença e alteridade, ele me liberta da solidão já que ele, o “outro que não é o eu corre como uma sombra acompanhando o eu” (LEVINAS, 1998, p. 113).

É desta compreensão do outro, como o nosso eu exteriorizado, principalmente, na cidade contemporânea como Belém na qual, temos “medo de assaltantes em ruas desertas e em certos bairros” (TUAN, 2005, p. 7). Ou seja, na cidade em que, como mostrou o trecho de entrevista do Sr. AMP3 supracitado, é considerado não mais a partir do que ele é, mas a partir do que ele pode fazer contra a nossa segurança física ou material, que precisamos para lutar contra o aumento da nossa ansiedade quando o encontramos em

lugares estranhos.

Foi constatado que, com o medo da violência, perde-se, ao longo do tempo, o sentido da cidade como experiência com o outro, enquanto estranho ou não, com o qual experienciamos, voluntaria ou involuntariamente a rua, o bairro, o condomínio, a vila, a praça, portanto, a cidade que narrativamente é, a cada encontro do Eu-Tu, é reescrita de acordo com o contexto espaciotemporal envolvente.

Assim, a criação da cidade que se faz a partir do encontro entre o Eu e o Tu, refletimos, se faz a partir de interações comunicativas cotidianas de indivíduos. Isso implica dizer, que a cidade, além das formas físicas, se produz também a partir de conteúdos em contexto, quer dizer, em determinadas temporalidades e espacialidades que condicionam ou determinam as práticas sociais dos seus habitantes. Portanto, ao falar sobre a cidade, nos vemos obrigados, em certa medida, abordar a problemática de sua formação e da sua espacialidade no tempo. Melhor dizendo, a partir da sua memória que, como diria Nora (1984), de seus “lugares de memória” que nos propiciariam a história da cidade quando questionados.

Aqui, julgamos importante, precisar o sentido da comunicação, tomado nesta dissertação, no encontro Eu-Tu responsável da criação da cidade.

Desta forma, no sentido de comunicação, como uma prática social de partilhar ou compartilhar as experiências. Uma prática, que para Levinas (1998, p. 113), a intersubjetividade “é fornecida pelo eros em que, na proximidade de outrem, é integralmente mantida a distância cujo patético é feito, ao mesmo tempo, dessa proximidade e dessa dualidade dos seres”. Ou seja, é uma intersubjetividade “na qual o sujeito, ao mesmo tempo em que conserva sua estrutura de sujeito, tem a possibilidade de não retornar fatalmente a si mesmo”.

Logo, a comunicação como “uma interação marcada pela reflexividade – em que cada parte atua sobre a outra” (FRANÇA, 2008, p. 89-90). Ou, como “uma prática de palavra (no seu sentido largo – expressão humana de sentido), de construção e difusão de material discursivo” (FRANÇA, 2008, p. 88). Portanto, como uma relação. Uma relação com outro que, de acordo com Levinas (1998, p. 9), se configura “como movimento em direção do Bem”.

O outro aqui, de acordo com o autor, é diferente de mim, poderoso que pode me subjugar ou não, miserável, fraco, ele tem um rosto. O rosto que me lembra da minha responsabilidade para com ele, ou seja, da sua sobrevivência. Em Levinas (1998, p. 25), “tudo começa pelo direito do outro e por minha obrigação infinita em relação a ele.

[Interpretando o autor, isso se materializaria no momento em que, por exemplo, o Eu limita], meus deveres mais do que de defender meus direitos”. O Bem aqui, é o Bem que se afasta da concepção platônica, de acordo com Levinas (1998, p. 9), que colocava o “Bem além do ser”, mas um Bem que tem “raízes no ser”.

O ser, que para Levinas (1998, p. 23), “é essencialmente estranho e nos choca. Sofremos seu aperto sufocante como a noite, mas ele não responde”. Se o ser é assim caracterizado, podemos humildemente pensar na dificuldade de, através da relação, se ligar ao outro como direção ao Bem, como aponta Levinas. Fato que o cotidiano não desmente, considerando os enormes conflitos que dominam o convívio dos moradores de uma cidade, por exemplo.

No entanto, o mesmo cotidiano nos mostra como esses conflitos são, na medida do possível, sendo contornado a partir da comunicação, uma vez que a comunicação, em Maffesoli (2003, p. 13), é o “que nos liga ao outro. Para usar o meu vocabulário habitual, a comunicação é o que faz reliance (relição). A comunicação é cimento social”. Assim, a comunicação cumpre essa façanha de mediar os conflitos humanos quando, se configura como uma reencarnação do velho simbolismo. Um simbolismo que Maffesoli considera como “arcaico” e através do qual, em certa medida, percebemos que individualmente, não podemos nos compreender. Isto é, compreender e existir na relação com o outro. Para o autor, na comunicação, o mais importante é “o *primum relationis*”, quer dizer, o princípio de uma relação que deve me unir ao outro.

Neste entendimento de comunicação que buscamos, entre habitantes da cidade de Belém, entender esta, como experiência com o outro, portanto, como criação que surge nas práticas sociais de seus habitantes, como lugar de encontro ou de desencontro. Um lugar erótico, cuja erotização se efetiva na hermenêutica do entendimento do Eu, a partir do desvendamento do Tu, que se oferece ao Eu enquanto seu corpo exteriorizado e não como corpo desnudado que ele pode possuir ou objetivar sentimentalmente. Uma erotização mística, cuja religiosidade religa o Eu ao Tu, através do aspecto mundano da cidade homem a homem, ressaltando a mundanidade da cidade enquanto “artefato social onde homens lidam com homens”, ou, enquanto “obra humana” (JONAS, 2006, p. 34).

No entanto, a dimensão humana da cidade, segundo Jonas (2006, p. 18), se efetivaria com a nova ética que o “pensamento e comportamento humano” devem adotar, encontra-se comprometida na cidade contemporânea como a cidade de Belém na qual, a violência urbana e o medo da violência parecem definir o estar junto e o sentir-se na cidade, a partir da desconfiança do outro. Assim, a humanidade da cidade, encontra-se

comprometida já que, a desconfiança do outro, levaria na implementação de medidas que colocariam “em perigo a continuidade indefinida da humanidade” (JONAS, 2006, p. 18). Ou seja, medidas cujos efeitos não seriam “compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica”.

Através do medo, a cidade se configuraria então, não mais como um lugar de encontro³¹, mas, como lugar de segurança³² no qual devemos nos proteger contra a imprevisibilidade do outro, através de medidas de sua evitação. Medidas que Bauman (2005, p. 39) citando Flusty, considera como “estratagemas”, uma vez que, para o autor, “são os equivalentes modernizados dos antigos fossos, torreões e bocas de canhão das antigas muralhas, mas não se destinam, hoje em dia, a proteger a cidade, mas a separar e defender alguns dos seus habitantes de alguns outros” considerados como inimigos. Medidas que para Caldeira (2000, p. 9), “estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos”.

A mudança copernicana do entendimento do outro não mais como o meu eu exteriorizado, mas como inimigo se radicaliza, se materializa, por exemplo, na mudança de rotina das instituições sociais apontado por Bauman em relação à segurança pública. Mudança, como vimos, levaram, em certa medida, ao surgimento de uma socialidade baseada no anonimato característica do “Homem Pós-Histórico” Mumfordiano ou do “Zaratustra” Nietzscheano.

Na tal socialidade, a mutualidade e a reciprocidade de ações entre indivíduos perdem o seu sentido. Assim, em diálogo com Simmel (2006, p. 18), refletimos que a sociedade deixaria de ser um “acontecer” já que a cidade, deixaria, em certa medida, de ser um cosmo humano, isto é, uma casa para a “própria existência humana” (JONAS, 2006, p. 32) já que temas como o domínio, a conquista, a luta ou guerra e o comando, passam a dominar as relações sociais e o homem passa, em certa medida, a revelar-se cada vez mais “em façanhas de agressão e força física, no mostrar sua capacidade de

³¹ Não ignoramos aqui a natureza conflituosa que caracteriza as interações nas cidades humanas, nas quais os sujeitos interacionais e interativos são dotados cada um de sua intersubjetividade, portanto, de sua experiência intersubjetiva que ao mesmo tempo é psicológico, portanto, subjetivo e social. Mas, enfatizar a capacidade humana de considerar o outro como a si mesmo e não como meio para alcançar os fins egoístas que caracteriza o individualismo vazio contemporâneo.

³² Ou cidade de segurança, conceito que vamos explorar mais a frente para caracterizar a cidade contemporânea na qual tudo gira entorno da segurança até ao ponto de violar os direitos fundamentais do ser humano como, por exemplo, a liberdade.

matar e em seu próprio desdém pela morte: em vencer obstáculos e impor sua vontade a outros homens, pela força, destruindo-os, caso resistissem” (MUMFORD, 2004, p. 35).

No contexto urbano, o anonimato se materializa, na busca a qualquer custo de segurança. Por exemplo, através de condomínios fechados, cerca elétrica, câmeras de monitoramentos, entre outros dispositivos ou nos discursos crescentes preocupados com a insegurança ligada à violência urbana apresentada no linguajar jornalístico ou político³³. Linguajar – ou fala do crime – este, hostis à dignidade da vida humana, portanto, de sua continuação.

É neste sentido, o eco de Jonas (2006), faz sentido hoje quando advoga, uma nova forma de responsabilidade do agir humano para a preservação da imagem do homem e da natureza. Uma responsabilidade que, de acordo com o autor, “por meio de freios voluntários, impeça o poder dos homens de se transformar em uma desgraça para eles mesmos” (JONAS, 2006, p. 21). Assim, o autor vai propor uma “teoria de responsabilidade” em que a ética passa a buscar não somente o bem exclusivo do homem, “mas também o bem das coisas extra-humanas, isto é, ampliar o reconhecimento de ‘fins em si’ para além da esfera do humano e incluir o cuidado com estes no conceito de bem humano” (JONAS, 2006, p. 41). Ou seja, uma responsabilidade que não busca apenas a sobrevivência do homem, “mas também da imagem do homem, não apenas de sobrevivência física, mas também da integridade de sua essência” (JONAS, 2006, p. 21),

A essência do homem – entendido aqui como a sua capacidade de dialogar, de narrar ou de se comunicar com o outro – seria, interpretando Souza, M. L. (2006, p. 17), comprometida na fala do medo que, sempre leva ao anonimato que se materializa na cidade pela “auto-segregação, que é o auto-enclausuramento escapista dos ricos e da classe média em ‘condomínio exclusivos’, à segregação induzida dos pobres”.

A auto-enclausuramento seria, de acordo com o autor, um fenômeno que, em busca da segurança, os habitantes de uma cidade, em geral, transformam voluntaria ou induzidamente a cidade em pequenas fortalezas ou em pequenas estruturas de proteção

³³ Por exemplo, nas últimas eleições municipais (2016), os candidatos à prefeitura de Belém, principalmente os líderes na pesquisa de opinião pública, Edmilson Rodrigues (Psol), Zenaldo Rodrigues (PSDB), candidato à reeleição, Eder Mauro (PSD), Carlos Maneschy (PMDB) e Regina Barata (PT), levantaram como bandeira de luta a defesa da segurança pública, mesmo considerando que o município não é responsável por gerir essa área. Segundo a Constituição Federal, em seu art. 144, “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

que se assemelham com estruturas carcerárias esteticamente chamadas, por exemplo, de condomínios fechados. No entanto, para o autor, o preocupante dessas estruturas é quando dão aos seus donos que não o percebam, uma ilusão de segurança já que são soluções paliativas que não atacam as causas verdadeiras da violência na cidade, mas que possibilitam a elaboração mental de espaço supostamente “seguro” a frequentar e espaço inseguro a evitar.

3.1.2 A cidade e a cena e geografia do medo

A violência urbana e a insegurança que alimentam debates nas universidades, na sociedade, na mídia e que preocupam as autoridades públicas civis e militares, originaram ao longo da história, atitudes de objetivação da violência que visavam, através de uma racionalidade vazia, erradicá-la ou barrá-la, através de medidas de segurança pública repressivas e restritivas contra o outro, portanto, o estrangeiro³⁴ ou nas narrativas midiáticas relacionadas à violência urbana.

Nessas práticas, a responsabilidade do agir humano que Jonas corrobora é indispensável já que, por exemplo, em relação as narrativas midiáticas sobre a violência urbana, se elas se caracterizam sempre pela “presença do ‘um’ e do ‘outro’ em condições particulares – que é a construção de mensagens, a edificação de linguagens que vão exprimir e materializar simbolicamente o ‘estar junto com’” (FRANÇA, 1995, p. 38), sempre leva a uma desconfiança do outro ou a sua exclusão. Exclusão do outro que, sempre, caracteriza a “fala do Crime”.

Tomei de empréstimo esse conceito de Caldeira (2000, p. 9), para designar “narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar”. Para a autora, “a fala do crime promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente” o país desde o final da última segunda metade do século passado. Assim, para autora, a fala do

³⁴ O exemplo mais eloquente e contemporâneo a respeito é o decreto anti-migratório do novo presidente norte americano Donald Trump. Para mais informações o decreto e sua repercussão no mundo pode acessar: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/29/internacional/1485703527_593538.html.

crime “constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando pré-conceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais”.

O que nos interessa, particularmente, nessa discussão sobre a “fala do crime”, é possibilidade de compreender, através da reorganização simbólica do mundo, que a fala do crime constrói o que entendemos como “cena do medo”, conjunto de imagens ou formação de imagens, a partir de um acontecimento violento experienciado diretamente pelo indivíduo sofredor, que narra a sua experiência ao outro, ou experienciado indiretamente, a partir de relato de um narrador que esteve presente no momento e no lugar do acontecimento, ou que relata o que lhe foi narrado por um terceiro que presenciou ou experienciou o acontecimento.

Dito isso, afirmamos, que a construção de cena do medo tem uma influência inversamente proporcional com a vontade de experienciar a cidade. Isto é, teremos menos atratividade de experienciar a cidade se tivermos um grande número de cena do medo na e da cidade. Em geral, construímos cena de medo sobre pessoas, sobre lugares e sobre o tempo, isto é, sobre o momento do dia.

Assim, de acordo com a presente pesquisa, as narrativas jornalísticas de violência da cidade são fontes principais, mas não únicas, de formação de cena do medo na cidade. São a partir das narrativas midiáticas de violência que indivíduos, em certa medida, potencializam ou elaboram suas cenas de medo que serão evitadas em suas práticas de experienciar a cidade. E como a mídia trabalha com a verossimilhança dos fatos, a construção midiática de cena do medo é determinante na propagação do medo do crime na e da cidade, já que a mídia noticia a rua, a avenida, o bairro, a praça, a vila, o conjunto habitacional, entre outros lugares conhecidos pela população, em que se deu a violência.

A partir de cena do medo, seja midiática ou não, elaboramos o que Souza, M. L. (2008) considerou como a “geografia de violência”, a distribuição e ubiquidade da violência urbana na cidade como um todo. No entanto, o que mais apavora, na atualidade, não é mais a violência urbana enquanto fenômeno social, mas o medo do crime, portanto, de violência que modificou o estar junto entre os habitantes de todas cidades contemporâneas (CALDEIRA, 2000; BAIERL, 2004; SOUZA, M. L., 2006, 2008). A partir das narrativas cotidianas da cidade e da “geografia de violência”, estabelecemos a “geografia do medo”, elaboração de mapa de espaços considerados como perigosos a evitar. Entendemos aqui o espaço enquanto produto humano (forma e conteúdo) e condicionante de relações e práticas sociais (SOJA, 1993).

Neste sentido, a geografia do medo não só leva a evitar espaços, mas também, seus habitantes. Se, pensamos, a geografia de violência nos afeta temporalmente, a geografia do medo nos afeta permanentemente, já que envolve a nossa capacidade imaginativa para elaborar esses mapas. Em certa medida, a geografia de violência mobiliza também a nossa capacidade imaginativa, mas ela depende geralmente da ocorrência dos acontecimentos violentos.

Assim, a elaboração da geografia do medo sempre leva, não exclusivamente, ao que Souza, M. L. (2006), considerou como atitude hipócrita escapista da classe dominante que, incapaz de abordar adequadamente a questão da violência urbana, se refugia na auto-segregação ou no auto-enclausuramento.

Se é verdade que os hipócritas apontados por Souza, trazem soluções escapistas à violência, acreditamos, é porque vivem em um dilema entre a cidade vivida e a cidade desejada ou sonhada, conforme Amendola (2000) mostra sobre a cidade pós-moderna que é, ao mesmo tempo, objeto de desejo e de repulsa.

Desejar e repudiar é uma dialética que caracteriza as narrativas cotidianas da cidade. Por exemplo, no trecho de entrevista do Sr. AMPA2, ao destacar, com ressalva, que a cidade é morada de “homens civilizados”, percebemos o dilema entre o vivido e o desejado. Esse dilema se radicaliza com a narrativa midiática da cidade que opera através da “linguagem espetacular”, ao mesmo tempo nos apresenta uma cidade paraíso e inferno, urbanizado e *desurbanizado*, entre outras características.

Percebemos o medo com um papel determinante na contemporaneidade. Pensando com Tuan (2005, p. 40), o medo é geralmente empregado como dispositivo formador da consciência disciplinar, por exemplo, de crianças através de “figuras vingativas, como o bicho-papão, bruxas e fantasmas” ou da figura do lobo que se tornou, a partir do “século XX um símbolo infantil de medo e pânico, de ameaça e de punição. O ‘Grande Lobo Mau’” (DURAND, 1997, p. 86). Isso explicaria o porquê das construções imaginárias: mitos, contos de fada, fábulas, narrativas, entre outras construções, sejam recheadas de imagens, representações e sentidos que causam medo (DURAND, 1988, 1997; TUAN, 2005; BETTELHEIM, 1997). Para Bettelheim (1997), o medo teria o potencial instrutivo pedagógico que nos capacita utilizar as nossas habilidades imaginativas, de nos integrar conosco mesmo e com o restabelecimento do nosso equilíbrio psicossocial. Neste sentido, para Ricoeur (2017, p. 61-62),

[o medo] permanece um momento indispensável em todas as formas da educação familiar, escolar, cívica, tal como, também, na proteção social

contra as infrações dos cidadãos. Projetar um tipo de educação que fizesse economia da interdição, da punição e, logo, do [medo], seria sem dúvida não só quimérico como também nefasto; aprende-se muito através do [medo] e da obediência. Isto mostra-nos que há fenômenos dos quais não se pode fazer economia sem causar estragos. Algumas formas de relações humanas, as relações propriamente cívicas, não poderão talvez nunca ultrapassar o estágio do [medo]; podem-se imaginar penas cada vez menos aflitivas e que corrijam cada vez mais, mas talvez não se possa imaginar um Estado que escape à necessidade de fazer respeitar o direito através da ameaça de sanções, nem mesmo que possa despertar as consciências ainda frustes para as noções de permitido e de proibido, a não ser através da ameaça de punição. Numa palavra, é possível que toda uma parte da existência humana, a parte pública, não se possa elevar acima do [medo] da punição, e que esse [medo] seja o meio privilegiado através do qual o homem acede a uma ordem diferente, uma ordem como que hiperética onde o [medo] fosse totalmente confundido com o amor.

Assim, o potencial pedagógico do medo foi o que fez ou faz que ele seja utilizado como dispositivo psicossocial de construção da cidade nos seus primórdios como direciona as pesquisas históricas de Mumford. E como dispositivo de controle do outro (BAIERL, 2004; DELUMEAU, 2009).

3.1.3 Medo e o dispositivo de controle

Baierl (2004, p. 37), corrobora que o medo, em certa medida, tem sido, ao longo do tempo, “utilizado como estratégia de manipulação para subjugar, controlar, escravizar e dominar as pessoas. Frente às situações de uso do medo, as pessoas se sentem aterrorizadas, fogem do perigo ou se entregam”. Entretanto, se partir das explicações de Baierl, que trata do medo no contexto brasileiro, sobretudo, da sua categoria “medo social”, nos baseamos, nesta dissertação, nas explicações históricas de Delumeau para entender o uso do medo enquanto dispositivo de controle. Assim, o relato do Montaigne, que cita Delumeau (2009, p. 12), da entrada na cidade de Augsburgo de noite por um estrangeiro é bem eloquente neste sentido, uma vez que ele deveria passar através de um dispositivo de segurança³⁵ composto de “quatro grossas portas sucessivas, uma ponte

³⁵ No século XXI, não é fácil entrar à noite em Augsburgo. Montaigne, que visita a cidade em 1580, maravilha-se diante da “porta falsa”, protegida por dois guardas, que controla os viajantes chegados depois do pôr do sol. Estes deparam, antes de tudo, com uma poterna que primeiro guarda abre de seu quarto, situado a mais de cem passos dali, por intermédio de uma corrente de ferro, a qual puxa uma peça também de ferro “por um caminho muito longo e cheio de curvas”. Passado esse obstáculo, a porta volta a fechar-se bruscamente. O visitante transpõe em seguida uma ponte coberta situada sobre um

sobre um fosso, uma ponte levadiça”.

Assim, para Baierl (2004, p. 40), o medo “que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações e suas formas de ser no espaço em que vivem, em seus contextos individuais”, se faz do “outro, o estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias, [...] objeto de medo”, ele “provoca no sujeito reações de paralisação, de entrega ou de agressão”. Para a autora, a diferenciação de reação provocada pelo medo “vai depender, contudo, do conjunto das normas e regras tecidas nesses contextos e dos códigos aprendidos e internalizados pelas pessoas”. Ou seja, vai depender da “cena do medo” que, através da “fala do crime”, cria a “geografia do medo”. Assim, o medo se configura como uma estratégia do exercício do poder de controle e produção social do espaço.

O exercício do poder se configuraria, interpretando Balandier (1982, p. 10), a uma forma mais apurada do jogo dramático. Isto é, um poder que se utiliza dos “meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções)”. Para o autor, “este último aspecto é mais dramático, não somente porque põe em ação a violência das instituições como porque também sanciona publicamente a transgressão dos interditos” considerado “invioláveis pela sociedade e seu poder”.

E, sobre a que a questão do poder em Balandier – reflete sobre a política contemporânea, na verdade, trabalha a questão do poder na política – mesmo que esta questão pareça fugir da discussão desta pesquisa, mas se configura como essencial, quando evocamos o poder da mídia, ou seja, não um poder abstrato, mas antes, evocamos um poder real de produção e controle do espaço. E que este poder, a partir da sua encenação, materializa e cristaliza a sua presença na vida dos indivíduos submetidos aos

fosso da cidade e chega uma pequena praça onde declara sua identidade e indica o endereço que o alojará em Augsburg. O guarda, com um toque de sineta, adverte então seu companheiro, que aciona uma mola situada numa galeria próxima ao seu aposento. Essa mola abre em primeiro lugar uma grande roda, comanda a ponte levadiça “sem que nada se possa perceber de todos esses movimentos, pois, são conduzidos pelos pesos do muro e das portas, e subitamente tudo isso volta a fechar-se com grande ruído”. Para além da ponte levadiça abre-se uma grande porta, “muito espessa, que é de madeira e reforçada com várias grandes lâminas de ferro” através dela o estrangeiro tem acesso a uma sala onde se vê encerrado, só e sem luz. Mas outra porta semelhante à precedente permite-lhe entrar numa segunda sala em que, desta vez, “há luz”, e onde ele descobre um vaso de bronze que pende de uma corrente. Deposita aí o dinheiro de sua entrada. O (segundo) porteiro puxa a corrente, recolhe o vaso, verifica a soma depositada pelo visitante. Se não está de acordo com a tarifa fixada, o porteiro o deixa “de molho até o dia seguinte”. Mas, se fica satisfeito, “abre-lhe da mesma maneira mais uma grossa porta semelhante às outras, que se fecha logo que passa, e ei-lo na cidade”. Detalhe importante que completa esse dispositivo ao mesmo tempo pesado e engenhoso: sob as salas e as portas existe “um grande porão para alojar” quinhentos homens de armas com seus cavalos, no caso de qualquer eventualidade. Se for necessário, são enviados para a guerra “sem a chancela do povo da cidade” (Delumeau, 2009, p. 11-12).

seus efeitos.

Assim, em diálogo com Mumford, a partir das explicações Balandieriana da encenação do poder, constatamos que no seu primórdio, a realeza, o rei caçador, encenava o seu poder por meio da violência, portanto, do medo para consolidar a sua influência. Para Mumford, o rei caçador, fundador da cidade, só tinha uma função e preocupação, “acumular o poder, conservar o poder, manifestar o poder por deliberados atos de destruição assassina. [E] pelo próprio ato da guerra, o rei vitorioso demonstrava as possibilidades máximas de controle real e invocava novo apoio divino” (MUMFORD, 2004, p. 51-52) impondo a morte em massa dos considerados como seus inimigos.

Na contemporaneidade, através das explicações de Balandier (1982, p.5) sobre a encenação ou a “teatrocracia” do poder, dizer que ele, o poder, se encena, por exemplo, a partir da corrida nos armamentos sofisticados das nações que visam dissuadir seus inimigos³⁶ contra todas suas veleidades de invadir as suas fronteiras soberanas. Como arsenal dissuasivo, por exemplo, as armas³⁷ atômicas, nucleares, biológicas e químicas, como herança das grandes guerras mundiais.

Para Balandier (1982, p. 11), as cidades “compõem-se de múltiplas cenas construídas pelos regimes sucessivos. Apresentam um espaço urbano onde abundam os símbolos e as significações”. É o que denuncia as suas origens marcadas sempre por: “um mito e um homicídio”. A encenação do poder, como afirma Balandier, é uma estratégia de sua manutenção e exercício na contemporaneidade. No entanto, esta encenação pode se fazer através de extrema violência que visa causar medo em todos que se opõem ao seu exercício.

A partir da noção de encenação do poder Balandieriana e do relato histórico do Mumford da fundação da cidade pelo rei caçador, podemos alegar que o medo causado nessas encenações se configuraria como estratégia de manutenção e exercício de tal

³⁶ A nova abordagem dos Estados Unidos sobre as armas nuclear se inscreve nesta direção de provocar medo em seus adversários e conservar a sua superioridade hegemônica enquanto a primeira potência militar mundial. No dia 2 de fevereiro de 2018, os norte-americanos publicaram o documento “Nuclear posture review” no qual o presidente Trump deseja dotar seu país de armas nucleares de última geração com raio de ação curto o que não deixou indiferente os chineses e russos que o documento apresenta como inimigos diretos dos Estados-Unidos da América. Para mais informação sobre o assunto, acesse: <https://media.defense.gov/2018/Feb/02/2001872886/-1/-1/1/2018-NUCLEAR-POSTURE-REVIEW-FINAL-REPORT.PDF>

³⁷ Com essas armas, a cidade se tornou como lugar onde larga-se bombas – as cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão podem nos relatam melhor está experiência e a dramatização do poder através do medo – uma vez que a cidade, na sua essência, se configura como um dos cenários capaz de uma dramatização generalizada.

poder.

As explicações de Balandier sobre o poder facilita em a compreender como o medo, enquanto dispositivo de encenação do poder, faz parte das estratégias geopolítica de exercício e manutenção do poder sobre e em determinado espaço. Ou seja, de constatar como o medo é utilizado como estratégia de produção e controle do espaço, portanto, da cidade. Controle que se materializa, por exemplo, nas narrativas midiáticas, na elaboração da cena do medo e geografia do medo a partir de um processo que chamamos de geomidiatização.

3.2 Geomidiatização

Entendemos como geomidiatização da cidade pela mídia, a (des)construção e (re)estruturação da cidade através de um conjunto de estratégias midiáticas, geralmente baseadas no medo, para seu “controle” e sua “administração”. Uma observação desinteressada levaria a entender a geomidiatização³⁸ como uma junção mecânica de dois palavras: a geografia enquanto estudo do espaço geográfico e da midiatização enquanto processo de interdependência entre a mídia e a sociedade, assim que a virtualização de processos socioculturais e comunicacionais (KABUENGE, 2016; VERÓN, 2014). No entanto, a geomidiatização não se limita a junção mecânica das palavras midiatização e geografia, mas sim, remete aos processos comunicacionais e comunicativos colocados em práticas pela mídia, na (des)construção e (re)estruturação de um determinado espaço, no caso, a cidade, no intuito de assegurar seus interesses socioeconômicos enquanto instituição. Melhor dizendo, a geomidiatização remete às práticas ou ações comunicativas e comunicacionais da mídia na produção e controle da cidade.

Concretamente, observamos a geomidiatização da cidade pela mídia através de uma prática, estrategicamente bem executada, de dividir, através de um binômio valorativo de qualificação da cidade entre centro – periferia; segura – insegura; terra sem lei – terra com lei, desenvolvida – não desenvolvida; moderna – atrasada, urbanizada –

³⁸ Este conceito apresenta algumas similaridades construtivas com o conceito de geomidiática apresentado por Giraldi uma vez que junta o espaço geográfico com a mídia. E que os dois conceitos derivam do conceito da geopolítica. No entanto, a geomidiatização se afasta da geomidiática uma que esta última não versa diretamente sobre as estratégias do exercício e controle do poder da mídia nas suas práticas de (des)construção de um território. Pois, para Giraldi (2014, p. 15) é “aquí entendida como a difusão de informações, por meio da mídia, da realidade social entendida e interpretada pela imprensa”.

desurbanizada, entre outras divisões. Apesar desse binômio não ser uma invenção exclusiva da mídia, ela ganha uma outra conotação quando se configura como uma estratégia de publicização e de dar visibilidade a certos acontecimentos quando silencia ou abafa outros. Assim, a geomidiatização, se baseando no que Kabuenge (2016, p. 61) entende como uma racionalidade do “eu vejo, logo acredito”, operacionaliza-se através da “retórica de mostrar escondendo ou de esconder mostrando”.

O binômio, a partir do qual se (des)constrói a cidade por meio da geomidiatização pode aparecer como natural e ingênuo, no entanto, é um dispositivo de hierarquização, de classificação e separação que permite a mídia, atribuir, através de suas narrativas, um valor a um lugar, espaço ou uma cidade inteira. Valor que vai facilitar, dependendo de interesses envolvidos, a visibilização ou o abafamento de lugares e acontecimentos. Por exemplo, no caso da “periferia”, através do binômio, ela é classificada como violenta em oposição ao centro considerado, erroneamente, como seguro. É a partir desse binômio que facilmente elabora-se a cena do medo e geografia do medo e se naturaliza a fala do crime.

Percebemos assim, que a geomidiatização não somente hierarquiza ou classifica os lugares, mas também, seus moradores. Geralmente, os moradores da “periferia” da cidade são considerados, nas narrativas jornalísticas, principalmente, mas também, em todas as narrativas do cotidiano, sem provas, como potenciais “malfeitores”, portanto, capazes de cometer crime. Assim, suas mobilidades da “periferia” para o centro, sempre causam medo já que eles se encontram “fora do seu lugar” (TOLSTÓI, 2009, p. 8).

Percebe-se, sob a luz da geomidiatização da cidade de Belém, nas narrativas dos impressos paraenses, *O Liberal e o Diário do Pará*, que eles, sempre evidenciam, os acontecimentos violentos, principalmente, os assassinatos, homicídios e tráfico de drogas, nas áreas que eles consideram como “periféricas” da cidade. A publicização e a visibilização dessas ocorrências não desmentem a realidade vividas nessas áreas por seus moradores, já que cotidianamente, as notícias provindas dessas partes da cidade de Belém, são geralmente de violência.

No entanto, a violência urbana não é o único problema que preocupa os moradores dessas áreas da cidade. Mas, como a sua (des)construção respeita uma gramática geomidiática de hierarquização e classificação de lugares e indivíduos, evidenciar a violência nessas partes visa, apresentá-los e seus moradores como violentos. No entanto, sabemos que isso não seria uma verdade já que a violência urbana, é um fenômeno social difuso que não tem uma geografia fixa. No caso, localizada na “periferia” da cidade.

Souza, M. L. (2008), em suas pesquisas sobre a distribuição geográfica da violência nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, através do que qualificou como “ubiquidade do risco”, afirma, a geografia da violência não é uma realidade circunscrita somente em um lugar da cidade, no caso, a “periferia”, mas uma realidade difusa e ubíqua. Isto é, afeta todos os lugares da cidade e todos os seus habitantes seja nas favelas ou nos condomínios luxuosos. A tendência em limitar a violência urbana em determinados lugares da cidade, segundo Souza, M. L. (2008, p. 54) é devido ao risco que “não se apresenta em todos os locais e momentos com a mesma intensidade”. No entanto, considerar a “periferia” da cidade como único lugar da cidade violento, é jogo de criança já que, para o autor, “o sentimento de insegurança como que se ‘deslocaliza’ mais e mais e se torna quase que ubíquo em algumas grandes cidades” uma vez que “uma bala perdida de fuzil pode tirar a vida em qualquer lugar – no beco de uma favela e dentro do apartamento de classe média”. Também, “nem *shopping centers* e nem mesmo bancos ou ‘condomínios exclusivos’, com todo o seu aparato de segurança, são completamente seguros”. Ou os “prédios de apartamentos da classe média alta são invadidos e saqueados com frequência”.

Se o autor, trata, principalmente da situação do Rio de Janeiro e em certa medida, de São Paulo, a problemática da geografia de violência não é diferente em Belém. Assim, as experiências dos taxistas de Belém, principalmente, os que participaram da pesquisa, apesar da maioria localizarem a violência nas “periferias” de Belém, todos eles afirmaram que hoje em dia, a violência não tem mais local, pois ela está presente tanto nas áreas ditas “nobre” de Belém quanto nas suas áreas “periféricas”. O trecho de entrevista do Sr. ATBBC1, com 30 anos de experiência profissional como taxista de Belém, é revelador.

[...] a gente passa o dia a dia meio tenso. Em qualquer lugar, durante dia todo. Que a gente nunca sabe né, quando vai acontecer as coisas. Olha, nós temos um ponto **não só aqui**, como nós trabalhamos na frente do Shopping Pátio Belém, já cansamos de pegar passageiros lá e serem assaltantes e fazerem reféns e assaltarem levar o carro, levar renda. [...] na frente do Shopping acontece isso, não só aqui em Pátio Belém. Já aconteceu no Grão-Pará, no Boulevard. Então, a violência não tem hora, não tem local hoje (Sr. ATBBC1, 50 anos, informação verbal³⁹).

No trecho acima, constata-se que a distribuição geográfica da violência na cidade de Belém se “deslocaliza” cada vez mais da periferia ao centro e do centro à periferia. A ubiquidade da violência na cidade de Belém, não só é constatada pelos taxistas ou os

³⁹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

moradores da cidade, mas também pela mídia, como observamos, logo depois, na manchete principal da edição do *Diário do Pará* do dia 17 de fevereiro de 2015, que mostra como o estado do Pará como todo, é tomado pela violência urbana. No entanto, a ubiquidade da violência nesta capa, é discursiva já que, o jornal, através da geomidiatização do estado paraense, evidencia na matéria, as áreas “periféricas” do Estado.

Na capa da edição supracitada, encontramos a manchete: “Feriadão já tem saldo de 11 mortes”, seguida do subtítulo: “Entre domingo e ontem, nove pessoas foram assassinadas em Belém, Ananindeua, Castanhal, Igarapé-Açu e Tucuruí nas mais diversas situações. Outras duas foram vítimas de acidentes de trânsito” (vide figura 1). Com a leitura da manchete e do subtítulo, somos levados a crer que a violência urbana no estado do Pará é difusa e sem controle. Contudo, ler a matéria na sua integridade e vemos as imagens⁴⁰, nos deparamos com um Pará desfavorecido ou humilde, para não dizer “periférico”. Pois, se o subtítulo, lista os municípios atingidos pela violência durante o feriadão, na matéria, encontramos a geografia dos acontecimentos narrados, localizada nas “periferias” dos municípios citados. Por exemplo, na cidade de Belém, o jornal cita os seguintes bairros: Val-de-Cans, Marco, Sideral, mais o distrito de Icoaraci. Bairros que, para o habitante da capital paraense e leitor do jornal, são conhecidos como lugares violentos ou “zona vermelha”.

Evidenciar a “periferia” através dos acontecimentos violentos não significa que o jornal se importou com a situação de segurança dos habitantes dos locais citados, até pode ser, mas considerando que aquela notícia foi, certamente produzida geomidiaticamente, isto é, através de uma lógica do mostrar escondendo ou esconder mostrando, ela se configuraria como crítica ao governo estadual em geral e em particular, ao governo municipal.

Assim, a geomidiatização da cidade pela mídia nos convoca, na contemporaneidade, fazer uma análise atenta de todas as narrativas de (des)construção e (re)estruturação da cidade já que a mídia, em certa medida, tenta pautar ou agendar, por meio de suas narrativas diárias, o estar junto ou o sentir-se na cidade. O sentir-se que cada vez mais é coletivo, pois, com a mídia,

⁴⁰ Ver apêndice 3, 4, 5 e 6 sobre as matérias desta edição que tratam sobre os homicídios ocorridos em Belém.

[...] A emoção não pode ser reduzida unicamente à esfera do privado, mas é cada vez mais vivenciada coletivamente. Pode-se até mesmo falar de um ambiente afetivo, no qual as penas e os prazeres são experimentados em comum. Sobre isso, basta fazer referência ao papel desempenhado pela televisão, quando de catástrofes, guerras ou outros eventos sangrentos, para se convencer disso. [...] Em cada um desses casos, a televisão permite “vibrar” em comum. Chora-se, ri-se, sapateia-se em uníssono, e assim, sem que se esteja realmente em presença dos outros (MAFFESOLI, 1995, p. 76-77).

A geomidiatização se configura como um conceito importante nesta dissertação, uma vez que nos possibilita ir além da violência e do medo, pois nos revela o que é a cidade nas narrativas do cotidiano, principalmente, nas narrativas midiáticas.

Figura 1 - Corte da capa do Diário do Pará, 17 fev. 2015



Fonte: Diário do Pará, 2015.

Assim, entender o que é cidade nas narrativas do cotidiano nos possibilita entender como a violência urbana, sobretudo, o medo da violência, é usado como elemento produtor da cidade tanto no nível macro, a mídia, por exemplo, através da geomidiatização quanto no nível micro, por exemplo, os taxistas de Belém, através de suas experiências da cidade em que circulam pelas ruas, devido a sua profissão.

Experiência que, por exemplo, em relação a produção macro da cidade, embora seja que os taxistas entrevistados reconhecem o papel da mídia em informar sobre os acontecimentos da cidade, eles afirmam que a mídia, se utiliza do medo como dispositivo para garantir os seus interesses. No trecho a seguir de entrevista, o Sr. ATBBC1, afirma que a mídia,

[...] passa muito medo para a população com as notícias que ela divulga no jornal. Acho que deveria ser menos, não dar muita margem a parte da violência, principalmente com o bandido. A gente não pode dar muita margem para bandido. Aí a população fica, fica temerosa. [...]. Isso é um **terror**. A gente não deve aderir a isto (Sr. ATBBC1 50 anos, 50 anos, informação verbal⁴¹).

Na avaliação do entrevistado, a mídia não cumpre o seu papel social quando divulga matérias em excesso de violência. Para ele, divulgando isto, a mídia se configuraria em uma forma de porta voz dos “bandidos”, conforme sua qualificação. Se o entrevistado se aproxima das reflexões de Glassner (2003) ao considerar que a mídia cria a “cultura de medo” na cidade, portanto, falha com a sua missão social, por exemplo, de criar clima de confiança na sociedade. A partir da geomidiatização da cidade, percebemos, através do medo, em certa medida, a mídia, cumpre esse papel social já que alertaria a população sobre os acontecimentos da cidade.

Dizer, em certa medida, não é duvidar do papel da mídia, mas mostrar, enquanto estratégia geomidiática de produção e controle da cidade nos moldes capitalistas de produção de bens, o medo presente nas narrativas midiáticas da cidade, leva à desconfiança do outro, no caso extremo, a sua exclusão. Se nessas narrativas, os “outros” são considerados como malfeitores, portanto, não merecedores de viver na cidade a qual se tornou uma realidade distante, os “Nós”, são levados a andar preocupados com a sua segurança, que parece ameaçada pela presença dos outros, os “Eles”.

Assim, a geomidiatização nos convoca a ter uma postura hermenêutica de compreensão de si que mobilizaria a busca do entendimento da cidade e do outro. Tal busca deveria se pautar, na ética de responsabilidade de Jonas do agir que deve visar o bem tanto do homem quanto o bem da natureza, como todo.

Com esta postura, não esquadrinhando Jonas, a essência do homem no sentido filosófico, mas a essência do homem enquanto ser comunicativo que, ao se perguntar “quem sou Eu? ”, logo percebe ao seu lado um Tu que por mais que seja diferente dele,

⁴¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

se apresenta como o seu eu exteriorizado e com quem faz da cidade, um lugar do possível, um lugar de diferença, de conflito, tensão, portanto, uma experiência que me religa, diferentemente das religiões, não aos deuses, mas sim, ao outro homem considerado na sua totalidade. Em outras palavras, não através de adjetivos: preto, pardo, branco, índio, mulher, homem, cristão, pagão, entre outros adjetivos, mas como homem *tout court*.

Entender a cidade como lugar de encontro com o outro, isto é, lugar de heterogeneidade e não da homogeneidade nos permite perceber como a cidade enquanto texto, é ao mesmo tempo escrita e reescrita nas práticas sociais de seus moradores. Percepção que nos levaria a entender os jogos de palavras que instituem os significados dados à cidade, a distribuição dos papéis sociais entre seus habitantes, e por fim, como são hierarquizados os lugares e as pessoas nela. Também essa percepção nos leva a nos perguntar, de que cidade estamos falando? Reflexões que abordaremos na próxima seção

3.3 De que cidade se trata? Cidade nas literaturas.

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoo a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe. A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2003, p. 7).

A resposta cruza com citação sobre o relato de Marco Polo ao imperador Kublai sobre a cidade de Zaíra que Calvino nos convida a participar através de “Cidades

invisíveis”, para inferirmos qual o entendimento que temos de cidade, nesta dissertação. Compreender a cidade, na contemporaneidade, é ter em mente que ela (cidade) não mais se encaixa em conceitos totalizantes e reducionistas, ou em critérios ao mesmo tempo excludentes e inclusivos a partir dos quais, se definia o que era ou não uma cidade. Ou, ter em mente, de acordo com Amendola (2000, p. 48), que a cidade hoje, tem um pouco de “Nueva York cinematográfico, un poco del París belle époque, un poco de ciudad jardín, un poco de Jane Jacobs y del Greenwich Village, un poco de Walter Benjamin y de los pasajes parisinos, y un poco de la Zenith de Babbit de Sinclair Lewis”. Também, um pouco da metrópole “tentacular y un poco de ciudad media europea”. Para o autor, “La diversidad de las fuentes y de las inspiraciones no se anula en el conjunto final. Em la variedad de la ciudad [...] además, las diversidad deben enfantizar la propia identidad”.

Em outras palavras, uma cidade que, a luz de Los Angeles, de acordo com Soja (1993, p. 267), “é difícil captá-la convincentemente numa narrativa temporal, pois, ela gera um número excessivamente grande de imagens conflitantes e uma historicização desnorteante, que sempre parece se estender para os lados”. Ou seja, de uma cidade que se recusa em “se desdobrar sequencialmente”. Assim, para o autor, a sua espacialidade⁴² “desafia a análise e a interpretação ortodoxas, pois também ela parece ilimitada e constantemente em movimento, nunca suficientemente quieta para ser abarcada, por demais repleta de ‘outros espaços’ para ser instrutivamente descrita”.

Outros espaços que, para Marco Polo, traziam a dificuldade de descrever Zaíra, a partir de sua forma, uma vez que não contemplaria o espaço ocupado por um usurpador enforcado, pelo cortejo nupcial da rainha, pelo salto do adúltero, pelo canal, pelo passo do gato, pela linha do tiro da canhoneira, pela bomba, pelas redes de pesca rasgadas, pelos velhos, do filho ilegítimo da rainha. Assim, descrever Zaíra somente a partir de formas seria, como diz Marco Polo, “o mesmo que não dizer nada” uma vez que a cidade de Zaíra se define não somente a partir de suas formas, mas também de suas práticas e relações sociais de seus habitantes que, cotidianamente, dão sentidos e significados às formas da cidade, portanto, dão sentidos e significados aos espaços da cidade, fazendo dela, um lugar do possível e de conflitos, que deixam transparecer a problemática da desigualdade social na figura da rainha que festeja, e da profissional do sexo que nem se deixa reconhecer durante o dia, já que deve fugir de madrugada, da violência urbana na figura

⁴² Entendida como espaço socialmente produzida. (SOJA, 1993, p. 103, 3ª nota de rodapé)

do enforcamento de um usurpador, entre outras situações.

Desta forma, entende-se a cidade enquanto espaço produzido e controlado socialmente nas práticas e relações sociais de seus habitantes. No entanto, essa produção e controle do espaço se realiza em um contexto que Soja (1993, p. 45) qualifica como da sua “instrumentalidade”, em que “a organização espacial da sociedade foi sendo reestruturada para fazer frente às exigências urgentes do capitalismo em crise”. Assim, para o autor, a cidade contemporânea “passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo” (SOJA, 1993, p. 118). Reprodução da sociedade capitalista esta, tem todo seu sentido quando se fala, como visto, de uma cidade que nasce a partir do impulso colonial português de controle de território amazônico contra os rivais que, como a coroa portuguesa, estavam procurando matérias primas essenciais para alimentar suas indústrias nascentes na Europa.

A cidade de Belém que, de acordo com a historiografia, nasce como campo político-militar de defesa e de exploração gratuita de mão de obra indígena e dos pretos feitos escravos. E cuja expansão se deu a partir do processo de “invasão” de terras e prédios ociosos, por uma parte de seus habitantes, que buscavam moradia digna para eles, pois viviam à margem da sociedade capitalista de consumo. Como todas as cidades contemporâneas marcadas pela presença do capital imobiliário, a cidade de Belém, cada vez mais, como destaca Soja, se inscreve na lógica da produção e acumulação industrial e ponto de controle da produção capitalista.

Assim, a resposta parcial à pergunta, de que cidade se trata? Seria, de uma cidade que tem uma diversidade de fontes e de inspirações fundadoras que não permite que ela seja reduzida a um conceito totalizante, para estabelecer o que é ou não a cidade. Ou seja, reduzir a cidade a uma representação única ou a um modelo – como sempre fez o discurso político, filosófico, urbanístico, sociológico, arquitetural e econômico – que possibilita resumir as dimensões da cidade em uma realidade que se preste a uma análise racional, isto é, a uma síntese cognoscível.

Na Escola de Chicago, a cidade se configuraria, de acordo com Becker (1996, p. 180) que cita Park, em “um laboratório para a investigação da vida social” já que “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” uma vez, como adverte Becker (1996, p. 82), o “espaço físico espelhava o espaço social, de modo que se se

pudesse medir a distância física entre populações, se saberia algo sobre a distância social entre elas”. A partir desta metáfora, desenvolveu-se, para Becker, a “área chamada ecologia” que serviu como santuário de estudo sobre o comportamento humano. Por exemplo, estudo sobre “o modo como distintos grupos se localizavam na cidade de Chicago”.

Esta ecologia, para Eufrazio (1995, p. 50), constitui “hoje em dia, um capítulo próprio da sociologia urbana” e remete ao “estudo das relações entre os diferentes grupos culturais, étnicos e raciais, com destaque para a situação dos negros nos Estados Unidos, em especial nas grandes cidades do norte do país”. Estudos que, para Becker (1996, p. 82), tinham como objetivo confeccionar “mapas, onde se situavam os diferentes tipos de população, grupos étnicos, raças, espécies de atividades: em que lugar da cidade, por exemplo, se concentravam as atividades criminosas? Como explicar esse fato? ”.

Se a cidade era considerada como laboratório social na Escola de Chicago, para Soja (1993, p. 186), as suas “generalidades descritivas [...] alegando que as cidades se distinguem [...] por seu tamanho, densidade, heterogeneidade, anomia, solidariedades funcionais e concentricidades e axialidades geográficas”. Para o autor, por incrível que parece não são “inexatas. Mas escondem a especificidade mais fundamental do urbano, que provém da conjunção da nodalidade, do espaço e do poder”. Assim, para Soja, “as cidades são aglomerações nodais especializadas, construídas em torno da instrumental ‘disponibilidade de presença’ do poder social”. Deste fato, neste o autor, as cidades se configurariam como “centros de controle, cidadelas concebidas para proteger e dominar, através do que Foucault denominou de ‘pequenas táticas do habitat’, mediante uma geografia sutil” de espaços fechados, “confinamento, vigilância, compartimentalização, disciplina social e diferenciação espacial” (SOJA, 1993, p. 187).

Portanto, para tomar conta da instrumentalização capitalista do espaço na contemporaneidade, precisamos de uma abordagem que “reconhece a espacialidade como sendo, simultaneamente [...] um produto (ou resultado) social e uma força (ou meio) que modela a vida social” (SOJA, 1993, p. 14). Esta abordagem, segundo o autor, se dará na desconstrução e recomposição da “narrativa rigidamente histórica”, ou seja, “escapar do presídio temporal da linguagem e do historicismo similarmente carcerário da teoria crítica convencional” no intuito de “abrir espaço para o discernimento de uma geografia humana interpretativa para uma hermenêutica espacial”. Para o autor, é uma abordagem que especializa “a narrativa convencional, recompondo a história intelectual da teoria social crítica em torno da dialética evolutiva de espaço, tempo e ser social: geografia, história e

sociedade” (SOJA, 1993, p. 10).

A dialética espaço-tempo-ser evocada por Soja seria, no pensar, o que levou Marco Polo de não descrever Zaíra não somente a partir de suas formas: “degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos”, mas também, a partir “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” ou seja, a partir do que Soja (1993, p. 191) entende como a “geografia histórica”, uma geografia através da qual,

[...] a produção da espacialidade, em conjunto com a construção da história, pode ser descrita como o meio e o resultado, a pressuposição e a encarnação da ação e do relacionamento sociais, da própria sociedade [o que implica dizer] a constituição da sociedade é espacial e temporal: a existência social se concretiza na geografia e na história (SOJA, 1993, p. 155-156).

Assim, a busca de Soja (1993, p. 18) por uma hermenêutica espacial que pode ser vista através das lentes da teoria crítica “o mundo vital do ser como algo criativamente localizado, não apenas na construção da história, mas também na construção das geografias humanas, na produção social do espaço (...)”, o levou a cavar o terreno do historicismo, no marxismo ocidental e ciência social crítica no intuito de ver, como houve, na geografia moderna, a subordinação da hermenêutica espacial que fez com que o espaço seja “tratado como fixo, morto e não-dialético, e o tempo, como a riqueza, a vida e a dialética e o contexto revelador da teorização social crítica”. No entanto, para o autor, com o passar do tempo, esta situação mudou com a emergência de uma geografia humana considerada “pós-moderna e crítica [que] vem tomando forma, reafirmando impetuosamente a importância interpretativa do espaço nos confins historicamente privilegiados do pensamento crítico contemporâneo”.

A escavação conceitual que fez Soja nos permite entender, como, ao longo da história, o espaço urbano de Belém se organizou, em grande parte, a partir dos impulsos econômicos. Pois, para o autor, o momento contemporâneo se configura “como sendo a mais recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo, mais uma busca de um ‘arranjo’ espaço-temporal voltado para a sobrevivência” (SOJA, 1993, p. 195), do capital. Neste sentido, entende-se em Ventura Neto (2015, p. 17, 4ª nota de rodapé), a cidade “como um nó de interseção na economia do espaço, como um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas de mais-valia”.

Deixando um pouco de lado, a abordagem da cidade pela perspectiva da economia, passamos a percebê-la nas práticas sociais. Observamos a cidade a partir das experiências sociais enquanto “condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus principais constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (DUBET, 1994, p. 15). A partir desta abordagem, a cidade se apresenta como uma “obra de arte” não somente no sentido arquitetural do Rossi enquanto “construção” (ROSSI, 2001, p. 1), nem somente no sentido do Jonas (2006), de artefato social que religa o homem ao homem, mas também no sentido textual do Calvino que podemos ler como se lê páginas de livro.

Assim, a cidade se configura como um “tudo [...] quer dizer, a nossa casa” (Sr, ATBBC2, 40 anos, informação verbal⁴³) que, dependendo do contexto do dia, pode se transformar como lugar público, privado e íntimo. No entanto, esses lugares não são fechados com fronteiras definidas, mas antes com fronteiras indefinidas implicando uma transgressão mútua permanente das fronteiras de um lugar para o outro.

Enquanto obra de arte, a cidade, no contexto da crise de modelo de referência, isto é, da “cidade-conceito⁴⁴” e das metáforas tradicionais, como nos lembra Amendola (2000, 161), a experiência seria uma nova forma de entender e de captar a complexidade da cidade contemporânea uma vez que “cada aspecto de la ciudad tiene que convertirse en una experiencia activa que pueda ser promovida, deseada o adquirida como tal”.

Neste contexto, lembra Certeau (1998, p. 174), “sejam quais forem os avatares” da cidade-conceito, “temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluiu”.

Para o autor, quando “a linguagem do poder ‘se urbaniza’”, a cidade, no entanto, “se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (CERTEAU, 1998, p. 174). Entretanto, assinala Certeau, a cidade contemporânea, em certa medida, “não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações

⁴³ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁴⁴ El modelo de ciudad que, tradicionalmente presente en los discursos políticos, urbanísticos, arquitectónicos o filosóficos, se pone como criterio de orientación y, sobre todo, de referencia para medir eventuales diferencias. De esta manera es posible resumir la ciudad en una visión de conjunto, abrazarla toda y establecer lo que cabe en el modelo y lo que en cambio, se aleja de él.

de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis” e “sem transparência racional”. Em outras palavras, interpretando o autor, a cidade se torna impossível de administrar por meio desses discursos totalizantes ou avatares, portanto, metáforas tradicionais.

É neste sentido, que Amendola (2000, p. 40) afirma que, no lugar da cidade-conceito enquanto modelo ideal, perfeito e coerente que permite “hablar de males o enfermedades de la ciudad, de bien y mal, de fisiológico y patológico”, surgiu uma ideia “de la ciudad-por-lo-que-es, llena de confusiones, diversidades, desviaciones, actividades. Una ciudad carente de puntos de vista o de control desde los cuales unificarla y gestionarla”.

Assim, indagamos: como então descrever a cidade contemporânea se os conceitos e metáforas do passado são insuficientes em descreve-la? A pergunta acha a sua importância quando Amendola (2000), recomenda que é mais que necessário ter metáforas contemporâneas para descrever as cidades, tais como São Paulo, Tóquio e Los Angeles, que não mais se deixam representar nas metáforas tradicionais de máquina ou corpo humano.

Como tentativa contemporânea neste sentido vem, para o autor, do príncipe Carlos de Gales que, ao inaugurar um dos cursos de arquitetura no seu país, declarou diante dos jovens estudantes que a cidade deve ser “una obra de arte colectiva, su plano y su morfología claros y asimilables” (AMENDOLA, 2000, p. 40). Contudo, para Amendola, para que isso seja possível, a cidade nesta “perspectiva no puede más que ser la armoniosa y coherente del Renacimiento o del mundo clásico, que en el imaginario colectivo y en el de Leon Krier y colegas, representa la edad de oro de la experiencia urbana” (AMENDOLA, 2000, p. 40).

Para Amendola (2000, p. 41), a experiência urbana, é a forma adequada de captar todas as dimensões da cidade contemporânea, uma cidade construída pelas “prácticas, por los pasos y los humores de la gente, se inserta en la malla racional optimizada y legible de la ciudad-concepto desordenándola, y tornándola verdadera”. Neste sentido, para o autor, a experiência urbana enquanto “la cultura de la ciudad, la psicología de sus actores, la antropología de sus grupos” (AMENDOLA, 2000, p. 38), se transforma em uma experiência mítica, antropológica, política e espacial já que, com a técnica, a cidade passa a permitir experienciar, por exemplo, um pouco de Paris e Lisboa em Belém do Pará, um pouco de Kinshasa em Bruxelas e na França, ou um pouco de quase todas as cidades ocidentais em Las Vegas.

A cidade se configura como “lugar da acumulação técnica” (SOUZA, 1997, p. 4). Sendo que, a técnica como instância do revelar-se ou da verdade⁴⁵. Quer dizer, enquanto “domínio do revelar-se do ser ao mundo e modo de existência deste mesmo mundo” (KABUENGE, 2016, p. 87). Melhor dizendo, instância que possibilita uma “specific sensory experience [...] that holds the promise of both a new world of Art and a new life for individuals and the community” (RANCIERE, 2002, p. 133).

Neste sentido, a técnica faz a cidade, revelar-se como “el lugar donde un niño encuentra siempre aquello que quiere ser de grande (...) o donde se encuentra una cosa mientras se está buscando otra” (AMENDOLA, 2000, p. 55). Ou seja, a cidade se configura como um sonho inatingível, um mito, uma narrativa que se narra e que se perde quando se acaba de se narrar já que ela é ao mesmo tempo representado como: inferno e paraíso, sonho e pesadelo, atrativa e repulsiva, centralidade e dispersão, lugar e não lugar, campo-urbana.

Em diálogo com Souza, M. A. A. (1997, p. 9), percebemos que com a técnica, a cidade se configura como uma “copresença densa do complexo técnico-científico, das instâncias e dos campos da cultura, da política e da produção econômica”. Ou seja, com a técnica, interpretando Carlos (2009, p. 26), a cidade se apresenta como uma “materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social [portanto, como uma] materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida”, portanto, a cidade se apresenta como produto coletivo.

Conforme, Rossi que, nos ajuda em entender essa construção coletiva da cidade uma vez que o autor, a considera como uma “arquitetura”. A arquitetura para o autor é,

⁴⁵ Consideramos o significado do termo técnica aqui a partir das considerações de Heidegger (1958) que, de acordo com Kabuenge (2016, p. 86), Heidegger se opõe contra toda a abordagem “antropologizante da técnica definindo-a a partir do que ela podia fazer para o homem. Isto é, uma abordagem antropológica ou instrumental da técnica que a liga aos determinados meios em busca de realizar certos fins”. Optamos por o significado do termo técnica em Heidegger uma vez que consideramos que o autor se aproximaria com as explicações do termo no ensaio de Benjamin “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução” uma vez, de acordo com Kabuenge (2016, p. 87), como Heidegger considera a “causa” como “o que opera”, ou seja, “o que leva uma determinada coisa a revelar-se, a desvelar-se, a publicizar-se ou a tornar-se presente, portanto, a fazer-se acontecer”. No entanto, “para Heidegger, o fazer acontecer de tudo que passa do estado da não presença a presença ou do estado ausente à presença é a produção”. Para Kabuenge (2016, p. 87), produção em Heidegger não remete só à “fabricação artesanal nem tampouco ao ato poético ou artístico do faz acontecer, mas também a tudo ato que permite que toda coisa desvelar-se”. É assim que a técnica em Heidegger seria “le domaine du dévoilement, c'est-à-dire de la véri-té (Wahr-heit). Em Benjamin, constatamos que a técnica reveste a mesma virtude heideggeriana uma vez que liberta a obra de arte do aprisionamento erudito e do sagrado para populariza-la a todos.

“uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta, ela é, por natureza, coletiva. Mesmo modo que os primeiros homes construíram habitações e na sua primeira construção tendiam a realizar um ambiente mais favorável à sua vida” (ROSSI, 2001, p. 1). Portanto, para o autor, a intencionalidade estética e a criação de um ambiente favorável à vida, configuram a cidade como um produto ou criação especificamente humana. Em diálogo com Jonas (2006), observamos que o homem, por meio da técnica, se configura como o criador da sua própria vida, a vida humana. Neste sentido, para o autor, a cidade, portanto, nas suas próprias palavras, “a cidadela de sua própria criação, claramente distinta do resto das coisas, [isto é, da natureza], e confinada aos seus cuidados, forma o domínio completo e único da responsabilidade humana” (JONAS, 2006, p. 33).

A cidade enquanto obra humana, de acordo com Rossi (2001), começou a se delinear já nos primórdios dos assentamentos humanos que, com o passar do tempo, começou a crescer, a adquirir memória e consciência de si mesma. E ela, cidade, é “feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto com ela, formando um todo com ela, um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral” (ROSSI, 2001, p. 3).

Dito isso, através do conceito de “fato urbano” de Rossi, a cidade como obra coletiva, uma vez que, os fatos urbanos, ao atravessarem a história, são persistentes e permanentes no cenário urbano, são produtos tanto dos moradores presentes e passados de uma determinada cidade. Assim, para o autor, a cidade se configura como uma totalidade e se apresenta como “progresso da razão humana (enquanto coisa humana por excelência), [isso implica dizer que] a cidade [é] por natureza, coletivos” (ROSSI, 2001, p. 49).

Dizer que a cidade é uma obra coletiva, criada a partir da engenhosidade humana, nos convocar em pensar no agir humano que, em grande parte, de acordo com Jonas (2006), viola a natureza que, sempre, não é considerada como objeto de responsabilidade do homem. Assim, o autor advoga uma ética de responsabilidade através da qual, o homem passa a ser responsabilizado de seus atos tanto diante de outros homens quanto da natureza. Ou seja, uma ética que leva ao homem agir no sentido de preservar e manter a vida na terra.

Responsabilizar os atos humanos parece ter uma grande importância na contemporaneidade em que, cada vez mais, interpretando Jonas (2006, p. 43, grifo do autor), “a *techne*, como esforço humano, tenha ultrapassado os objetivos

pragmaticamente delimitados dos tempos antigos [nos quais] a técnica era um tributo cobrado pela necessidade, e não o caminho para um fim escolhido pela humanidade”.

É desta *techne*, divorciada da “essência” humana que percebemos, na atualidade, como nos mostra Bauman (2005), uma corrida na adoção de estratégias de evitação ou exclusão do outro. Estratégias que, além da lista citada acima pelo autor, acrescentamos em relação a realidade belenense, câmeras de segurança, cercas elétricas, condomínios fechados, entre outros dispositivos técnicos.

Ao deixar de lado a dimensão ética do agir humano de Jonas, voltando a Park (1987, p. 26), e sua reflexão sobre a cidade, que se configura ao mesmo tempo, como “um mecanismo físico e uma construção artificial [portanto] um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”, para que isso seja possível, interpretando Jonas (2006, p. 41), precisamos de um “novo modo do agir humano” pautada na ética, ou seja, que “tem a ver com ações (não mais de sujeitos isolados) que têm uma projeção causal sem precedentes na direção do futuro, [...] Ajunta-se a isso a magnitude bruta dos impactos de longo prazo e [...] sua irreversibilidade”. Ou seja, uma ética que procure não somente “o interesse do ‘homem’, pois, nossa obrigação se estenderia para mais além” (JONAS, 2006, p. 41), incluindo a natureza como também, da responsabilidade do homem o qual, de acordo com o autor, seu destino depende da natureza. Só assim, pensamos, a cidade, em certa medida, interpretando Souza, M. A. A. (1997, p. 9), se configura como “o lugar do encontro da diferença, da liberdade, da igualdade”.

Do exposto, se consideramos, nesta dissertação, a cidade como lugar do encontro dos diferentes, é importante ressaltar, de acordo com os objetivos desta pesquisa, este encontro se realiza através do texto que cada integrante do encontro escreve de acordo com a sua cosmovisão.

No entanto, para que o texto, realmente se configure como dispositivo de encontro, ele deve, como afirma Ricoeur (2013a), ser considerado na sua autonomia, isto é, separado das intenções de seu autor. Em outras palavras, de acordo com Levinas (2001), devemos aceitar, sem nos preocuparmos com o estado psicológico ou psíquico de autores do texto, seus dados, ou seja, devemos supor, sem preocupação, a sua sinceridade “e perguntemo-nos sobre seu significado [e também] suponhamos que, nos termos nele usados, há pensamento e que, em consequência, seu dizer e suas representações podem ser transpostos para outra linguagem e para outros conceitos” (LEVINAS, 2001, p. 64).

Para Levinas (2001), ao invés de nos preocuparmos com os estados emocionais ou psíquicos dos autores do texto, devemos esperar que a partir da constelação do texto,

saia um sentido depurado de todo catecismo. Isso quer dizer, não julgaremos a veracidade da cidade de Belém pintada nas narrativas do cotidiano de suas instituições, no caso, os jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, e, de seus habitantes, no caso, os taxistas de Belém, mas sim, de buscar entender o sentido da cidade que emerge nessas narrativas.

3.3.1 Cidade como texto

Na descrição da Tamara feita por Marco Polo para Kublai, percebe-se a dimensão textual da cidade. Para Marco Polo, o seu olhar percorria as ruas da Tamara como se fossem percorrendo as páginas escritas. Em Rolnik (2004, p. 18), enfatiza a atribuição de novos sentidos ou usos a certos lugares da cidade como também uma forma de sua leitura. Por exemplo, para a autora, “quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território, estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual”, montamos, desmontamos e remontamos as palavras ou frases.

Muitas vezes, este desmonte e remonte das palavras não se configura como um processo pacífico, pelo contrário, é conflituoso. Em geral, ele não é bem visto, já que é entendido sempre como uma deterioração da cidade. Como constatou-se no trecho da entrevista do Sr. AMPA5 (64 anos, informação verbal⁴⁶), ao responder à pergunta sobre as mudanças que ocorreram em Belém, enquanto morador, fala com nostalgia, critica a ocupação da rua João Alfredo pelos camelôs que, para ele, deterioraram a função daquela rua de ser uma “passarela” na qual desfilava as moças bonitas e ser um espaço de paquera.

[...] entrou tanto camelô na João Alfredo, era uma avenida bonita que a gente passeava no sábado, uma passarela pra mulheres bonitas que passeavam para ser vistas. Hoje dia não, todo tomado e ninguém não entra mais [...] não era assim, aquele aí, a avenida João Alfredo era, era uma **passarela** lá no comércio, as pessoas passeavam, rapazes **passavam**, moças passavam, se olhavam, entendeu? [...] aí não tem mais condição, está cheia de barraco, entendeu?

Assim, o processo de valorização e desvalorização da cidade, ao longo da história, a fez “como conjunto de formas físicas, económicas, culturais, espirituales” (AMENDOLA, 2000, p. 35). Conjunto que nos possibilita, dizer com Mumford (2004, p. 39) que,

⁴⁶ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

[...] a cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas, de um modo que passou muito além de qualquer invenção consciente, ampliou também todas as dimensões da vida. Começando por ser uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu à terra, a cidade passou a ser um símbolo do possível.

Símbolo do possível que, acreditamos, a sua dimensão textual permite, uma vez que, enquanto texto, ela pode ser desmontada e remontada, de acordo com o contexto espaciotemporal do seu autor e seu leitor. Autor e leitor que, em permanência trocam de lugar.

Enquanto texto, a cidade se configura realmente como obra coletiva já que o texto, como anunciado acima, é uma obra de coautoria. Neste sentido, Gadamer (2007b, p. 40, grifo do autor), nos afirma, o texto é “uma obra de arte [...] que se encontra diante de nós destacada de seu ‘criador’ [como] alguém que responde incansavelmente a um esforço jamais esgotável de compreensão interpretativa e é como um indivíduo questionador” que sempre tem a frente dele um outro indivíduo com quem se contrapõe e que é sempre preste a responder.

Em Ricoeur (2013, p. 52), se o texto é “muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana [e] revela um caráter fundamental da própria historicidade da experiência humana”, ele é uma obra incompleta que se completa no ato de leitura durante o qual, o texto descontextualizar-se “de maneira a deixar-se recontextualizar numa nova situação” (RICOEUR, 2013, p. 62). Situação através da qual, dialogando com Schmidt (2012, p. 223), “o texto – objetificado e des-historicizado – se torna a mediação necessária entre escritor e leitor”. É deste fato, que o texto se configura uma obra de coautoria já que, a sua autonomia faz com que ele não pertença “mais nem ao seu autor nem ao seu leitor” (RICOEUR, 2013, p. 62). É assim, que “a coisa do texto” (RICOEUR, 2013, p. 50), consegue nos fazer comunicar a distância. Distância que é simultaneamente temporal e espacial.

Considerar a cidade, particularmente a cidade de Belém como um texto, é uma postura metodológico-conceitual estratégica visando alcançar o objetivo desta pesquisa e de, através da hermenêutica compreensiva, entender o que é cidade nas narrativas do cotidiano. Entretanto, entender a cidade de Belém, nessas narrativas, nos coloca diretamente no caminho do projeto interpretativo Ricoeuriano cristalizado no seu empreendimento da teoria narrativa e hermenêutica. No entanto, isso nos leva na velha discussão hermenêutica atualizada por Ricoeur (2013, p. 51) do explicar e do

compreender que gira entorno da problemática do “distanciamento alienante e da participação por pertença”.

Contudo, para o autor, o texto seria a resposta a esta preocupação hermenêutica que a questão do interpretar trouxe consigo ao longo da história, uma vez que o texto, se configura como “o paradigma do distanciamento na comunicação” (RICOEUR, 2013, p. 52).

No entanto, para Schmidt (2012, p. 155), a interpretação do texto corresponderia em uma “fusão de horizontes onde o horizonte do intérprete é expandido para incluir o horizonte projetado do passado”. É neste sentido, Ricoeur (2013, p. 49) que cita Gadamer, afirma, a “comunicação à distância entre duas consciências diferentemente situadas faz-se em favor da fusão de seus horizontes, vale dizer, do recobrimento de suas visadas sobre o longínquo e sobre o aberto”. Neste sentido, se arbitrariamente considerarmos, como visto acima, o primeiro autor de Belém como texto, a mídia impressa e o seu leitor, os taxistas de Belém, a sua compreensão resultaria, enquanto pesquisador, da fusão do nosso horizonte com o horizonte do texto.

Neste sentido, afirma-se junto com Ricoeur (2013, p. 49-50), que a “fusão de horizonte” significaria que “não vivemos nem em horizontes fechados, nem num horizonte único. Na medida mesma em que a fusão dos horizontes exclui a ideia de um saber total e único”. Desse modo, a fusão de horizonte implica “a tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo e, por conseguinte, fica excluído o jogo da diferente na colocação em comum”. É neste sentido que a cidade, se configura como uma experiência com o outro. Ela se narra e pode ser narrada.

Dizendo assim, remete em considerar que a cidade se configura como “uma intencionalidade” (SOUZA, M. A. A., 1997, p. 4). Intencionalidade cristalizada nos restos arqueológicos, nos monumentos, nos lugares, nos arquivos, nos prédios antigos, entre outros restos, que se configuram como testemunhas do passado longínquo e mais recente da cidade, ou nas suas estruturas urbanísticas e arquiteturas contemporâneas, testemunhas da engenhosidade do seu momento presente rumo ao seu futuro⁴⁷.

⁴⁷ Por exemplo, a cidade de Belém nos narra o seu passado colonial através, por exemplo, do complexo “Feliz Lusitânia”. Ela narra o seu passado pós-colonial, por exemplo, através do Teatro da Paz, testemunha do momento chave da exploração e exportação da borracha amazônica mundo afora. Por fim, narra o seu momento presente, por exemplo, através da sua modificação arquitetural urbano dominado por prédios, condomínios fechados e casas parecidas com estruturas prisionais que domiciliares que denunciou Souza, M. L. (2006) na sua “A prisão e a ágora” como visto acima. No entanto, essas estruturas testemunham, pensamos, do medo dos moradores da cidade diante da insegurança e a criminalidade, portanto, da violência urbana que os obrigam, adotar atitudes de segregação e auto-exclusão (CALDEIRA, 2000; BAIERL, 2004; SOUZA, M. L., 2006).

A cidade se narra no dia a dia de seus habitantes, por exemplo, quando os habitantes de Belém compram e vendem: peixes fritos ou não, ervas medicinais, camarões, farinha de mandioca, entre outros produtos, no Ver-o-Peso. Ela se narra também, através de bandeiras vermelhas que sinalizam venda do açaí; do Círio de Nazaré e na prática culinária, como o tomar tacacá de tarde mesmo no dia quente; saborear o açaí com camarão, peixe ou frango assado; a farinha e farofa que não podem faltar na mesa do almoço ou do jantar, nem nos lanches de seus habitantes. Belém do Pará se narra no linguajar, ou seja, por meio de expressões, tais como: égua, e-gu-á, pai d'égua, levou o farelo, pitiú, só-te-digo-vai, bora logo, mais quando, mais credo, olha já, arreda aí, diz que, já queres, chope, pão careca, pira, pirento, papai, tá ralado, pior, visagem, igarapé, papagaio, rasga, entra tantas outras expressões.

Por fim, Belém narra-se nas práticas sociais de suas instituições, como as instituições midiáticas como o *Diário do Pará* e *O Liberal*. Encontramos a cidade urbanizada através de imagens que mostram a colonização do seu espaço vertical, por meio de seus arranha-céus, edifícios de mais de 20 andares e “desurbanizada”, através de imagens que mostram a colonização do seu espaço horizontal por meio de invasões propensas a uma “favelização” da cidade, principalmente, nos bairros apresentados como “periféricos”. Nas imagens a seguir, sem nenhuma análise, podemos observar como os impressos paraenses narram a cidade de Belém. Geralmente, através de ruas engarrafadas (vide figura 2), dominadas pela violência urbana (vide figura 1 acima), ruas alagadas (vide figura 3); movimentadas (vide figura 4), entra outras representações.

Se a cidade é um texto, construí-la seria, em certa medida, uma forma de escrita” que faz do habitar, ganhar, como afirma Rolnik,

[...] uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo (ROLNIK, 2004, p. 16-17).

Se a escrita proporciona uma outra dimensão ao habitar, para Ricoeur (2013), ela não se constitui somente como dispositivo de fixação da memória, mas também, torna, o texto autônomo à intenção do seu autor. Quer dizer, para o autor, o seu significado não mais coincide “com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal, vale dizer, textual,

e significação mental, ou seja, psicológica, são doravante destinos diferentes [...] graças à escrita, o ‘mundo’ do *texto* pode fazer explodir o mundo do *autor*” (RICOEUR, 2013, p. 62, grifo do autor). É neste sentido, para Rolnik (2004, p. 18), que a cidade se “encarregue de contar sua história”. Mas a cidade não só conta a sua história uma vez que sua história está presente nos relatos, nas ruas, nas janelas e portas das casas, nas antenas dos para-raios e de televisões, nos corrimãos das escadas, nos mastros das bandeiras, entre outros lugares da cidade. Assim, ela se constitui como uma linguagem.

Figura 2 - Corte da capa do Diário do Pará, 22 maio 2012



Fonte: *Diário do Pará*, 2012.

Figura 3 - Corte da capa do O Liberal, 16 jan. 2015



Fonte: O Liberal, 2015.

Figura 4 - Corte da capa do O Liberal, 16 dez. 2017



Fonte: O Liberal, 2017.

Uma linguagem estruturadora de outras linguagens tais como, em relação a esta pesquisa, linguagem jornalística e linguagem dos taxistas. No entanto, apesar da complexidade dessas linguagens, elas oferecem somente uma perspectiva parcial da cidade já que “não há uma linguagem perfeita, e que toda visão da linguagem é apenas uma visão limitada do mundo” (SCHMIDT, 2012, p. 175).

Enquanto linguagem, a cidade se configura verdadeiramente como obra coletiva já que, para Di Fanti (2003, p. 109), “a linguagem [se configura como] uma prática social, partilhada, uma entidade concreta e viva de signos ideológicos”. Também, ela, a linguagem, geralmente, se configura como uma atividade responsiva, isto é, uma atividade que implica a intencionalidade e a responsabilidade. Quer dizer, uma atividade que envolve pelo menos mais de uma pessoa e que os envolvidos são voluntariamente responsáveis de seus atos perante os outros. E por fim, para a autora, a linguagem sempre é dialógica no sentido de que, nela, ressoam outras vozes.

É neste sentido, em Quéré (1991, p. 11), a linguagem faz “necessariamente parte integrante da construção social da realidade [já que ela] tem um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias”. Assim, continua o autor, ela “nos permite também articular nossos sentimentos, nossas emoções, nossas práticas e nossas relações”. Isso implica dizer, dialogando com Ricoeur ([1976], p. 18), que a linguagem, se configuraria “como uma mediação entre as mentes e as coisas” do mundo. Ou então, segundo Rodrigues (2007, p. 14), é “pela linguagem que o homem constrói os seus diferentes mundos e, deste modo, dá sentido à sua existência”.

Comunicar com, é o que faz a linguagem ter vida, pois, para Di Fanti (2003, p. 98), “a linguagem somente tem vida na comunicação dialógica, comunicação de sentidos, que constitui o seu campo de existência [que fundamenta a] compreensão do princípio dialógico da linguagem que se constitui por uma abordagem social que lhe é própria”, o “compartilhar com o outro” incompatível com uma abordagem individualista”.

O “compartilhar com o outro” da linguagem é que faz da cidade uma obra compartilhada. A dimensão languageira da cidade se configura capital, nesta dissertação, uma vez que a linguagem, além de ser um “compartilhar com”, ela tem uma relação estreita com a experiência. Pois, somente falamos o que já experienciamos, e experienciamos somente o que já falamos. Segundo Schmidt (2012, p. 171), “a experiência não ocorre fora e antes da linguagem, mas dentro dela”. O que faz dela, Schmidt (2012, p. 179), “ao mesmo tempo o meio e o objeto da compreensão”. Isso implica dizer, que “a compreensão ocorre no meio da linguagem” (SCHMIDT, 2012, p.

169). A “linguagem traz os seres para a presença dentro da consciência efetuada historicamente”. Isto é, traz “aquilo que compreendemos através da linguagem, através da fusão de horizonte” (SCHMIDT, 2012, p. 169).

Para concluir sobre a dimensão languageira da cidade, vale ressaltar para Ricoeur (2013), que a linguagem efetua-se como discurso. Tal efetuação é importante aqui, uma vez que proporciona o entendimento discursivo da cidade. E, a partir deste entendimento que podemos entender, o sentido da cidade nas narrativas do cotidiano. Pois, a cidade enquanto discurso, se configura como uma verdadeira linguagem estruturadora de outras linguagens, portanto, fonte de compreensão do mundo, de si e do outro.

Para Rodrigues (2007), o discurso se configura como,

[...] o uso ou a actualização que fazemos da língua, mas a utilização da língua não é uma utilização qualquer, como a utilização que fazemos de um instrumento ou de um utensílio para desempenharmos uma tarefa. O uso que fazemos da língua é um fenômeno, ao mesmo tempo, de natureza interlocutiva e de natureza interactiva. Enquanto fenômeno interlocutivo, a língua é utilizada para dirigirmos a palavra a alguém que também nos dirige a palavra. Enquanto fenômeno interactivo, a língua é utilizada para exercermos influência sobre alguém que também nos influencia (RODRIGUES, 2007, p. 14).

Neste sentido, quando falamos a alguém sobre algo ou sobre uma pessoa, acontece algo. Isso implica que o discurso, sempre, de acordo com Ricoeur (2013, p. 54), “remete a seu locutor, mediante um conjunto complexo de indicadores tais como os pronomes pessoais. Neste sentido, diremos a instância do discurso é autorreferencial”.

Deste fato, o discurso, se configura como “evento”. Para Ricoeur (2013, p. 54), “o evento consiste no fato de alguém falar, de alguém se exprimir tomando a palavra [assim, enquanto evento] o discurso é sempre discurso a respeito de algo [isto é, sempre] refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar”. No entanto, Ricoeur (2013, p. 55, grifo do autor), o discurso não contém somente um mundo, mas também “ ‘o outro’, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige”. É por isso, que Di Fanti (2003, p. 98), advoga, “o outro projeta-se a partir de discursos variados (passados, atuais, presumidos) [assim] o outro apresentasse em diferentes graus de presença no enunciado, às vezes é visível, às vezes está escondido, mas sempre está lá”. Em Ricoeur (2013, p. 55), o discurso enquanto evento, remete a um “fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo, que pode travar-se, prolongar-se ou interromper-se”.

Assim, a cidade como discurso é uma cidade que, a partir da “função hermenêutica do distanciamento” Ricoeuriana, nos desloca do entendimento do texto, passando do

entendimento do outro até chegar ao entendimento de si, ápice desta investigação uma vez que remete a uma abordagem responsiva e de responsabilidade.

E, vale ressaltar que por intermédio das literaturas conclui-se sobre o entendimento da cidade como lugar com o outro, ou seja, se efetiva somente a partir da dimensão textual da cidade. Enquanto texto que se presta a ser compreendido, a cidade se efetua em linguagem, está em discurso. Assim, a dimensão textual, linguageira e discursiva da cidade nos leva a entendê-la como uma experiência com o outro. Neste sentido, a cidade se configura como o “mundo intersubjetivo ⁴⁸”.

3.3.2 A cidade como experiência com o outro

Antes de tratar a “cidade como experiência com o outro”, foi discutido sobre a compreensão de experiência. Quer dizer, a experiência além da definição dada por Dubet (1994), como conjunto de saberes compartilhados⁴⁹, indo além, conforme aponta Rodrigues (1997, p. 7), que “todos sabemos espontaneamente o que é a experiência, (...) não sabemos dizer em que ela consiste”. Uma das razões que dificultaria em defini-la é, segundo o autor, “tanto o tempo como a experiência serem construções da faculdade de rememoração”. Isto é, uma habilidade de “rememorar, no presente, o passado e de prever o futuro, a partir da rememoração presente do passado” (RODRIGUES, 1999, p. 5).

Para contornar essa dificuldade, Rodrigues (2007), mostra como costuma-se utilizar metáforas tais como, primeiro, fronteira ou horizonte e em segundo lugar, quadro ou moldura. Para o autor, cada uma dessas metáforas remete ao um tipo específico de experiência.

Assim, a metáfora do quadro sublinha o facto de a experiência ser a representação de um mundo que se desvenda ou se dá a ver como uma cena [...]. Por seu turno, a metáfora do horizonte aborda a experiência como algo que se vai desdobrando ao longo da nossa existência e, tal como no decurso de uma caminhada, se vai afastando à medida que progredimos na sua direcção. (RODRIGUES, 2007, p. 7-8).

⁴⁸ Não é um mundo regulado por leis, (...), mas por normas. Ao contrário das leis (...) as normas que regulam as interações com os outros seres humanos possuem uma força coerciva que faz com que a sua violação seja sancionada (RODRIGUES, 2007, p. 10).

⁴⁹ [...] a experiência consiste na posse de um conjunto de saberes, não fundamentados racionalmente, mas que têm a característica de serem razoáveis por serem fundamentados em crenças firmes, enraizadas no hábito (RODRIGUES, 1999, p. 3-4). Nesta dissertação, nos aproximamos em geral, das explicações do Rodrigues quando tratamos de experiência já que ele é a explana a partir de viés comunicacionais. Mas isso não nos impede citar outros autores que julgamos essenciais para nos ajudar a pensar a cidade como a experiência com.

Deste fato, Rodrigues (1999, p. 4), a experiência seria, “antes de mais, um conjunto de coisas indiscutíveis, tais como a certeza da minha existência, da existência dos outros e da existência dos objectos e dos fenómenos do mundo natural”.

Assim, somente através da experiência que temos a certeza de que somos habitantes de uma dada cidade, pois compartilhamos com o outro o dia a dia, por exemplo, no comércio, parada de ônibus, no supermercado, na praça, no teatro, na praia, na igreja, na universidade, na balada. Somos levados a sustentar, que a cidade, cotidianamente, se oferece a nós, como uma realidade não fechada, mas aberta ou em perspectiva. Melhor dizendo, como uma fronteira que jamais vamos alcançar o que testifica do caráter humano da cidade, isto é, de ser um artefato social (JONAS, 2006) ou artificial (ROSSI, 2001), portanto, obra humana. Como todas as obras humanas, a cidade se caracteriza por seu estado perpétuo do devir ser. Assim, a cidade se configuraria como uma experiência que se vai adquirindo ao longo da existência, se considerarmos ela, cidade, como experiência a partir da metáfora horizonte. Para Rodrigues, enquanto horizonte, a experiência se apresenta, não como,

[...] uma linha ou uma representação fixa e imóvel, mas um processo que se vai abrindo e alargando ao longo da nossa existência. Ao longo da nossa vida, passamos a dar-nos conta da existência de coisas, de acontecimentos e de sentidos que até então nos tinham passado despercebidos. (RODRIGUES, 2007, p. 8).

Abordando a questão da dificuldade de dizer o que é de fato a experiência, Dubet (1994, p. 94, grifo do autor), apesar de trabalhar com a categoria “experiência social”, destaca, “a noção corrente de experiência é ambígua e vaga, sobretudo porque ela evoca dois fenómenos contraditórios que, no entanto, importa ligar”. Como primeiro sentido, o autor aponta a experiência como “maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o actor deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjectividade pessoal”. E como segundo sentido, Dubet (1994, 95, grifo do autor) destaca, a experiência como “uma actividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o ‘verificar’, de *experimentar* [ou seja] a experiência constrói os fenómenos a partir das categorias do entendimento e da razão” o que implica dizer que a experiência se configurara numa “actividade que estrutura o carácter fluido de ‘vida’”.

Dessa ambiguidade sobre a noção de experiência e dialogando com Amendola, conclui-se, ser a mesma ambiguidade que temos, na nossa experiência contemporânea de cidade a qual, temos, ao mesmo tempo um sentimento estranho de medo e fascinação,

“de invitación y prohibición, de atracción y repulsión. Sus propios habitantes la abandonan pero la buscan, la temen pero la sueñan. Huyen a los suburbios, pero la desean” (AMENDOLA, 2000, p. 46). Para Amendola (2000, p. 46), a “atracción y repulsión marcan esta nueva centralidad de ciudad que es al mismo tempo práctica y simbólica, concreta y onírica”, o que faz da cidade, de acordo com o autor, uma cidade na qual, “los procesos vivos y la actuación autónoma y no previsible de sus actores confieren nuevas, cambiantes y a menudo opacas racionalidades no son inmediatamente perceptibles”. Ou seja, “la ciudad de lo cotidiano, construida por las prácticas, por los pasos y los humores de la gente” (AMENDOLA, 2000, p. 41).

Neste cenário, para Amendola, a experiência urbana enquanto prática de viver ou experimentar a cidade se configura como meio indispensável de captar o sentido, em certa medida, total da cidade contemporânea, que não mais se deixa representar através dos conceitos clássicos. A prática de viver a cidade, além das novas tecnologias de informação e comunicação que oferecem, por exemplo, uma totalidade a partir das imagens de satélite, da TV, digitais, cinematográficas, fotográficas, musicais, radiofônicas e da imprensa, pode ser ilustrada pela “experiencia elemental del peatón, que ciego frente a la complejidad urbana que permanece opaca a su mirada, experimenta la ciudad sin disponer por otra parte de instrumentos adecuados para su comprensión totalizadora” (AMENDOLA, 2000, p. 39).

Rodrigues designa o domínio da experiência, dizendo:

A experiência compreende três domínios fundamentais e originários, os domínios das experiências de si próprio, dos outros e do mundo natural. Na sua origem indistintos, estes diferentes domínios da experiência vão-se a pouco e pouco autonomizando, na sequência do processo de maturação reflexiva que se desenrola, tanto ao nível filogenético, da espécie, como ao nível ontogenético, de cada um dos indivíduos (RODRIGUES, 1999, p. 3).

Assim, o mundo intersubjetivo da experiência faz da cidade realmente um lugar: da diferença e do conflito, da diversidade e da heterogeneidade, do encontro e do desencontro, da presença e da ausência, do passado e do presente, do consenso e do dissenso, da guerra e da paz, do estar e sentir-se junto, do diálogo, da experiência com o “Tu”, portanto, da comunicação.

Portanto, em vez de falarmos em experiência urbana, preferimos, sem modificar o seu sentido dado por Amendola, falar em experiência cotidiana, experiência *tout court*. Para não restringir o seu alcance, uma vez que o adjetivo urbano delimita e, sem entrar no debate, remeter a oposição entre a cidade e o campo.

O “Tu” demarcaria os domínios da experiência de si e do mundo natural evocado por Rodrigues (2007). Uma relação que, em Maffesoli (1996, p. 91, nosso grifo), “o eu e [tu] interagem um sobre o outro, um com o outro [constituindo desta forma] um mundo objetual, misto de espírito e de matéria, outro modo de dizer o sensível”. Ou seja, é um Tu que tomamos, entre outras dimensões, a sua dimensão antropológica-social, isto é, enquanto homem *tout court*, quer dizer, sem adjetivações. Isso não significa que desconsideramos outras dimensões deste homem como ser político, religioso, civil. Mas, evocamos o “Tu” não fragmentado e esvaziado por adjetivos que cada uma dessas dimensões lhe atribui. Optamos por um “Tu” que ajuda responder a seguinte pergunta, “quem sou eu?” Já que ele se apresenta como o meu “eu” exteriorizado.

Essa opção pelo Tu “realmente como Tu” que, na relação Eu-Tu, de acordo com Schmidt (2012, p. 162, nosso grifo), “o Eu escuta o [Tu] e está aberto a suas reivindicações”. Entretanto, isso não significa que o Eu concorda com tudo que o Tu está dizendo. Portanto, para o prosseguimento da troca entre eles, o Eu deve, sem ser forçado, aceitar, pelo menos, algumas coisas vindas do Tu. Só assim, que a pergunta, “quem sou eu?” Teria sentido⁵⁰.

A diferenciação do Tu esvaziado e do Tu enquanto o Tu, seria, pensamos, o que Buber (2003, p. XLIV) tem em mente quando sustentava que nos relacionamos somente através de duas palavra-princípios: Eu-Tu, enquanto mundo da relação e, Eu-Isso, enquanto mundo de experiência. Se a primeira é, para o autor, o “ato essencial do homem, atitude de encontro entre dois parceiros na reciprocidade e na confirmação mútua”, a segunda “é a experiência e a utilização, atitude objetivante”. Sendo assim, para Buber, a palavra-princípio Eu-Isso é uma “atitude cognoscitiva” e a palavra-princípio Eu-Tu, uma “atitude ontológica”. Para o autor, somente na palavra-princípio Eu-Tu que se realiza a intersubjetividade. Ou seja,

[Em que] o face-a-face aparece e se desvanece, os eventos de relação se condensam e se dissimulam e é nesta alternância que a consciência do parceiro, que permanece o mesmo, que a consciência do EU se esclarece e aumenta cada vez mais. De fato, ainda ela aparece somente envolta na trama das relações, na relação com o TU, como consciência gradativa daquilo que tende para o TU sem ser ainda o TU. Mas, essa consciência do EU emerge com força crescente, até que, um dado momento, a ligação se desfaz e o próprio Eu se encontra, por um instante diante de si, separado, como se fosse um TU, para tão logo

⁵⁰ Já que parece ser endereçada para alguém que pode ser o Eu desdobrado em instância enunciador do dito e receptora do que acabou de ser dito. Também, pode ser endereçada ao Tu. Dependendo de quem é seu interlocutor, o Eu precisa estar pronto em receber as contribuições do Tu que pode concordar ou discordar do mundo que ele compartilhou.

retomar a posse de si e daí em diante, no seu estado de ser consciente entrar em relações. (BUBER, 2003, p.32).

Em outras palavras, interpretando o autor, o Tu se apresenta, como visto acima, como o eu do “Eu” exteriorizado. O Tu que possibilita ao Eu, uma compreensão da pergunta, “quem sou eu?” Por entender que ele, o Tu, é simplesmente um humano *tout court*. É neste sentido que podemos dizer, junto com Buber (2003, p. LVIII), “o Tu orienta a atualização do Eu e este, pela sua aceitação, exerce sua ação na presentificação do outro que, neste evento, é o seu Tu.”. isso implica dizer, de acordo com Kabuenge e Costa (2015, p. 7), que interpretam Buber, a relação Eu-Tu,

[...] apresenta o indivíduo como um ente social relacional, dialogal e comunicacional para seu entendimento e compreensão do mundo. Neste sentido, o estar junto ou o comunicar junto ou ainda o dialogar junto, pensamos, faz com que a vida no cotidiano seja uma arte que propicia uma experiência gozante somente na presença do outro e revela a limitação da vida individual e que pode atingir sua completude somente na confrontação discursiva com o outro.

Só enquanto humano *tout court*, que o homem, de acordo com Buber (2003, p. 13), consegue proferir a palavra Eu-Tu o que implica dizer, “o eu se realiza na relação com o Tu” e se tornando Eu que o homem se capacita em dizer Tu. Isso leva a dizer, “toda vida atual é encontro”. Vida que, na perspectiva Burberiana, realiza-se na sua completude na comunidade⁵¹, já que a sua finalidade última é a vida. Assim, para o autor, a comunidade é “uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. Toda vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida” (BUBER, 1987, p. 34).

É na comunidade, segundo Buber (1987), que o indivíduo se tornaria pessoa já que entraria em contato com outros indivíduos, ou seja, é nela que o homem consegue (des)construir a sua alteridade que seria incompleta e vazia sem a presença do outro.

[...] o indivíduo atinge a realidade na medida em que se torna pessoa, isto é, um homem que estabelece relações com outros homens, com outras pessoas. Como pessoa, é responsável por eles e aceita a responsabilidade deles por sua própria pessoa. Ele se os confirma como homens existentes e se deixa confirmar por eles como homem existente e sempre se oferece como pilar sobre o qual será construída uma ponte sobre si e sobre seus parceiros momentâneos – ponte eterna que desaba a cada momento, mas que a cada momento se reconstrói novamente (BUBER, 1987, p. 123).

⁵¹ De acordo com a nossa leitura do Livro “Sobre a comunidade”, ousamos considerar nesta dissertação, o sentido que Buber dá a comunidade como o mesmo que damos a cidade enquanto lugar de encontro com outro. Isso não quer dizer que tomamos como sinônimo os dois termos, mas por questão de entendimento, só nas citações do autor nas quais encontramos a palavra comunidade, mentalmente a cambiamos pela palavra cidade.

Em outras palavras, na relação Eu-Tu, de acordo com Ricoeur (2014, p. XIV-XV), a alteridade entre pessoas alcança “grau tão íntimo que uma não pode ser pensada sem a outra, uma passa para dentro da outra”. Ou seja, nesta alteridade, o nosso “próprio eu, e o que é [nosso], converte-se agora para [tu] e para o que é seu” (SHAKESPEARE, 2008, p. 82, grifo nosso). A relação Eu-Tu, nos coloca diante de uma situação em que, dialogando com Bakhtin (2002, p. 208, grifo nosso), “o eu para si [atualizar-se-ia] no fundo do ‘o eu para o [tu]’”. Isso nos leva a considerar, na relação Eu-Tu, cada elemento “é percebido, ao mesmo tempo, como específico e como fazendo parte do todo: o universal concreto” (MAFESSOLI, 1996, p. 110).

Com Levinas (1998, p. 45), nesta relação, “as pessoas não estão diante do outro, simplesmente; elas estão umas com as outras em torno de alguma coisa [assim, o próximo] se torna um cúmplice. [Isto é, na relação Eu-Tu, o Eu não perde] nada de sua ipsiedade”, ou seja, na relação, o indivíduo continua sendo ele, o Eu. Resistindo assim, a sua fragmentação que o pensamento contemporâneo em geral ou, dialogando com o autor o pensamento filosófico, cada vez mais o submete até o ponto de leva-lo em sacrificar a sua “própria subjetividade, isto é, sua substancialidade” (LEVINAS, 1998, p. 116), já que o homem cada vez mais passa a ser reconhecida não do que ele é, “carne e osso”, mas a partir do seu pertencimento. Pertencimento que se baseia sobre um ideal outro que a vida vivida, mas sobre as metas a alcançar.

Tal pertencimento não é o que Buber (1987) explana quando aborda a problemática da comunidade que possibilitaria, através da comunicação ou diálogo, a (des)construção em permanência da ponte – que, metaforicamente pode ser representada pelo traço da palavra-chave EU-TU – de ligação entre os indivíduos e responsabiliza cada um para com outro, ajudaria, em certa medida, no contexto contemporâneo, de extrema desconfiança com outro e de anonimato, resolver os males que aflige a cidade e fazer dela, realmente como um lugar onde a vida é possível (MUMFORD, 2004; JONAS, 2006). A partir da ponte e responsabilidade, a cidade, portanto, a sociedade, de acordo com Buber (1987, p. 123), se tornaria uma realidade concreta devida a relações imediatas e autênticas que se estabelecem entre seus habitantes fazem com que, ela, sociedade, portanto, a cidade, “reúne existências duradouras e passageiras, institucionais e igualmente dinâmicas” favoráveis, pensamos a continuidade da vida e dignidade humana.

A responsabilidade evocada por Buber se inscreve na lógica de que cada um responde de suas ações e práticas. Uma responsabilidade como visto em Jonas, que leva

a pessoa se responsabilizar, além do universo, pela continuidade da vida e da dignidade humana.

Responsabilizar-se de efeitos de nossas ações nos parece importante na contemporaneidade, por exemplo, marcada pela luta contra a violência urbana na cidade. Violência que se cristaliza pela criminalidade e a insegurança. Assim, através da responsabilidade, cada morador da cidade, executaria ações que vão no sentido, não de exclusão do outro –considerados como responsáveis pela violência – e de auto-segregação, mas antes, buscaria se coalizar com o outro o qual, ele se responsabiliza para proteger e com quem, realizara ações que vão no sentido do bem comum, lembrando Buber (1982), onde sendo habitante da cidade, entendido como mundo humano, este os obrigam a “voltar-se-um-ao-outro” como se volta, em uma relação amorosa que não é outra que a relação Eu-Tu.

Portanto, o outro para Buber (1982, p. 105), é um ser humano, quer dizer,

[O] outro do que eu; [...]; eu a confirmo, eu quero que ele seja outro do que eu, porque eu quero seu modo de ser específico. [Isto é], não tenha apenas um outro modo de sentir, um outro modo de pensar, uma outra convicção e uma outra atitude, mas também uma outra percepção do mundo, um outro conhecimento, uma outra sensibilidade, um outro modo de ser tocado pelo Ser.

Assim, observamos que, o “voltar-se-um-ao-outro”, é profícuo para o estar junto ou a socialidade respeitosa à alteridade do outro, enquanto um outro diferente de mim, no entanto, indispensável para que o Eu se torne, como disse Buber (2003), pessoa responsável que professa o Tu da palavra-princípio Eu-Tu.

Tal fecundidade, em Simmel (2010, p. XIV, grifo do autor), se materializaria no cotidiano a partir do que ele considerou como “microsociologia do ‘inter-humano’ [ou seja, uma sociologia fundadora de todas as socialidades entre pessoas. Ela] se concentra nas interações conscientes entre indivíduos [por exemplo] quando duas pessoas olham uma à outra e estão cientes de olhar e”, em certa medida, de serem olhadas por outras pessoas, para o autor, elas estão, de uma forma consciente, interagindo, quer que gostem ou não gostem disso. Assim, para o autor, “suas ações estão ligadas e, juntas, elas formam um ‘nós’” (SIMMEL, 2010, p. XIV). Ou seja, na tal ligação, o Eu se relaciona com o Tu permanecendo sempre o Eu, quer dizer, não se torna o Tu nem pensa tomar o seu lugar.

Somente assim, em Simmel (2010, XV), o entendimento sobre a sociedade, portanto, a cidade, se configura como lugar de encontro dos desconhecidos e se apresentaria como um “fluxo contínuo de interações entre indivíduos. Mesmo triviais,

essas interações são os fios com que as sociedades”, portanto, as cidades “são tecidas”.

Sendo assim, o erotismo da relação Eu-Tu, segundo Lévinas (2001), remete a uma relação com o outro que nos é totalmente estranho e diferente cujo rosto, nos relembra, a nossa responsabilidade para com ele. Portanto, com a sua humanidade. Uma humanidade que, para o autor, é aquela que remeteria ao sentido do homem que supera a dialética feminino-masculino, já que ele, no seu ato de criação, era dois seres em um só. Isso quer dizer que o humano tem duas faces diferente das faces do casal homem-mulher.

Para Buber (1987, p. 88), “a relação de um homem com seu semelhante não envolve somente uma parte de seu ser, como é frequente hoje, [já que] esta divisão do homem em conjunto de esferas atinge também a realização do inter-humano”. O inter-humano, seria, de acordo com o autor, aquilo que acontece mutualmente entre indivíduos. Ou seja, ele é uma “síntese do agir e do suportar a ação de dois ou mais homens. Este fazer e sofrer se entrelaçam mutualmente e encontram um no outro oposição e equilíbrio. Dois ou mais homens vivem mutuamente, isto é, se defrontam em relação recíproca” (BUBER, 1987, p. 41). Neste sentido, podemos dizer junto com o autor que,

A verdadeira responsabilidade é sempre responsabilidade diante do outro. A autêntica responsabilidade repousa sempre sobre a realidade do Eu e Tu. Isto significa que o ponto até onde chegamos está relacionado com a realidade do centro e da relação ao centro, que devemos encontrar novamente. Responsabilidade no verdadeiro sentido (BUBER, 1987, p. 79).

Nesse sentido, o outro aqui se configura como chave para experienciamos a cidade contemporânea, que é complexa e fragmentada, em várias realidades. Somente com o outro, a cidade se configuraria, como o lugar do possível e sem ele, a cidade se tornaria um lugar do anonimato ou da homogeneidade, portanto, um lugar da solidão. Solidão no sentido de Levinas (1998, p. 101) que remete ao,

[...] definitivo do acorrentamento de um eu a seu próprio si [isto é] o Eu tem sempre um pé preso em sua própria existência. Exterior em relação a tudo, ele é interior em relação a si mesmo. Ele está para sempre acorrentado à existência que assumiu [assim, a] impossibilidade de ser si mesmo marca o trágico profundo do eu, o fato de ele estar indissolúvelmente preso a seu ser”.

A solidão como podemos constatar, é comum para uma grande parte dos habitantes das grandes cidades, como Belém que, mesmo com uma grande população, alguns de seus habitantes se sentem só. Muitas vezes, essa solidão é proveniente, por exemplo, como visto acima, da violência urbana, pois parte da população adapta-se as práticas de auto-exclusão ou auto-segregação em busca da segurança. Assim, essas

práticas possibilitam o surgimento de um “Nós” oposto ao um “Eles”. No entanto, esse “Nós” é diferente do “Nós” Simmeliano que surge no fluxo constante de interações entre indivíduos diferentes, Eu-Tu. Ou seja, estamos diante de um “Nós” que, na verdade, é um conjunto de “Eus” vazios.

Se a partir das interações entre indivíduos deduzimos que a cidade é uma obra coletiva, portanto, a experiência para com o outro, é, ao mesmo tempo individual e, sobretudo, coletiva ou social.

Para Dubet (1994, p. 104), “mesmo que a experiência pretenda ser, na maior parte dos casos, puramente individual, é certo que ela só existe verdadeiramente, aos olhos do indivíduo, na medida em que é reconhecida por outros” e, “eventualmente partilhada e confirmada por outros. Deste ponto de vista, a experiência individual pura é uma aporia” (DUBET, 1994, p. 104). Para Dubet (1994, p. 140, grifo do autor), geralmente o sujeito, portanto, “o actor constrói uma experiência que lhe pertence, a partir de lógicas da acção que lhe não pertencem e que lhe são dadas pelas diversas dimensões do sistema que se separam à medida que a imagem clássica da unidade funcional da sociedade se afasta”. Então, a partir da dimensão ao mesmo tempo coletiva e individual da experiência, consideramos que a cidade, apesar de ser uma experiência individual, mas em geral, ela é uma experiência sempre com o outro.

O outro é, geralmente, o meu vizinho do apartamento de lado ou da casa à frente; um desconhecido que encontramos na praça; na academia ou no supermercado; um motorista que disputamos a vaga de estacionamento; um flanelinha que nos guia para estacionar o carro e em seguida, nos pede ajuda; um assaltante que nos assalta no ônibus ou na rua; quem nos olha ou trata com preconceito por sermos diferentes; um motorista de ônibus impaciente que não respeita a parada solicitada; o meu eu exteriorizado, portanto, o tu como o si mesmo, um jornalista que nos oferece diariamente a cidade em todas as suas dimensões; um taxista que nos leva para casa ou lugar de trabalho diariamente. Ou seja, é o Tu com quem fazemos da cidade um mundo-palco em que “cada homem tem o seu papel” (SHAKESPEARE, 2008, p. 26).

Então, a experiência que temos da cidade contemporânea é uma experiência povoada de cena do medo ou da geografia do medo. Mas não somente por causa da violência urbana como de muitas incertezas causadas pela forma de vida contemporânea, como guerras, fome, doenças, imigração, desemprego, terrorismo, desigualdade social, consumo, entra outras situações.

Assim, não se pode pensar em uma relação Eu-Tu sem conflito. Para Simmel (2006), essas interações entre indivíduos nem sempre acontecem em um clima harmonioso. Elas também ocorram em um clima de caos ou de conflito movido pela luta que visam satisfazer os impulsos individuais ou finalidades. Em Dubet (1994, p. 114), “qualquer formação social é definida pela co-presença de uma capacidade de integração comunitária, que nos opõe aos ‘outros’, de um sistema de concorrência regulada”. Ou seja, “as relações sociais são definidas em termos de concorrência, de rivalidade mais ou menos viva dos interesses individuais ou coletivos” (DUBET, 1994, p. 124).

Ao considerar a cidade como uma linguagem, tomamos o sentido de polifonia, uma vez que se narra e é narrada em várias linguagens, que expressam essas rivalidades ou conflitos. Essas linguagens podem ser tanto físicas: formas-objetos: prédios, praças, estradas, monumentos, entre outras formas-objetos, quanto simbólicas: conteúdos: contos, mitos, narrativas, imaginários, portanto, a comunicação, conforme nos diz Maffesoli (2003), que nos liga ao outro, que nos faz vibrar com o outro.

Assim, enquanto moradores de Belém, devemos vibrar em torno dela, nós comprometendo com a sua sobrevivência e sua finalidade de ser casa humana. O compromisso com a cidade também pode se expressar na nossa disponibilidade de cobrar mudança em benefício da cidade aos outros moradores ou instituições. Neste sentido, enquanto morador da cidade, o Sr. ATBBC3, que vive em Belém há 53 anos, no trecho da entrevista a seguir, cobrou a responsabilidade das pessoas, ou seja, tenta interpelar todos os moradores que jogam o lixo em todo canto da cidade sem preocupação com a sua limpeza e o meio ambiente. Também, ele interpela a mídia que, ao invés de conscientizar a população sobre o lixo doméstico, sempre culpa o poder público, que segundo a mídia, aponta o entrevistado, não faz nada em relação ao saneamento básico o que de fato, destaca ele, é verdade para quem mora na cidade de Belém. No entanto, para o entrevistado, o esforço também tem que ser cobrado da população.

[a mídia] chega no canal desse aí, está cheio de lixo, o povo está jogando o lixo, ela chega e disse “ah, porque o governo não vem limpar, o perfeito não manda limpar”, mas ela não fala para aquele morador, dizer assim, “olha, se você continua jogando lixo, vai entupir o canal, você não deve jogar o lixo aí, porque o prefeito manda limpar e você estão sujando”. [Nós devemos trabalhar em conjunto, pois] a sociedade é meu, você [e] você. Nós somos a sociedade. Nós precisamos trabalhar num conjunto, não adianta, nós como sociedade, você prefeito, eu morador, ele carregador ou ele perfeito, você carregador e eu morador, mas eu não te ajudar [...] eu vou ver meu lado, é mais fácil pegar o lixo na porta da minha casa e colocar na porta da casa do meu vizinho, a minha porta vai estar limpa, mas eu não estou vivendo na sociedade

porque estou sujando o meu vizinho (Sr. ATBBC3, 53 anos, informação verbal⁵²)

Constatou-se, no relato do Sr. ATBBC3, que a compreensão de si que a hermenêutica compreensiva proporciona visa, além de nos responsabilizar para com o outro com quem experienciamos junto a cidade, ela nos responsabiliza também perante esta mesma cidade, que devemos legar para os outros, como também os seus moradores passados legaram para nós, seus moradores presentes.

Se a hermenêutica é “a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos” (RICOEUR, 2013, p. 24), a hermenêutica compreensiva seria, uma interpretação amplificadora “que sempre remete à compreensão do si. Para além do tema, assunto, [...] ou obra que se interprete, poderemos sempre chegar à compreensão de si que é mediada pelos signos, os símbolos e textos” (MENDONÇA, 2014, p. 147). Isto é, uma hermenêutica que parte da interpretação e compreensão do texto para chegar à compreensão de si (RICOEUR, 2013).

Partimos do texto midiático para entender o sentido da cidade, e observamos esse texto ser escrito em uma linguagem da ordem espetacular. Linguagem espetacular, que em Amaral Filho (2016, p. 32), se oferece a nós “como forma e conteúdo, em uma dimensão própria da apresentação, no seu ambiente, seus objetos e no fluxo de circulação no espaço público em rede como estética e como política”. Ou seja, é uma linguagem, por exemplo, em relação a cidade, que (des)constrói e (re)interpreta a partir do espetacular, entendido não como falsidade, mas sim, como uma racionalidade representativa da ordem do maravilhoso, do inédito, do grandioso, do incrível, portanto, do imaginável (KABUENGE, 2018). É desta ordem que a mídia, através da geomidiatização, tem a facilidade de apresentar a cidade, ao mesmo tempo como inferno e paraíso, moderna e tradicional, segura-insegura, urbano-*desurbano*, entre outras situações.

Dizer que o texto é escrito na ordem do maravilhoso, implica dizer, da ordem do imaginário entendido como “conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana” (DURAND, 2010, p. 41) uma vez que, “o imaginário dispõe [...] de um tempo [...] específico [...] uma extensão figurativa [...] diferente do espaço das localizações geométricas” (DURAND, 2010, p. 75).

⁵² Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Assim, ao considerar a cidade contemporânea, enquanto estruturadora e formadora das relações e práticas sociais se configuraria como um imaginário já que organiza, no contexto sociocultural e espaciotemporal, a experiência, relações e práticas de seus habitantes.

Assim, a cidade, se torna uma experiência para com o outro já que nos coloca, mesmo sem querer, na presença do outro que nos é estranho. Ou seja, a cidade, ao contrário da religião que busca religar o homem a Deus (SIMMEL, 2010), a cidade, enquanto símbolo do possível, cotidianamente busca religar o homem a outro homem. Isso faz dela, realmente a morada humana. Uma morada que se opõe ao mundo selvagem, sem regras definidoras de sociações, portanto, de socialidades, estruturadoras da socialização ou do estar junto, e se opõe também ao mundo divino governado por regras e normas transcendentais incompreensíveis aos sentidos e a razão humana.

Assim, a religião mundana, a cidade, para o bem ou a manutenção da ordem, estabeleceu ritos, geralmente, “ritos de purificação” nos quais, de acordo com Dubet (1994, p. 117), “os grupos expulsam o que há de ‘impuro’ neles, criando o inimigo que dá nova segurança à integração do grupo [no entanto] não é indispensável que cada grupo possua adversários reais para estar em condições de os ‘inventar’”. Para o autor, “está aí toda a função do bode expiatório e, de modo mais lato, do castigo” (DUBET, 1994, p. 117).

As reflexões de Dubet se aproximam dos relatos históricos do surgimento da cidade feito por Mumford em que, a realeza, para manter a sua influência, criou inimigos, outro homem, tanto na cidade quanto fora dela que deveria ser castigado ou sacrificado para o bem de todos. Mas também, na contemporaneidade, se abordamos a cidade a partir da violência urbana, encontramos, a criação de inimigos que devem ser expulsos dela (colocando eles nas prisões) ou, como se disse popularmente no meio jornalístico, político e policial, “bandido bom é o bandido morto”, devem ser mortos.

Girard (2012, p. 222), ao abordar a questão de bode expiatório nos lembra,

[...] em um universo em que a violência não é mais ritualizada, e onde ela é alvo de um poderoso interdito, a cólera e o ressentimento não podem ou não ousam, em geral, saciar-se sobre o objeto que as excita diretamente [por exemplo] o pontapé que o empregado não tem coragem de dar no patrão será dado em seu cachorro ao voltar à noite para casa, ou talvez ele irá maltratar sua mulher ou filhos, sem de modo algum perceber que está fazendo deles seus ‘bodes expiatório’ [no entanto] as vítimas substitutas do alvo realmente visado [neste fenômeno sacrificial] são o equivalente moderno das vítimas sacrificiais de outrora [assim] a verdadeira fonte das substituições vitimárias é o apetite de violências que desperta nos homens quando

são tomados pela cólera, e quando, por uma razão ou outra, o objeto real dessa cólera é intocável [para o autor] o campo dos objetos capazes de satisfazer o apetite de violência amplia proporcionalmente a intensidade da cólera [neste sentido] a eficácia das substituições sacrificiais aumenta quando muitos escândalos individuais aglutinam-se contra uma e única vítima. Os fenômenos de bode expiatório continuam a desempenhar um papel certo [ainda na contemporaneidade].

Em Girard (1990), o sacrifício teria como função apaziguar a violência e também, de impedir a exacerbação de conflitos. Pois, continua Girard (1990, p. 31), o sacrifício faria a convergência das “tendências agressivas para vítimas reais ou ideias, animadas ou inanimadas, mas sempre não susceptíveis de serem vingadas, sempre uniformemente neutras e estereis no plano da vingança”. Neste sentido, conclui o autor, “o sacrifício impede o desenvolvimento dos germes de violência, auxiliando os homens no controle da vingança” (GIRARD, 1990, p. 31).

Conclui-se a partir deste tópico, afirmando, se a cidade como experiência com outro se configura em uma religião com o sagrado sem rosto, ou seja, esta religião tem que transgredir o plano subjetivo da fé para integrar o plano intersubjetivo da socialidade ou do estar junto, ou seja, a religião tem que ser, interpretando Maffesoli (1996, p. 75), o que nos “liga ao outro [ou o que nos leva a nos] perder no outro” fazendo da cidade, acreditamos, o símbolo do possível já que, o Eu, em uma relação tomada, não somente na sua dimensão dialogal de face a face, como advoga Buber, mas também, na sua dimensão comunicativa pela ausência do outro no sentido Levinasiano.

Assim, com o Tu, juntos, enfrentamos os desafios, medos, adversidades e vicissitudes da vida afim de definir o destino de nossas vidas enquanto habitantes da cidade. Deste fato, a cidade se constituiu, para nós, pensando com Ricoeur (2007, p. 159), como uma narrativa, para cada novo edifício construído na espacialidade da cidade,

[...] inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição.

Ou, como um imaginário coletivo, que segundo Durand, coletivamente nos possibilita, em certa medida, enfrentar as vicissitudes da vida cotidiana e determinar o nosso estar junto.

Se a cidade se configura como estruturador do estar junto, na contemporaneidade, a mídia se configura como seu agente produtor per se, junto com outros agentes, tais como

o Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários da cidade, usuários da moradia, entre outros. Este entendimento, da mídia como produtora da cidade, se apresenta como forma de entender os meandros, sentidos e significados das narrativas midiáticas sobre a cidade. Narrativas que se cristalizam na geomidiatização da cidade.

4 MÍDIA: AGENTE PRODUTOR PER SE DA CIDADE

Eu posso dizer, eu como taxista, eu ando, pego muitos passageiros de outros estados, e a pessoa pergunta para mim [...] é muito corriqueiro o cliente quando chega no aeroporto, [...] pergunta logo, “é aí, como está a cidade aqui, violenta, como que é, perigosa?” [...] se eu falar para esse passageiro que é violenta, que é de mais violenta [...] ele já vai e nunca vai voltar mais. Então, mas, [...] você não vai mentir né, eu sempre falo, olha, você tem que **ter cuidado como em todas as cidades né, como em todas as cidades**, tem que ter cuidado, tem que ter a cautela, mas a nossa cidade está cheia de coisas legais, o povo daqui é um povo muito acolhedor, um povo muito hospitaleiro. Então, eu sempre falo, procura colocar, pontuar as coisas positivas né, a gente precisa, precisa disso até que puxa, eu sou um agente, como posso dizer, sou um agente divulgador da minha cidade entendeu, como motorista de taxi. Eu preciso cativa-lo [o visitante], cuidar da minha cidade, preciso trazer essa pessoa frequentemente aqui para a minha cidade né, senão é complicado (Sr. ATBBC5, 47 anos, informação verbal⁵³).

O relato acima é do taxista ATBBC5, com 23 anos de experiência. Que comprova como a cidade, além das formas, é também construída a partir do conteúdo, portanto, das práticas ou relações sociais. Na entrevista realizada, ele nos revela como, com sua experiência e consciência de seu papel de agente “divulgador” da cidade, divulga, ou melhor, produz a cidade ao seu cliente, não somente como violenta, mas também acolhedora e hospitaleira. Ou seja, no relato, encontramos também, uma consideração das relações e práticas sociais como definidora, quer dizer, produtora da cidade.

Se para Souza, M. (1997), a cidade é um produto ou uma obra do homem, ela se configura como lugar da liberdade e da coexistência. Ela, cidade, é, para a autora, um “mundo de objeto, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidade precisas [ou seja] a cidade é ao mesmo tempo [...] lugar da vigilância [...] da identificação [...] da exclusão, da disciplina” (SOUZA, M., 1997, p. 4). Porém, “não há como não considerar a cidade como lugar da co-presença” (idem, p. 4).

No entanto, para a sua produção, Souza, M. (1994), destaca como seus agentes produtores, aqui acionados ilustrativamente: a) poder público e as instituições transnacionais; b) ocupantes de moradias urbanas (proprietários e locatários) e de terrenos (“invasão”), compradores de terrenos e de habitação (demanda final, usuário); c) produtores (promotores) fundiários e imobiliários ou incorporadores; d) produtores de materiais de construção; e) detentores de capital que investem na produção ou na

⁵³ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

promoção imobiliária; por fim, f) proprietários imobiliários urbanos; proprietários fundiários urbanos e periurbanos.

Trindade JR, (2016) destaca, por sua vez, os seguintes produtores: a) proprietários rentistas; b) promotores imobiliários; c) proprietários usuários da moradia; d) grupos sociais excluídos; e) proprietários fundiários e f) Estado.

Afirmo que não era minha intenção, nesta pesquisa, entrar no debate sobre os agentes produtores da cidade, entretanto, observando as classificações acima tanto em Souza, M. (1997) quanto em Trindade JR. (2016), causa espanto, a ausência do agente midiático nas classificações. Em Trindade JR. (2016, p. 239), ele aparece como sub da subcategoria de promotores imobiliários, isto é, nos “corretores, planejadores de vendas” e com atribuição no papel de propagandista. Essa subcategorização do agente midiático se configura como instigante, considerando dois motivos: a desconsideração da importância da instituição mídia, que segundo Rodrigues (1998), através das novas tecnologias da informação, põe,

[...] à disposição de um número cada vez maior de cidadãos, independentemente do lugar em que vivem, a possibilidade, não só de reagir às mensagens e aos produtos culturais disponíveis nas redes, mas também de exprimir livremente as suas opiniões e de partilhar os seus saberes, contribuindo assim para uma participação, quase em tempo real, na criação cultural e para o exercício dos direitos e dos deveres da cidadania (RODRIGUES, 1998, p. 1).

Em Thompson (2011), a compreensão e entendimento das transformações culturais das sociedades modernas e suas instituições passam na reconsideração do papel da mídia e do seu impacto na contemporaneidade. Pois, a consequência principal de desenvolvimento da mídia na nossa sociedade atual se revela “na possibilidade de agir tendo em vista um outro que conhece apenas a imagem da minha ação. Esse outro distante passa a ser o interlocutor principal de uma esfera política baseada na publicidade mediada” (THOMPSON, 2002, p. 7).

Assim, afirma França (1998, p. 21), “o advento e evolução dos modernos meios de comunicação, sem dúvida, alteraram o processo de produção das linguagens e as relações entre a palavra e o terreno do vivido”. De acordo com Rodrigues (2000, p. 5), esses meios redefiniram “a relação da experiência humana com o espaço e com o tempo [assim, com a mídia] as relações entre espaços distantes tornam-se tanto mais fácil, rápida e confortável quanto menos nos deslocarmos e mais nos conectarmos” nas possibilidades de comunicação que oferecem tais meios.

Subcategorizar o agente midiático na produção da cidade, nos parece como a não reconhecimento do Campo de Comunicação⁵⁴ como campo social, portanto, produtor de práticas sociais dignas de governar, em certa medida, a vida de indivíduos. Observamos essa classificação de Trindade JR. (2016), sobre os agentes produtores da cidade, colocando a mídia a partir da sua dimensão técnica de persuasão propagandista e não da sua dimensão social de publicização de fatos. Aqui, a publicidade não é entendida somente como “prática comunicativa de marketing promocional de venda e consumo de produtos” (KABUENGE, 2016, p. 66), mas também, como “uma prática comunicativa do uso público da razão no jogo de submissão pública de ideias ou argumentos ao crivo da crítica racional” (KABUENGE, 2016, p. 66). Assim, acredita-se que a mídia, deve ser considerada como uma instituição que “participa na rede de comunicação de conteúdo e passa a mediar o uso público da razão de indivíduos reunidos em público” (KABUENGE, 2016, p. 72).

Assim, considerando a mídia junto com Rodrigues (1999, p. 19), como uma “instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores” e também, de criar, em certa medida, “um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência” (RODRIGUES, 1999, p. 19). Implica em dizer que, o campo de comunicação se caracteriza pela “aceleração dos outros campos, ampliando as possibilidades do diálogo como mediação social, ao mesmo tempo em que funciona como ‘meio’ mantendo sua característica principal como circuito de informação” (AMARAL FILHO, 2016, p. 29).

O campo de comunicação, assim, se diferencia dos outros campos sociais pela sua competência de “criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores assim como o conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, no campo específico da mediação entre os diferentes domínios da experiência” (RODRIGUES 1999, p. 26). Neste sentido, para Rodrigues (1999, p. 18), o campo dos media resultou do “processo de autonomização secularizante bem-sucedido, graças à aquisição da capacidade de impor, com legitimidade, regras que devem ser respeitadas num

⁵⁴ Consideramos, nesta dissertação, como semelhantes: campo de comunicação e campo dos media uma vez que os dois conceitos dizem a mesma coisa. No entanto, no Brasil, usa-se mais campo de comunicação que campo dos media. Dito isto, vale informar que se faz uso das explicações de Rodrigues (1999) que considera o campo dos media como campo que faz a mediação de outros campos sociais.

determinado domínio da experiência” e que devem ser “baseadas numa indagação racional metodicamente conduzida” (RODRIGUES, 1999, p. 18).

Em outras palavras, entende-se a comunicação como prática social. Isto é, relação (des)construtora do estar junto, da socialidade, e como “prática constituidora da vida social” (FRANÇA, 2003, p. 37). Ou, “como lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (FRANÇA, 2003, p. 43).

Segundo motivo, a subcategorização da mídia na produção da cidade, nos parece também, uma desconsideração com a mídia na transformação da forma de experienciar a cidade, através da modificação da relação entre o espaço e o tempo. Segundo Thompson (2002, p. 36), o advento da mídia, portanto, da “telecomunicação trouxe uma disjunção entre o espaço e o tempo, no sentido de que o distanciamento espacial não mais implica o distanciamento temporal”. Isso implica, portanto,

[que a] informação e conteúdo simbólico podiam ser transmitidos para distancias cada vez maiores num tempo cada vez menor. [Isto é] o distanciamento espacial foi aumentando, enquanto a demora temporal foi sendo virtualmente eliminada [implicando, pensamos, a quebra da hegemonia da modalidade] face a face [como condição sine qua non da comunicação humana já que, com] a disjunção entre o espaço e o tempo preparou o caminho para uma outra transformação, estreitamente relacionada com o desenvolvimento da telecomunicação: a descoberta da simultaneidade não espacial. [Se antigamente simultaneidade significava] localidade: “o mesmo tempo” exigia “o mesmo lugar”, [para o autor], com o advento da disjunção entre espaço e tempo trazida pela telecomunicação, a experiência de simultaneidade separou-se de seu condicionamento espacial. Tornou-se possível experimentar eventos simultâneos, apesar de acontecerem em lugares [diferentes uns aos outros] (TOMPSON, 2002, p. 36).

Neste sentido, Thompson (2002, p. 37), afirma que, “o desenvolvimento de novos meios de comunicação e transporte também afetou as maneiras pelas quais os indivíduos experimentam as características de espaço e de tempo da vida social”.

Antes do desenvolvimento das indústrias da mídia, segundo Thompson (2002), a compreensão que muitas pessoas tinham de lugares distantes e passados era modelada basicamente pelo intercâmbio de conteúdo simbólico das interações face a face nas quais, “a narração de histórias teve um papel central na formação do sentido do passado e do mundo muito além das imediações locais” (THOMPSON, 2002, p. 38). Mais na frente, o autor, ao contrastar esse momento antes da mídia e o momento do seu advento, afirma,

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação criou assim o que agora descrevemos como uma “historicidade mediada”, [quer dizer, o sentido do nosso passado] e de como ele nos alcança se torna cada vez

mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas. [No entanto, mesmo com a mídia] a tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez em conjunto com um processo de compreensão que se serve [sempre] do conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia. [Assim, se é verdade, a mídia conseguiu alterar] a nossa compreensão do passado, criou também aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”, [quer dizer, a] nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas, [ou seja] os horizontes espaciais de nossa compreensão se dilatam grandemente, uma vez que eles não precisam estar presentes fisicamente aos lugares onde os fenômenos observados ocorrem (THOMPSON, 2002, p. 38).

O diálogo com Thompson (2002), contribuiu para compreender que com a mídia, a nossa experiência da cidade também mudou quando ela, nas suas narrativas diárias, modifica a nossa forma de nos sentir e estar junto na cidade contemporânea tão fragmentada. O autor dirá que a mídia, “ao alterar a compreensão do lugar e do passado, o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o sentido de pertencimento dos indivíduos – isto é, a compreensão dos grupos e das comunidades a que eles sentem” (THOMPSON, 2002, p. 39) membros. Uma compreensão que, para o autor, “provém, até certo ponto, de um sentimento de partilha de uma história de um lugar comuns, de uma trajetória comum no tempo e no espaço” (THOMPSON, 2002, p. 39). Essa afirmação implica outra, segundo o autor, se a mídia alterou a nossa forma de compreender o passado, o mundo e o lugar que nele ocupamos, ela alterou, “do mesmo modo a nossa compreensão dos grupos e comunidades com que compartilhamos um caminho comum através do tempo e do espaço, uma origem e um destino comuns” (THOMPSON, 2002, p. 39), já que somos parte de membros de comunidades e grupos que se formam em parte, a partir da mídia.

É essa capacidade da mídia em configurar a nossa forma de estar junto que está em jogo quando se subjugam a participação do agente midiático na produção da cidade. No entanto, a sua consideração se justifica, como afirma Santos, M. (2012), que a cidade não só é feita de Forma-objetos, mas das relações sociais ou como nos lembra Rousseau (2008, p. 32), “o burgo”, conjunto de casas tomadas isoladamente, não forma cidade, somente “os cidadãos fazem a cidade” a partir de suas obras físicas (casas) e simbólicas (interações sociais ou comunicacionais). Assim, se consideramos a cidade como “uma junção ou conjunto de pessoas que se integram para fazer uma sociedade” (Sr. ATBBC3,

53 anos, informação verbal⁵⁵), entenderemos que as relações sociais, em geral, passam pela comunicação, enquanto compartilhamento de experiência ou sentido.

No entanto, na contemporaneidade, esta comunicação é quase midiaticizada. Neste sentido, dizer que a mídia é um dos agentes produtores da cidade é reconhecer o seu papel social, por exemplo, na formação do imaginário coletivo que, em certa medida, como diria Rousseau, transformaria um burgo em cidade.

Assim, a subjugação do agente midiático na produção da cidade é correlativa, quando se considera a mídia somente no seu papel instrumental publicitário, de convencimento dissuasivo de consumo de produtos, o que ofusca, na nossa avaliação, a percepção da sua dimensão social que, no caso da produção de cidade, se materializaria, por exemplo, na legitimação de um determinado planejamento urbano através de construção de sentidos ou significados que vão se cristalizar no imaginário coletivo e, pouco a pouco, vai dar vida a tal planejamento.

O exemplo da segmentação do espaço urbano das cidades brasileiras nestes últimos tempos através de condomínios fechados e prédios é bem eloquente. Se há outras razões que fazem com que, tanto nas “periferias” dessas cidades, quanto nos seus “centros” cada vez mais se busque morar nestes lugares “fortificados”, a segurança é a mais determinante das razões.

O condomínio fechado ou o prédio, portanto, a morada ou a casa, se configuram como dispositivo de separação entre o exterior violento e perigoso do interior seguro e calmo. Ou seja, a casa enquanto abrigo, de acordo com Durand (1997, p. 196), ela “defende e protege e que se passa continuamente da sua passividade à sua atividade defensiva”. Se a passividade, interpretando o autor, seria ligado ao repouso, portanto, a intimidade que a casa assegura para os seus habitantes, a atividade defensiva, acreditamos, está ligada à segurança deles que os aparatos de segurança: porta e janelas fechadas, câmeras de segurança, entre outros aparatos, tendem a dar.

Como observamos, a segurança em questão só se efetiva a partir da separação. Separação que, na teoria imaginária durandiana se acompanha sempre com a intenção da purificação. Purificação esta, no contexto desta dissertação, se efetiva, na evitação do outro, o desconhecido, o qual se dúvida das intenções. Contudo, se a intenção é a segurança quando se busca as estruturas fortificadas, excluir o outro, não se apresenta como uma solução, mas sim, fonte de problemas que os autores como Baierl (2004) e

⁵⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Souza, M. L. (2006, 2008), mostraram nos seus respectivos trabalhos sobre a modificação arquitetural das cidades brasileiras, em busca de segurança. Um desses problemas, podemos citar a segregação do outro, o diferente, que se operacionaliza a partir da contenção tanto física quanto simbólica que visa a purificação da cidade dos considerados “indesejáveis”.

Em relação a modificação arquitetural das cidades brasileiras, uma coisa nos instigou nos autores supracitados, já que eles, mesmo de maneira negativa, nas obras, destacam o papel ativo da mídia na tal modificação. Isto é, se no imaginário popular, morar em condomínio fechado, prédio e casa fortificada significa segurança, para eles, a mídia, de uma forma ativa, contribuiu, a partir de suas “narrativas de violência”, para alimentar e fortalecer esse imaginário que, por sua vez, levou as pessoas quererem casas cercadas, uso de cadeados, monitoradas, entre outros dispositivos de segurança, para se proteger contra a violência.

Esse exemplo negativo do papel da mídia na transformação arquitetural das cidades brasileiras, nos mostra, mesmo parcialmente que, “o morar” na cidade contemporânea tem seu significado e sentido, em certa medida, a partir da mídia. Neste sentido, Canclini (2002), nos averte dizendo, na contemporaneidade,

Uma das novidades dos estudos urbanos e de comunicação é a tendência em entender a cidade em relação aos processos de comunicação e a vinculação destes à trama urbana. A cidade já não é mais vista como um mero cenário para a habitação e o trabalho, ou seja, como simples organização espacial, lugar de assentamento da indústria e dos serviços. [...]. Na segunda metade do século XX, quando a concentração demográfica e a expansão territorial das megacidades debilitam a conexão entre suas partes e, ao mesmo tempo, as redes comunicacionais levam a informação e o entretenimento aos domicílios, os usos das cidades são reorganizados: a desordenada explosão rumo às periferias, que faz com que os habitantes percam o sentido dos limites de “seu” território, é equilibrada com os relatos dos meios de comunicação sobre o que acontece nos lugares mais distantes dentro da cidade. Do passeio do flâneur que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos, em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e nos informa. Os desequilíbrios e incertezas engendrados pela urbanização que desurbaniza, por sua expansão irracional e especulativa, parecem ser recompensados pela eficiência tecnológica das redes de comunicação. A caracterização sócio-demográfica do espaço urbano não consegue dar conta de seus novos significados se não incluir também a recomposição que a ação midiática lhes imprime (CANCLINI, 2002, p. 41).

Se o contexto que o autor trata não é um contexto brasileiro e principalmente, da cidade de Belém, mas ele nos leva a entender como a mídia, passa a significar o que é a cidade, portanto, contribui na construção das práticas e relações que faz da cidade a “cidade” e não um “burgo”, enquanto conjunto só de estruturas físicas.

Se é verdade que, em certa medida, o agir midiático tem o caráter propagandista, precisamos saber que em grande parte, este agir, tem também, um caráter social que faz da prática midiática, uma prática social de produção de um mundo possível. Ou seja, é um agir que se configura como prática de produção de sentidos, não somente sentidos publicitários na acepção de marketing, mas também, e sobretudo, sentidos que passam a organizar a nossa forma de ver e viver no mundo.

Entendemos a mídia como agente produtor per se da cidade, principalmente, a partir das narrativas ou dos imaginários, molda o estar junto ou a socialidade urbana contemporânea. Por exemplo, em relação à mídia impressa, Thompson (2002) aponta essa importância na modificação profunda e irreversível dos modelos de interação e comunicação. Para o autor, esta modificação se materializou na alteração das “redes de comunicação preexistentes e as relações de poder estabelecidas, [também, na] mediação da cultura” (THOMPSON, 2002, p. 49) em que a produção, circulação e recepção de produtos culturais, passaram a depender das técnicas de impressão.

Se é verdade, *O Liberal* e o *Diário do Pará* são, agentes produtores da cidade de Belém, relembramos, que eles a produzem a partir da lógica espetacular, que alterna em permanência os valores antagônicos, tais como: perigosa-segura; violenta-não violenta; desenvolvida-subdesenvolvida; complexa-simples; desordem-ordem; terra sem lei-terra com lei; poluída-não poluída; entre outros valores. Lógica que vimos, se inscreve como estratégia de controle geomidiatizada da cidade e de sua produção. Produção da cidade que, nas páginas desses jornais, ao mesmo tempo, a urbaniza e *desurbaniza*; a metropoliza e desmetropoliza; a centraliza e periferiza; a constrói, destrói e reconstrói simbólica e fisicamente. Paradoxalmente, desta forma, com a mídia, temos, diariamente, quase um resumo completo sobre a cidade. Uma vez que, a mídia, nos facilita a ver, a sentir, a tocar, a ouvir e a provar, por exemplo, nas páginas de cada edição impressa publicada. É nessas páginas que, em seus relevos, planícies, vales, savanas, montanhas, florestas, portanto, em suas superfícies, encontramos, sentidos e significados que passam, em certa medida, guiar o nosso estar junto, o sentir-se na cidade, ou seja, a nossa socialidade. Nelas, podemos nos sentir ao mesmo tempo, amado e odiado, aconchegado e rejeitado, estrangeiro e cidadão, pobre e rico. Também, podemos chorar com os outros, sentir pena

dos outros ou criticá-los. De identificação e repulsa.

Essa dimensão da mídia, levou Canclini (2002, p. 41) nos advertir, que os meios de comunicação deixaram de ser “unicamente como redes invisíveis e deslocadas, cuja dinâmica poderia ser entendida somente através das estratégias empresariais e dos recursos tecnológicos mobilizados”.

A cidade nas páginas dos jornais, a partir das narrativas do cotidiano ou das narrativas dos jornais, se configuram como dispositivos através dos quais, *O Liberal* e o *Diário do Pará*, produzem, diariamente, a cidade de Belém, tanto narrativamente quanto fisicamente, uma vez que, essas narrativas, podem, em certa medida, influenciar as projeções e os planejamentos urbanísticos da cidade. Tal influência, em diálogo com Amendola (2000, p. 174), pode ser percebida na lógica de produção seriada da mídia, que cada vez mais, “se afirma también en la ciudad en cual los temas dominantes y de éxito serán continuamente retomados creando para el ciudadano espectador y consumidor ambientes y escenarios ordinarios”. Isso explicaria, diz o autor, porque, a imagem da grande metrópole na contemporaneidade, “es de tal modo difundida y familiar que a menudo nos preguntamos [...] si Nueva York existía antes del cine. O, incluso, si Nueva York no imita también la propia imagen cinematográfica” (AMENDOLA, 2000, p. 173).

Assim, analisar a mídia enquanto agente per se de produção da cidade, nos possibilita entender, os efeitos de sentidos embutidos nas superfícies de suas narrativas produtoras da cidade, em que a mídia, constrói a cidade geomidiaticamente, a partir, mas não exclusivamente, do medo. O medo como vimos, não está somente ligado à violência urbana, mas a qualquer situação que fuja da lógica do ordinário.

4.1 A contenção simbólica e a desconfiança do outro

Se “desde os gregos a cidade representa o espaço propriamente humano frente ao mundo selvagem que lhe é exterior, bem como ao mundo divino que lhe é superior e inacessível” (DIBIE, 2015, p. 388), a histografia das cidades mostra, que elas foram estrategicamente construídas nos espaços para dificultar o acesso do outro considerado inimigo: no alto das montanhas, rochas, lugares isolados, no intuito de se prevenir contra invasões externas, ou construídas nos litorais ou margens de rios ou mares, para facilitar a mobilidade tanto no momento de paz quanto de guerra.

O exemplo mais perto de nós, ou seja, destas estratégias, observamos, a projeção de construção de cidades na Amazônia brasileira pela coroa portuguesa que, para se prevenir contra a invasão dos inimigos, ao longo do rio Amazonas, construiu estruturas de proteções conhecidas como fortes, conforme nos lembra Paes Loureiro (2001, p. 29), “Nos séculos XVI e XVII, [...] A política portuguesa com relação a este vasto espaço era de defesa militar e demonstração de uma ocupação produtiva. [...] Foram construídos alguns fortes ao longo do rio Amazonas, sendo o Forte do Presépio”.

Entretanto, essas estratégias de construção das cidades, direta ou indiretamente, foram políticas de proteção contra ou na desconfiança do outro. Desconfiança que, na história, segundo Mumford (2004), motivou uma série de práticas cruéis contra este outro, considerado inimigo e que pode ser morto, escravizado e torturado no intuito de causar nele medo.

A contenção se faz, às vezes, através de ações com “efeitos mais permanentes e carregadas, assim, de muito maior visibilidade” (HAESBAERT, 2014, p. 243). Por exemplo, a “construção de muros em torno de zonas urbanas, como aqueles propostos para algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro” (HAESBAERT, 2014, p. 244).

No entanto, afirma Haesbaert (2014, 269), a contenção “não ocorre apenas no âmbito das práticas materiais, mas se estende também pelo ambivalente da (re)invenção de símbolos espaciais que re-apresentam e re-configuram a cidade”. Como é o caso, do agente midiático que, simbolicamente realiza a contenção em suas produções diárias quando invisibiliza certos espaços e privilegia “outros na teia do des-ordenamento territorial da cidade” (HAESBAERT, 2014, p. 243). Este tipo de contenção, é o que o autor qualifica como simbólica por se realizar nos discursos dominantes através de narrativas ou imaginários que tendem a valorizar diferentemente os espaços na cidade.

A contenção simbólica é visível ou observável na cobertura midiática cotidiana, em que podemos “visualizar claramente a distinta percepção do espaço urbano, ou seja, a diferente visualização espacial do fenômeno dos conflitos ou, mais especificamente, da ação policial nas favelas, através de jornais dirigidos” (HAESBAERT, 2014, p. 262) para distintos públicos.

Essa mesma contenção simbólica, está presente, nas coberturas dos jornais paraenses *O Liberal* e *Diário do Pará*. Neste último, conforme figura 1, cada vez que aparece neste veículo de comunicação, os bairros que o jornal qualifica de “periféricos”, sempre está ligado à violência urbana, com mortes violentas ou tráfico de drogas. A contenção simbólica se faz também a partir do evidenciamento de certos lugares, a partir

de certos acontecimentos. Ao evidenciar cotidianamente os bairros “periféricos” da cidade de Belém, por meio de mortes violentas, o jornal apresenta esses bairros como perigosos, portanto, como “zonas vermelhas” a serem evitadas e nas quais, podem se praticar qualquer violação da lei, se o objetivo for acabar com a criminalidade e a insegurança que migra dessa zona para a “zona central” da cidade. E também, em uma lógica geomidiática, a seleção do fato evidenciado nas páginas dos impressos tem como impacto direto, o silenciamento de vários outros acontecimentos que, se para os veículos de comunicação não tem valor de noticiabilidade, talvez para a população, sejam mais relevantes do que os fatos publicados.

Para Sr. ATBBC3 (53 anos, informação verbal⁵⁶), os jornais impressos deixam de lado muitas coisas que acontecem na cidade. Coisas que afetam, e em certa medida, a sua vida profissional e de seus colegas. Para ele, casos de assaltos, muitas vezes, são silenciados comparativamente com casos de homicídios. Nessa afirmação, o entrevistado se baseia no caso de “execução” de um colega deles, o mecânico, apelidado de sargento, na quinta-feira dia 19 de abril de 2018, na esquina da travessa Honório José dos Santos com a São Silvestre, bairro do Jurunas, que chegamos a conhecer no primeiro dia de entrevistas que realizamos no local. Para o Sr. ATBBC3, no mesmo dia da “execução” de seu colega, teve assalto bem perto do seu Ponto de taxi, que não foi noticiado. Segundo ele, se os assaltos aparecem nos jornais, eles aparecem somente como estatísticas. Para ele, a informação oferecida para a população nos periódicos paraenses “é insuficiente (...) a população não fica sabendo a realidade das coisas. A população sabe apenas aquilo que o jornal quer. Não realmente que a população precisa”.

Assim, observamos tanto uma contenção territorial quanto uma contenção simbólica tende a acentuar a oposição periferia-centro. Em relação à mídia, percebemos essa acentuação nas construções narrativas da cidade que, nitidamente separam um “Nós” enquanto uma pluralidade vazia de “Eus” do “Eles”, considerado como perigoso ou um potencial criminal em devir.

Deste fato, se consideramos, a desconfiança do outro como operacionalizadora da contenção simbólica nas produções diárias da mídia, ela se configura como uma das estratégias geomidiáticas de produção da cidade pela mídia e do exercício do seu poder enquanto agente produtor do urbano. Assim, evocamos o poder aqui não na sua dimensão metafórica, mas a partir da sua dimensão concreta, como nos lembra Balandier (1982),

⁵⁶ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

de influenciar as ações dos indivíduos. Esse poder da mídia, não como um poder manipulador das massas como pretende a teoria crítica frankfurtiana, mas um poder na sua acepção social, isto é, “uma relação entre pessoas [melhor dizendo], um fenômeno social” (BOBBIO, 1999, p. 934). No entanto, não descartamos as desigualdades que se acompanham com o exercício do poder que a sua dimensão instrumental de dominação do outro possibilita.

Essa contenção, tanto simbólica quanto física, nos parece presente na história da organização do espaço urbano da cidade de Belém, quando observamos o empurramento do outro, geralmente, pobre, para as zonas “periféricas”. Inclusive, relembramos, a contenção dos diferentes, por exemplo, com a construção do “Asilo da mendicidade”, por Antônio Lemos. Portanto, a fragmentação da cidade pela auto-segregação ou segregação induzida e a prática da contenção, não são práticas recentes na história da cidade, mas estiveram presente já desde a sua fundação, com objetivos de controle do outro.

4.2 Cidade como lugar de controle do outro

Se as evidências históricas nos revelam que o medo do outro motivou, ao longo do tempo, a reestruturação de cidades, podemos, nos perguntar, quem era este outro? Qual a natureza e a forma do medo? E a concepção e a significação do medo?

As investigações históricas do Mumford (2004) apontam algumas evidências neste sentido. Segundo o autor, foi a busca de proteção dos aldeões contra os animais ferozes, que fez com que, o caçador, por meio de suas habilidades de caça, tornasse o último escudo de proteção contra esses animais.

É a partir do caçador, de acordo com o autor, que emergiu a figura do rei caçador, portanto, da realeza que impulsionou e organizou a cidade enquanto espaço do possível ou como um lugar de demarcação entre a barbaridade fora da muralha e a civilização dentro da muralha. Pois, “à medida que as atividades da cidade se tornavam mais racionais e benignas dentro dela, passaram a ser, quase no mesmo grau, mais irracionais e malignas nas suas relações externas” (MUMFORD, 2004, p. 61).

No entanto, o autor mostra que com tempo, os súditos do rei não tinham mais medo dos animais selvagens por adquirirem experiências suficientes para enfrentar sua imprevisibilidade e ferocidade. Nas palavras do Mumford (2004, p. 60), com o tempo,

mesmo “desarmado, exposto, nu, o homem primitivo tinha sido suficientemente esperto para dominar todos os seus rivais naturais. [No entanto, com tempo, o homem conseguiu criar] um ser cuja presença repetidamente levaria o terror a sua alma, [outro homem]”, ou seja, “o Inimigo Humano, seu outro eu e correspondente, possuído por outro deus, congregado em outra cidade, capaz de ataca-lo” (MUMFORD, 2004, p. 60). Assim, o outro passa a ser considerado como inimigo por ser, “alguém que adorava outro deus: que procurava igualar os poderes do rei ou resistir à sua vontade” (MUMFORD, 2004, p. 61).

Em diálogo com Foucault (2004), pensamos o teor do medo utilizado como dispositivo de dominação e controle de indivíduos na cidade contemporânea, em que o medo do outro, mais distante, passou a competir com o medo do outro mais próximo, que deve ser vigiado e punido, visando a correção dos seus desvios enquanto cidadão se for possível, ao contrário, a sua morte é preferível. Relato presente na espetacularização punitiva de Damien até sua morte. O suplício público do Damien e a espetacularização da sua morte, de acordo com o autor, visava, prevenir os outros que, no futuro, poderiam atentar a vida do então rei, Louis XIV, da França monárquica.

Paradoxalmente, observamos no relato, o medo utilizado como dispositivo de controle e punição, não gera, como esperado, o sentimento de culpa e busca de justiça através da penitencia ou da redenção visando a ressurreição espiritual e moral como o fez Raskólnikov⁵⁷ (DOSTOIÉVSKI, 2004). Ao invés disso, gera a docilização do outro como o moribundo Damien que não mais controlava os movimentos de seu corpo apesar, de não se arrepende do seu ato, já que era uma docilização do regime panóptico do “vigiar e punir”, que visava somente atingir fisicamente os corpos e seu controle através de um poder centralizado (FOUCAULT, 2004). No entanto, este regime, com o tempo, mostrou as suas falhas, justificando a sua substituição por um regime do “controle e disciplina” de um poder capilarizado na sociedade (FOUCAULT, 2007) que não mais visa atingir, fisicamente os corpos, mas sim, em capacitá-los e adaptá-los para o mercado e a cidadania. A contenção tanto territorial quanto simbólica é um exemplo disso. Se na contenção territorial, a privação de liberdade de movimento dos indivíduos encontra-se no seu paroxismo, ela, se relativiza na contenção simbólica, por exemplo, por meio de

⁵⁷ Personagem do romance “Crime e Castigo” de Dostoiévski que teve a ideia de matar uma velha que vivia de juros como forma de ajudar toda a humanidade. Sua ideia se constrói a partir da constatação histórica de que César e Napoleão mataram milhares de pessoas, no entanto, com tempo, foram feitos grandes conquistadores e heróis. Ou seja, foram destacados na história apesar de suas crueldades. Neste sentido, se ele matasse a velha cruel que representava o sistema capitalista, teria o mesmo destaque histórico. Ou seja, sair do anonimato enquanto pobre estudante e mais tarde ex-estudante incapaz de pagar até o aluguel do seu apartamento e vivia de dinheiro obtido nas pequenas traduções.

discursos urbanísticos que, ao projetaram alguns espaços na cidade, determinam o que deve ou não deve ser feito em tais espaços, quando e como visitá-los.

Em relação à mídia, observou-se a docilização sutil dos corpos, a partir do regime de controle e de disciplina, encontrados no paroxismo preocupante dos outros agentes produtores da cidade, uma vez que, ela, não atinge só os corpos, mas também a subjetividade de indivíduos quando tenta agendar, em certa medida, o que se deve sentir, tocar, provar, ouvir e ver na cidade, ou seja, agendar a nossa forma de experienciar a cidade. Na experiência, são integradas a geografia do medo e as cenas do medo. Com o segundo, observamos, a construção de sentidos sobre os lugares da cidade, considerados como perigosos; sobre as pessoas, que não podemos encontrar em determinadas parte do dia ou da noite e, principalmente, as construções contra o sair de casa.

Com a cena do medo se potencializa, a docilização de indivíduos, considerando que o medo passa a ser elaborado midiaticamente a partir das cenas construídas. Isso significa, que o medo passa a mobilizar a nossa capacidade imaginativa. Ou aquilo que dirá Tuan (2005, p. 11), o ser humano sente muito medo do que os outros por dispor do sistema imaginativo. Assim, “a imaginação aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo”. Em outras palavras, com o sistema imaginativo, o ser humano tem o melhor entendimento de si mesmo e do mundo que o circunda. É assim, que sentimos muito medo, a partir das narrativas da mídia, nos levando a elaborar cenas do medo enquanto forma de lidar com o medo já que, as cenas do medo, temporalmente, nos possibilitam, virtualmente, nos afastar do perigo.

Tal afastamento, em certa medida, pode se transformar em discurso dominante. Discursos que tendem a justificar práticas repressivas e restritivas que visam sempre, a “exclusão do outro”. O outro que se desconfia e que se busca controlar. No entanto, excluir o outro por se desconfiar dele, colocaria em xeque, o entendimento Simmeliano da sociedade como “interação entre indivíduos” (SIMMEL, 2006, p. 59). Assim, a partir de Simmel, podemos dizer, a exclusão do outro, configuraria a sociedade, não como o conjunto de experiências vividas e compartilhadas entre indivíduos. Indivíduos que sentem prazer em estar juntos e dando sentido e significação à sua realidade. Ou seja, a sociedade não se configura mais como um lugar em que “a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros” (SIMMEL, 2006, p. 69).

Retomando a discussão da mudança do inimigo que passou de animais selvagens para o outro homem, percebemos essa mudança, na contemporaneidade, na reconfiguração das relações intersubjetivas entre o Eu e o Tu (BUBER, 2003), dominada

pela lógica de consumo, que cada vez mais, o mundo da relação, Eu-Tu e substituído pelo mundo da experiência, Eu-Isso. Mundo que possibilita que o homem seja objetivado, portanto, considerado como objeto. Só assim, que ele pode ser nomeado, dominado, controlado, vigiado, punido, ou seja, o mundo no qual, a dominação do homem pelo homem atinge o seu cume.

A transformação do outro em inimigo, nos ajuda a compreender, a afirmação de Maffesoli (2001), segundo a qual, a violência é, um elemento estruturador das relações intersubjetivas humanas ou de Girard (1990, p. 7), em que a violência é “um componente natural das sociedades humanas”. O relato Mumfordiano sobre o surgimento da cidade não contradiz isso, uma vez, através da violência em massa, portanto, através do medo, a realidade moldava comportamento de seus súditos e de seus inimigos potenciais.

Medidas repressivas que, como visto acima, na mídia, se materializam na fala do crime a partir do qual se elaboram cenas e geografias do medo que possibilitem a construção narrativas midiáticas sobre acontecimento a partir “de um binômio valorativo ético-moral de hierarquização dos acontecimentos: abundância-escassez, saúde-doença, guerra-paz, segurança-insegurança, riqueza-pobreza, centro-periferia, entre outros” (COSTA et. al., 2017, apud MARTINS, 2017, p. 99). É a partir desse binômio, se efetiva o controle e exclusão do outro já que, narrativamente, a mídia, através de cenas e geografias do medo pode, em certa medida, incitar a não frequência de certos lugares e seus moradores.

Assim, nas narrativas midiáticas diárias, deparamos diante de uma (des)construção dicotômica da cidade que opõe ao mesmo tempo, uma “cidade real”, portanto, odiada – por ser uma cidade marcada pelas vicissitudes humanas materializadas pela violência urbana, miséria extrema, desigualdade social, uma urbanização que cada vez mais acentua a diferencia entre o centro e a periferia, cidade cheia de moradores de rua, cidade sem saneamento básico, entre outras vicissitudes – e uma “cidade do sonho” – desejada por ser uma cidade de maravilha onde tudo colabora com o bem estar de seus moradores: sem violência urbana, segurança dos moradores deixa de ser uma filosofia política eleitoral e se torna uma realidade, ou seja, uma cidade do tipo hollywoodiana na qual tudo funciona e que só existe na cabeça dos seus sonhadores e nas páginas dos jornais.

Se consolida la ciudad constituida como un conjunto de lugares donde se concentran objetos e imágenes que simulan con la fuerza imperiosa de la sugestión mediática una ciudad soñada y tranquilizadora. Es un mundo donde lo que no es agradable, consumible, previsible o deseado,

no tiene sitio. Comprender la ciudad, y a través de ésta, captar el mundo, es cada vez más difícil que en el pasado (AMENDOLA, 2000, p. 180).

Em outras palavras, buscamos, preservar a vocação da cidade enquanto uma hermenêutica que leva ao entendimento de si, dos outros e do mundo circundante. E não como lugar de controle e exclusão do outro. Ou seja, preservar a cidade como uma narrativa que narrativiza a nossa vida, a vida dos outros e do nosso cosmos para lhes dar sentidos e significações que passam a modular o estar junto, portanto, a socialidade de seus habitantes.

Ao finalizar este tópico, pode-se referir ao medo como dispositivo de controle, não considero somente a sua dimensão ideológica de manipulação já que, nesta dissertação, a ideologia não é considerada somente como um instrumento de dominação e alienação⁵⁸, mas essencialmente e principalmente como fenômeno “insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social” (RICOEUR, 2013, p. 86).

Sendo assim, quando dizemos que o medo é um dispositivo de controle, nos referimos a função da ideologia enquanto dominação, melhor dizendo, como “sistema justificativo da dominação” (RICOEUR, 2013, p. 82). Entretanto, para não cairmos no reducionismo mecanicista e determinista que considera a ideologia somente como dominação e alienação, nesta pesquisa, em certa medida, consideramos também as duas outras funções da ideologia proposta por Ricoeur. Primeiro, a função geral, a ideologia é considerada como uma “necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar” (RICOEUR, 2013, p. 78); e segundo, a função de deformação, a ideologia é entendida como “distorção, (...) uma deformação por inversão” (RICOEUR, 2013, p. 83). Deste fato, dizer que o medo é um dispositivo de controle ideológico, não pode ser entendido meramente como um instrumento de manipulação, mas também e sobretudo, como dispositivo de controle inerente à organização da vida social ou em sociedade.

⁵⁸ Si a ideologia é considerada somente como “pensamento de meu adversário; é o pensamento do outro. Ele não sabe, eu, porém, sei” (RICOEUR, 2013, 75).

5 CIDADE COMO UMA SIMBÓLICA DO MAL?

Neste tópico da pesquisa, serão abordados as narrativas e os imaginários da cidade de Belém, a partir do olhar da mídia e dos taxistas. Imaginários e narrativas que se apresentam ora, como um lugar do possível, ora, como lugar de segurança no qual, a onnipresença do mal, a violência urbana, levaria a pensar a cidade, como uma simbólica do mal. O mal, carregado do medo e sentimento de vingança. A vingança que geralmente é direcionada contra o outro, muitas vezes, não porque cometeu o crime, mas por ser diferente de nós e habitar nos lugares da cidade considerados como zona “vermelha” na geografia do medo, elaborado a partir de cenas do medo que as narrativas jornalísticas possibilitam a elaboração.

Contudo, como pode aparecer, o correto seria de começar este capítulo com delineamento dos símbolos que compõem a cidade como simbólica do mal. Ao invés disso, optei em entender o que seria a “cidade do possível” e a “cidade de segurança” a partir das experiências ou lembranças ou memória oral – dos taxistas – e escrita – narrativas jornalísticas - que em grande parte estrutura ou elabora esses símbolos que fariam a cidade, uma simbólica.

Porém, antes das experiências dos taxistas, inferiu-se algumas considerações sobre a cidade que foram apresentadas nas narrativas do cotidiano. Inferências que, em certa medida, vão possibilitar o entendimento de si enquanto morador da cidade e também, como humano que precisa sempre do outro enquanto Tu para sair dos becos possíveis na cidade que, enquanto uma religião, sempre me coloca em face deste outro, cujo rosto me relembra em permanência a minha responsabilidade com ele e também com a cidade que continua, apesar de todos os problemas e adversidades, um lugar do possível no qual, a vida e a dignidade humana se conserva e preserva.

Neste sentido, combinou-se a teoria de narrativa de Ricoeur com a teoria do imaginário em Durand, na análise dos dados coletados. No entanto, para operacionalizar essas teorias, adotamos três posturas: a) primeiro, consideramos a cidade como texto; b) os jornalistas como autores do texto das narrativas do cotidiano – narrativas dos impressos e das narrativas dos taxistas, e c) a cidade em suas diversas matrizes conceituais. Se a última postura foi amplamente explorada, ao longo da pesquisa, aqui, nos detemos, nas duas primeiras, que nos levam à análise dos dados. As duas são percebidas no domínio da hermenêutica Ricoeuriana, de interpretação e extração do sentido. Uma perspectiva

que, em geral,

[...] nos proporciona possibilidades teóricas, conceituais e metodológicas que nos auxiliam na interpretação da experiência humana na forma de inscrição textual – que requer um recurso às obras da linguagem a fim de as reinserir no conjunto de operações que faz o texto se destacar de outras formas de discurso, tais como a sua estruturação, seu caráter histórico e a projeção de mundos contingentemente possíveis por movimentos de leitura (COSTA et al., 2018, p. 64-65).

Em outras palavras, segundo Japiassu (1977), a perspectiva hermenêutica Ricoeuriana se baseia no conjunto de sua obra, que busca elucidar o “significar humano”. Com a hermenêutica se decifra o sentido escondido ou o sentido aparente. Também é possível o homem entrar em relação consigo mesmo, através de uma simbólica da consciência. Para Ricoeur (2013, p. 23) “a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos”. Isto implica que sua tarefa é “reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe, e assim muda seu agir” (RICOEUR, 2010a, p. 94-95). O potencial hermenêutico de mudança do agir, é a “ideia-diretriz” do seu projeto hermenêutico⁵⁹ e a “efetuação do discurso como texto” (RICOEUR, 2013, p. 23). A preocupação da hermenêutica objetiva “reconstruir todo o arco das operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma em obras, autores e leitores. Ela não se limita a colocar a mimesis II entre mimesis I e mimesis III” (RICOEUR, 2010a, p. 95). Em outras palavras, é uma hermenêutica que se coloca à parte à crise contemporânea da linguagem que, para Japiassu, oscila entre a restauração do sentido e a desmistificação, que se configuram como elementos determinantes da interpretação enquanto processo da “dinâmica da leitura interpretativa” (RICOEUR, [1976], p. 86).

Interpretar é projetar um mundo, ou ter um ponto de vista que não se esgota naquilo que se interpreta. Há infinitos pontos de vistas que nos escapam (RICOEUR, 2013, 1990). No entanto, Japiassu nos afirma, “podemos *dizê-los*: pela linguagem, falamos das fisionomias ocultas e não percebidas das coisas. Falamos delas em sua ausência. A palavra, transcenderia assim, todos os pontos de vista” (RICOEUR, 1990, p. 3). Ou seja, em Ricoeur, a realidade, não pode somente ser reduzida naquilo que se vê, mas também naquilo que pode ser dito. O dito e visto ricoeuriano sintetizam-se em uma

⁵⁹ Para Costa et al. (2018, p. 298), “o projeto hermenêutico de Ricoeur constitui-se em um guia metodológico, de orientação de leitura e escrita de obras literárias e outros textos; configura-se como um método cujo objetivo é compreender uma obra”.

filosofia do discurso que explicaria a existência de dualismo, o sentido e o dado. Dualismo que justificaria, de um lado, o ser do discurso filosófico revelador das fontes da existência. E de outro, o ser da linguagem simbólica que restaura e facilita o uso da “filosofia da imaginação” (RICOEUR, 2013, 1990).

[...] é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação no ser. É ele que nos reintroduz no estado nascente da linguagem. O ser se dá ao homem mediante as sequências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda existência como relação ao ser, já é uma *hermenêutica*. O que importa, finalmente, é que o homem não se contente com sua linguagem primária e espontânea para exprimir toda a sua experiência. Ele precisa chegar a uma interpretação criadora de sentido, a essa atitude filosófica do *compreender* (RICOEUR, 2013, p. 9-10).

O compreender que é, junto com o explicar, duas atitudes que marcam todas as discussões hermenêuticas, ao longo da história, considerando-as como antagônicas. No entanto, para Ricoeur ([1976], p. 11), este antagonismo é aparente já que “as duas atitudes se relacionam dialeticamente entre si”, enquanto duas fases de um único processo interpretativo. Aqui, a interpretação é considerada como a dialética entre a compreensão e a explicação. Como explicação da dialética, aponta o autor,

[...] primeiro, como um movimento da compreensão para a explicação e, em seguida, como um movimento da explicação para a compreensão. Da primeira vez, a compreensão será uma captação ingênua do sentido do texto enquanto todo. Da segunda, será um modo sofisticado de compreensão apoiada em procedimentos explicativos (RICOEUR, [1976] p. 86).

Portanto, a hermenêutica ricoeuriana exige a complementaridade da explicação e da compreensão de um lado e de outro, a superação do aparente antagonismo entre essas duas atitudes. Para isso, o autor elabora a noção de texto que se configura como paradigma do distanciamento na comunicação “necessário à noção de objetividade, mas no interior da historicidade da experiência humana” (RICOEUR, 2013, p. 18) que “é uma comunicação na e pela distância” (RICOEUR, 2013, p. 52). É nessa perspectiva, que nos interessamos pelo projeto hermenêutico Ricoeuriano, uma vez que analisamos os textos sociais escritos, diariamente, pelos jornalistas e taxistas, sobre a cidade de Belém, considerando ela mesma (cidade) um texto que se presta a uma determinada interpretação, que de uma forma ou de outra, sofre de uma subjetividade, já que afeta tanto o seu autor quanto o seu leitor potencial.

Para Costa et al. (2018, p. 64) textos sociais,

[...] nos convocam a entender nossas próprias ações e as dos outros, caso queiramos entender o mundo – ou mundos – quando somos

confrontados por esses mesmos textos. Desse modo, eles nos convocam a tal processo de interpretação a fim de extrairmos sentidos sobre formas de estar no mundo e de o experienciar.

Assim, em Ricoeur (2013, 1990, [1976]), observamos, o texto sendo tecido enquanto dispositivo de distanciamento, isto é, um caso à parte da comunicação “inter-humana” ou entre humanos já que ele, texto, se configura como “obra do discurso” (RICOEUR, [1976], p. 83), embebido no cotidiano de indivíduos enquanto mediador de suas práticas e relações sociais. Manhãs, tardes e noites, escrevemos, (des)escrevemos e reescrevemos textos que intermediam nossas experiências cotidianas do passado, do presente e também do futuro. Pelos textos, entramos em contato, geralmente, com pessoas distantes do nosso contexto sociocultural ou espaciotemporal, que nos influenciam na nossa forma de agir, pensar e sentir, já que o texto nos oferece um mundo, um horizonte diferente do nosso, e que devemos, apesar de nós, readaptar ao nosso cotidiano para em seguida, reescrever nossos próprios textos de acordo com o nosso contexto.

E essa capacidade de possibilitar a comunicação inter-humana à distância que a noção do texto nos interessa. Por ser o texto uma obra de coautoria – sustentamos aqui, nossa postura conceitual-metodológica - enfatizamos o seu aspecto enquanto um dispositivo de distanciamento produtor da objetividade que, acreditamos, fazer emergir o entendimento da vontade humana por intermédio do esforço interpretativo de “redescobrir a autenticidade do sentido” (RICOEUR, 2013, p. 7). Assim, entender a vontade humana é a chave para a busca do entendimento de si e do outro, já que ela, a vontade, prescinde de três componentes: o projeto, o consentimento e a execução, que projeta intenções que se convertem, através do consentimento, em necessidades “sofridas” e em que, o consentimento retoma – projeta, em certa medida, mundos, com ou sem dificuldades (RICOEUR, 2013, 1990), que passam a moldar o estar a ser e o estar junto de seus autores.

Tendo “vinculações [...] à vida social [e sendo] um fenômeno histórico e cultural” (COSTA et al., 2018, p. 62), o texto enquanto dispositivo produtor de subjetividades, portanto, de (des)organização dos contextos socioculturais e espaciotemporais, nos interessa, comunicativamente,

[...] como uma possibilidade de expandir e desenraizar perspectivas em torno do seu caráter de feitura, de imbricação em teias de relações e mediações sociais, assim como forma de encarar a constituição de narrativas e enredos a respeito e em relação com o mundo sócio-histórico (COSTA et al., 2018, p. 62).

A produção de distanciamento pelo texto, é tomada aqui, como uma primeira postura conceitual que, junto com o aspecto da coautoria do texto, nos permitiu demarcar e definir o corpus de análise da pesquisa. Em segundo, é uma postura metodológica de interpretação de dados, uma vez que nos possibilita, potencialmente falando, obter uma objetividade para todas as pesquisas sociais que lidam, geralmente com a subjetividade e em certa medida, com a objetividade. Esses aspectos, contribuíram de um lado, para interpretar o texto sobre a cidade de Belém, com certa objetividade, apesar de ter sido afetado também como os participantes da pesquisa. E de outro, operacionalizar a teoria interpretativa e a teoria do imaginário como análises de interpretação dos dados, através da efetuação do discurso, a partir de uma narrativa.

5.1 Da cidade do possível para a cidade de segurança

Indagado sobre o que seria cidade, o Sr. ATM3 (46 anos, informação verbal⁶⁰)
relata,

[...] tem vários aspectos em forma de se dizer a cidade, primeiro, [é] aonde você mora, é um local que você vive bem diferente. Um local [em] que você reside. Seria como uma coisa própria sua, minha cidade, aonde eu moro, aonde eu me sinto bem, aonde eu construí família. E aonde você trabalha, porque mediante seu trabalho, você tem que gostar aonde você trabalha, do que você faz para que você possa fazer um bom trabalho.

De forma resumida, o entrevistado, no trecho acima, parte da ideia sobre o que seria o lugar do possível. Assim, percebi um agenciamento de fato do passado e do futuro no presente. O entrevistado nos apresenta, ao mesmo tempo, a cidade como uma espacialidade (lugar) e uma temporalidade que são produzidas e depois de serem produzidas, passam a determinar ou definir a vida que as produziu. Na narrativa do Sr. ATM3, a cidade é lugar do possível pelo fato que a partir dela, a vida se origina e se cria, sendo ela morada e onde se cria filhos. Mas não só isso, ela também é um lugar de manutenção e preservação da vida uma vez que se configura como lugar onde vivemos bem e onde se trabalha. Ou seja, a cidade do possível, como diria Mumford (2004, p. 621), é uma cidade que tem como missão final,

[...] incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico. Graças a sua estrutura complexa e

⁶⁰ Coletada por meio de entrevista em 26/04/2018.

durável, a cidade aumenta enormemente a capacidade de interpretar esses processos e tomar neles uma parte ativa e formadora, de tal modo que cada fase do drama que desempenhe vem a ter, no mais elevado grau possível, a iluminação da consciência, a marca da finalidade, o colorido do amor. Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade”. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo.

Então, se o drama significa “ação”, a representação dramática seria uma imitação ou figuração de uma ação por meio do personagem. Imitar a vida humana a partir das todas as suas vicissitudes e mazelas por meio da tragédia, comédia, tragicômico e da farsa é isso que faz configurar representação dramática uma da mais importante dimensão da vida, já que, nos coloca no domínio da experiência, seja ela vivida, testemunhada ou narrada. É a partir da experiência humana que se organiza narrativamente o tempo que, deste fato se torna humano, e passa a organizar o vivido dos homens, que por sua vez, no exercício de rememoração, portanto, a partir da memória, tenta organizar o seu cosmos no intuito criar um mundo possível que leva ao entendimento de si como o Eu que endereça a palavra ao Tu enquanto tu. Ou seja, enquanto humano com quem se experiencia a vida imitando suas ações.

Assim, a cidade é realmente um lugar do possível quando ela se configura como uma narrativa ou um imaginário que, no exercício de rememoração, nos possibilita integrar temporalidades e espacialidades tanto do passado quanto do porvir no presente. Nas palavras do Mumford (2004, p. 113) a cidade viveria através da recordação, ela,

Por meio dos seus edifícios, e estruturas institucionais duráveis e das formas simbólicas ainda mais duráveis da literatura e da arte, a cidade une épocas passadas, épocas presentes e épocas por vir. Dentro dos seus recintos históricos, o tempo choca-se com o tempo: o tempo desafia o tempo.

Unir épocas e fazer com que os tempos se choquem, confirma a dimensão narrativa da cidade, enquanto espacialidade e temporalidade, organiza a nossa vida, portanto, o nosso mundo circundante significando-lhe no intuito de tornar concreta a experiência humana. Contudo, os autores Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 91) mostram,

Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa. [Assim, para os autores] as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana [...] através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para

isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam vida cotidiana normal.

Entretanto, contar história é narrar ações do passado vividas ou que nos foram transmitidas ou legadas, vivendo o nosso presente no presente, a memória que temos do passado “e contamos com interpretações feitas por outras pessoas que deixaram escritas suas memórias de tempos anteriores ao nosso nascimento, tudo isso é nossa referência, é onde vamos nos ancorar nos momentos de dificuldade interpretativa” (TAVARES, 2014, p. 21). É assim, por meio da narrativização, no contexto da cidade, que os tempos se chocam e épocas se unem. É a partir da narrativa que individual e socialmente podemos construir a nossa vida e organizamos a nossa experiência.

A cidade é um lugar do possível somente quando ela é uma narrativa que choca tempo com tempo, tornando-o tempo humano. Nessa perspectiva, a cidade se configura como um lugar da *poiesis*, isto é, mundo da criação ou da configuração. Configuração que, na verdade é uma imitação ativa do que já se foi, mas presente nas nossas lembranças, portanto, a nossa memória. Assim, o tempo se choca com o tempo, geralmente é um tempo passado que se confronta com um tempo presente. Se a confrontação permite projetar o futuro, ou seja, está confrontação, surge como uma forma de canonizar ou beatificar o passado, cujas mazelas e vicissitudes passam a ser esquecidas, melhor dizendo, desaparecem para deixar no lugar somente as lembranças boas, que fazem do tempo passado um tempo, seja um tempo de paz, de benção, de prosperidade, de luz, de desenvolvimento, de alegria, portanto, de tudo de bom que a formula “antigamente não era assim” tenta cristalizar nas narrativas do cotidiano, isto é, as narrativas dos impressos analisados e nas narrativas dos taxistas, isto é, nas memórias escritas, jornais, e memórias orais, entrevistas, que foram analisadas nesta dissertação.

O “antigamente não era assim” se configuraria para nós o que Ricoeur (2007, p. 46) considera como “memória ‘feliz’”, quer dizer, quando o esforço de recordação é “bem-sucedida”. Nas memórias, por exemplo, dos taxistas, quando lembram com perfeição como no passado eles podiam: sentar na porta da casa quando crianças; jogar na rua sem preocupação com a violência; passear nas praças da cidade; andar e trabalhar durante a noite, sem tempo de voltar para casa; de contar com a presença do outro, ou, de viver em uma cidade na qual tudo era possível, principalmente, a vida que deve se tornar “uma expressão coletiva de amor” (MUMFORD, 2004, p. 116) e que toda pessoa tem a responsabilidade no sentido Jonasiano de preservá-la e assegurar a sua continuação na

cidade enquanto casa humana, portanto, “uma moradia coletiva ampliada” (MUMFORD, 2004, p. 121), que faz,

[...] pessoas: seres que eram mais plenamente abertos à realidade do cosmo, mais prontos a transcender às exigências da sociedade e do costume tribal, mais capazes de assimilar valores antigos e de criar novos, de tomar decisões e seguir direções novas, do que seus iguais em situações limitadas (MUMFORD, 2004, p. 126).

Assim, se a cidade se configura em Mumford (2004, p. 126), “o principal agente da transformação do homem”, a responsabilidade que todo os seus moradores devem ter com ela é um desafio, na contemporaneidade, em que, o sentido do humano é colocado em xeque. Ou seja, a integridade do humano é cada vez mais fragmentada sempre com pretensões nobres de o proteger, mas que, *in fine*, acabam por objetivá-lo enquanto *Isso*, portanto, objeto de experiência que o discurso científico, religioso, político, social, jurídico, histórico, urbano, arquitetural, entre outros discursos, passam a exercer seus poderes de controle e disciplina no sentido Foucaultiano. Do mesmo modo, a recordação enquanto busca (*zétesis*) como aponta Ricoeur (2007), deve, nos levar, na atualidade, buscar o sentido do humano que leva a sua dignificação enquanto ser de duas cabeças ou faces, que nos responsabilizamos em preservar a sua vida. É assim, em diálogo com Ricoeur (2007), que pode-se rememorar ou recordar, tendo uma postura, uma atitude ou ter uma ação de confrontação (tensão) ou de apaguamento (relaxamento). Quer dizer, uma atitude que leva a buscar ou não saber sobre os acontecimentos do passado no presente.

Contundo, é através desta busca – esforço de recordação – dos acontecimentos do passados que chegamos a unir épocas - passado e futuro - com o presente. Unificação que pode, dependendo da atitude que a rememoração nos traz, ter a tendência de sacralizar o passado, demonizar o presente e se desesperar pelo futuro. No “antigamente não era assim”, em certa medida, percebe-se está tentativa de unificação das épocas, mas sempre com saudosismo dos tempos passados da cidade em que Belém parecia, no imaginário dos entrevistados e dos jornalistas, um lugar de paz, de alegria e de segurança, portanto, do possível, que a memória presentifica no convívio de seus moradores em confrontação com o seu cotidiano.

A memória, “enquanto guardiã da profundidade do tempo e da distância temporal” (RICOEUR, 2007, p. 72), precisa, em certa medida, de uma dedicação maior e mais profunda, que não é possível nesta dissertação, mas que foi necessária, de alguma forma, como representação do passado através das recordações dos taxistas e das narrativas dos

jornais impressos paraenses, com o objetivo de entender o sentido da cidade como lugar do possível.

Se em geral, lembrar é realizar algo, para Ricoeur (2007, p. 24), “é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança”. Assim, de acordo com o filósofo, a lembrança seria o objeto da recordação. Assim, ao lembrar ou recordamos, no caso da cidade, a nossa casa de infância, a nossa rua, os nossos amigos, onde brincávamos, a nossa escola, entre outras lembranças que, para muitos, levam a pensar que os tempos passados eram melhores que o presente. Essas lembranças seriam, de acordo com a pesquisa, materializadas, como visto, na formulação “antigamente não era assim”, que expressa a dominação de memória feliz no esforço de lembrar-se. Sucesso que a linguagem popular soube expressar na seguinte frase, “me lembro como se fosse hoje”. Ou seja, através da memória, momentos passados, geralmente, momentos marcantes e impactantes de nossas vidas se fazem presentes, no tom de saudades e de lamentos. Lamentar do presente que de longe, não se compararia ao passado, em que tudo parecia tranquilo e em ordem.

Assim, indagamos: o passado é mais desejado que o presente no esforço de recordação pelo fato que a memória é o passado? Desta forma, a intenção não é responder de imediato a pergunta, que segundo Ricoeur (2007, p. 35), citando Aristóteles, só “existe memória ‘quando o tempo passa’ [ou] ‘com o tempo’”. Neste sentido, há a clara diferença entre o antes e o depois. Se o antes era bom, o depois, não necessariamente. Logo, percebemos, uma sacralização do passado, pelo fato de lembrarmos daquilo que sempre está ausente ou que não está presente.

Contudo, com esta resposta, lentamente somos levados para uma aporia, sem ter pernas para caminhar nela, no momento, apesar de Ricoeur (2007) dizer, que a saída para esta aporia, seria a alteridade. Contudo, a princípio, sem nos aprofundar sobre a pergunta e a sua parcial resposta, resumidamente, dizemos, que a preferência para o passado seria, talvez, a influência do que, como veremos adiante, o autor considera como memória corporal que sempre leva a um saudosismo. O mérito da pergunta - quando ela nos permite dizer - junto com Ricoeur (2007, p. 37), ao citar Aristóteles, que “o ato de se lembrar (*mnemoneuein*) produz-se quando transcorreu um tempo (*prin khronisthenai*)”. Assim, para o autor, há recordação quando se produz sucessivas mudanças causadas pelo hábito ou necessidades.

Mudança que, no caso desta dissertação, é marcada pelo aumento de insegurança na cidade. Se no passado, de acordo com as lembranças dos taxistas, era possível circular de noite na cidade, brincar na frente da casa, passear na praça sem preocupação, hoje,

para os entrevistados, ficou quase impossível realizar todas essas atividades. Para eles, a violência urbana na cidade de Belém, se configura como um marco de mudança entre o antes e o depois. Marco porque eles experienciaram, enquanto habitantes da cidade, esses dois momentos, o passado e o presente. É assim que podemos entender quando Ricoeur (2007, p. 57) afirma,

[...] lembro-me de ter gozado e sofrido em minha carne, neste ou naquele período de minha vida passada; lembro-me de ter, por muito tempo, morado naquela casa daquela cidade, de ter viajado para aquela parte do mundo, e é daqui que eu evoco todos esses láis onde eu estava. Lembro-me da extensão daquela paisagem marinha que me dava o sentimento da imensidão do mundo. E, quando da vista àquele sítio arqueológico, eu evocava o mundo cultural desaparecido ao qual aquelas ruínas remetiam tristemente. Como a testemunha numa investigação policial, posso dizer sobre tais lugares “eu estava lá”.

Esta dimensão não reflexiva dos fenômenos mnemônicos que aponta Ricoeur (2007), talvez seja, a mais importante, nesta dissertação, uma vez que envolvem o horizonte do mundo, o espaço e o corpo. Em diálogo com o autor que cita Casey, mostra sobre a memória corporal e pela memória dos lugares. De acordo com o autor, a primeira memória,

[...] pode ser “agida” como toda as outras modalidades de hábito, como a de dirigir um carro que está em meu poder. Ela varia segundo todas as variantes do sentimento de familiaridade ou de estranheza. Mas as provações, as doenças, as feridas, os traumatismos do passado levam a memória corporal a se concentrar em incidentes precisos que recorrem principalmente à memória secundária, à relembração, e convidam a relatá-los. Sob esse aspecto, as lembranças felizes, mais especialmente eróticas, [...] assim, a memória corporal é povoada de lembranças afetadas por diferentes graus de distanciamento temporal: a própria extensão do lapso de tempo decorrido pode ser percebida, sentida, na forma da saudade, da nostalgia (RICOEUR, 2007, p. 57).

Se o tempo é sentido ou percebido na forma de nostalgia ou de saudade, isso explicaria, em parte, a sacralização, através do esforço de recordação, do passado que sempre é desejado que o presente. A segunda memória, a memória dos lugares, seria, interpretando Ricoeur (2007), a que faz com que as coisas lembradas sejam diretamente ligadas aos lugares. Para o autor, isso explicaria, por exemplo, o dizer de “algo teve lugar” ao invés do que “ele aconteceu”. Entre as duas memórias, o autor mostra que há uma transição da memória corporal para a memória dos lugares. Para ele, esta transição “é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo, habitar. É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis” (RICOEUR, 2007, p. 57). Portanto, “lugares de memória”.

Os lugares, segundo Ricoeur (2007, p. 58), “funcionam principalmente à maneira dos reminders, dos indícios de recordação [eles] ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos”. As reflexões de Ricoeur ao citar Casey, vão ao encontro daquilo que consideramos como uma especialidade vivida. O lugar “não é indiferente à ‘coisa’ que o ocupa, ou melhor, que o preenche [e que] os lugares habitados são, por excelência, memoráveis” (RICOEUR, 2007, p. 59).

Se o habitar faz do lugar memorável, dizemos, como visto, que o espaço ou lugar, portanto, a cidade, é um produto das práticas sociais de seus habitantes. É neste sentido que ela se configura como lugar do possível já que depende de seus habitantes que cada dia, a constroem a partir das experiências vividas no passado que são projetadas para o futuro a partir de suas atualizações no presente.

A cidade é o lugar do possível porque se configura, pensando com Buber (1987), como “comunidade” que possibilitaria uma vida melhor para seus habitantes. Nela, a comunicação, realmente, se torna cola do mundo no sentido Maffesoliano e o outro é considerado como o Tu que se professa na palavra princípio Eu-Tu buberiana e seu rosto nos lembra a nossa responsabilidade para com ele (LEVINAS, 1998). Uma responsabilidade que nos obriga lutar para a preservação e continuidade da vida, e dignidade do outro e do universo como tudo (JONAS, 2006), e junto com o outro, fazemos da sociedade, um acontecer (SIMMEL, 2006).

O acontecer que, no contexto desta dissertação, faz com que, os taxistas, de uma forma ou de outra, considerem a cidade como lugar de nascença, de trabalho, de estudos, da governança política, do crescimento, portanto, de realização social, econômica, política, intelectual, entre outras realizações.

Em seguida, será apresentado, sem uma ordem de realização das entrevistas, a concepção de cada taxista⁶¹ sobre a cidade, de acordo com a experiência vivida. Experiência que faz da cidade um espaço produzido socialmente, portanto, um espaço do possível.

Para o Sr. AMPA1 (40 anos, informação verbal⁶²), a cidade seria um “centro urbano”. Mesma concepção do Sr. AMPA2 (51 anos, informação verbal⁶³). Segundo ele,

⁶¹ Para uma boa compreensão, organizamos as entrevistas de acordo com o ponto de taxi e as colocamos em texto corrido como se fosse de um autor.

⁶² Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁶³ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

a cidade, seria um lugar onde vive, não exclusivamente, o “povo civilizado”. Uma civilização que faria, de acordo com o Sr. AMPA5 (64 anos, informação verbal⁶⁴), a cidade como o “local onde se reúne universidades, informações, pessoas mais cultas normalmente moram nas cidades, [ela tem] a parte mais tecnológica [e nela] existe uma infraestrutura melhor”. Sendo assim, afirma o Sr. AMPA4 (50 anos, informação verbal⁶⁵), a cidade, além de ser “um lugar em que vivemos, [ela deve ter bons] governantes [já] que necessita de uma boa administração [e] precisa ser cuidada em vários aspectos, em vários setores, para que as pessoas possam viverem bem [e nela] ter empregos, saúde. Neste sentido, para o Sr. AMPA3 (49 anos, informação verbal⁶⁶), a cidade seria o “local onde eu moro né, e da onde eu tiro meu ganha pão, meu trabalho e aqui na cidade, conheço tudo praticamente”.

Em outras palavras, se a cidade, para o Sr. ATBBC1 (50 anos, informação verbal⁶⁷), seria seu “meio de trabalho”, para o Sr. ATBBC2 (40 anos, informação verbal⁶⁸), ela é “tudo [e se configura como] a nossa casa [já que] passamos a maior parte do tempo, fora de casa, [portanto], na cidade [...] trabalhando para acima e para baixo”. Assim, a cidade se apresenta, para o Sr. ATBBC3 (53 anos, informação verbal⁶⁹), como “uma junção ou conjunto de pessoas que se integra para fazer uma sociedade, para constituir uma cidade”, ou seja, um lugar de nascença para o Sr. ATBBC5 (47 anos, informação verbal⁷⁰), e que deve, para o Sr. ATBBC4 (58 anos, informação verbal⁷¹), sempre melhorar “algumas coisas” para que ela, de acordo com Sr. ATM2 (67 anos, informação verbal⁷²) se apresente como boa para seus moradores.

⁶⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁶⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁶⁶ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁶⁷ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁶⁸ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁶⁹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁷⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

⁷¹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁷² Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

Se a cidade é boa, para Sr. ATM4 (44 anos, informação verbal⁷³), ela seria,

[...] o lugar onde a gente deveria viver bem, crescer na vida e formar seus filhos né, faz parte da nossa vida a cidade né, ou você escolha a cidade ou você escolha o interior. Têm algumas pessoas que gostam da cidade, outras que gostam do interior, morar isolado e a cidade esse barulho tudo né, esse estresse né, mas é muito bom.

Dessa perspectiva, comunga também o Sr. ATM3 (46 anos, informação verbal⁷⁴), destacando que,

[...] o termo tem vários aspectos em forma de se dizer a cidade, primeiro, aonde você mora, é um local que você vê bem diferente. Um [...] local [em] que você reside. Seria como uma coisa própria sua, minha cidade, aonde eu moro, aonde eu me sinto bem, aonde eu construí família. E aonde você trabalha, porque mediante seu trabalho você tem que gostar aonde você trabalha, do que você faz para que você possa fazer um bom trabalho.

Assim, a cidade se apresenta, para o Sr. ATM5 (60 anos, informação verbal⁷⁵), uma mudança de vida.

[...] quando morava no interior, para mim a cidade era uma forma, digo assim, [onde eu vou] me formar, me atualizar, de ter experiência, de conhecer, também de saber falar, também de me expressar. Porque como era filho de interior, quem mora no interior, para quem mora na cidade é cobocão entendeu, cabocão [...] Na minha época, a minha mãe dizia, “você tem que estudar para você ser um doutor, porque eu não quero que você tem a colona como eu”, por mim a cidade era algo de primeiro mundo, algo que podia ter, crescer tanto culturalmente como mentalmente.

Constatou-se nos depoimentos, que a cidade é um espaço vivido, no sentido de ser produzida socialmente, através de práticas sociais de seus habitantes. Um espaço de construção, de habitação, de trocas ou comercialização, de conflito, de comunicação, entre outras práticas que transformam a espacialidade da cidade para comportar às necessidades de seus moradores. Essas transformações, no contexto contemporâneo, não se pautam, considerando as análises, na preservação e continuação da vida e dignidade humanas, mas cada vez mais, nos objetos da experiência científica, da política, da medicina, da economia, do urbanismo, sem preocupação com o homem ou a natureza.

Transformações que marcam, de acordo com Jonas (2006, p. 57), a era do “*homem faber*” que tem prazer em aplicar cada vez mais a “sua arte sobre si mesmo e se habilita

⁷³ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁷⁴ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁷⁵ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

a refabricar inventivamente o inventor e confeccionador de todo o resto”. E que tem como consequência direta, uma subjugação extrema do homem pelo outro homem. Tal subjugação, em diálogo com Mumford (2004, p. 42), seria a característica da época em que vivemos, em que “se verifica uma multidão de avanços técnicos sem sentido social, divorciados de quaisquer outras finalidades que não o progresso da ciência e da tecnologia”. Avanços que ignoram, como nos lembra Mumford (2004, p. 62) que,

[...] todos os fenômenos orgânicos têm limites de crescimento e expansão fixados pela sua própria necessidade de continuarem sendo sustentados e dirigidos por si mesmos: só podem crescer às expensas de seus vizinhos, perdendo justamente as facilidades que as atividades de seus vizinhos emprestam a sua vida. As pequenas comunidades primitivas aceitavam essas limitações e esse equilíbrio dinâmico [...] as comunidades urbanas, concentradas na nova expansão do poder, puseram a perder esse senso de limites: o culto do poder exultava com sua própria ilimitada exibição; oferecia as delícias de um jogo desempenhado pelo próprio jogo, bem como as recompensas do trabalho sem a necessidade da labuta cotidiana, pela tomada coletiva, à força, e pela escravização em larga escala. O céu era o limite.

Continua o autor,

[...] a simbiose positiva da comunidade de aldeia neolítica foi, em grande parte, substituída ou pelo menos solapada por uma simbiose negativa apoiada na guerra, na exploração, na escravização, no parasitarismo. [...] com a introdução dos elementos predatórios-parasitários na comunidade urbana em formação, começou a existir um novo estímulo ao crescimento, que explica o exagerado aumento de todas as funções da cidadela. Mas os próprios meios de alcançar esse crescimento orientaram a comunidade para o sacrifício, para a contração da vida e para a prematura destruição e morte (MUMFORD, 2004, p. 127).

Para o autor, mesmo que no seu primórdio, este avanço beneficiasse uma certa categoria de indivíduo, com o tempo, isso não mais se verificou, uma vez que a vida desses homens, nas cidades contemporâneas, revelou-se, infelizmente, odiosa e vazia, pois o esforço de obtenção deste avanço, esqueceu que a vida, em grande parte,

[...] está no viver e até mesmo os mais elevados subprodutos da vida são apenas incentivos para modos de vida mais intensos, e não substitutos para ela. Por isso mesmo, todos os sacrifícios que ajudaram a fazer com que existisse a cidade dão em nada, se a vida que a cidade torna possível não é sua própria recompensa (MUMFORD, 2004, p. 129).

A vida, não sendo a recompensa da própria vida, passa a ser o resultado do avanço urbanístico e arquitetural contemporâneo das grandes cidades brasileiras, conforme visto acima, que se caracterizaria pela segregação das classes desfavorecidas e a auto-

segregação das classes dominantes. Segregação ou auto-segregação que, tendem a facilitar a implementação de políticas de retenção, tanto física quanto simbólica, de uma parte da população que se considera sujeita à violência, e faz surgir, a transição da cidade do possível para a cidade de segurança, justificada pelo sentimento de “controle de todos contra todos”.

Se, especulativamente, a cidade do possível é uma cidade que oferecia todas as condições para a preservação e continuação da dignidade e a vida humana, pensando com Mumford (2004, p. 110), a cidade possibilitou o ajuntamento e mistura de pessoas de “diferentes troncos raciais, diferentes culturas, diferentes tradições tecnológicas, diferentes línguas”. No entanto, segundo o autor, ao possibilitar essa mistura ou esse ajuntamento, a cidade potencializou as oportunidades de estímulos psicológicos e de choque.

Contudo, idealmente, a cidade do possível é a cidade do encontro, da paz, da não-violência, em que a comunicação flui entre os indivíduos, conforme discutido até então, mas observamos, nos depoimentos dos taxistas e nas narrativas dos impressos, um conflito com a cidade desejada, que deveria ser, mas não é. Ou seja, tanto nas entrevistas quanto nas manchetes, a cidade desejada não é a do estar junto, mas a da segurança contra a violência; a do isolamento ou confinamento contra o ‘mal’. Uma cidade que tolera, em nome da segurança, tantas brutalidades, através de um poder centralizado e baseado no regime de vigilância e punição Foucaultiano. Nesse contexto, o outro passa a ser um potencial inimigo que se deve vigiar, controlar, punir ou no extremo, eliminar para a segurança dos que se sentem ameaçados pela sua presença.

A “cidade de segurança” no qual a maioria dos brasileiros (CALDEIRA, 2000; BAIERL, 2004; SOUZA, M. L., 2006, 2008) e, em particular, os belenenses, colocam em dúvida a efetivação real da existência da cidade enquanto lugar de encontro ou do possível, já que, no dia a dia, somos convocados a ter cautela para não sermos surpreendidos pela violência (ATBBC5, 47 anos). Assim, o outro é, no mínimo, evitado por ser considerado perigoso.

A cidade passa a ter como prioridade, a segurança. Mas, pode-se dizer, que isso não é uma exclusividade da contemporaneidade, conforme os relatos históricos de Mumford, em que a cidade nasce justamente sob a preocupação de se proteger contra os ataques de animais ferozes, depois, contra o outro, feito inimigo pela estratégia de dominação e exercício do poder. Então, se preocupar com a segurança não qualifica, obrigatoriamente, a cidade como sendo uma cidade de segurança. No entanto, a cidade

adquire esta qualificação, acreditamos, quando pela busca da segurança, não se inscreve a lógica de uma estratégia global do estar junto de um grupo de indivíduos que, em comum, busca o melhor para todos, e não apenas, para uma categoria determinada de indivíduo dentro da sociedade. Por exemplo, os chamados, no caso de Belém, “cidadãos de bem ou pessoas de bem”. A cidade de segurança pauta a sua estratégia de segurança com objetivo final, de determinar quem é o culpado que deve ser preso ou eliminado para o bem das pessoas de bem.

O medo ou imaginário do medo, na cidade de segurança, passa a ser uma estratégia de controle do homem pelo outro homem, sentido Foucaultiano do vigiar e punir, ou controle e punição, e não como componente essencial de formação do imaginário humano ou da experiência humana (DURAND, 1997; TUAN, 2005; DELUMEAU, 2009). Assim, para efetivar este controle, como visto, o outro deve ser objetivado como o Isso que deve ser experienciado como objeto de posse. O medo, neste caso, se constitui como elemento estruturador do ato de experienciar a cidade no sentido de determinar, a partir de elaboração da geografia e cena do medo, onde e não ir na cidade, quando passear na cidade e quem encontrar na cidade.

É com a geografia e a cena do medo - tanto a nossa memória corporal quanto na nossa memória de lugares – que tendemos a sacralizar o passado considerado como o tempo de paz e da segurança. Ou seja, o tempo que já se foi, que não existe mais, contra o tempo presente, considerado “mais violento”. Assim, as pessoas adotam práticas e discursos que levam à exclusão do outro ou a separação entre o “centro” e a “periferia” da cidade, entre “o cidadão de bem” e “o marginal ou bandido”, entre outras separações.

A partir da geomidiatização, as pessoas deixam de circular em certos lugares da cidade, considerados como “territórios da violência”, conforme constatamos nas entrevistas com os taxistas, quando indagados sobre lugares que eles não circulavam na cidade e os motivos.

Para o Sr. AMPA1, com 18 anos de experiência, vários lugares não são frequentados, por exemplo, “do lado da Terra Firme, do lado da Pratinha, [do lado da] Vila da Barca. [Como motivo de não entrar, a violência, pois, lá é] violento, violento de mais. Violência, na verdade toda a cidade está né, mas lá está pouquinho mais” (informação verbal⁷⁶). Já o Sr. AMPA2, com 25 anos de experiência profissional, lista alguns lugares que não circula em Belém:

⁷⁶ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

[...] Barreiro, Jurunas, tem lugares no de Jurunas que a gente não entra, nós mesmo não entramos: Bom Jardim, essas passagens daqui lá dentro de Jurunas a gente não entra. Ainda hoje levei um rapaz no colégio na Pariquis, o levei porque com a criança, venha do colégio, eu o levei lá na Quintino com a Monte Alegre lá dentro da bandidagem. Ele me olhou e disse, saia por aqui, me instruiu ainda, não olha para trás vai embora. Sabe como está a situação entendeu? (Informação verbal⁷⁷).

Com 29 anos de carreira, o Sr. AMPA3, de 49 anos nos afirmou,

[...] têm lugares que a gente não entra mais. Principalmente aqui para baixada. **Antigamente a gente entrava!** Mas agora, a gente entra, [mas] a gente está [sendo] assaltado. Só eu já fui assaltado três vezes! [Olha, não entro principalmente em] Bom Jardim, Monte Alegre, entendeu? Esses lugares que a gente conhece, Guamá, têm certos lugares também, têm algumas ruas que a gente não entra. Deixamos mesmo na via mesmo, na principal aonde está passando carros, [se nos pedir] para entrar em certo lugar [a] gente não entra. [a gente entra só] aonde tem movimento, onde os caras estão passando porque não tem como entrar [aonde] está abandonada, [eu] acho que a gente deveria ter mais policiamento na rua, mesmo 24 horas cara. (Informação verbal⁷⁸).

Para o Sr. AMPA4, 50 anos e 20 anos de experiência:

[...] sempre existe muito lugares que a gente [não entra], apesar da minha profissão [...], porém, eu posso circular dependendo das circunstâncias. Primeiro lugar, assim, primeiramente, periferias, locais perigosas a gente evita, né. É de mais. Não tem outros assim não, a gente, eu como taxista ando na cidade toda. [Para ele] são alguns bairros [perigosos tais como] Terra Firme [e] no Jurunas [apesar de perigoso] eu ando porque eu moro aqui, mas, tem Barreiro ali, a gente evita [por causa da] insegurança (Informação verbal⁷⁹).

Já o Sr. AMPA4, 64 anos, com 37 anos de carreira, destaca,

[...] o taxista e mototaxi a gente é obrigado a circular em qualquer outro local né, agora o local onde a gente [vai, precisa ter] alguma prevenção de você ir, por exemplo, aqui no caso de Jurunas, enfim, Bom Jardim, corre muito assalto, entendeu? E outros pontos. Normalmente não se entra [por exemplo] aí na Conceição com Bom Jardim, a não ser de dia a gente entra, mas a noite ninguém entra mais. E outros pontos também que existem [...] Ali para Terra Firme, por exemplo, tem algumas áreas que ninguém entra para aquelas partes mais críticas. [Em] Guamá, aquela parte mais crítica ali [...] ninguém mais entra nela porque não tem condições (Informação verbal⁸⁰).

⁷⁷ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁷⁸ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁷⁹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁸⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Por sua vez, com 30 anos de experiência, o Sr. ATBBC1, de 50 anos, afirmou que há poucos lugares na cidade que ele não circula.

[Na] parte da periferia [por não ter lá] muita amizade, também por questão de violência. Tem alguns lugares que a gente deixa de pegar passageiros, aí para periferia por causa da periculosidade, assalto, já tivemos, vários colegas que foram fazer trajetos para periferia foram assaltados. [Não circulo lá por] questão da violência mesmo. [Evito circular em] algumas periferias do bairro de **Jurunas, Guamá, Cremação**, Terra, **Terra Firme** [...] a gente evita ir em certas ruas por causa de perigo [...] têm algumas, alguns locais aqui na cidade, da periferia que você não pode entrar nem durante o dia (Informação verbal⁸¹).

O Sr. ATBBC2, de 40 anos e com 21 anos de experiência profissional, tem medo de andar na área Metropolitana, por exemplo, no “Distrito [silêncio] Marituba, são distritos de Belém [por causa de] assalto, já fomos assaltados” (Informação verbal⁸²).

De forma categórica, o Sr. ATBBC3, de 53 anos e com 29 anos de experiência profissional, afirma que têm vários bairros que ele não circula, por exemplo,

[...] no Jurunas, aquela área do Fernando Guilhon, por parte de lá, Bom Jardim, Monte Alegre, difícil a gente ir, entendeu? Vários, se você chegar na porta do Shopping, falar assim, “me leva aí na Terra Firme”, os caras não vão; “Sr. me leva lá no Jurunas lá na Fernando Guilhon [ou] Bom Jardim com Monte Alegre”, ninguém vai [por causa da] insegurança [...] Quando você se ama! Você tem que rejeitar algumas coisas da vida, porque você sabe que vai te prejudicar né? (Informação verbal⁸³).

Com 58 anos de idade e 38 anos de experiência profissional, o Sr. ATBBC4, afirmou que os lugares que têm medo são:

[...] Terra Firme, Barreiro, Jurunas superperigoso, assalto todos [os dias], Bernardo Sayão, aí próximo da Fernando Guilhon, para ali [os assaltantes] põem armas em cima da gente. [Já foi assaltado], mas não foi com arma, entendeu? Peguei o passageiro no **Shopping**, levei ele para a Caripunas com a Generalíssimo, quando chegou lá, ele tirou a chave do **carro**, ele pegou a chave do carro né, pegou toda renda, celular, única vez [que eu fui assaltado em] 38 anos [de experiência]. [...] Jurunas é um que eu não entro, Terra Firme a gente não entra [mas, geralmente] depende da hora e do local também (Informação verbal⁸⁴).

⁸¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁸² Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁸³ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁸⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

O Sr. ATBBC5, 47 anos e 23 anos de experiência, afirmou, categoricamente, que em determinados lugares, não circula em Belém, principalmente,

[...] na baixada, na periferia até, eu posso dizer para você até que têm lugares que eu não entro com o meu carro. Eu não entro porque eu sei que lá, eu vou ser assaltado, entendeu? [Eu não entro na] Monte Alegre. A Monte Alegre passando a Fernando Guilhon, se você entrar, você deve ter certeza que vai ser assaltado. A Bom Jardim, passando a Fernando Guilhon, se você entrar, você vai ser assaltado. Ali, pelo lado da Radional também, aquela mediação ali da Radional, tem a passagem de Limoeiro, passagem **Camapu** e têm aquelas mediações ali perto da antiga Telepará. **Ali**, você entrou, pode ter certeza que vai ser assaltado, entendeu? Então, não tem como entrar para [lá], eu já cansei de rejeitar passageiros que pediram [levar eles nestes lugares], lembro uma vez aqui na Roberto Camelier, eu peguei um passageiro, um rapaz que estava com a perna engessada, não podia **andar direto** e queria que eu o levasse até **lá**. Eu expliquei para ele, que eu ia deixar ele, mas eu não iria sair sem ser assaltado. Ele me entendeu. Ele disse, “não, você tem razão, infelizmente a gente vive isso” (Informação verbal⁸⁵).

Morando em Belém há 66 anos e com 30 anos de experiência profissional, o Sr. ATM1, disse que circula na cidade. Afirmou,

[...] em Belém toda. O taxista olha, eu olho Belém toda [mesmo nas “áreas zona vermelha”, eu entro, mas tudo] depende né, se apanhar um passageiro para ir para lá, eu levo. Em qualquer [lugar], o taxi entra em qualquer área [vermelha]” (Informação verbal⁸⁶).

Na mesma linha de raciocínio, o Sr. ATM2, de 67 anos e com 50 anos de experiência, afirma que ele também entra nas “áreas vermelhas”. No entanto, diferentemente do Sr. ATM1, aponta alguns lugares perigosos,

[...] Jurunas, Guamá, Terra Firme, Cabanagem, mas tu chegas aqui meu amigo, me leva lá na Cabanagem, eu vou te levar, porque não teme ninguém lá. Que seja perigoso, área vermelha, [no entanto] se me [levar] numa hora [perigosa, por exemplo] 7 horas da noite, uma hora da manhã, eu não vou. Eu rodo só até 6 horas [da tarde] eu já rodei muito à noite, não tinha malandragem, andava de noite! [Quem mora, por exemplo] na Terra Firme, lá perto da Biboca [me pede para leva-lo] levo, mas vou de olho né! Vou de olho atento, vou atento. [...] a gente leva quando a gente sente, tudo tem uma intuição né! (Informação verbal⁸⁷).

⁸⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁸⁶ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁸⁷ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

O Sr. ATM3, de 46 anos e 22 anos de experiência, também circula em todos os lugares da cidade. Mas, em relação as “áreas vermelhas”, ele afirmou que não entra, evita. “[...] porque não tem como dizer não. [Eu evito a] Terra Firme, [no entanto] eu não vou dizer que não [ao cliente] eu tenho que ir lá, mas se eu puder evitar, eu evito a Terra Firme [porque] é muito perigoso” (Informação verbal⁸⁸).

“Não circulo nas periferias da cidade, devido o perigo que não permite que entre”, enfatizou o Sr. ATM4, de 44 anos e 27 anos de experiência.

[...] a gente evita esses lugares [que são] geralmente, Jurunas, Guamá [e] lugares mais distantes daqui, que a gente não conhece. Aqui na Marambaia dá, porque as pessoas acabam conhecendo a gente pelo tempo de trabalho [não entro nas periferias] porque eu não conheço e, assim, tem muitas ruas perigosas [e] área de risco. [A] Cabanagem [também é uma “área vermelha”]. [Na] área do Guamá, que tem muita ponte [...] não dá para você entrar. Não é para questão de discriminação, porque realmente são áreas perigosas (Informação verbal⁸⁹).

Já para o Sr. ATM5, de 60 anos e 38 anos de experiência, têm algumas ruas da cidade que ele não entra.

[...] nem toda rua que a gente entra, porque, eu já fui assaltado duas vezes. [...] a gente tem que ter muito cuidado, porque têm ruas que não vale a pena, não dá para você entrar por causa do risco [por exemplo] no bairro de Barreiro, tem ali o acampamento [muito perigoso. Entro] porque [sou] obrigado pela minha profissão [já que] você não pode dizer não, mas estou com medo. A pouco dias atrás eu cheguei a pegar o passageiro aqui no posto de saúde, “doutor vem aqui pegar a minha mãe para trazer aqui no posto de saúde, minha coroa”, está bom, vamos lá. [...] entrei na rua, entrei na outra, ele começou a olhar o meu celular. Entrei no beco, entrei no outro beco quando entrei na outra rua, “para aqui na esquina doutor”, ele abriu a porta e botou o revólver [na minha direção] ali perto da rua Mauriti, ali perto daquela canal. [Assim, hoje, eu não entro no bairro de] Barreiro, Terra Firme. (Informação verbal⁹⁰).

Nos trechos das entrevistas acima, percebe-se que a partir do medo, quase todos os entrevistados elaboraram respectivamente suas geografias e cenas de medo, como forma de precaução contra a violência. Se a maioria admitiu que não circulam em toda Belém, três pessoas, de forma contraditória, disseram que circulam em qualquer lugar da cidade. Mas, ora admitem que circulam sem restrição, ora, admitem que tem precauções de entrar em certos lugares, por causa da violência.

⁸⁸ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁸⁹ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁹⁰ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

Com relação a esses aspectos, identificou-se, a elaboração da cena e geografia do medo, com certa influência das narrativas dos jornais, conforme verificaremos mais adiante, como parte dos resultados das experiências vividas pelos taxistas, uma vez que quase todos, ao longo de sua profissão, ou foram assaltados ou testemunharam ou ouviram falar de assalto ou homicídio de seus colegas.

Porém, ao enfatizar que os taxistas elaboram suas geografias e cenas de medo das experiências vividas, observamos, que elas são acionadas a partir da memória, principalmente, a memória corporal e a memória de lugares. Se através da memória corporal sente-se a dor por si ou pelo outro que sofreu o assalto ou o homicídio, ela tende a ser esquecida, quando as pessoas lembram do passado e vem à memória, os momentos felizes que viviam, sem a preocupação com a violência, e, aparentemente, tudo parecia andar em harmonia. É desta memória feliz que nasce a esperança de uma vida melhor no futuro, como foi no passado, já que não se pode mais esperar do presente, em virtude da violência.

Pela memória de lugares, observamos também, os taxistas elaborarem estratégias de cautela e de evitação, de certos lugares e pessoas. Por meio desta memória, eles elaboram ainda, geografia e cenas de medo, mesmo que considerem que a violência não seja restrita a um lugar específico. No entanto, por medida de segurança, eles evitam as periferias da cidade.

Assim, constatou-se, uma diferença entre os lugares de memória, em Ricoeur (2007) e Nora (1984), com os lugares de memória dos taxistas ou das narrativas dos jornais impressos. Se, em geral, os lugares de memória, para esses pesquisadores, remetem aos restos memoráveis da história, que relembram fatos passados trágicos ou não, os lugares de memória elaborados pelos taxistas e os impressos, a partir dos acontecimentos violentos, são restos que, em primeiro lugar, relembram os fatos passados, mas também, em segundo lugar, mostram a permanência dos mesmos fatos que, sem cautela, podem se reproduzir novamente. Ou seja, nas falas dos taxistas, os lugares de memória, não só relembram os assaltos sofridos ou cometidos contra os colegas, mas também mostram que os mesmos sujeitos que cometeram esses delitos ainda vivem ou comandam nesses lugares.

Neste sentido, a cidade que outrora se configurava como lugar onde a vida prosperava, hoje, se apresenta como lugar perigoso para a mesma vida. Um lugar que pede a cautela e a vigilância de seus moradores para que não sejam surpreendidos pela violência. Nos depoimentos dos taxistas, eles ressaltam, que ao longo da história de

Belém, houve algumas mudanças urbanísticas e arquitetônicas na cidade, mas em relação a segurança pública, a mudança foi para pior, uma vez que, antes ou tempos passados, eles conseguiam trabalhar até tarde da noite, e que na atualidade, isso não é mais possível. Sentença constatada na fala do Sr. ATBBC1, belenense de 50 anos.

[...] quando era mais novo, minha cidade era mais bonita. Eu costumava andar de bicicleta na minha adolescência, passar, passear pelas praças, nos finais de semanas. Hoje, a gente não tem como passear, a cidade está totalmente deteriorada por falta de gestão pública [e por causa da] insegurança. Insegurança total. Você, hoje, não tem como passear. Além do trabalho, a gente vive precariamente. E trabalha com falta de segurança pública que a gente não tem mais. Nem tem como você passear na praça hoje, porque você corre o risco de ser assaltado. A cidade toda esburacada, não tem uma rua da cidade que você passa não tem buraco. Eu quando mais novo brincava na frente da minha casa, brincava de bola, hoje tenho seis netos que não mais podem brincar na frente de casa, por causa do perigo. A a cidade piorou muito (Informação verbal⁹¹).

Para Sr. ATBBC2, de 40 anos e nascido em Belém, a mudança perceptível na cidade é a construção da BRT Belém mesmo que,

[...] nunca acabe. [Para ele] o desenvolvimento é muito lento, ou seja, estão muito atrasados. Perto de outras capitais que eu morei, como Rio de Janeiro, está muito atrasada. [Em relação a segurança, para ele, a situação é] péssima, péssima tanto para os moradores quanto para as polícias. Porque os direitos humanos só servem para vagabundos, infelizmente. Não, não, não tem [segurança pública em Belém] (Informação verbal⁹²).

Segundo o Sr. ATBBC3, de 53 anos de idade e nascido em Belém, as mudanças na cidade são quase imperceptíveis.

[...] as mudanças existem, mas como nós convivemos e vivemos, a gente não consegue perceber. As pessoas que vão, passam algum tempo e voltam, [elas vão exclamar] “oh! Olha! Mudou, está diferente”, mas existe sim uma mudança na cidade. Muita mudança já houve na cidade [tanto físico quanto] estrutural. [em a] segurança, ela piorou. A segurança até para a própria polícia hoje dia está difícil. Os próprios policiais, anteontem, o colega nosso foi morto, o conhecido nosso foi morto aí, **por causa do apelido de sargento**, mas ele era **mecânico**. Aqui, no final da Honório com a 21, mataram ele só por causa do apelido dele. Tem outro colega nosso aqui, que ele, já até pediu para trocar o apelido dele porque perto da casa dele tinha outro também com o mesmo apelido que [ele foi morto], ele ficou com medo. Ele não gosta mais de ser chamado pelo apelido dele (Informação verbal⁹³).

⁹¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁹² Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

⁹³ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Já o Sr. ATBBC4, de 58 anos, santareno e que vive em Belém há 28 anos, percebe mudanças na cidade, mas na segurança, não.

[a cidade] mudou, mudou um bocado a cidade, principalmente nos governos Almir Gabriel, Foi o melhor de todos os tempos. Fez Estação das Docas, Polo Joalheiro, Mangal das Garças, Onze Janelas. [Os] pontos turísticos que não tinham antes “começou e melhorou? “ Melhorou o Pará todo, estradas, tudo. [No entanto, em relação a] **Segurança**, não vi melhorar em nada porque hoje em dia, estão matando brincando, e a gente não veja nada, entendeu? (Informação verbal⁹⁴).

O Sr. ATBBC5, de 47 anos, concorda com a mesma opinião do taxista acima.

[houve algumas] mudanças em alguns pontos, a gente pode citar aí, como o Portal da **Amazônia** que é uma obra nova, que é algo novo. Agora tem [também] o Parque do Utinga que, inclusive **puxa**, essa aí a gente pode até **parabenizar** o governo [por] ter feito esta obra, porque realmente eu tenho ido lá, é muito **bonito**, é um local muito **bom**. [...] então, a gente, parabeniza o governo pela iniciativa de fazer este Parque, porque foi algo assim, muito, muito bom mesmo. [Agora] eu posso dizer que em relação a **segurança pública**, a nossa cidade, nosso Estado ele está acima de um caos. Inclusive eu vi uma entrevista lá do secretário de Segurança que ele fala que “Belém é uma cidade tranquila, que [em] Belém, ele anda tranquilo”. Então, só ele que anda tranquilo porque ele anda com **quatro seguranças, uma pistola ponto 40 na cintura, um carro blindado**, aí ele está seguro com certeza, mas nós, **puxa**, estou no dia a dia, trabalho no taxi, estou no dia a dia, eu vejo toda hora, assaltos acontecendo, pessoas sendo assaltadas, pessoas, vidas sendo ceifadas, entendeu? Então, **todo dia**, então, só ele [que] não está aqui neste planeta porque abrir a boca e falar um negócio desse que “a cidade está tranquila”. **Em relação a segurança pública**, nossa cidade, ela ficou pior. Posso dizer, quando nós tínhamos aqueles, vou dar um exemplo para vocês, não querendo elevar eles não, elevar ou exaltar o nome deles, mas quando [...] o Delegado Eder Mauro e coronel Neil, **estavam na ativa**, porque eu acho que o lugar deles é na segurança pública, era diferente. Entendeu? Era bem diferente. Eles como políticos, eu acho que não tem nada a ver. Eles têm que voltar a ser da segurança pública que era o trabalho deles e com certeza eles **desenvolviam**, com a excelência. Coisa que eles como políticos não vão fazer, entendeu? (Informação verbal⁹⁵).

Enfaticamente, o Sr. AMPA1, de 40 anos, nascido em Niterói e que vive em Belém há 18 anos, mostrou que não houve nenhuma mudança já que “a violência continua a mesma e [que a] polícia não pode fazer nada, ninguém não pode fazer nada [para ele, a situação da segurança pública] só está piorando” (Informação verbal⁹⁶). Da mesma forma,

⁹⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁹⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

⁹⁶ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

concorda o Sr. AMPA2, de 51 anos e morador da cidade há 51 anos, quando afirma que nada melhorou ao longo da história. “Olha, desculpa, mas cada dia que passa, Belém está mais violenta. Como falei com você, o desgaste das autoridades [fazem com que] Belém [seja] extremamente esburacada, jogada ao léu, tipo assim, jogada, no dizer popular, jogada as baratas”. (Informação verbal⁹⁷). Já o Sr. AMPA4, de 50 anos, acredita que a cidade, mudou, em certa medida, “pelo menos tentam mudar, as vezes não trazem a mudança que a gente realmente **espera. Mas**, assim, tem uma mudança sim. [a gente espera] uma mudança assim de, um trânsito **melhor, segurança**, [a] limpeza, mas, não é sempre o que a gente espera”. (Informação verbal⁹⁸).

Percebe-se que, em quase todos os depoimentos acima, que os tempos se chocam e as épocas se unem nas narrativas dos taxistas. Tempos passados mais pacíficos que se chocam com tempos presentes apresentados como violentos e perigosos. Belém é apresentada no passado, como uma cidade do possível e no presente, como uma cidade de segurança. Enquanto cidade de segurança, Belém é narrada, pelos taxistas, como violenta, suja, abandonada, entre outras representações. Representações que, tanto nos jornais quanto nas entrevistas, se resumem, na preocupação contra a insegurança e a criminalidade que parecem tomar conta da cidade, conforme apresentamos na tabela nº 3, as manchetes das seguintes edições: 14 de agosto de 2007 e 21 de abril de 2006 do Diário do Pará e O Liberal.

Tabela 3 - Manchetes de jornais

Edição por dia	Manchetes por jornal	
	Diário do Pará	O Liberal
21 de abril de 2006	Caos	Seis horas de agonia
14 de agosto de 2007	Tiroteio e pânico no Iguatemi	Assalto frustrado, tiros e pânico em shopping

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

As quatro manchetes tratam de duas situações diferentes: alagamento de avenidas e ruas e tiroteios, mas ambas situações, levam a pensar na periculosidade da cidade. Na primeira situação, temos os alagamentos, após as chuvas, que impedem a mobilidade urbana na cidade de Belém, principalmente enfatizados pelos substantivos: caos e agonia.

⁹⁷ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

⁹⁸ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

O substantivo masculino caos, expressa a ideia de confusão geral ou desordem total, ou de uma condição desordenada. Quando o jornal utiliza este substantivo, causa impacto em seus leitores, conforme pode ser percebido nas fotos que ocupam 3/4 da capa, em que a manchete é apresentada em caixa alta, negrito e cor branca contornando cada letra, tendo como efeito, realçar a cor do título do restante das cores das imagens⁹⁹. Se as fotos expressam realmente o sentido do substantivo, caos, demonstram a confusão e desordem presentes nas avenidas e ruas, e também, o desespero dos motoristas.

Duas cores são dominantes no título, a preta e a branca. A cor branca, no conjunto da capa, acreditamos, expressa clareza e luz. Mas a cor branca não é predominante, por isso, entendemos que pode denotar como “uma luz no fundo do túnel”, ou seja, uma pequena esperança para as dificuldades vividas na cidade. Já a cor preta, geralmente, considerado como ausência de cor ou luz, está associada ao mal. Simbolizaria, o submundo, a penitência, a angústia, a condenação e o luto. Assim, a capa do Diário do Pará, cria um efeito de sentido sobre Belém, como cidade abandonada, perigosa, violenta, portanto, o inferno, que segundo Durand (1997, p. 74), “o inferno é sempre imaginado pela iconografia como um lugar caótico e agitado”.

O substantivo feminino agonia, do jornal O Liberal, expressa a situação da cidade depois da chuva, remete aos momentos que prenunciam a morte. A agonia expressa aflição, sofrimento, ansiedade e a angustia. No entanto, na capa, o substantivo junto com as fotos - ocupam 2/4 da página e mais a manchete - tem o efeito de sentido que remete ao sofrimento, aflição e a angustia dos moradores e motoristas, que são obrigados a andar nas águas da chuva, ou impedidos de saírem dos carros e casas. O sentido é de morte da cidade.

Nas manchetes do dia 14 de agosto de 2007, observamos, nas fotos¹⁰⁰, Belém sendo apresentada como uma cidade sitiada pela violência. Esta representação da cidade não é uma exclusividade dos jornais, mas uma realidade compartilhada também pelos depoimentos dos taxistas entrevistados: Sr. AMPA3, a situação de Belém “em termo [de] segurança deixa muito a desejar. [Está acontecendo] uma matança hoje dia [na cidade]” (Informação verbal¹⁰¹). Sr. AMPA4 (50 anos, informação verbal¹⁰²) a cidade é bacana,

⁹⁹ Ver Apêndice 7

¹⁰⁰ Ver Apêndice 8 e 9

¹⁰¹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹⁰² Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

mas falta atenção do prefeito, governantes em geral, de cuidar. Cuidar em relação a “**limpeza, saneamento básico, segurança**, tudo isso acho que faz parte do cuidado”. Sr. ATBBC4 (58 anos, informação verbal¹⁰³), a cidade de Belém é “muito maltratada, os governantes parecem que não [...] têm a responsabilidade com o povo”. Sr. ATBBC2 (40anos, informação verbal¹⁰⁴), afirma, a cidade “é um caos [na] Saúde, na educação, no trânsito. [Ela é] completamente abandonado pelos nossos governos”. O Sr. ATM3 (46 anos, informação verbal¹⁰⁵), condena tanto os moradores e autoridades pelo abandono da cidade. Para ele, “a cidade em si, é bonita, é uma cidade boa, mas ela é maltratada pela própria população e os governantes também”.

Em outras palavras, para o Sr. ATM4 (44 anos, informação verbal¹⁰⁶), Belém “é uma cidade maravilhosa que têm pessoas que não cuidam dela. A maioria das pessoas não cuida da cidade. Mas é uma cidade maravilhosa”. Já o Sr. ATM1 (66 anos, informação verbal¹⁰⁷), considera Belém “**violenta**, uma cidade que eu vivo há 50 anos [...] é isso que eu vejo da cidade de Belém [também, ela é] abandonada, cidade só crime, não tem segurança, sem saúde, sem educação. [Acho que não tem] como melhorar a cidade”. No relato entrevista do Sr. ATM5 (60 anos, informação verbal¹⁰⁸) percebi um desapontamento com Belém. “Olha, a cidade, infelizmente, como motorista está muita suja, está abandonada. Eu costumo dizer que a cidade de Belém é como uma família, um casal [na qual] uma mulher que se separa, se entrega e não se cuida [...] Belém está abandonada. Belém está assim. [...] a cidade é só buraco, falta segurança, complicado”.

Tanto nos jornais quanto nos depoimentos, percebi, que a cidade de Belém é representada, como violenta, suja e bela. O belo aqui, remete, como visto mais acima, à feminização da cidade para destacar a sua ambiguidade de ser ao mesmo tempo, segura e perigosa. Ou seja, lugar onde a morte se banaliza e a vida é possível. Assim, nesta dissertação, o belo, se configura como uma inversão eufemizante que tende a apagar a imagem da cidade como violenta e a apresentar como delicada, doce, charmosa,

¹⁰³ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹⁰⁴ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹⁰⁵ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹⁰⁶ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹⁰⁷ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹⁰⁸ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

maravilhosa, portanto, como lugar do possível.

A ambiguidade da cidade através da sua feminização eufemizante que ao mesmo tempo evoca o lado perigo e seguro da cidade encontra-se bem descrita na fala do Sr. ATBBC5 (47 anos, informação verbal¹⁰⁹) que, ao ser indagado sobre Belém como cidade violenta, responde: [...] eu como taxista, ando, pego muitos passageiros de outros estados [...] é muito corriqueiro, o cliente quando chega no aeroporto, e pergunta logo, “é aí, como está a cidade aqui, violenta, como que é, perigosa? “ Você tem que **ter cuidado como toda cidade**, tem que ter cuidado, tem que ter a cautela, mas, é, a nossa cidade está cheia de coisas legais, o povo daqui é um povo muito acolhedor, um povo muito hospitaleiro.

Acima, o taxista não menciona diretamente a ambiguidade da cidade, no entanto, percebe-se que apresenta tanto o lado perigoso quanto o lado seguro. Uma ambiguidade que justifica, como diria Amendola (2000), a natureza da cidade de ser ao mesmo tempo odiada e desejada. Belém, nas entrevistas ou nos jornais, é ao mesmo tempo amada e odiada, cobiçada e evitada, entre outros sentimentos.

Contudo, ao retornar à pergunta inicial deste capítulo, sobre a possibilidade da cidade de Belém representar uma simbólica do mal, esclarecemos, que nos inspiramos nas discussões de Ricoeur (1988), em sua obra “O mal: um desafio à filosofia e à teologia”. Na obra, escrita após conferência realizada na Universidade de Lausanne, em 1985, Ricoeur reflete o mal, não a partir de sua origem ou motivos, mas sobre o agir que devemos ter para diminuir esse mal, portanto, a violência.

O mal é uma das questões principais da filosofia de Ricoeur. Suas reflexões podem ser encontradas, principalmente, nas seguintes obras: “A simbólica do mal”, “O conflito das interpretações”, “A simbólica do mal interpretada” e “O mal”. Nesta última, o mal é apresentado como um desafio, tanto para a teologia quanto para a filosofia, já que coloca em discussão as concepções ocidentais vigentes sobre Deus, considerado como absolutamente bom e onipotente, por exemplo. Em outras palavras, o mal é um desafio para a filosofia e a teologia, quando contrapõe sua existência com a existência de Deus. Isto é, o mal é um enigma. Para o autor, “o que fornece o caráter enigmático ao mal é a nossa posição de colocarmos, [...] sob um mesmo plano, pelo menos na tradução judaico-cristã do Ocidente, fenômenos tão díspares como o pecado, o sofrimento e a morte” (RICOEUR, 1988, p. 23). Contudo, para o filósofo, a forma de abordar a questão do mal seria a consideração da amplitude da sua complexidade.

¹⁰⁹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Assim, como metodologia, o autor caminha no campo da fenomenologia da experiência do mal, para distinguir “os níveis do discurso percorridos pela especulação sobre a origem e a razão de ser do mal, [e] juntar o trabalho do pensar suscitado pelo enigma do mal às respostas da ação e do sentimento” (RICOEUR, 1988, p. 22). Ou seja, juntar trabalho ou examinar as respostas dadas ao longo da história da filosofia à questão do mal. Sem querer nos aprofundar sobre as investigações do autor sobre as respostas, o que nos interessa diretamente nessas reflexões “não é somente um problema especulativo: exige a convergência entre pensamento, ação (no sentido moral e político) e uma transformação espiritual de sentimento” (RICOEUR, 1988, p. 47).

É nesta convergência que abordamos o mal, isto é, a violência urbana, na cidade de Belém que, de acordo com a pesquisa, parece ser sitiada pela criminalidade e a insegurança. Também, por constatar-se, tanto nas narrativas dos jornais quanto nos relatos dos taxistas, que o enfrentamento à violência urbana se focaliza no esforço em saber “de onde vem o mal? ” E “por que fazemos o mal? ”. Esforço que nas nossas análises é deslocado e passa a se focar em saber “o que devemos fazer” para diminuir a violência? Esse deslocamento é tão importante porque abandona a visão determinista de antecipar quem é suscetível de causar o mal, geralmente, identificado naqueles que são diferentes de nós.

Segundo Ricoeur (1988), o mal é um desafio que exige uma complexidade de abordagem para o seu enfrentamento. Para ele, o importante não é - mesmo que faça profundas reflexões sobre a problemática do mal - achar a solução definitiva, mas sim, elevar o conhecimento para o plano do agir e do sentir. Assim, no plano da ação, para o autor, “o mal é antes de tudo o que não deveria ser, mas deve ser combatido. Neste sentido, a ação inverte a orientação do olhar. [...] o olhar é assim voltado ao futuro, através da ideia de uma tarefa a se realizar ” (RICOEUR, 1988, p. 48). Se neste plano, a pergunta se desloca “de onde vem o mal? ” Para o “que fazer contra o mal? ”, portanto,

[...] não se acredite que, acentuando a luta prática contra o mal, se perde de vista uma vez mais o sofrimento. Muito pelo contrário. Todo o mal cometido por um ser humano, já vimos, é um mal sofrido por outro. Fazer mal é fazer sofrer alguém. A violência não para de refazer a unidade entre mal moral e sofrimento. Desde então, toda a ação, ética ou política, que diminui a quantidade de violência exercida pelos homens uns contra os outros, diminui a taxa de sofrimento no mundo (RICOEUR, 1988, p. 49).

No entanto, para o autor, só a resposta prática a essa pergunta não basta para a diminuição da violência, portanto, do sofrimento, já que este, “infligido pelos homens é, [...] repartido de modo arbitrário e indiscriminado, de tal modo que, para muitos, ele é sentido como imerecido” (RICOEUR, 1988, p. 49). A resposta prática não basta mais também, pelo fato que “existe uma fonte de sofrimento fora da ação injusta dos homens, uns em relação aos outros, [...] a questão, desde então, torna-se não mais ‘por quê?’, mas ‘por que eu?’ ” (RICOEUR, 1988, p. 49). Assim sendo, para o autor, a resposta prática é insuficiente. Neste sentido, precisa-se, da resposta emocional que deve completar a resposta prática. A resposta emocional, segundo o autor, “diz respeito às transformações pelas quais os sentimentos que alimentam a lamentação e a queixa podem passar sob os efeitos da sabedoria enriquecida pela meditação filosófica e teológica” (RICOEUR, 1988, p. 49).

A resposta emocional nos leva, pensando com Ricoeur, a uma lamentação, “por que eu?”. Uma lamentação que busca justiça, pois o lamentador tem a impressão de sofrer de um mal que ele não cometeu. Ou seja, uma impressão de injustiça sofrida, uma vez que ele vive de acordo com as normas estabelecidas. É essa injustiça que desencadeia raiva no lamentador que, no extremo, buscaria fazer justiça com suas próprias mãos, adotando medidas como a retenção física ou simbólica, exclusão e auto-exclusão, discursos dominantes, entre outras medidas.

Constatou-se que os taxistas expressam uma viva raiva contra os supostos acusados de cometerem crime, até o ponto de os considerarem como não merecedores de cidadania, já que eles são “bandidos ou criminosos” e que o estado, parece, através dos direitos humanos, proteger ou defender, conforme pode ser observado nos depoimentos dos taxistas. Sr. AMPA3, “[...] os direitos humanos, na verdade ele defende os vagabundos para mim. É, quando mata o vagabundo, eles aparecem. Quando matam a pessoa de **bem**, nem vem falar. Vai dar apoio para família [do criminoso]” (informação verbal¹¹⁰). E mesmo do Sr. AMPA4: “[...] o Direito Humano parece [...] defender, [não] a vítima [mas] só o bandido. Aí, porque morre gente inocente, morre policial, [...] o direito humano, nada. Então, eu vejo isso neste caso, [...] pessoas que realmente precisa de assistência psicológica, [não são atendidas] (informação verbal¹¹¹). Ou no depoimento do

¹¹⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹¹¹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

Sr. AMPA5: [...] o problema é o seguinte, a criminalidade ela tem que ser combatida de forma mais eficaz. Ver o histórico do caboco que morreu, se realmente ele era uma pessoa de direito, se ele não é, porque ficar defendendo o caboco que [tem] histórico de bandidagem, realmente eu não acho correto [...] (informação verbal¹¹²). Ou do Sr. ATBBC2, quando diz: [...] a questão toda é, a forma que se baseiam os crimes, hoje dia só os policiais que levam culpa, mas os bandidos estão se matando entre si. Existe uma guerra. De facções em todo o Brasil e aqui em Belém não está sendo diferente. É com isso está sobrando para pessoas de bem que pagamos impostos, está sobrando por policiais, ou seja, como falei, os direitos humanos só existem para vagabundos (informação verbal¹¹³). Ou então, do Sr. ATBBC4, quando enfatiza que, [...] o Direito Humano, ele vem mais para o lado do criminoso. Quando é uma pessoa de bem, ele não aparece para ajudar em alguma coisa, para ver o que a família está precisando, dar apoio, mas se for o criminoso, eles estão lá. Se matar um criminoso, bandido né, aparece logo direitos humanos (informação verbal¹¹⁴).

O Sr. ATBBC4 é mais radical no seu posicionamento, quando afirma: [...] **se você for de Direito Humano, você não é bem-vindo**, entendeu? Porque, não é direitos humanos, porque como aconteceu com o colega nosso ali, foi morto lá, foi assassinado, mas não foi visto os direitos humanos lá, mas se fosse um **bandido**, os direitos humanos já estariam lá, dando apoio para a família [do bandido] então, eu acho que os direitos humanos teriam que acabar no Brasil para voltar a segurança [...] (informação verbal¹¹⁵).

Percebeu-se que o Sr. ATM3 confunde o que significa direitos humanos. Ele reconhece o cumprimento desses direitos humanos, principalmente na regulamentação da ação policial, que tem que respeitar a dignidade das pessoas suspeitas ou acusadas de cometerem crime. Mas, segundo ele, esses mesmos direitos não são observados na defesa da sociedade, ou daqueles que lutam contra a violência, como por exemplo, os policiais. [...] a algema era para ser para o ladrão, mas infelizmente, a algema ficou para o lado do policial e do cidadão. O cidadão hoje não pode bater, não pode fazer nada contra o ladrão e o policial muito menos, porque todo mundo responde perante esta questão de direitos

¹¹² Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹¹³ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹¹⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹¹⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

humanos. [Continua afirmando] Para eles (bandido) é ótimo, principalmente, porque criaram essa lei que ampara eles, dá direito a eles, que apoia a eles, não posso dizer diretamente, mas indiretamente apoia e **muito** e prejudica a sociedade como todo” (informação verbal¹¹⁶).

O mesmo sentimento de revolta e lamento, observamos, na fala do Sr. ATM5, de 60 anos, que afirma que, os direitos humanos só privilegiavam os suspeitos de cometerem o crime.

[...] quando um pai de família, [sofre violência do ladrão e] deixar [a sua família] ninguém socorre, ninguém ajuda. Esses ladrões que ficaram [que ficam] desempregados, [o estado dá] para eles uma bolsa família, uma cesta básica, mas, eu ouvi um comentário aí, um bandido [que] tem família [e que for preso, ele] tem até salário para bancar a sua vida aqui fora. Entendeu? Que país é esse? Nós trabalhamos para manter esses caras aí? Roubo é roubo, erro é erro, se ele lhe roubar [...] aqui e [foi preso, como a corrupção do nosso país], com três dias ele vai ser solto de novo. [Isso] me dá o direito de eu me tornar traficante, ladrão, porra! Me dá o direito para fazer a mesma coisa. Complicado (informação verbal¹¹⁷).

Nos depoimentos acima, foram observados o lamento dos taxistas contra o mal sofrido e a falta de justiça. Porém, a busca de justiça parece mais uma busca de vingança, uma vez que os entrevistados clamam por punições severas para os envolvidos em crime. Em Ricoeur (2008, p. 251), o “surgimento do senso de justiça acima da vingança coincide com o sentimento de indignação, que encontra sua expressão menos sofisticada no simples grito: é injusto! ”. Este grito, pensamos, não possibilita uma tomada de consciência na direção de redução da violência através do agir, pensar e sentir, mas sim, uma solução imediata e objetiva, com punições aos acusados. Assim, percebe-se um embate entre o mal sofrido e o mal cometido. Com a vingança, o sofredor quer que o ofensor seja punido por seus atos. Essa postura, por si só, não resolve o problema do mal, uma vez, que que esse posicionamento leva a um círculo vicioso ou beco sem saída, pois a violência deve ser apelada com a violência.

Para Ricoeur (1988, p. 24), “a punição é um sofrimento físico e moral acrescentado ao mal moral [e o] sofrimento é a violência exercida sobre o homem pelo homem: em verdade, fazer mal é sempre, de modo direto ou indireto, prejudicar outrem”. Em outras palavras, “o mal cometido por um encontra sua réplica no mal sofrido por

¹¹⁶ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹¹⁷ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

outro; é neste ponto de intersecção maior que o grito da lamentação é mais agudo, quando o homem se sente vítima da maldade do homem” (RICOEUR, 1988, p. 24-25). E é esse grito da lamentação em busca da justiça, portanto, da vingança, que encontramos nos trechos de entrevistas acima.

Segundo Ricoeur (2017, p. 59), “vingar não é só destruir, mas, ao destruir, restabelecer”. Percebemos assim, tanto nos jornais quanto nos depoimentos, a vingança contra o mal sofrido, ou seja, a destruição pura e simples do ofensor e não a sua redenção, portanto, readaptação ou reabilitação para uma eventual ressocialização.

5.2 Na TV o crime, no jornal o sangue

Essa é a perspectiva do depoimento do Sr. ATBBC4, de 58 anos. Se o entrevistado tem como crítica os jornais que apresentam a cidade, a sua narrativa, assim como a dos taxistas, não difere das narrativas dos jornais sobre Belém. Na realidade, a violência urbana, se revelou, nas nossas análises, uma preocupação central nos depoimentos dos taxistas que, no cotidiano, ou foram assaltados, ou conheciam ou já tinham ouvido falar de alguém de seus círculos que sofreu um assalto ou morte.

Assim, a violência urbana é percebida como elemento estruturador das mudanças socioculturais e urbano-arquiteturais nas cidades contemporâneas (CALDEIRA, 2000; BAIERL, 2004; SOUZA, M. L., 2006, 2008). Para Caldeira (2000, p. 33), em certa medida, “a experiência de um crime violento é seguida de reações como cercar a casa, mudar de endereço, controlar as atividades das crianças, contratar seguranças, não sair à noite, evitar certas áreas da cidade”. Se o medo é um dispositivo de controle e dominação do outro (DELUMEAU, 2009, BAIERL, 2004), ele nos parece também, como dispositivo que permite experienciar a cidade no contemporâneo, e de se aproximar ou se distanciar das pessoas. “À medida que as narrativas são repetidas, o bairro, a cidade, a casa, os vizinhos, todos adquirem um significado diferente [...] e sua existência pode ser realinhada de acordo com as marcas fornecidas” pela violência ou medo da violência (CALDEIRA, 2000, p. 33). Entende-se então, o sentido construído pelos taxistas sobre o ontem (passado) ser melhor que o hoje, pois eles experienciam essa realidade no presente. Ou seja,

[Esta] divisão entre antes e depois acaba reduzindo o mundo à oposição entre o bem e o mal, que é a oposição central que estrutura as reflexões sobre [a violência]. Ao fazer essa redução, as pessoas normalmente apresentam relatos simplistas e tendem a criar caricaturas: o antes acaba virando muito bom; o depois, muito ruim (CALDEIRA, 2000, p. 33).

Nos depoimentos e narrativas dos jornais, constatou-se as analogias diferentes quando tentam explicar o fenômeno do medo, isto é: o passado mais seguro e o presente inseguro; a periferia da cidade mais violenta e o centro menos; o pobre como responsável pela violência; a noite como mais violenta e o dia, dependendo da área, mais segura; por fim, a cidade percebida como violenta. Assim, quando indagados se os jornais impressos exageravam ao falar da violência na cidade de Belém, os taxistas concordavam com o exagero, mas reforçavam, de forma contraditória, que Belém era violenta, conforme se observa na fala do Sr. ATM3, de 46 anos:

[...] Não podemos esconder isso, a violência é grande não só na cidade de Belém, mas na maioria das cidades do país. Se perdeu o rumo da situação. [Por exemplo] a gente poderia andar na cidade livremente, mas a gente evita andar, porque, em certos locais não têm passageiros. Mas por que não têm passageiros? Devido a situações [de insegurança que] que se criaram lá. É não têm passageiros não têm porque aí a gente [ir lá]. Porque não tem mais uma certa segurança. [...] hoje dia, você se limita, a sociedade faz que você vai se limitando, [ficando com] medo (informação verbal¹¹⁸).

O Sr. ATM1, de 66 anos, percebe um certo exagero dos jornais ao falar sobre a violência em Belém, mas, por outro lado, concorda com a insegurança vivida.

[...] um pouco exagerada, com certeza. Eles exageram um pouco, mas 50%, é verdadeira porque Belém está muito violenta e a gente não pode [mais andar com] segurança. Belém mudou muito, eu não sei, moro esses 66 anos em Belém, nunca vi Belém assim, pelo menos no bairro que eu moro, Marambaia, não era tanto assim, agora, ando com medo. [...] está de mais, nunca vi na minha vida, está de mais, não é brincadeira não. Você pode ver, em qualquer canto, você pode estar no Shopping, você está inseguro, mesmo no seu próprio carro. Eu como taxista quando para dois motoqueiros, o moto do meu lado com dois [rapaz, o motoqueiro e seu] acompanhante, [eu fico] meio cabreiro, né, fico preocupado se é um assalto, é ruim (informação verbal¹¹⁹).

Já o Sr. ATBBC4, de 58 anos, concorda com as notícias divulgadas nos jornais sobre Belém ser uma cidade violenta. Para ele, o que os jornais escrevem é verdade, pois, [...] a violência é **real!** A violência na cidade é real. Belém está **superperigosa!** Uma das mais perigosa [cidade] do Brasil. Dá medo e a matança; várias matanças de pessoas, briga

¹¹⁸ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹¹⁹ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

de polícia com **bandido**. **Bandido** matando a polícia e polícia matando o bandido. Essa, [é] guerra civil né (informação verbal¹²⁰). O Sr. AMPA4, de 50 anos, disse que Belém já foi uma cidade segura. “[...] antigamente, Belém tinha uma qualidade de vida, é, perto de outros lugares, de outros estados e capitais [...] hoje dia não [...] hoje é difícil” (informação verbal¹²¹). Também concordando com os jornais paraenses, o Sr. AMPA3, de 49 anos, afirma que se está vivendo uma guerra civil. [...] ultimamente [em Belém, há] uma matança doida. Mas porquê? Muito tem a ver com o tráfico. [...] antigamente a gente rodava a noite toda, despreocupado, não ficava com o medo. Hoje em dia, os caras podem até te assaltar, mas além de te assaltarem, te matam, dão tiro em ti e levando as coisas (informação verbal¹²²). O retrato produzido sobre Belém nos jornais é uma realidade, afirma o Sr. AMPA5, de 64 anos, a cidade é muito violenta, principalmente, pela [...] quantidade de mortes [de pessoas]; há crime [contra] policiais, pessoas da área de segurança que são [alvos de criminosos]; hoje em dia, por exemplo, um cara para ser um Policial Militar, ele tem que pensar duas vezes se deve ou não ser. O cara não pode ficar distraído no Whatsapp fardado, né, porque é perigoso. Hoje um policial praticamente não pode andar de ônibus” (informação verbal¹²³). Continua seu relato, dizendo que até a forma de seu trabalho modificou, pois lembra, que um tempo atrás, parava em qualquer ponto, sem preocupação de quem seria seu passageiro. Hoje, pega exclusivamente os clientes já conhecidos. Já o Sr. AMPA2, de 51 anos, acredita que os jornais não divulgam todos os casos de violência, pois a situação é muito mais grave do que é possível aparecer nas páginas dos jornais.

[...] **ainda falta**. Eles [jornais] as vezes até eles escondem. Não divulgam, porque [há] situações que não aparecem. No caso de homicídios, têm os que não aparecem na mídia, nos jornais. [...] eu fui, um dia eu fui **lá na Terra Firme, lá dentro** do Tucunduba, quando eu entrei, numa parte que é lá no coração mesmo. Aí, o passageiro disse para mim, joga luz alta, isso era 7 horas da noite, “**eu lhe mandei jogar luz alta** porque o pessoal que estava na frente, para avisar que era morador” entendeu? Avisando que **era morador** para que eles saberem, abrir vidros, jogar luz alta para que eles [nos deixem] passar, tipo assim, comando de tráfico. A bandidagem viu que era morador da área que estava jogando luz alta, que está avisando que vai chegar, porque se você chegar de vidros abertos, ele me explicou, “se você chegar com

¹²⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹²¹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹²² Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹²³ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

vidros fechados, peliculados, aí o negócio vai pegar. Você vai ser abordado, com certeza”. [...] a imprensa não sabe disso, entendeu? Assim como tem homicídios que acontecem [em locais] de difícil acesso, [em] certos bairros que [somente] a própria família [do assassinado] sabe quem morreu [era] o bandido [será que ela] vai dar queixa? [A violência impacta a nossa forma de viver porque causa medo], eu tenho meus filhos, você tem medo! Antigamente, nossos pais, nossos avós, nós tínhamos segurança. Hoje em dia, não! (Informação verbal¹²⁴).

A cidade, neste sentido, não se configura mais como um lugar do possível, mas como um lugar perigoso, em que se pode perder tudo inclusive, a própria vida. Um lugar onde as interações sociais, aparentemente, se estabelecem a partir dos interesses pessoais de segurança, e não do desejo do estar junto, pois o estar junto significa conhecer, ter proximidade e familiaridade. Portanto, um estar junto diferente da comunidade no sentido Buberiano de conquista de uma vida digna para os indivíduos.

[...] os indivíduos agem sob a influência da Wesenwille [comunidade], e tudo se passa como se suas ações não necessitassem de qualquer justificação. A ação é fruto da tradição e dos costumes, e num âmbito assim, não há razão para se perguntar qual o motivo ou causa de uma determinada conduta (social), pois que a óbvia resposta seria: a sobrevivência da comunidade. E a fundamentação de tal resposta encontra-se na comprovada capacidade dos vários tipos de ação, forjada num passado de perda memória, de garantir a sobrevivência da comunidade (BUBER, 1987, p. 14).

Esse lugar representa, a partir do relato dos taxistas, um lugar onde a sobrevivência visada não é da comunidade, mas sim, pessoal já que nele, a ação,

[...] é determinada pelas metas estabelecidas pelo indivíduo. Tal tipo de ação é “racional”, na medida em que se define em termos de uma adequação de meios e fins. O seu objetivo será sempre, de uma forma ou de outra, o lucro; e tudo, incluindo-se seres humanos e grupos de seres humanos, é tratado de acordo, isto é, como se fosse um meio, ou um instrumento, para a obtenção de tal finalidade (ibid.).

Em outras palavras, o medo passa a orientar a forma de viver e estar na cidade contemporânea. Ou seja, os taxistas estabelecem o medo como um dispositivo de proteção da violência, a partir de três razões: a) primeiro, porque o medo gera a esperança. Esperança na mudança de um futuro próximo, da situação que causou o tal medo no presente. Para Baierl, (2004, p. 44),

[...] não há esperança sem medo, nem medo sem esperança. A temeridade e a esperança, em alguma coisa, se baseiam na incerteza de algo favorável ou algo tremendamente assustador. [...] esperança e medo têm fundamentos na incerteza, na dúvida do que virá.

¹²⁴ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

Assim, apesar da violência urbana, os taxistas continuam acreditando na cidade como um lugar do possível; b) segunda razão, em diálogo com Jonas (2006, p. 70-71), porque a sua heurística permite antecipar as condições de segurança. Pois, em certa medida, “enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo [em outras palavras] só sabemos o que está em jogo quando sabemos que isto ou aquilo está em jogo”. Assim sendo, acredita-se que, com o medo, os taxistas tomam consciência de si e de seus bens materiais, por isso, agem no sentido de evitar o perigo, e por último, c) o medo faz com que os taxistas confiem ainda na cidade, quando elaboram imagens ou grupo de imagens, portanto, o imaginário, como forma de reduzir as angústias causadas pela violência urbana e transformar, a partir da eufemização, o perigo pelo seguro, o mal pelo bom, a treva pela luz, a insegurança pela segurança, entre outras eufemizações.

5.3 Sobrevivência e a eufemização da violência

Cumprir informar que, o imaginário reduz as angustias causadas pela violência, em que segundo Durand (2010, p. 41), “todo pensamento humano é uma re-presentação, isto é, passa por articulações simbólicas. [Assim] o imaginário constitui o conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana”. Neste sentido, através do imaginário, somos capazes de regularizar os nossos comportamentos, visando nossa sobrevivência. Assim, o medo acaba por fazer com que os taxistas continuem a confiar na cidade como um lugar possível, apesar da angustia com a violência urbana.

Angustia que, em certa medida, configura o “temor da insegurança total que vem a ser a morte; o desejo básico sabe, em nossos dias, que ele é aquela ‘vontade de viver’, [...] vontade de viver sobre a qual se regula tanto a imortalidade quanto a realização do homem” (DURAND, 2008, p. 29). Nessa perspectiva, o medo possibilita a elaboração de imagens que ajudam a representar a situação real, através do imaginário do encontro de soluções adequadas à sobrevivência. Isto é, como imaginação, “uma função de eufemização, [...], dinamismo prospectivo que, através de todas as estruturas do projeto imaginário, tenta melhorar a situação do homem no mundo” (DURAND, 1988, p. 101). O eufemismo é um dos signos do Regime Noturno da imagem que, junto com o Regime Diurno, constitui “o campo do imaginário humano” (DURAND, 1996, p. 236). O Regime

Diurno é “o regime da antítese, se caracterizava nitidamente por estruturas esquizomorfas [ele é] o trajeto representativo que vai da primeira e confusa glosa imaginativa implicada nos reflexos posturais até a argumentação de uma lógica da antítese¹²⁵” (DURAND, 1997, p. 190). Por sua vez, o Regime Noturno¹²⁶ é um regime oposto, segundo Durand, que “pode inverter os valores atribuídos aos termos da antítese. Como o espírito pode se curar da exclusividade esquizomorfa que é a esquizofrenia” (DURAND, 1997, p. 190). O Regime Noturno empenha-se em,

[...] captar as forças vitais do devir, em exorcizar os ídolos mortíferos de Cronos, em transmuta-los em talismãs benéficos e, por fim, em incorporar na inelutável mobilidade do tempo as seguras figuras de constantes, de ciclos que no próprio seio do devir parecem cumprir um desígnio eterno (DURAND, 1997, p. 193-194).

Assim, a eufemização, é um processo de construção do positivo a partir do negativo, fazendo com que, por exemplo, “no seio da própria noite, o espírito procure a luz e a queda se eufemiza em descida e o abismo minimiza-se em taça” (DURAND, 1997, p. 199). Sendo assim, a cidade violenta se eufemiza em lugar seguro. Somente assim, se justifica a consideração - apesar de denunciar a exasperação com a violência urbana - da cidade de Belém como uma casa nos relatos dos taxistas. O que pode configurar uma contradição com a teoria do imaginário de Durand (1997), que a casa simboliza a segurança que se contrapõe com a barbaridade que está fora dela.

Como imagens elaboradas, a partir do medo para lidar com a violência urbana, os taxistas, cenicamente, elaboram como cenas do medo o outro, o tempo e o lugar ou espaço, conforme observamos na capa da edição do Diário do Pará, de 14 de dezembro de 2017 (vide figura 5).

Na capa, estampada encontra-se a matéria com o título “Morto a tiros em outeiro”. “Antonio Pantoja estava em seu carro, quando foi surpreendido por um motociclista, que efetuou vários disparos em sua direção. Dois deles acertaram a vítima, que morreu na hora”. O título já deixa bem claro sobre o lugar onde aconteceu o homicídio, “Outeiro”,

¹²⁵ “O Regime Diurno tem a ver com a dominante postural, a tecnologia das armas, a sociologia do soberano magno e guerreiro, os rituais da elevação e da purificação” (DURAND, 1997, p. 58). Em outras palavras, “pode-se mesmo dizer que todo o sentido do Regime Diurno do imaginário é pensamento ‘contra’ as trevas, é pensamento contra o semantismo das trevas, da animalidade e da queda, ou seja, contra Cronos, o tempo mortal” (DURAND, 1997, p. 188).

¹²⁶ O Regime Noturno subdivide-se nas dominantes digestiva e cíclica, a primeira subsumindo as técnicas do continente e do hábitat, os valores alimentares e digestivos, a sociologia matriarcal e alimentadora, a segunda agrupando as técnicas do ciclo, do calendário agrícola e da indústria têxtil, os símbolos naturais ou artificiais do retorno, os mitos e os dramas astrobiológicos.

um bairro periférico da cidade de Belém. Logo, a “periferia” da cidade seria a cena do medo. Ou seja, o símbolo do mal. Percebe-se também, que o tempo enquanto cena do medo é a noite, simbolizando escuridão, trevas, incerteza, logo, indício de violência, entre outras simbolizações.

Figura 5 - Corte da capa do Diário do Pará, 14 dez. 2017



Fonte: Diário do Pará, 2017.

No texto apresentado foram identificadas algumas informações sobre a vítima, como e onde foi morta. Do mesmo modo, informações sobre o suspeito acusado de ter matado a vítima. Para determinar o outro como cena do medo, precisa-se de uma imaginação segunda¹²⁷, pois, a primeira imaginação nos leva a considerar, obviamente, o suspeito enquanto um outro, como a imagem do mal. Na imaginação segunda, o texto nos leva a pensar em um desconhecido motociclista, sem muitos detalhes. Portanto, nos deixa imaginar a figura do tal motociclista, conforme sugere o artigo indefinido “um” que

¹²⁷ Ou seja, uma imaginação do leitor ou telespectador que parte, da imagem fornecida pelo jornal na construção da sua narrativa para elaborar uma nova imagem a partir do seu imaginário para entender a fato narrado.

precede o substantivo “motociclista”. Ou seja, a imaginação segunda, nos leva a generalizar esta figura a os motociclistas desconhecidos, portanto, a um desconhecido. Esse outro desconhecido se configura como cena do medo.

Esse desconhecido também prefigura o imaginário dos taxistas, quando indagados se tinham medo de apanhar um desconhecido, após a leitura das notícias de violência nos jornais. Todos os taxistas, direta ou indiretamente responderam que sim. O Sr. AMPA1, de 40 anos, afirma: “Tenho sim, depois de ler o jornal, vi o que está acontecendo fico meio com medo de circular par certo lugares, certos horários (informação verbal¹²⁸). Reforça o mesmo medo o Sr. AMPA3, de 49 anos, quando responde: [...] certas pessoas que a gente olha mesmo e a gente vê a cara do elemento, a gente prefere ir embora, nem pára. Por mais que [a gente] pode até julgando a pessoa [sem razão], [mas, na rua, a gente não pega mais ninguém], mas do jeito como estão as coisas, **mana!** Estes caras que vêm de cabelo **pintados, com tatuagem**, a gente já fica [com medo] (informação verbal¹²⁹).

A sensação não é diferente com o Sr. AMPA4, de 50 anos. Segundo ele, depois de efetuar a leitura dos jornais, “porque muitas das vezes a gente pega um passageiro e a princípio, a gente não nota que a possa [pode] ser perigosa, mas conforme o percurso, a gente nota, aí, vai sentindo aquele medo (informação verbal¹³⁰). Já o Sr. AMPA2, de 51 anos, evoca a religião na sua proteção e compartilha a experiência que teve com um desconhecido, que julgou ser assaltante. [...] não tem letreiro [que indica] quem é bandido [e] que deixou de ser, às vezes, um cara de paletó pode assaltar. Graças a Deus, gloria a Deus, eu não fui assaltado, mas já passei por perrengue tipo assim, imaginar que um passageiro é assaltante, devido sua atitude”. Continua seu relato, dizendo que há alguns indícios que indicam a possibilidade de um passageiro ser assaltante, por exemplo, [...] geralmente, [quando] o homem [entra no carro, ele] senta atrás ou ele senta no lado direito, [não] no meio do carro, [mas ele] justamente vem sentar atrás do meu banco. Isso não é comum, geralmente quem faz isso é bandido (informação verbal¹³¹).

O Sr. ATM4, de 44 anos, afirma que tem medo de apanhar no seu táxi, desconhecidos. [...] quando é [um] desconhecido ou não se conhece é complicado. Já teve caso

¹²⁸ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹²⁹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹³⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

¹³¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

de assassinato, aqui no ponto, o cara vem pegar o taxi e levar para Marituba e lá executou o motorista. [...] isso aí, deixa a gente nervoso, assustado. [Agora, pegar o passageiro] na rua, você escolhe. Você faz a análise assim, rapidamente. Se deve parar ou não fazendo análise da fisionomia do passageiro], pela roupa, sei lá. Geralmente a pessoa [que] está com criança, entendeu? Se for três homens, você não deve parar né, se for na área de risco, à noite, [mas] durante o dia dá, você pode parar uma ou duas pessoas, dá para perceber se é estudante, se está com aquele cabelo vermelho, você faz uma análise na hora [...] (informação verbal¹³²). Não é diferente para o Sr. ATM2, de 67 anos. A leitura dos jornais é preocupante, segundo ele, aciona o medo. [...] ninguém [não] sabe quem é quem. Não tem uma letra para alertar como disse a minha mulher, “o ladrão deveria ter um chip na testa”, [no entanto, a gente tem que ter] a prudência, a aparência influi muito [para saber se a pessoa é suspeito], mas hoje não tem diferencia, você vê o cara bem vestido, [é] ele que é o **ladrão!** Não é verdade? Eu já fui assaltado por um cara bem vestido, bonitinho (informação verbal¹³³).

Uma das estratégias encontradas pelo Sr. ATM1, de 66 anos, contra a violência, é evitar pegar desconhecidos e só apanhar passageiros que ligam para o seu celular ou do telefone da Associação. Mesmo assim, já foi surpreendido negativamente.

[...] cliente que a gente já conhece né. Já apanhei o passageiro aqui que estava bebendo e queria ir para Icoaraci, e perguntou “quanto dava?”, disse que era 50 reais. Aí, ele sentou no banco traseiro, quando cheguei na rua da Marinha, um colega ligou para mim: “Joazinho tem um ladrão no porta mala e não, no banco traseiro do teu carro” E o cara escutou, estava no vivo a voz, e falou assim: “é motorista, sou ladrão, mas, eu não roubo taxista pirento, taxista só anda liso. Eu estou aqui com a sacola **cheia de dinheiro** e meu revólver, mas eu não vou te assaltar, só assalto barão. **Tu vais, tu vais me levar lá**”. Botou o revolver e a sacola cheia de dinheiro [no banco e quando] cheguei até Icoaraci e ele me pagou normal, não fez nada comigo. Estava naquela ansiedade, doido para chegar em Icoaraci (informação verbal¹³⁴).

Independente de ler o jornal ou não, o Sr. ATM3, de 46 anos, disse que sempre fica temeroso ao pegar um passageiro. [...] Como eu já fui assaltado **aqui**, no horário de meio dia. O passageiro pegou o taxi no ponto e chegando na Ponte do Galo, me assaltou. [Hoje dia não tem como determinar com exatidão quem é assaltante, não depende do sexo, eu já fui assaltado] por homens [e mulheres]. Atuar no crime, é uma questão de liberdade, de poder, de querer agir e ser diferente de outras pessoas. E são diferentes no

¹³² Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹³³ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹³⁴ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

momento [de assalto]” (informação verbal¹³⁵). O Sr. ATBBC2, de 40 anos, disse também ter medo, pois, segundo ele, não tem como diferenciar o suspeito do não suspeito. [...] hoje, o **vagabundo** ele anda bem arrumado, como aqui, no dia [que] aconteceu o assalto, duas moças pegaram o rapaz no ponto e levaram ele por um bairro determinado e chegou lá, o cara, fizeram o cara [refém, ele] foi assaltado no carro dele. (Informação verbal¹³⁶). Já o Sr. ATBBC5, de 47 anos, afirma que evita pegar passageiro na rua, fora do ponto. [...] pegar passageiro na rua, evito sim. Eu **já fui assaltado** três vezes, inclusive a última vez, eu fui assaltado por um casal com uma criança de colo. O cara colocou uma cartucheira de cal importada, uma 12 na minha costela. Hoje dia, eu não pego passageiro na rua” (informação verbal¹³⁷).

Pode-se observar, nos relatos acima, que a violência em Belém, não tem uma geografia localizada, nem horário determinado ou uma categoria de indivíduos suscetíveis de cometerem crimes. No entanto, identifica-se, três cenas do medo que dominam: a) o lugar, geralmente a “periferia da periferia”; b) o tempo, horário da noite; e, c) o outro, ou seja, o desconhecido. Com relação ao horário, a noite é elaborada como cena de medo porque, a partir das reflexões de Durand (1997), a noite é o momento que marca o fim do dia ou da claridade, portanto, a noite remete à escuridão “é a hora em que os animais maléficos e os monstros infernais se apoderam dos corpos e das almas. Esta imaginação das trevas nefastas [opõe-se] à imaginação da luz e do dia. As trevas noturnas constituem o primeiro símbolo do tempo” (DURAND, 1997, p. 91). Ou seja, é o momento que a imaginação leva a pensar que o outro considerado como perigoso, se aproveita das trevas ou da escuridão da noite, para operar o crime, assaltar ou até mesmo matar suas vítimas.

O outro aqui, é objetivado, quer dizer, um Isso ou sujeito epistemológico. Portanto, sujeito de experimento e não ontológico, considerado a partir do que ele é não no sentido do “eu penso logo existo”, mas sim, do “quem sou eu” definidor da alteridade a partir do erotismo que o coloca em dependência do outro. Isto é, um outro diferente de nós, mas importante na definição da nossa alteridade, pensando com Simmel (1993, p. 124-125).

[...] o outro é “meu amor” [uma vez que] é “minha representação” [ele] não é um elemento invariável que entraria em todas as configurações

¹³⁵ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹³⁶ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹³⁷ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

possíveis e, portanto, na situação de ser amado, ou ao qual viria acrescentar-se de certa forma ao amor, mas um produto original e unitário que não existia antes. [assim] o amor é uma categoria primordial, não tendo nenhum outro fundamento além de si mesmo. E ele é precisamente isso, porque determina seu objeto na totalidade de seu ser último, o nada como tal na sua ausência de toda existência prévia. Do mesmo modo que eu, enquanto amante, sou diferente do que era antes – pois não é determinado “aspecto” meu, determinada energia que ama em mim, mas meu ser inteiro, o que não precisa significar uma transformação visível de todas as minhas outras *manifestações* – , também o amado, enquanto tal, é um outro, nascendo de outro *a priori* que não o ser conhecido ou temido, indiferente ou venerado. Porque o amor está, antes de mais nada, absolutamente intrincado em seu objeto, e não simplesmente associado a ele: o objeto do amor em toda a sua significação categorial não existe antes do amor, mas apenas por intermédio dele.

Enquanto sujeito do experimento, o outro é facilmente adjetivado nas narrativas do cotidiano e perde a sua dimensão humana, fazendo com que ele seja frequentemente objetivado enquanto “bandido”, “marginal”, “vagabundo”, “assaltante”, “ladrão”, entre outras objetivações. Assim, o outro pode ser evitado, desconfiado, excluído, condenado sem julgamento, segregado, caricaturado e, no extremo, ser morto como forma de exorciza-lo dos maus caminhos, melhor dizendo, caminho do pecado. Pecado que rompeu, a relação entre ele e “nós”. Pecado, para Ricoeur (2017, p. 91), “é, fundamentalmente, a ruptura de uma relação” estabelecida entre Deus e o homem. No nosso caso, falamos de uma relação entre homem e outro homem através da “religião” cidade. Entretanto, se na ruptura da relação de Deus com homem se busca a redenção do homem perdido enquanto pecador, para a sua salvação, através do reestabelecimento da relação rompida, na ruptura da relação do homem com o outro homem pela violência, busca-se, uma redenção através de uma separação total deste outro, através da contenção física ou simbólica, ou através de discursos dominantes. No extremo, se busca uma redenção na sua morte, conforme linguajar policial tornado popular pela narrativa jornalística e política, com a morte, o acusado de ter cometido um ato delituoso, torna-se “bom”.

O escuro, observado na foto da Figura 5, denota um lugar enquanto cena do medo, um lugar ofegante dominado pelas sombras. Um lugar dominado pelo caos e o espírito de morte, o que explicaria a repetição de homicídios e assassinatos, que cada dia ocorrem nele. Um lugar onde a “bandidagem” opera sem preocupação com a presença do poder público. A “periferia da periferia”, onde o medo da violência é o “pão cotidiano” de seus moradores que, ao mesmo tempo, sofre da dominação dos traficantes de drogas, de acordo

com a fala do Sr. AMPA2, que reforçou a Belém violenta apresentada pelos jornais. Também sofre da contenção simbólica que as narrativas do cotidiano, em especial, as narrativas jornalísticas de violência, apresentam como possíveis malfeitores.

Assim, a elaboração de cena do medo do outro, do lugar e do tempo tem como primeira ação, acreditamos, criar mecanismos de cautela ou de proteção contra o medo da violência urbana. Mecanismo que, em geral, leva a caricaturar o outro e os lugares para depois, evitá-los por motivos de angustia. Entretanto, a angustia é acompanhada da vontade de viver, conforme apresentado acima, que tende a possibilitar a implementação de mecanismos de sobrevivência. Sobrevivência que se organiza, a partir do medo.

Segundo Durand, uma das formas que o Regime Noturno da imagem transforma as trevas em luz é a partir das Estruturas Sintéticas do Imaginário¹³⁸ que “harmonizam num todo coerente as contradições mais flagrantes [e que] a imaginação sintética, com as suas fases contrastadas, estará mais ainda, [...] sob o regime do acordo vivo” (DURAND, 1997, p. 1346). Assim, para o autor, aqui, não se trata “da procura de um certo repouso na própria adaptabilidade, mas de uma energia móvel na qual a adaptação e assimilação estão em harmonioso concerto. [...] harmonia, aqui, significa [...] organização conveniente das diferenças e dos contrários” (DURAND, 1997, p. 246) já que as Estruturas Sintéticas do Imaginário no seu “*caráter dialético* ou *contrastante* da mentalidade sintética [...] a síntese não é uma unificação [...] não visa a confusão dos termos, mas coerência, salvaguardando as distinções” (DURAND, 1997, p. 349).

Harmonização, no caso dos taxistas, do sentimento de viver a cidade e o sentimento do medo da violência. A partir da luta pela sobrevivência na angustia, harmonizam o conflito gerado pela insegurança e a criminalidade, com a esperança na melhoria da qualidade de vida na cidade. Assim, o drama sempre coloca em cena, duas personagens¹³⁹, de acordo com Durand: uma “representando o desejo de vida e eternidade, a outra, o destino que entra a procura do primeiro. Quando se acrescentam outras personagens, a terceira [...] é apenas para motivar – pelo desejo amoroso – a querela

¹³⁸ Durand distingue quatro Estruturas Sintéticas do Imaginário: a primeira, *estrutura de harmonização*, de que o gesto erótico é a dominante psicofisiológica, organiza as imagens quer em grande universo musical, quer em Universo simplesmente, apoiando-se na grande rítmica da astrologia, [...] a segunda, *estrutura dialética*, tende a conservar a todo custo os contrários no seio da harmonia cósmica. [...] a terceira constitui a estrutura histórica, quer dizer, uma estrutura que já não tenta [...] esquecer o tempo, mas que, pelo contrário, utiliza conscientemente a hipotipose que aniquila a fatalidade da cronologia. [por fim] a estrutura progressista (DURAND, 1997, p. 354-355).

¹³⁹ É personagem aquela que executa a ação na narrativa. [...] a personagem, digamos, é composta em enredo (RICOEUR, 2014, p. 149).

das duas outras” (DURAND, 1997, p. 350).

Desejo de eternidade e de vida que se materializa, como visto, na busca dos dispositivos de segurança: carro blindado, casa com câmeras de segurança, cerca elétrica, condomínio fechado, monitoramento de serviço de segurança 24 horas, discurso dominante objetivante do outro, retenção simbólica ou física, exclusão ou auto-exclusão, entre outros dispositivos. É esta busca de sobrevivência pela angústia causada pelo medo que gera ódio, acreditamos, no outro adjetivado, nas narrativas do cotidiano, como “bandido”, “vagabundo”, “marginal”, “assaltante”, “ladrão”. O drama da violência urbana em Belém, como em outras cidades brasileiras, coloca em cena o “cidadão de Bem” que luta contra a criminalidade e a insegurança para a sua sobrevivência e “o vagabundo” que, o destino parece colocar entraves no caminho do “cidadão trabalhador”.

Assim sendo, em diálogo com Durand (1997, p. 351), mostra que “a imagem do drama cobre e máscara com as suas peripécias figuradas e com as suas esperanças o drama real da morte e do tempo”. Isto é, abandona-se o drama da morte, e consideramos o drama, como visto acima, como “ação”, isto é, a dramatização sempre nos coloca no domínio da experiência do cotidiano que organiza narrativamente, a partir da memória, o tempo, que de acordo com Ricoeur (2010a, 2010b), se torna humano. Somente assim, conseguiremos reduzir, a partir do imaginário, as angústias causadas pelo tempo, em Durand (1997, p. 351), citando Aristóteles, como “o drama temporal representado [...] é privado de seus poderes maléficos, porque pela consciência e pela representação o homem vive realmente o domínio do tempo”. Estar no domínio tempo, portanto, da experiência, implica a presença da *Estrutura Histórica do Imaginário*. Uma vez que, de um lado, pensamos com o autor, “a história oferece à mediação ‘estações’ de vida e morte, primaveras e invernos bem caracterizados” (DURAND, 1997, p. 351) e por outro lado, “a história oscila entre um estilo do eterno e imutável retorno [...] poder-se-ia mesmo encontrar este oscilar entre uma concepção totalizante e cíclica da história e a crença num ‘fim revolucionário’ da história” (DURAND, 1997, p. 353).

A legitimação das ações se justifica, a partir de uma nostalgia de um passado, supostamente, tranquilo e violência frente a um presente sitiado pela criminalidade e insegurança. Assim, a luta de sobrevivência, pela angústia se trava para um futuro sem violência e depurado dos considerados “marginais”. Neste sentido, em diálogo com Durand (1997, p. 353), pesentifica-se o futuro que passa deste fato, “dominado pela imaginação”. Imaginação de uma cidade sem violência, segura e de paz.

Assim, junto com Durand (1997, p. 355), ponderamos, que o Regime Noturno do imaginário tende-se “a organizar-se numa narrativa dramática ou histórica”.

[...] no *Regime Noturno*, e especialmente nas suas estruturas sintéticas, as imagens arquetípicas ou simbólicas já não bastam a si próprias em seu simbolismo intrínseco, mas, por um dinamismo extrínseco, ligam-se umas às outras sob a forma de narrativa. É essa narrativa – obcecada pelos estilos da história e pelas estruturas dramáticas – que chamamos “mito” (DURAND, 1997, p. 355).

O que seria a “sociedade de bem? ”, não o mito de uma cidade depurada de violência urbana por meio da eliminação simbólica ou, no caso extremo, física dos considerados “vagabundos”, pedras de tropeço para o “cidadão de bem”, que aspira a eternidade e a vida. A “sociedade de bem” é um mito dramático que, como visto, coloca o “cidadão de bem” frente ao “marginal” e o vitimiza contra as ações deste último, que é o entrave de seu destino.

A imaginação da cidade sem violência, ou o mito da “sociedade de bem”, chega como uma consolação para os que acreditam nele, como nos pareceu nos depoimentos dos taxistas, que acreditam, diante de um presente sem esperança por causa da exasperação da violência urbana. Para Durand (1997, p. 356), o mito é “a narrativa que legitima esta ou aquela fé religiosa ou mágica, a lenda e as suas intimações explicativas, o conto popular ou a narrativa romanesca”.

Na qual, a esperança trazida pelo mito da cidade sem violência é temporário, conforme nos indica Mendonça (2002), em que o mito que tem função do consolo, entre suas características na sociedade moderna “não é mais uma linguagem que pretende a perenidade, mas, transitório, perdeu o caráter de ligação do homem com o universo [...] nesse sentido, a sociedade moderna teria um consumo maior de mitos” (MENDONÇA, 2002, p.228-229) e também, os mitos, em geral, “cercados e esmagados pela efemeridade, não conseguem impedir o desespero e alienação do indivíduo. Não têm, portanto, o sentido de estabilidade e segurança, de perenidade do sagrado têm] nova configuração, onde a angústia é um aspecto recorrente”. Assim, percebe-se, além do mito, a cidade sem violência, uma difusão desenfreada de mitos em torno da segurança: polícia, condomínio fechado, tecnologia de segurança, entre outros mitos. Portanto, mesmo sendo esmagado pela enfermidade, os mitos ainda consolam os seus criadores e consumidores, já que reduzem as angústias temporais e mortais que assolariam suas vidas dessacralizadas ou a-religiosas, como diria Mendonça (2002).

E ao evocar a noção do mito, aqui nesta parte da dissertação, pelo fato de que, em Durand (1997, p. 356), “o que importa no mito não é exclusivamente o encadeamento da narrativa, mas também o sentido simbólico dos termos. Porque o mito, sendo discurso, reintegra uma certa ‘linearidade do significante’ [que] subsiste como símbolo” e não como signos linguísticos unilaterais. Deixando de lado a questão do sentido simbólico no mito, o encadeamento da narrativa nos interessa particularmente, na medida que participa, pensamos, na redução das angustias do tempo quando narrativiza as imagens angustiantes da experiência humana.

Contudo, a narrativização contribuiria, na redução das angustias somente quando se configura como uma experiência comunicativa entre dois indivíduos ou grupos de indivíduos, envolvidos na tal experiência comunicativa. Assim sendo, atreve-se dizer, junto com Maffesoli (2003), neste contexto, que o imaginário se configura como a encarnação da comunicação que possibilita, como visto, a vibração de indivíduos em torno de uma determinada coisa, independentemente da sua natureza. Por exemplo, em torno da violência urbana, os taxistas vibram entre si em busca das medidas de segurança.

A comunicação, como visto, em Maffesoli (2003), é considerado como cimento social, portanto, uma relação que religa homens entre si. A comunicação enquanto relação, se constitui como uma dimensão humana que “faz desejar entrar em relação com os outros, interagir com os outros” (WOLTON 2004, p. 28). Ou seja, “remete ao fundamento de toda a experiência humana” (WOLTON, 2004, p. 56). Assim sendo, em diálogo com França (2003, p. 37), a consideramos como uma “prática constituidora da vida social” ou um “lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (FRANÇA, 2003, p. 43).

A comunicação possibilitaria a criação de um destino comum, portanto, possibilitaria “o desejo de estar com o outro, desejo de participação, de interação e de troca”. Neste sentido, comunicar significaria, “estar junto, estar em relação, estar em vibração comum” (MAFFESOLI, 2003, p. 16). Considerar a comunicação como relação é, de acordo com França (2003, p. 42), recolocá-la, “no âmago da vida social” e fazendo dela, um “processo constitutivo do social e uma maneira nova de conceber o mundo, o homem e a vida”. Em outras palavras, é virar o foco da comunicação “para o quadro das interações vividas, para a relação de reciprocidade que se estabelece entre os sujeitos interlocutores; para o lugar comum [...] que foi construído/modelado pela interlocução¹⁴⁰”

¹⁴⁰ A autora está falando do modelo praxiológico da comunicação, que compartilhamos nesta dissertação, proposta por Quéré em oposição ao modelo epistemológico ou informacional da comunicação.

(FRANÇA, 2003, p. 47).

Enquanto palco de construção de destino comum ou mundo, a comunicação enquanto encarnação do imaginário possibilita a redução de angustia, no fazer dos taxistas, quando viabiliza a resolução de possíveis conflitos ou tensões causadas, geralmente, na falta de entendimento entre eles (taxistas) e seus passageiros. Assim, ao serem indagados, como percebiam um passageiro suspeito e como lidavam com a situação, todos os entrevistados responderam que o faziam a partir da conversa ou do diálogo, portanto, da comunicação enquanto interação entre os envolvidos em uma determinada experiência comunicativa.

Por exemplo, a experiência do Sr. AMPA2 (51 anos, informação verbal¹⁴¹) que ficou com medo pelo fato que um passageiro sentou atrás do seu banco, o que representa na ‘linguagem’ dos taxistas, que o passageiro era um potencial “assaltante”. Assim, para certificar-se que se tratava ou não de “vagabundo”, o taxista nos afirmou que puxou uma conversa com seu cliente, com o objetivo de criar um mundo comum,

[...] “puxa está muita violenta Jurunas né, [para] quem vive [no bairro] né?”. tipo assim, ele deixou transparecer que não era bandido quando ele dialogou comigo, a moça também. Aí que eu aliviei, mas quando ele sentou e me disse me leva a tal lugar [...] eu fiquei, com certeza, com medo. [...] **se você tem um bom diálogo tipo assim**, isso faz com que, eu acho que ajuda nessa hora. Você tem que ser uma pessoa extrovertida [...] saber colocar as palavras sem ofensas e saber brincar e saber dialogar, isso influencia com certeza. **O cara vem com uma intenção contigo**, é quando ele vê que você tem um bom diálogo, um bom papo, você conhece entendeu? Certos assuntos, aí isso facilita eu acredito, na minha concepção facilita muito.

Do mesmo modo, o Sr. ATBBC5 (47 anos, informação verbal¹⁴²), afirmou que o diálogo contribui para ele descobrir que ia ser assaltado.

[...] eu desconfiei por causa, quando, comecei a conversar com eles, aí eu desconfiei que eles iam me assaltar. Entendeu, só como eu estou falando, é assim, quando um assaltante entra no teu carro, você já é vítima, entendeu? Se ele entrar no teu carro, tu es já vítima não tem mais como tu [podes escapar], a melhor maneira que você tem que fazer, é amenizar coisa por teu lado, ficar calma. Eu, por exemplo, na hora que eu percebi que eles iam me assaltar, [...] eu comecei a

Basicamente, a diferencia entre os modelos é, quando o primeiro depende do esquema da constituição de um mundo comum pela ação, o segundo depende do esquema da representação. Para Quéré (1991, p. 4), no modelo epistemológico, a comunicação é enxergada “como um processo de transmissão de informações”. E no modelo praxiológico, “a comunicação torna-se uma questão de ‘modelagem mútua de um mundo comum em meio a uma ação conjugada’” (QUÉRÉ, 1991, p. 6).

¹⁴¹ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹⁴² Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

conversar com eles, eu percebi que eles iam me assaltar. Então, quando percebi, eu tive um diálogo para amenizar e para ficar calmo e acalmar os dois, entendeu? Tanto que o rapaz na hora que ele puxou a arma, eu pedi para ele guardar a arma. “Guarda essa arma não precisa, eu vou colaborar com você”. Ele me disse “não, isso só é para a segurança da minha filha”. **Ele disse que a arma, era para a segurança da filha dele**, entendeu? Eu disse para ele, “cara não precisa, guarda isso aí, eu vou colaborar com você”. Assim, eu penso, eu posso dizer para vocês, [assim] é com o diálogo que tive com eles, eu percebi que eles iam me assaltar, eu acalmei os dois, eu dei segurança para eles. Mostrei que não iria reagir em nada! que eu iria colaborar com eles. A mulher do rapaz, do assaltante, começou a chorar dentro do carro e me **pediu** perdão. Falou para mim que “não sairia do carro sem escutar da minha boca que eu estava perdendo ela”, que perdoasse ela. Tudo foi o diálogo que tive com eles. Se eu fosse um cara **agressivo**, ... ele com certeza teria uma outra atitude comigo, talvez fosse agressivo comigo, entendeu? Então, a gente, até isso é, na nossa profissão de taxista, nós somos psicólogos, não formados né [é] porque não temos o diploma de psicólogo, mas nós [vivemos no] dia a dia como psicólogos, entendeu?

O Sr. ATM1, de 66 anos, relatou que é preciso conversar para ganhar a confiança. [...] você tem que ir conversando, porque se você não fizer amizade, não dialoga com este tipo de passageiro, se você fica calado, o cara, [com] a cara de réu, [...] vai se sentido mal, dizendo assim, ele “não dá atenção” [...] Tem que ser bonzinho, falar gíria dele, falar a palavra dele. Participar [no diálogo] durante a viagem, a corrida. Falar a língua dele (informação verbal¹⁴³).

Nos relatos acima, percebeu-se, que através das interações comunicativas, os potenciais conflitos podem ser resolvidos a partir de um mundo comum, entre os taxistas e seus passageiros. Estabelecer um mundo comum, para nós, remete a uma organização ordenada dos diferentes e contraditórios, em uma realidade cognoscível entre os envolvidos numa determinada experiência comunicativa. Ou seja, remete ao encadeamento da narrativa ou ao tecer da intriga, para reduzir as angústias porque, como nos lembra Ricoeur (2010a), através das narrativas, os homens organizam o caos de seus mundos em realidades cognoscíveis

O encadeamento da narrativa, nas análises das entrevistas, se apóia na rememoração dos momentos passados, de paz e de alegria, em que se andava de noite sem preocupação nas ruas, e que as crianças brincavam na porta das casas, e na condenação do presente, em que a violência urbana toma conta da realidade cotidiana. Assim sendo, o encadeamento da narrativa, nas entrevistas, se configura como uma dramatização do vivido, e tende a depurar o drama vivido, cotidianamente, pelos taxistas,

¹⁴³ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

contra as forças malélicas, como diria Durand (1997), no intuito de apaziguar as angustias causadas pela experiência temporal dos taxistas. Na entrevista do Sr. ATBBC5, de 47 anos, percebe-se, que o taxista faz duras críticas contra o fazer jornalístico e contra o poder público. O seu narrar ou o encadeamento da sua narrativa leva a esperança de um futuro sem violência, de paz e segurança.

[...] quem dera, você pudesse abrir o jornal um dia e não tivesse uma matéria **de violência**. Seria assim, algo muito bom, seria algo sensacional. Você abrir o jornal não tem mancha de sangue, né. Seria muito bom, isso é utopia, né? Não somente notícias ruins. [...] informações sobre o que nós temos de **bom** também. [...] mostrar as nossas culturas. Nós temos aqui grandes músicos do MPP. Eu não vejo, nós não vemos isso no jornal. Nós não vemos isso no jornal. É difícil você ver o jornal mostrar alguma coisa sobre, um evento, um evento **cultural**. Você vê muita informação sobre **crimes**. Isso parece que é o que vende! É, mostrar o que está acontecendo de trágico. Eu acho que o governo falta investir mais em **turismo**. Nosso turismo aqui, puxa, é muito fraco. Nós temos coisas boas para se mostrar e ninguém se preocupa nesta parte né. De mostrar quanto, nós temos coisas, **Praças bonitas**, temos locais aí que hoje, olha, posso dizer para você, que hoje não temos um local que o turista chegue, por exemplo, [...] antigamente você levava os clientes em grandes casas de **show**, hoje nós não temos. E antigamente tinha né, tinha **Acrópoles**, tinha várias casas de show que seria, era muito, muita boa e hoje você não tem, não tem mais **opção** para levar o cliente. Entendeu? Está faltando **mais** investimento nesta questão de **cultura**, acho de serviço de **turismo**, está faltando muito, muito mesmo (informação verbal¹⁴⁴).

Em outras palavras, o entrevistado encadeou a sua narrativa a partir da comparação entre a experiência vivida presente e a experiência vivida no passado projetando o futuro. Neste sentido, dizemos, que a narrativa se configura como mediadora entre ponto inicial e ponto final, entre “uma determinada configuração do mundo e outra” (GENTIL, 2010 apud RICOEUR, 2010a, p. XIII). “As narrativas produzem um conhecimento do mundo e, ao mesmo tempo, participam de sua configuração, em particular de sua dimensão temporal” (GENTIL, 2010 apud RICOEUR, 2010a, p. XIV) já que “o mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 9).

Produzir o conhecimento sobre o mundo e participar de sua configuração é o que percebemos nas entrevistas dos taxistas, principalmente, na fala do Sr. ATBBC5 e sua criação imaginativa de uma Belém futura, sem violência urbana, como, supostamente, era no passado. O narrar do Sr. ATBBC5 nos parece ser o que Ricoeur (2010b, p. 103) considera como o “‘refletir sobre’ os acontecimentos narrados”, uma vez que, nos parece

¹⁴⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018.

que o entrevistado, como os outros taxistas, reflete sobre o devir da cidade, a partir do que ela era antes, frente a situação vivida.

O “refletir sobre” que a narrativa possibilita, se realizaria, pela capacidade das narrativas de configurar o tempo (RICOEUR, 2010a) e também de refigurá-lo (RICOEUR, 2010b).

[...] mostra de forma consistente que o papel da narrativa só se torna inteligível quando considerada em sua função de mediação entre dois momentos, quando se reconhece que ela tem um ponto de partida e um ponto de chegada no mundo. Só aí situada ela revela todo o seu sentido, em particular seu caráter de configuradora do tempo, estando ela também inserida no tempo, participando de uma história (GENTIL, 2010 apud RICOEUR, 2010a, p. XVII-XVIII).

Assim, a teoria da narrativa de Ricoeur, nos permite entender a experiência do homem por intermédio dos símbolos e da linguagem. Assim, “se a experiência humana do mundo é acessível à reflexão por essa mediação dos símbolos e da linguagem, esta última, por sua vez, só é plenamente inteligível por sua relação com aquela experiência, por estar inserida nessa experiência” (GENTIL, 2010 apud RICOEUR, 2010a, p. XVII), e por fazer parte dela também.

Se, simbolicamente, a violência na cidade é representada por fotos violentas¹⁴⁵, através da linguagem, a cidade é apresentada como violenta e perigosa com o uso de substantivos, adjetivos, verbos, entre outros elementos gramaticais. Elementos que nos possibilitam, pensar o sujeito da ação narrada, isto é, “a linguagem comporta montagens específicas que nos põem em condições de designar indivíduos” (RICOEUR, 2014, p. 2). Ou seja, a démarche do autor, nos possibilita “compreender o homem que age no mundo e avalia eticamente suas ações, construindo esse mundo por sua ação e por sua palavra, apropriando-se dessas suas ações e construções pela reflexão” (GENTIL, 2010 apud RICOEUR, 2010a, p. XIII).

Esta compreensão é possível, quando a narrativa se configura como discurso integrado na história humana. Um discurso enquanto ato responsável e responsável. Isto é, que exige uma resposta e responsabilidade aos que são implicados neste ato. [...] visto que alguém conta comigo, *eu presto contas* de minhas ações perante outrem. O termo responsabilidade reúne as duas significações: contar com..., prestar contas de... Ela os reúne, acrescentando a ideia de resposta à pergunta: “onde estás”, feita pelo outro que me procura” (RICOEUR, 2014, p. 177).

¹⁴⁵ Fotos com corpos sem vida no chão, com sangue, por exemplo.

Na sua investigação sobre o emprego contextual do “conceito de responsabilidade”, Ricoeur (2008, p. 33), aponta o uso jurídico do uso corrente. No primeiro, o autor destaca, no direito civil, “a responsabilidade é definida pela obrigação de reparar os danos que infringimos por nossa culpa e em certos casos determinados pela lei; em direito penal, pela obrigação de suportar o castigo”. Assim, juridicamente, ser responsável é, ser submetido, obrigatoriamente, ao sofrer ou ao reparar a pena. No segundo caso, o autor destaca que o ser é responsabilizado “pelas consequências de seus atos, mas também é responsável pelos outros, na medida em que, estes são postos sob seu encargo ou seus cuidados e, eventualmente, bem além dessa medida. Em última instância, somos responsáveis por tudo e por todos” (RICOEUR, 2008, p. 34). Para o autor, no uso cotidiano, a obrigatoriedade também tem um lugar preponderante. Contudo, é uma obrigatoriedade que extrapola, para o autor, o âmbito da punição e da reparação como no caso do uso jurídico. Para o autor, “essa extrapolação é tão insistente, que é com esse significado que o termo se impõe hoje em filosofia moral, a ponto de ocupar todo o terreno e de tornar-se “princípio” em Hans Jonas e, em grande parte, em Emmanuel Lévinas” (RICOEUR, 2008, p. 34.).

É deste uso corrente do “conceito de responsabilidade” que fazemos eco, nesta dissertação, em diálogo direto com Ricoeur (1988), possibilitando uma convergência entre o pensar, o agir e o sentir, no sentido de reduzir o sofrimento dos homens causado pelo mal cometido pelos outros homens. Assim, a teoria narrativa Ricoeuriana nos possibilita analisar o sujeito a partir do seu agir e avaliar, eticamente, as suas ações no mundo.

5.4 NA CIDADE: SAINDO DOS BECOS DA CIDADE

Nesta seção, aponta-se os sentidos construídos pelos taxistas sobre a evitação da violência e do perigo, e as experiências no entendimento de si enquanto morador da cidade. Do mesmo modo, as estratégias elaboradas para sair dos becos possíveis da cidade.

5.4.1 Quando era mais novo, minha cidade era mais bonita

Essa foi a resposta do Sr. ATBBC1, de 50 anos e morador Belém à pergunta sobre mudanças ocorridas na cidade, ao longo do tempo. Observamos, em seu depoimento a efetuação do discurso, “atualmente Belém é uma cidade violenta”, texto saudosista de veneração de uma espacialidade e temporalidade que já se foram, mas que tem como mérito, nos revelar um tempo perdido de paz, segurança e prosperidade da cidade. Este texto não é só pronunciado pelo Sr. ATBBC1, mas por quase todos os entrevistados e nas narrativas dos jornais analisados.

Logo, o que nos chama atenção nesse texto é a sua capacidade de unir tempos e épocas, como uma narrativa que tenta textualizar o cotidiano presente e vivido pelos habitantes da cidade, a partir de experiências do passado. Esse distanciamento de realidades que o texto possibilita, constitui nossa postura metodológica, uma vez que a distância não é somente,

[...] um facto, um dado, o efectivo hiato espacial e temporal entre nós e o aparecimento de tal e tal obra de arte ou de discurso. É um traço dialético, o princípio de uma luta entre a alteridade, que transforma toda a distância espacial e temporal em alienação cultural, e a ipseidade, pela qual toda a compreensão visa a extensão da autocompreensão (RICOEUR, [1976], p. 55).

Uma ipseidade¹⁴⁶ que possibilita a autocompreensão, postura conceitual-metodológica principal de nossa pesquisa, que se inscreve como uma hermenêutica do si, ou seja, partindo da compreensão da cidade enquanto texto, passando pela compreensão do outro e do cosmos, com a finalidade de chegar ao entendimento de si, enquanto morador da cidade de Belém.

¹⁴⁶ Ricoeur (2014) aborda este assunto na sua obra “O si-mesmo como outro” principalmente no ponto “A questão da ipseidade” através de três intenções filosóficas que vamos, não de uma forma sistemática, abordar ou extrair ideias, unicamente, nas duas últimas intenções, para entender o que seria a ipseidade no autor. Assim sendo, ao iniciar suas explicações no domínio da gramática, o autor, na segunda intenção dissocia dois tipos de identidade no termo “mesmo” e toma como idêntico “idem” e “ipse”. Contudo, para o autor, “a identidade, no sentido de idem [...] constitui a *permanência no tempo*. [portanto] a identidade no sentido de ipse não implica nenhuma asserção referente ao pretense núcleo não mutável da personalidade. [...] a identidade-ipse põe em jogo uma dialética complementar à dialética entre ipseidade e mesmidade, a saber, a dialética entre o si e o outro que não o si. Enquanto se permanecer nos círculos da identidade-mesmidade, a alteridade do outro que não o si não apresentará nada de original [isso] não ocorrerá o mesmo se usarmos o par alteridade e ipseidade. Uma alteridade que não é – ou não é apenas – comparação [...] alteridade que possa ser constitutiva da própria ipseidade. [deste fato] a ipseidade do si-mesmo implica a alteridade num grau tão íntimo que uma não pode ser pensada sem a outra, uma passa para dentro da outra, como se diria em linguagem hegeliana” (RICOEUR, 2014, XI-XV). Neste sentido, podemos dizer que a ipseidade é uma identidade que se completa na presença do outro e com outro. Ou seja, um Eu do par Eu-Tu na linguagem Buberiana.

Contudo, para que o texto seja um dispositivo produtor do distanciamento - no centro da historicidade da experiência do homem - a “noção de texto” Ricoeuriana propõe uma articulação em torno de cinco temas: a efetuação da linguagem como discurso; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras do discurso; a obra de discurso como mediação da compreensão de si; a efetuação do discurso como obra estruturada; e por fim, o discurso e a obra do discurso como mediação da compreensão de si.

Não é nossa pretensão dissecar sistematicamente todos esses temas, mas extrair ideias que nos possibilitem deslocar “do problema do texto em direção ao do mundo que ele abre. Ao mesmo tempo, a questão da compreensão de si [enquanto] fator terminal, e não como fator introdutório” (RICOEUR, 2013, p. 53). Nessa perspectiva, percebemos, “a efetuação da linguagem como discurso” ou do discurso como “evento da linguagem” (RICOEUR, [1976], p. 20), considerando a linguagem como “o processo pelo qual a experiência privada se faz pública [isto é, a linguagem como] exteriorização graças à qual uma impressão é transcendida e se torna uma expressão” (RICOEUR, [1976], p. 30). O discurso, seria então, um traço primitivo de distanciamento por dar-se como evento e através da significação, portanto, o sentido¹⁴⁷, exterioriza-se na obra. Segundo o autor, significação e evento são elementos constitutivos do discurso como obra (RICOEUR, 2013, 1990, [1976]).

Significar é geralmente “o que o falante quer dizer, isto é, o que intenta dizer e o que a frase denota [...] o evento é alguém falando” (RICOEUR, [1976], p. 24), em outras palavras, “o evento consiste no fato de alguém falar, de alguém se exprimir tomando a palavra” (RICOEUR, 2013, p. 54). Assim, o “discurso é sempre discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que se pretende descrever, exprimir ou representar” (RICOEUR, 2013, p. 54). Melhor dizendo, “o discurso refere-se ao seu locutor ao mesmo tempo que se refere ao mundo [ou seja] o discurso na ação e no uso tem uma referência retrógrada ou anterretrógrada ao locutor e ao mundo” (RICOEUR, 2013, 33). Assim, para o autor, o discurso é autorreferencial (RICOEUR, 2013, 1990, [1976]). Uma autorreferencialidade que se realiza mediante, por exemplo, os pronomes pessoais que para o autor, “não têm significado objetivo” (RICOEUR, [1976], p. 35). Os advérbios de espaço e de tempo, os demonstrativos, os tempos do verbo, entre outros procedimentos gramaticais ou “conectores”.

¹⁴⁷ Ricoeur ([1976]) toma os dois conceitos como sinônimo na sua teoria de interpretação. Aqui também utilizamos os dois como sinônimos.

Nessa “efetuação da linguagem como discurso”, nos interessa, o fato de que o discurso sempre é endereçado a alguém, isto é, a “outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige” (RICOEUR, 2013, p. 55). Ou seja, “outro falante que é o endereçado do discurso”. E que ele, discurso, se constitui como estrutura primordial do diálogo. Considera-se esse fator uma abertura para os estudos de comunicação quando presentifica o outro que pode ser presente ou não no ato de fala, ou quando possibilita uma relação dialogal no sentido Buberiano Eu-Tu onde o Tu é a condição *sine qua non* da existência ontológica do Eu. E que a razão principal do estar e ser de uma comunicação no amor Levinasiana. Uma comunicação que se apresenta em Ricoeur ([1976]), como um milagre ou como um enigma, uma vez que,

[...] o estar junto, enquanto condição existencial da possibilidade de qualquer estrutura dialógica do discurso, surge como um modo de ultrapassar ou de superar a solidão fundamental de cada ser humano. Por solidão não quero indicar o facto de, muitas vezes, nos sentimos isolados como numa multidão, ou de vivermos e morrermos sós, mas, num sentido mais radical, de que o que é experienciado por uma pessoa não se pode transferir totalmente como tal e tal experiência para mais ninguém. A minha experiência não pode tornar-se directamente a vossa experiência [...] e, no entanto, algo se passa de mim para vocês, algo se transfere de uma esfera de vida para outra. Este algo não é a experiência enquanto experienciada, mas a sua significação. Eis o milagre. A experiência experienciada, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação torna-se pública. A comunicação é, deste modo, a superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida (RICOEUR, [1976], p. 27-28).

A superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida é o que faz, no vocabulário Maffesoliano, a comunicação uma cola do mundo ou uma relação que religa os homens entre si no sentido da religião, em que o que importa é o estar junto com. Aqui, a comunicação se configura como um ato responsivo e responsável, já que devemos responder ao ato da fala que nos foi endereçado, e sermos responsáveis pelos atos que cometemos perante o outro e o universo.

[...] ao falarmos a alguém, apontamos para a única coisa que queremos dizer graças aos dispositivos públicos dos nomes próprios, demonstrativos e descrições definidas. Ajudo o outro a identificar o mesmo elemento para o qual aponto, graças aos dispositivos gramaticais que fornecem uma experiência singular com uma dimensão pública (RICOEUR, [1976], p. 28).

É essa responsabilidade e responsividade que o diálogo exige dos indivíduos envolvidos neste ato comunicativo, e tomamos como empréstimo nas análises, principalmente através dos conectores gramaticais empregados nas narrativas dos jornais e nas entrevistas dos taxistas, determinando o sentido ou significado da cidade nas suas

narrativas do cotidiano. No entanto, como visto, sentido e evento, são elementos constitutivos do discurso e para Ricoeur (2013, 1990, [1976]), ambos constituem uma dialética. “Se todo discurso é efetuado como evento, todo discurso é compreensão como significação”, dirá Ricoeur (2013, p. 55). Tal afirmação é fundamental nesta pesquisa, pois o que pretendemos compreender não é, no olhar ricoeuriano, o evento que é efêmero ou fugidio, mas sim, a sua significação ou sentido, que é permanente. Nessa dialética, a significação e o evento articulam-se um sobre o outro, constituindo assim, todo o problema hermenêutico, que exige que o discurso, ao entrar no processo da compreensão, ultrapasse-se como evento no sentido ou significação. Ultrapassagem que, para Ricoeur, revela entre outras coisas, a intencionalidade da linguagem. Ou, que possibilita o distanciamento do dizer no dito que se cristaliza no ato do dizer, naquilo que se faz ao dizer e naquilo que se faz pelo fato de falar.

Contudo, consideramos que o sentido do ato do discurso, não é só o correlato da frase, mas é também a força daquilo que se faz ao dizer e da ação daquilo que se faz pelo fato de falar “na medida em que esses três aspectos do ato do discurso são codificados e regulados segundo paradigmas; na medida, pois, em que podem ser identificados ou reidentificados como possuindo a mesma significação” (RICOEUR, 2013, p. 57).

A dialética de significação e de evento, portanto, dialética da significação do discurso traduz que “significar é o que o locutor faz, mas é também o que a frase faz” (RICOEUR, [1976], p. 31). Para o autor, não satisfaz por completo o significado e a estrutura, digamos, do discurso, mas na sua teoria de interpretação propõe uma outra dialética, a dialética de sentido e referência que remete “o que o locutor faz quando aplica as suas palavras à realidade. Que alguém se refira a algo num certo tempo e um acontecimento” (RICOEUR, [1976], p. 32). Assim, “o sentido é, [...] atravessado pela intenção de referência do locutor. [Assim, para o autor] esta dialética diz alguma coisa acerca da relação entre a linguagem e a condição ontológica do ser-no-mundo” (RICOEUR, [1976], p. 32).

[...] a linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afectados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão em tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem. [Assim] é porque existe primeiramente algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer à linguagem que, inversamente, a linguagem não se dirige apenas para significados ideais, mas também se refere ao que é (RICOEUR, [1976], p. 32-33).

A autorreferencialidade do discurso possibilita que algo seja trazido à linguagem, conforme observamos nas narrativas do cotidiano sobre Belém, dadas pelos jornalistas e taxistas, que a partir de suas lembranças e memórias, narravam enquanto linguagem, as experiências vividas no passado, tendo como mérito, o testemunhar das espacialidades e temporalidades de paz, segurança e prosperidade, contra um tempo presente de violências. É com base nessa autorreferencialidade do discurso, que jornalistas e taxistas, se posicionam no contexto, como sujeitos sócio-históricos detentores de uma historicidade estruturadora do seu estar junto e estar a ser no mundo. Quer dizer, seres pensantes e conscientes, capazes de intenções desvendadas em suas ações que circulam como textos que se prestam a interpretações.

Contudo, para suas compreensões, não basta apenas “a efetuação da linguagem como discurso”. É necessário que o discurso se efetue como obra estruturada, a partir de três traços na noção de obra – estilo individual, composição e pertença a um gênero – que determinam o discurso como obra (RICOEUR, 2013, 1990), ou seja, discurso como objeto de uma *techné* e *praxis*.

[...] ao trabalhar o discurso, o homem opera a determinação prática de uma categoria de indivíduos: as obras de discurso. É aqui que a noção de significação recebe uma especificação nova de ser transferida para a escala da obra individual. [...] o fato de estilo ressalta a escala do fenômeno da obra como significante, globalmente enquanto obra (RICOEUR, [1976], p. 59).

Desse modo, aparece a dialética do evento e do sentido, com “a noção de obra aparece como uma mediação prática entre a irracionalidade do evento e a racionalidade do sentido” (RICOEUR, [1976], p. 59), já que o evento se configura como a estilização que, dialeticamente entre em relação com a realidade concreta, destacando conflitos ou tendências (RICOEUR, 2013, 1990). Para Ricoeur (2013, p. 59), “a estilização surge no seio de uma experiência já estruturada, mas comportando aberturas, possibilidades de jogo, indeterminações”. Portanto, “apreender uma obra como evento é captar a relação entre a situação e o projeto no processo de reestruturação” (idem). A dialética da significação repetível e identificável e do evento fugaz encontra na noção da obra, uma importante mediação (RICOEUR, 2013, 1990).

Neste sentido, a efetuação de discurso na obra, enquanto uma característica estrutural da composição e a objetivação do discurso, nos leva a questionar a oposição mecânica operada entre o explicar e o compreender, pensando com Ricoeur, uma vez que, a objetivação do discurso não coloca em xeque o fato de que o discurso é um conjunto

composto de várias frases, em que uma pessoa diz uma coisa à outra sobre algo. Ou seja, a hermenêutica se configuraria como “a arte de discernir o discurso na obra. Mas este discurso não se dá alhures: ele se verifica nas estruturas da obra e por elas” (RICOEUR, 2013, p. 61). Por isso, a interpretação de um texto ou de uma obra, por exemplo, é consequência do distanciamento produzido pela objetivação, em certa medida, “do homem em suas obras de discursos” (RICOEUR, 2013, p. 62).

Nas análises, indagou-se, por vezes, o compreender e o explicar, logo, a interpretação, em que o discurso passa da fala à escrita, pois analisou-se as narrativas escritas dos jornais e as narrativas orais dos taxistas, considerando em especial aquilo que reflete Ricoeur (RICOEUR, 2013, p. 63), uma “passagem da fala à escrita afeta o discurso de vários modos; de uma maneira especial, o funcionamento da referência fica alterado quando não nos é mais possível mostrar a coisa de que falamos como pertencendo à situação comum aos interlocutores do diálogo”. Uma alteração, que a princípio, poderia colocar em xeque a nossa postura metodológica, na pesquisa, pois partimos do texto escrito para chegar ao entendimento de si. Mas, novamente, recorremos a Ricoeur na sustentação dessa postura, que nos orientou a partir de suas reflexões quando afirma que a alteração liberta a “coisa escrita relativamente à condição dialogal do discurso. O resultado é que a relação entre escrever e ler não é mais um caso particular da relação entre falar e ouvir” (RICOEUR, 2013, p. 63). Deste fato, para o autor, o distanciamento não se configura como fruto metodológico, isto é, como exterior ao texto, mas sim, como estrutural do fenômeno do texto enquanto escrita e condição *sine qua non* da interpretação (RICOEUR, 2013, 1990).

Se a escrita, à primeira vista, tem papel de fixação que salva o evento do discurso da destruição, ela, “torna o texto autônomo [...] à intenção do autor. O que o texto significa, não coincide mais com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal [ou] textual, e significação mental, ou seja, psicológica, são doravante destinos diferentes” (RICOEUR, 1990, p. 53). No entanto, para Ricoeur ([1976], p. 37), esta autonomia do texto é governada pela dialética do evento e da significação que se torna mais explícita e óbvia pela escrita, uma vez que “é a plena manifestação do discurso”. Na nossa pesquisa, nos amparamos, na noção da autonomia semântica do texto, que possibilita subtrair “ao horizonte intencional finito de seu autor, [a coisa do texto] ” (RICOEUR, 2013, p. 62). Nos interessa, particularmente, a possibilidade oferecida pela escrita de que o “mundo” do texto ‘exploda’ o mundo do seu autor.

O “mundo” do texto faz retornar a questão da alteração da referencialidade do discurso, logo, de sua denotação. “O que ocorre com a referência quando o discurso se torna texto?” (RICOEUR, 2013, p. 64). A questão da referencialidade é resolvida no discurso oral por intermédio da função ostensiva do discurso.

[...] no discurso falado, o critério último do alcance referencial do que dizemos é a possibilidade de mostrar a coisa referida como um membro da situação comum ao locutor e ao ouvinte. Esta situação rodeia o diálogo, e os seus pontos de referência podem indicar-se por um gesto ou pelo apontar de um dedo. Ou pode designar-se, de um modo ostensivo, pelo próprio discurso através da referência oblíqua, dos indicadores que incluem os demonstrativos, os advérbios de tempos e de lugar e os tempos do verbo. Por fim, podem descrever-se de um modo tão definido que uma e uma só coisa se pode identificar dentro do enquadramento comum da referência (RICOEUR, [1976], p. 46).

No entanto, com a escrita, adverte o autor, a referencialidade do discurso se altera junto com o ato de mostrar que não existe mais, significando que “os indicadores ostensivos e as descrições definidas continuam a identificar entidades singulares, mas aparece um hiato entre a identificação e a mostração” (RICOEUR, [1976], p. 46). Neste sentido, dizemos que interpretar seria o “explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto” (RICOEUR, 1990, p. 56). E que “o homem e só o homem tem um mundo e não apenas uma situação. [Assim, como] o texto liberta a sua significação da tutela da intenção mental, liberta também a sua referência dos limites da referência situacional” (RICOEUR, [1976], p. 47). Esta perspectiva última tem uma implicação importante nos estudos de comunicação, pois alarga o sentido do aqui e agora, que não mais depende somente do face a face para que a comunicação aconteça, mas também do “aqui e lá”, que caracteriza parte dos processos comunicativos contemporâneos. Sendo assim, “o que deve ser interpretado, num texto, é uma proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios” (RICOEUR, 2013, p. 66).

Ao considerarmos o mundo como “conjunto das referências abertas pelos textos” (RICOEUR, [1976], p. 47), temos como implicação direta pensar na problemática da interpretação e compreensão da cidade de Belém, (des)construída nas narrativas do cotidiano de nossos sujeitos. Narrativas que nos oferecem mundos, que além de nos ajudar a entender o outro e o cosmos, nos possibilitam o entendimento de si.

Assim, se o discurso enquanto escrita, altera a referencialidade do discurso, tal alteração, em certa medida, “liberta um poder de referência para aspectos do nosso ser-no-mundo que não se podem dizer de um modo descritivo directo, mas só por alusão,

graças aos valores referenciais das expressões metafóricas” (RICOEUR, [1976], p. 48), e acrescentamos, simbólicas que faz do mundo “o conjunto das referências desvendadas por todo o tipo de texto [que lemos, compreendemos e amamos]” (RICOEUR, [1976], p. 49). Compreender o texto seria a interpelação “entre os predicados da nossa situação todas as significações que constituem uma Welt a partir da nossa Umwelt. [O que leva dizer que a escrita revela o] destino do discurso como projectando um mundo” (RICOEUR, [1976], p. 49).

Destaca-se que o “mundo” do texto de que falamos, em acordo com Ricoeur (2013, p. 66), não é o mundo da linguagem cotidiana, mas um mundo que opera o distanciamento, em certa medida, entre o “real e si mesmo”, ou seja, um distanciamento que as obras literárias colocam na nossa forma de apreender o tal real (RICOEUR, 2013, 1990), logo, “a realidade cotidiana se metamorfoseia em favor [...] de variações imaginativas que a literatura opera sobre o real” (RICOEUR, 1990, p. 57).

Contudo, a metamorfose da realidade nos convoca sobre a possibilidade da sua apropriação que, de acordo com o autor, faz da escrita, um problema da hermenêutica que faz surgir uma dialética da distanciação e apropriação. “Apropriar-se é fazer ‘seu’ o que é ‘alheio’” (RICOEUR, [1976], p. 54). No entanto, para o autor, como temos a necessidade de fazer o que é estranho nosso, surge um problema de distanciação que “não é um fenômeno quantitativo; é a contrapartida dinâmica da necessidade, do nosso interesse e esforço em superar a alienação cultural. O escrever e o ler tomam lugar nesta luta cultural” (RICOEUR, [1976], p. 55). Assim, a leitura se configura como “o *pharmakon*, o ‘remédio’ pelo qual a significação do texto é ‘resgatada’ do estranhamento da distanciação e posta numa nova proximidade [...] que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade” (RICOEUR, [1976], p. 55).

Resgatar o sentido do texto Belém, pelo estranhamento, foi nossa empreitada nesta pesquisa, partindo da leitura dos textos cotidianos escritos sobre a cidade, por jornalistas e taxistas, na compreensão de si, considerando que o texto, enquanto mediação, origina a compreensão de nós mesmos (RICOEUR, 2013, 1990) já que a “obra se dá a seus leitores e cria, assim, para si, seu próprio vis-à-vis subjetivo”.

As análises partiram entre apropriação e aplicação do texto à vida cotidiana dos seus leitores. Ou seja, procurando entender como os taxistas se apropriam do sentido da cidade, nas narrativas jornalísticas, e o aplicam em suas vidas, com o objetivo de transvestir o seu estar junto e o estar a ser cotidiano de um lado e de outro. Eu, enquanto leitor do texto escrito sobre a cidade pelos jornalistas e reescrita pelos taxistas, me

aproprio na busca do autoentendimento produtor de uma alteridade respeitosa da subjetividade, intersubjetividade e objetividade.

Nessa perspectiva, a aplicação é, primeiro, dialeticamente ligada ao distanciamento produzido pela escrita que, por seu intermédio, não depende mais da “afinidade afetiva” da intenção de um determinado autor. “A apropriação é exatamente o contrário da contemporaneidade e da congenitalidade: é compreensão pela distância, compreensão à distância” (RICOEUR, 2013, p. 67). Segundo, a aplicação é dialeticamente ligada à objetivação produzida pela obra, conforme vimos acima. “Só nós compreendemos pelo grande atalho dos sinais de humanidade depositados nas obras de cultura” (RICOEUR, 2013, p. 68). Obras de cultura que, no contexto desta dissertação, são obras escritas, diariamente, nas páginas dos jornais e nas socialidades dos taxistas, na rua e nos pontos de taxi, em que tratam do crime e dos acontecimentos sobre crime na cidade de Belém e do seu possível estado de abandono.

Obras que colocam em evidencia, o estar junto tumultuoso e tenebroso entre o “centro” e a “periferia periférica” da cidade, ou seja, entre o “Nós” e o “Eles”. Tenebroso no sentido que se baseia na vitimização do “Nós” considerado, como “cidadão de bem” que ameaçado pelo “Eles”, supostamente, considerados, sem provas, como violentos. Tumultuoso no sentido de que, todas as medidas tomadas contra a violência urbana na cidade, se articulam, geralmente, na exclusão do outro enquanto malfeitor potencial. Assim, compreender essas obras nos convocou realizar um movimento hermenêutico de passagem do estar junto “com” para o estar junto “para com o outro”, no sentido Levinasiano, de responsabilidade, em que o outro tem o rosto que, em permanência, nos lembra da nossa responsabilidade para com ele.

Assim, a apropriação, em Ricoeur (2013, p. 68), é “o mundo da obra”, em que nos apropriamos com o objetivo de “proposição de mundo. Esta proposição não se encontra atrás do texto, como uma espécie de intenção oculta, mas *diante dele*, como aquilo que a obra desvenda, descobre, revela”. E tem como consequência, o “compreender-se diante do texto”. Quer dizer, “não se trata de impor ao texto sua própria capacidade finita de compreender, mas de expor-se ao texto e receber dele um si mais amplo, que seria a proposição de existência respondendo, da maneira mais apropriada possível, à proposição de mundo” (RICOEUR, 2013, p. 68). Neste sentido, para o autor, o si seria produto da “coisa” do texto.

Nossa alteridade, passa assim, a ser formada a partir de textos sociais que recebemos dos outros, assim como também os endereçamos, diariamente. No caso da

cidade, (des)construímos a nossa forma de ser morador dela, de experienciar e fazer experienciar os outros a nossa cidade. Criamos imagens e grupos de imagens que nos auxiliam em estar a ser na cidade e o nosso estar junto para com o outro. “A apropriação [é] o conceito para a actualização do sentido enquanto endereçado a alguém. [uma vez que] o texto dirige-se a quem quer que possa ler” (RICOEUR, [1976], p. 103) e em certa medida, corresponder com o texto modificando o seu agir.

A (re)interpretação dos textos sociais determina a nossa maneira de estar com outro e estar para com outro, portanto, a nossa alteridade. Neste sentido, adverte Ricoeur (2013), só nos encontramos enquanto leitores de um determinado texto, nos perdendo, já que a leitura deste texto, nos traz variações impensáveis do ego. Portanto, a compreensão torna-se “tanto desapropriação quanto apropriação” (RICOEUR, 2013, p. 69). Isto é, compreensão e explicação tendem a sobrepor-se e a transitar uma para a outra (RICOEUR, [1976], p. 84).

Logo, na efetuação do discurso como evento, observamos, a passagem do compreender-se à significação e o compreender-se mutualmente passa e “funde-se na participação na mesma esfera do sentido” (RICOEUR, [1976], p. 85). Assim, o compreender passa a ser, não “apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é gerar um novo acontecimento, que começa com o texto em que o evento inicial se objetivou. Para isso, precisamos considerar o texto “como a expressão de certas necessidades socioculturais e como uma resposta a certas perplexidades bem localizadas no espaço e no tempo” (RICOEUR, [1976], p. 101). O texto se configura como atemporal já que “o texto se subtraiu ao seu autor e à sua situação, subtraiu-se igualmente ao seu endereçado original” (RICOEUR, [1976], p. 105), em outras palavras, eliminou seus laços com qualquer forma de desenvolvimento histórico, o que faz com que ele, o texto, transforme-se em mediador entre seu leitor e seu escritor.

Neste contexto, ao citar Gadamer, Ricoeur ([1976]) dirá que a apropriação acontece na “fusão de horizontes”, fusão entre o horizonte do mundo do leitor e o horizonte do mundo do escritor. E o que se apropria é “o projecto de um mundo, a proposição de um modo do ser no mundo, que o texto desvela diante de si mesmo, mediante as suas referências não ostensivas” (RICOEUR, [1976], p. 106). O interpretar, seria então, o processo de desvelamento de outros modos de ser, portanto, de vida, que possibilita o conhecer-se a si mesma.

[...] só a interpretação que obedece à injunção do texto, que segue a “flexa” do sentido e que tenta pensar em conformidade com ela, inicia

uma nova autocompreensão. Nesta autocompreensão, eu oporia o Si mesmo, que parte da compreensão do texto, ao ego, que pretende precede-lo. É o texto, com o seu poder universal de desvelamento de um mundo, que fornece um Sim mesmo ao ego (RICOEUR, [1976], p. 106).

Esse é o cerne da nossa démarche, isto é, uma démarche que, como visto, parte do texto para chegar ao entendimento de si na conjecturação do sentido do texto. Conjecturar é “construir o sentido como o sentido verbal do texto” (RICOEUR, [1976], p. 88). Entretanto, “construir um sentido verbal de um texto é construí-lo como um todo” (RICOEUR, [1976], p. 88). Quer dizer, para entender o texto, precisamos considera-lo na sua integridade¹⁴⁸. Somos assim, levados a considerar a questão da construção do texto na operacionalização da nossa démarche como conceito-metodológico.

Ao construir um texto, o indivíduo se constrói como singular. Essa singularidade só “pode atingir-se por um processo de restrição do alcance dos conceitos genéricos, que incluem o género literário, a classe dos textos a que este texto pertence, e o tipo de códigos e estruturas que se interceptam neste texto” (RICOEUR, [1976], p. 89). Neste sentido, o autor adverte novamente, o texto considerado como todo e como uma totalidade singular compara-se a um objeto observável, em distintos ângulos. No entanto, não em todos os lados ao mesmo tempo, mas como aspecto “perspectivístico” parecido com aspecto de um objeto percebido.

Enquanto leitor, pode-se identificar dois casos: lidar com o texto como entidade sem mundo, e lidar com o texto criando nova referência ostensiva por meio de “execução” possibilitada pelo ato de leitura. A leitura se configura aqui, a chave da operacionalização da nossa pesquisa, pois há a “suspensão ou a supressão da referência ostensiva [em que] o texto intercepta a dimensão ‘mundana’ do discurso [...] da mesma maneira que elimina a conexão do discurso com a intenção subjetiva do autor” (RICOEUR, [1976], p. 92-93). Mesmo considerando uma abstração, o autor considera que esta abordagem pode ser expandida para uma nova atitude explanatória, pois textos podem ser tratados também, a partir das regras explanatórias exitosas da linguística aplicadas aos sistemas de signos subjazendo ao uso da linguagem. Mas Ricoeur, considera a expansão do modelo estrutural à análise do texto como um desafio ou uma audácia, que não se esgota no estudo do texto.

¹⁴⁸ De acordo com Ricoeur ([1976], p. 88-89), “o todo aparece como uma hierarquia de tópicos primários e subordinados que, por assim dizer, não se encontram à mesma altura, de modo que fornece ao texto uma estrutura estereoscópica. Por conseguinte, a reconstrução da arquitectura do texto toma a forma de um processo circular, no sentido de que no reconhecimento das partes está implicada a pressuposição de uma espécie de todo. E, reciprocamente, é construindo os pormenores que construímos o todo”.

Para ele, esse modelo pode ser uma das abordagens interpretativas do texto.

Indagamos, como isso funciona? Ricoeur responde, primeiro, a partir do diálogo com Lévi-Strauss que lhe fornece hipóteses de trabalho através de sua análise dos mitos, considerados como compostos de unidades “constitutivas”, mitemas, que pressupõem unidades constituintes da linguagem: fonemas, morfemas e sememas chamadas deste fato de unidades constituintes vastas pelo autor. Essas unidades, tendo o mesmo tamanho que a frase, articuladas, formam a própria narrativa do mito, afirma o autor. Assim, para o autor, a análise de textos deve realizar a mesma abstração da fonologia em que, o fonema não constitui um som concreto, mas uma forma, portanto, interação de relações. Segundo ele, da mesma forma, “um mitema não é uma das frases de um mito, formam ‘um feixe de relações’, ‘só como feixes é que tais relações se podem usar e combinar de modo a produzir um sentido’” (RICOEUR, [1976], p. 94). Por sentido, o autor considera “o arranjo ou disposição dos próprios mitemas; em suma, a estrutura do mito” (RICOEUR, [1976], p. 94).

Em segundo, o autor responde a partir das narrativas folclóricas, de acordo com a abordagem da escola de Propp e a abordagem dos pesquisadores franceses, como Barthes e Greimas. Para ele, esses pensadores se utilizaram dos postulados de Lévi-Strauss que, considerava de um lado, o sentido de um determinado elemento e a sua capacidade de estabelecer relação com outros elementos e também, com a obra como todo. E de outro, tanto as unidades acima da frase quanto as unidades que são inferiores à frase, ambas têm a mesma composição. Neste sentido, a análise estrutural tem como papel, levar até o fim uma segmentação e estabelecer níveis de integração de cada parte da obra no todo. Assim sendo, “as unidades da acção, que assim são segmentadas e organizadas, nada têm a ver com os traços psicológicos susceptíveis de serem reavivados ou com segmentos comportamentais susceptíveis de se integrarem numa psicologia condutista” (RICOEUR, [1976], p. 96).

Para o autor, os pontos extremos das sequências, assim formadas, são elementos de ligação dentro da narrativa. Isto leva a dizer, “a lógica da acção consiste em ligar entre si núcleos de acção, que constituem conjuntamente a continuidade estrutural da narrativa. A aplicação desta técnica resulta numa ‘descronologização’ da narrativa” (RICOEUR, [1976], p. 96), tendo como consequência transparecer, em certa medida, a lógica narrativa subentendida ao tempo narrativo. Sendo assim, para Ricoeur, a narrativa se configuraria em uma junção de unidades dramáticas, tais como ajuda, traição, promessa, impedimento, entre outras unidades que configuram paradigmas de acção.

5.4.1.1 Operacionalização da teoria da narrativa

A partir da análise das narrativas folclóricas, operacionalizamos a teoria de narrativa em Ricoeur, com a análise do mito, assim como a teoria do imaginário em Durand. Portanto, recorremos a uma análise estrutural das narrativas, pela possibilidade de determinar, entre outros elementos: os sujeitos autores das ações narradas; a construção da narrativa; as ações narradas, e em certa medida, determinar o sentido construído na narrativa.

Para determinar os sujeitos da narrativa, de acordo com o autor, precisamos observar os personagens que realizam as ações narradas na narrativa. Assim,

[...] à cadeia de acções correspondem relações similares entre os “actores” na narrativa. Por estes não se indicam os sujeitos psicológicos, mas os papéis formalizados correlativos às acções formalizadas. Os actores definem-se apenas pelos predicados da acção, pelos eixos semânticos da frase e da narrativa: o que realiza os actos, aquele a quem se fazem os actos, com quem os actos se fazem, etc. Um é o que promete, outro o que recebe a promessa, o que dá, o que recebe, etc. A análise estrutural traz assim ao de cima uma hierarquia de actores correlativa à hierarquia das acções (RICOEUR, [1976], p. 96-97).

Na narrativa temos os atores principais e os secundários, dependendo das ações realizadas. Para determinar um personagem principal, precisamos determinar primeiro, sobre qual ação a narrativa se constrói, para depois, determinar a quem está sendo atribuída aquela ação. A partir daí, é possível identificar o ator principal e os outros, atores secundários.

Em relação à construção da narrativa, ou melhor, da intriga, ela se realiza na junção das partes soltas, geralmente, sem sentido individualmente, mas que, juntas ou associadas, formam uma história completa e coerente, detentora de sentido revelador de um mundo. Essa reunificação das partes em uma narrativa possibilita a formação de um todo e o integra novamente na comunicação dita narrativa, já que o discurso é destinado a um receptor por um narrador. Neste sentido, a análise estrutural se interessa em determinar esses dois interlocutores dentro do texto. “O narrador é designado pelos signos narrativos, os quais pertencem também à genuína constituição da narrativa” (RICOEUR, [1976], p. 97).

Em relação à análise de mito, a leitura de Durand sobre Lévi-Strauss nos dá pista da operacionalização da teoria do imaginário, que segundo Durand (1988, p. 51), o mito à diferença “da palavra que se agrupa no léxico, não vai se reduzir *diretamente*, através da contingência de uma língua, a um sentido funcional. É bem verdade que ele constitui

uma *linguagem*, mas uma linguagem acima do nível habitual da expressão linguística”. Neste sentido, para o autor, “a fonologia ‘recusa-se a tratar os termos como entidades independentes, tomando como base de sua análise, ao contrário, as relações entre os termos’ [o que possibilita a] decifrar um conjunto simbólico, um mito, reduzindo-o” (DURAND, 1988, p. 52), no que o autor considera “relações significativas”, e que corresponderia, pensamos, de “feixe de relações” na qual, as relações ao se combinarem ou ao serem usadas, produzem sentido na leitura Ricoeuriana de Lévi-Strauss.

Para Durand (1988), a fonologia abandonaria e ultrapassaria pequenas unidades semânticas: fonemas, morfemas, semantemas – como apontou também Ricoeur – para o dinamismo das relações entre fonemas. Durand vai assinalar por analogia, que “a mitologia estrutural nunca se limitará a um símbolo separado do seu contexto: ela terá por objeto a frase complexa na qual se estabelecem relações entre os semantemas e é essa frase que constitui o mitema” (DURAND, 1988, p. 52). Diferentes mitemas¹⁴⁹,

[se] alinham em sistemas de afinidades estabelecidas entre si. [Que podem se organizar] em classes de relações semelhantes, classifica-los em ‘pacotes sincrônicos’, que escondem, por uma espécie de repetição, de ‘redundância’ estrutural, o fio da narrativa mítica” [Neste sentido, para o autor, os símbolos são reduzidos em mitemas alinhados em] “colunas sincrônicas” (DURAND, 1988, p. 53).

Em outras palavras, tanto para o funcionalismo quanto para o estruturalismo, ambas reduzem estritamente, para o autor, o símbolo a seu contexto social, sintático ou semântico. Ou seja, reduzem o símbolo ao signo. No entanto, continua Durand, mesmo se o símbolo remeter a uma determinada coisa, isso não quer dizer que ela se reduz unicamente a ela, coisa. É assim que o autor deixa o que chama das “hermenêuticas redutoras”, baseadas na psicanálise e na etnologia para as “hermenêuticas instauradoras”. Sem querer esgotar o assunto sobre estas últimas, o que nos interessa é o diálogo do Durand com autores como Cassirer, Kant, Jung, Bachelard que nos aponta que o problema do símbolo não está, essencialmente no seu fundamento, mas sim, “da *expressão* imanente ao próprio simbolizante” (DURAND, 1988, p. 58). E que o “símbolo, então, nos revela um mundo e a simbólica fenomenológica explicita a esse mundo que [...] é eticamente primordial, dirigente de todas as descobertas do mundo” (DURAND, 1988, p. 69-70).

¹⁴⁹ Mitema para Durand que cita Lévi-Strauss seria uma “‘grande unidade constitutiva’ que, por sua complexidade, ‘tem a natureza de uma relação’” (DURAND, 1988, p. 52).

Assim, para o autor, “pela faculdade simbólica, o homem não só pertence ao mundo superficial da linearidade dos signos, ao mundo da causalidade física, mas também ao mundo da emergência simbólica, da criação simbólica contínua” (DURAND, 1988, p. 61). O simbolismo passaria a ser estruturador da individuação de sujeitos. Individuação, segundo Durand, em que o “eu” conquistará pela equilíbrio ou sintetização da consciência clara – coletiva em parte – e o inconsciente coletivo. Neste sentido, o símbolo seria, “mediação, porque é equilíbrio que esclarece a libido inconsciente pelo ‘sentido’ consciente que lhe dá, mas lastrando a consciência através da energia psíquica que veicula a imagem. Sendo mediador, o símbolo será igualmente constitutivo da personalidade” (DURAND, 1988, p. 63), por intermédio do processo de individuação.

Deste fato, para a sua “antropologia arquetipológica”, Durand estabelece um diálogo profícuo com Bachelard quando este divide o símbolo em três setores que, ilustrativamente, apresentamos, mas reservamos um interesse particular, no terceiro, definidos como: setor do sonho, da neurose e da linguagem. Linguagem que para o autor, “permite às funções realmente humanizantes do homem funcionar totalmente, estar além da objetividade seca ou da subjetividade viscosa” (DURAND, 1988, p. 66). Isto implica para o autor, que o homem disporia de dois mecanismos de transformação do mundo: a “objetivação” da ciência e a “subjetivação” da poesia.

Em Bachelard, aponta Durand (1988, p. 66), a hermenêutica não teria mais “a ver com a análise, com o método das ciências da natureza” (DURAND, 1988, p. 66) o que lhe levou a adotar a fenomenologia, portanto, da fenomenologia do imaginário, como método. Neste sentido, “o imaginário, para o autor, confunde-se então com o dinamismo criador, a amplificação ‘poética’ de cada imagem concreta” (DURAND, 1988, p. 68).

Contudo, mesmo apontando o mérito de Bachelard, no avanço do conhecimento interpretativo, por considerar a função e produção simbólica humanas, o autor delimita este avanço e advoga para uma generalização da chamada “antropologia do imaginário”, que seria “uma reintegração maior das potências imaginativas no cerne do ato de consciência” (DURAND, 1988, p. 74). Esta generalização, nos leva, ao centro da teoria do Durand, a “teoria geral do imaginário” entendida como,

[...] função geral de equilíbrio antropológico; depois, dos níveis formadores das imagens simbólicas, [...]; finalmente, a generalização tanto estática como dinâmica da virtude da imaginação desemboca numa metodologia que já é uma ética e que esboça uma metafísica [metafísica que] através da própria generalização de seu ponto de aplicação, implica a convergência dos métodos, a convergência das hermenêuticas [reductoras e instauradoras] (DURAND, 1988, p. 76).

Por essa teoria, percebeu-se, por exemplo, que não importa mais o regime em que pertença as imagens. No entanto, com a duração pragmática e os acontecimentos, elas, imagens, se organizam no tempo, isto é, para o autor, criam uma história a partir de instantes psíquicos. Sem esgotar o assunto sobre a “teoria geral do imaginário”, aqui, nos cumpre, apresentar ou nivelar o abismo entre as hermenêuticas, que reduzem o símbolo ao signo e que demasiadamente o amplificam. Em diálogo com Ricoeur, o autor aponta que este caminha na mesma direção da convergência de duas hermenêuticas, uma vez que o símbolo, em geral, tem duplo sentido, portanto, é duplo no sentido que o significante, arqueologicamente, organiza-se entre dois polos: “os determinismos e os encadeamentos causais, é ‘efeito’, sintoma; mas, portador de um sentido, orienta-se para uma escatologia tão inalienável como as colorações que lhe são dadas pela sua própria encarnação numa palavra, um objeto” (DURAND, 1988, p. 95), portanto, situado no tempo e espaço.

Enquanto, na teoria Durandiana nos leva a um terreno de pensamento complexo, o pensamento humano recheado de imagens, representações, narrativas, mitos, tabus, interditos, de valores antagônicos, portanto, de um pensamento plural, coerente em que “o significante temporal, material, ainda que distinto e inadequado, se reconcilia com o sentido, com o significado fugaz que dinamiza a consciência e salta de redundância em redundância, de símbolo em símbolo” (DURAND, 1988, p. 96).

Na teoria Durandiana, escolhemos, como anunciado mais acima, “a gramática do imaginário”, como dispositivo de análise dos dados coletados. A gramática faz parte do “balanço conceitual e o novo método” dividido em três partes: primeiro, o alógico do imaginário que tem três pontos: o pluralismo específico e as classificações; a lógica do mito e a gramática do imaginário. Segundo, a tópica sociocultural do imaginário e por fim, a dinâmica do imaginário: a bacia semântica.

Contudo, optou-se pela gramática do imaginário por nos permite perceber como, por exemplo, certos lugares ou pessoas são objetivados através da relativização de nome próprio. Contudo, em diálogo com o autor, esta relativização não é o estado civil que determina a identificação, por exemplo, de uma pessoa, mas a partir dos seus atributos. Entretanto, os atributos são subentendidos por um verbo enquanto “parte do discurso que exprime a ação” (DURAND, 1988, p. 79) e que desenha a matriz arquetípica verdadeira. Em outras palavras, “a qualidade adjetiva importa mais à imaginação diurna que o elemento substancial, e que o próprio adjetivo se reabsorve sempre no gesto homocêntrico, no ato que o verbo traduz e que o suporta” (DURAND, 1997, p. 179).

Assim, para o autor, o adjetivo aparece, na sua gênese psicológica, como epícatote, quer dizer, mentalmente pregado na substância, no substantivo, pela razão muito simples de o adjetivo ser mais geral que o substantivo, quer dizer, aparenta-se aos grandes esquemas verbais que constituem a subjetividade do imaginário (DURAND, 1997, p. 175).

Assim, que há uma forma de primazia do verbo sobre o seu sujeito. Isto representa uma grande importância na nossa análise, uma vez que lidamos com as produções midiáticas e também as entrevistas, em que o verbo utilizado é capital na determinação da ação narrada, e indiretamente, do personagem ator da ação.

5.4.2 Análise compreensiva da narrativa

Para analisar uma narrativa precisamos saber o seu início, seu meio e seu fim (KABUENGE, 2016; MOTTA, 2004, [2005?], 2013). No entanto, como lidamos com as narrativas do cotidiano, principalmente, as narrativas jornalistas, aparentemente, isto pode configurar como complicado, uma vez que as notícias publicadas diariamente parecem como unidades autônomas sem relação entre elas. Enquanto produções mentais e socioculturais, as narrativas narram ações realizadas pelos personagens em um determinado contexto sociocultural e espaciotemporal. Isto implica, quando se analisa uma narrativa, entre outros elementos constitutivos da sua estrutura, determinar qual a ação principal narrada, quem é o ator de tal ação, onde e quando se desenrola a ação. Para isto, precisamos ter a história na sua integralidade, a partir de textos soltos na aparência. Ou seja, tecer a intriga.

Entendemos que tecer a intriga se inscreve na lógica de mediação entre a narrativa e o tempo. Em Ricoeur, essa articulação se efetua através da *mimesis I* (mundo da ética e valores); da *mimesis II* (mundo da criação) e a *mimesis III* (mundo de apropriação), com a “operação de configuração constitutiva da composição da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações [...] *mimesis I* e *mimesis III* e que constituem o antes e o depois de *mimesis II*” (RICOEUR, 2010a, p. 94).

Para o autor, a “ciência do texto pode ser estabelecida com base tão-só na abstração de *mimesis II*, se pode considerar apenas as leis internas da obra literária, sem levar em conta o antes e o depois do texto” (RICOEUR, 2010a, p. 94). No entanto, a hermenêutica deve reconstruir, em certa medida, a totalidade das operações através das quais uma obra se torna capaz de se afastar, como disse o autor, do fundo opaco do sofrer, viver e agir. Neste sentido, a hermenêutica deve se focar em reconstruir, em sua

totalidade, o arco das operações através das quais a experiência prática se dá aos autores, a si mesma e aos leitores, sem limitar-se na mediação da *mimesis* II, entre as duas outras. “A questão é, portanto, o processo concreto pelo qual a configuração textual faz mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. Corolariamente” (RICOEUR, 2010a, p. 94), fazendo com que, no final da análise, percebamos que o receptor ou leitor do texto (narrativa), revele-se como operador que, por seu fazer, portanto, através do seu ato de leitura, “assume a unidade do percurso de *mimesis* I a *mimesis* III através de *mimesis* II” (RICOEUR, 2010a, p. 95).

A mediação entre a prefiguração e a refiguração, nos leva, à tessitura da intriga. Mas, deixamos claro, que não abordaremos a questão no sentido de relação entre a narrativa e o tempo, assim como, não nos apropriaremos das três *mimesis*. A intenção foi compreender a tessitura da narrativa.

5.4.2.1 A constituição do texto

Para escrever um texto, no mínimo, precisa-se de conhecimento de algumas regras da gramática e do alfabeto. No caso do texto social, objeto desta pesquisa, precisamos do contexto, ou seja, para recorrer às nossas heranças do passado, as experiências vividas que, em geral, são ‘recheadas’ de valores éticos, tabus, imagens, representações, narrativas, mitos, ou seja, de imaginários. Ou de recursos simbólicos, estruturas inteligíveis e de caráter temporal, no dizer do Ricoeur. Esses valores constituiriam o mundo preestabelecido que, em grande parte, são a nossa pré-compreensão do mundo da ação, condição essencial da composição da intriga. Isto faz da composição ou do ato configurante da intriga “um ato judicatório, que consiste em ‘tomar juntamente’ [ou seja] um ato da família do juízo reflexionante” (RICOEUR, 2010b, p. 103), isto é, “um juízo capaz de tomar como objeto as próprias operações de natureza teleológica através das quais as entidades estéticas e orgânicas tomam forma” (RICOEUR, 2010b, p. 103, nota de rodapé).

Considerar em Ricoeur (2010a; 2010b) a intriga como imitação¹⁵⁰ de ação, para sua configuração ou tessitura, precisamos de certas competências prévias, como: a

¹⁵⁰ Aqui toma-se como imitação, a elaboração da “significação articulada da ação” (RICOEUR, 2010a, p. 96).

identificação da ação a partir de seus aspectos estruturais; a identificação das mediações simbólicas da ação, com o objetivo de saber se essas mediações simbólicas têm características temporais que fazem com que a ação seja narrada ou de narrá-la. Sem nos aprofundar nessas competências, resumimos sua compreensão, entendendo que com a mimesis I, temos o mundo de valores e éticas, em que nos baseamos enquanto seres sociais, para escrever ou tecer a intriga. Do mesmo modo, fazer com que, representar ou imitar uma ação se configura, numa pré-compreensão do agir do homem, ou seja, compreender a semântica, a simbólica e a temporalidade do agir humano.

A partir dessa pré-compreensão que, no nível da mimesis II, reina o “como se”, de acordo com Ricoeur (2010a), ou, o mundo da configuração, em que escrevemos ou criamos o texto a ser endereçado ao leitor. Configurar, apresenta a ideia, de acordo com o autor, do dinamismo do processo e a partir dele, a intriga exerceria, em certa medida, uma “função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, [...] uma mediação de maior amplitude entre pré-compreensão e [...] pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais” (RICOEUR, 2010a, p. 114)

Para o autor, a intriga é mediadora já que liga incidentes individuais ou acontecimentos à totalidade de uma história – ou seja, a intriga transforma os acontecimentos em história. Assim, a composição da intriga seria, em Ricoeur, a operação que tira de uma determinada sucessão de fatos uma configuração. Em outras palavras, “a composição da intriga compõe juntos fatores tão heterogêneos como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados etc.” (RICOEUR, 2010a, p. 114). Ressaltamos que a intriga tira o seu aspecto mediador, a partir dos seus caracteres temporais que levam a considerá-la como “síntese do heterogêneo”. Isto é,

[...] que o ato de composição da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história (RICOEUR, 2010a, p. 115).

A partir dos acontecimentos isolados, e aparentemente autônomos entre si, os jornalistas e mesmo os taxistas entrevistados, tecem histórias ou narrativas sobre o sentido da cidade de Belém. O ato configurante seria um processo de “tomar juntamente’ as ações particulares ou [...] os incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, ele tira a unidade de uma totalidade temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 116).

Tirar uma unidade de uma totalidade, revela a capacidade judicatória do autor do texto escrito, no sentido que ele vai fazer um juízo de valor no agenciamento dos fatos significantes, no intuito de obter uma história relevante a ser acompanhada, ou, “avançar em meio a contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra sua satisfação na conclusão [quer dizer, dar] à história um ‘ponto final’, que, por sua vez, fornece o ponto de vista de onde” (RICOEUR, 2010a, p. 116), digamos, a história é percebida na sua totalidade, portanto, como um todo.

Assim, entender a história remete a entender o “por que” e o “como” de uma sucessão de episódios que levam a uma determinada conclusão de história. Uma conclusão que exige que seja aceitável, mesmo que não previsível, mas coerente com os episódios reunidos. Nas nossas análises, esse fator é fundamental, considerando ideias, às vezes, que podem parecer contraditórias entre si, e podem levar a uma conclusão que se antagoniza com a nossa hipótese. Mas mesmo assim, devemos considerar a conclusão obtida no ato configurante.

O ato configurante para o autor, articula-se com a “esquematisação” e a “tradicionalidade”. O entendimento é sempre esquematizado pela imaginação que se considera produtiva, uma vez que esta tem uma função sintética e, liga intuição e entendimento originado do fato, a um só tempo, intuitivas e intelectuais. Nesse sentido, a construção da intriga traz, em certa medida, “uma inteligibilidade mista entre [...] o tema, o ‘pensamento’ da história narrada e a apresentação intuitiva das circunstâncias, dos caracteres, dos episódios e das mudanças de fortuna que constituem o desenlace” (RICOEUR, 2010a, p. 119).

Com o esquematismo se constitui a tradição, entendida não como “a transmissão inerte de um depósito já morto, mas a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criativos do fazer poético” (RICOEUR, 2010a, p. 119). Logo, a formação de uma tradição depende essencialmente da articulação dinâmica entre a sedimentação e a inovação.

Citando Gadamer e Aristóteles, Ricoeur (2010a, p. 123), aponta que a mimesis III, de uma forma geral, “marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção [...] entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica”. Na passagem da mimesis II para a mimesis III, que se realiza através da leitura ou ato de leitura, é possível à intriga modelizar a experiência, assim como a conclusão do ato configurante, dos acontecimentos, aparentemente isolados e autônomos entre si, fazendo

emergir uma história completa, capaz de ser acompanhada.

Tal emergência é facilitada, nas nossas reflexões, pela tradicionalidade e esquematização, já que ambas ajudam a dissipar a oposição entre um “dentro” e um “fora” do texto, conforme nos apresenta Ricoeur, que sustenta ainda, que esses dois aspectos do ato configurante são “categorias da interação entre a operatividade da escritura e a da leitura” (RICOEUR, 2010a, p. 131). O ato de ler se junta à configuração da narrativa, atualiza a capacidade desta e de seu acompanhamento. “É no ato de ler que o destinatário brinca com as exigências narrativas, efetua os desvios, [isto é] é o leitor que termina a obra na medida em que, [...] a obra escrita é um esboço para a leitura; o texto, com efeito” (RICOEUR, 2010a, p. 131). Como bem diz Ricoeur, tem “buracos, lacunas, zonas de indeterminação, [desafiando] a capacidade do leitor de configurar ele mesmo a obra que o autor parece ter [...] prazer de desfigurar” (RICOEUR, 2010a, p. 132). Neste sentido, concluímos que “o ato de leitura é assim o operador que une a mimesis III a mimesis II. É o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga. [Quer dizer] o texto só se torna obra na interação entre texto e receptor” (RICOEUR, 2010a, p. 132).

Nosso percurso metodológico foi acompanhado pela “análise compreensiva da narrativa”, que se demarca na “análise pragmática da narrativa jornalística” ou na “análise crítica da narrativa” proposta por Motta ([2005?], 2013) e tem como objetivo, a partir da análise do texto, chegar à interpretação simbólica deste e revelar, em certa medida, as “metanarrativas culturais pré-jornalísticas” (MOTTA, [2005?], p. 1).

Observamos um movimento inverso na narrativa de Motta, não seguindo o trajeto percorrido na teoria narrativa de Ricoeur (2010a, 2010b), que vai do mundo prefigurado, passando para o mundo configurado até o mundo reconfigurado como atesta o seu objetivo interpretativo do texto, realizando sua démarche da interpretação do texto ao agir, com objetivo de compreender a mudança das ações humanas.

Na “análise compreensiva da narrativa”, embora seja parte também da interpretação do texto, buscamos a compreensão do outro, do mundo e de si, com o objetivo de entender as mudanças do o agir humano. Que dizer, a démarche de análise adotada, nesta pesquisa, segue em geral, o desdobramento da mimesis proposta por Ricoeur, mas temos como inspiração os seis movimentos de análise proposto por Motta ([2005?], 2013), como um procedimento técnico de análise.

Entendemos o texto enquanto “outro” que se desvela por meio da leitura e descobrimos a nossa alteridade, o sentido do nosso “ser no mundo”, construímos nossos sentidos e significados do mundo e por fim, que nos desvenda o Si-mesmo ao Eu. Um

desvelamento que é possível através da troca de experiência entre o texto e seu leitor que, de acordo com o seu contexto sociocultural e espaciotemporal, se apropria ativamente da experiência vindo do texto para transformar ou entender a sua realidade vivida. Assim, na interpretação do texto, alcançamos, através de uma démarche hermenêutica compreensiva, o entendimento de si que nos leva à mudança do nosso agir.

A apropriação do texto é tomada, nas nossas análises, como um dispositivo de atualização de sentido ou significação, ou seja, a interpretação é transformada em acontecimento. “É o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como a direção do pensamento aberta pelo texto. [Ou, se apropria] nada mais é do que o poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto” (RICOEUR, [1976], p. 104).

Com os procedimentos de Motta, as narrativas foram tomadas, na pesquisa, a partir de três planos principais: primeiro, o plano da expressão, que é um nível de análise superficial do texto em que o narrador constrói o enunciado narrativo. Nessa perspectiva, este nível de análise é considerado como o plano do discurso ou da linguagem, com o narrador se revelando ao leitor e suas intenções ao narrar. O analista precisa ficar atento para perceber “os usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido, tipo comoção, medo, riso, etc.” (MOTTA, 2013, p. 136). Essa atenção, observamos em acordo com a “gramática do imaginário” de Durnad.

O segundo, é o plano da história ou da estória, também chamado do plano de conteúdo, da intriga. Este nível de análise é considerado, em certa medida, como um plano virtual do sentido ou da significação. Ou seja, “o plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador” (MOTTA, 2013, p. 137). Para o autor, sem negligenciar outros planos, é neste nível que se realiza a análise da narrativa. Para ele, “uma análise da narrativa só pode ser realizada quando se conhece ou se deduz a história integral que está sendo narrada. Por isto, na análise da narrativa jornalística, é preciso reconstituir retrospectivamente a história completa” (MOTTA, 2004, p. 29).

Esse plano figura, em certa medida, no universo das significações, portanto, do “como se”, como diria Ricoeur (2010a) ou dos mundos possíveis ficcionais no dizer de Motta (2013).

Movendo-se neste plano o analista irá investigar a lógica e a sintaxe narrativa, ou até onde elas manifestam intencionalidades do narrador: as unidades nucleares e a funcionalidade delas na estória; as ações isoladas, seu encadeamento em sequências que conformam os episódios, seu encaixe com outras sequências para compor o enredo, a sequência-tipo, o significado diegético de uso pelo narrador de

flashbacks e flashforwards, o ritmo imprimido pelo narrador, a caracterização das personagens, a funcionalidade delas no transcurso da estória, os conflitos principais e secundários, o enfrentamento entre protagonistas e antagonistas, etc. enfim, as micro e macroestruturas ou princípios de organização que configuram a narrativa de uma certa maneira no ato de contar (MOTTA, 2013, p. 138).

Por fim, o terceiro, o plano da metanarrativa ou plano da estrutura profunda, portanto, o plano de motivos ou temas de fundo moral ou ético que integram, para Motta (2004, 2013), em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, as ações da história. Este plano, segundo o autor, é “mais abstrato e evasivo, que evoca imaginários culturais” (MOTTA, 2013, p. 138), ou um plano da cosmovisão, do *mythos* e da fábula.

Definido esses planos de análise, seguimos alguns procedimentos no interior dos mesmos, conforme indicação do próprio autor, selecionando primeiro, os textos jornalísticos, em que privilegiamos o plano da história, ou seja, o segundo plano, porque ele possibilita compreender os processos de comunicação narrativa. Em seguida, de forma ilustrativa, Motta (2004, [2005?], 2013), indica seis procedimentos ou movimentos que podem contribuir na análise da narrativa, entre eles: a) recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; b) identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; c) construção de personagens jornalísticos; d) estratégias comunicativas; e) relação comunicativa e o “contrato cognitivo” e por fim, f) metanarrativas.

Mesmo efetuando análises desde o início desta pesquisa, nesta seção foi adotada uma postura metodológica ou uma técnica de compreensão das narrativas, iniciando com as capas dos jornais *O Liberal* e o *Diário do Pará*, e depois as falas dos taxistas de Belém. Tal organização tem o objetivo de partir do texto-cidade, construído pelos jornais, e entender como os taxistas os resignificam no seu cotidiano.

5.4.2.2 Tecendo e analisando a intriga (texto)

Diariamente, os jornais impressos paraenses publicam notícias que aparentemente se configuram como unidades isoladas e autônomas umas às outras. No entanto, para questão de análise, precisamos de uma história completa. Assim, somos levados a construir, a partir de uma heterogeneidade de manchetes publicadas em diferentes capas, uma narrativa, texto ou intriga que se preste à análise, não de uma forma engessada, mas de compreensão de um determinado problema social.

Ao construir a intriga, partimos do mundo pré-configurado, isto é, o mundo ético ou de valores, que nos propicia um pré-entendimento do mundo. No caso dos textos jornalísticos, o mundo pré-estabelecido que possibilita o pré-entendimento do mundo seria, além da experiência do cotidiano, a ética e a deontologia profissional para todos os jornalistas, em obedecer um ‘código’ do que pode fazer ou dizer em determinadas circunstâncias. É a partir desse mundo que se determina o que deve ser notícia ou não, ou o que deve ser divulgado, com a classificação dos acontecimentos, das pessoas e dos lugares. É a partir desta pré-configuração, da mimesis I, que o jornalista escreve a sua narrativa. Ou seja, o texto jornalístico é sempre orientado a desvendar o sentido ou a significação.

No mundo do “como se”, mimesis II, o narrador ou autor do texto, se aproveita do seus conhecimentos pré-configurados, para criar uma história que liga atores às suas ações narradas. Determina contextos socioculturais e espaciotemporais para desenvolver sua história. Se empenha, discursivamente, para convencer seus interlocutores potenciais aos quais ele propôs um mundo ou visão deste mundo. Portanto, um mundo que, para Motta (2013, p. 137), que cita Ricoeur, “se confunde com a tessitura da intriga propriamente: a disposição dos fatos em síntese para representar a vida e as ações humanas (processo mimético, imitativo da vida)”. Na tabela 4, identificamos, dia, mês e ano, das manchetes principais, para observarmos como, narrativamente, o Diário do Para apresenta a cidade de Belém.

Lendo as manchetes¹⁵¹ na tabela, perceberemos que elas tratam de vários assuntos sobre o estado do Pará, e em particular, sobre Belém. Entretanto, apesar da diversidade de assuntos, observamos que elas tendem, em certa medida, apresenta um sentido omnipresente do mal na cidade ou no Estado paraense, principalmente a partir dos conectores gramaticais utilizados: verbos, adjetivos, substantivos, advérbios de espaço e de tempo, os demonstrativos, entre outros conectores.

¹⁵¹ As manchetes se configuram como uma parte importante da notícia, uma vez que elas têm relação direta em chamar a atenção dos leitores: devem, em síntese, falar sobre o mais importante do acontecimento; atrair a atenção do leitor; possibilitar predições a respeito do assunto abordado, e demarcar posição do jornal.

Tabela 4 - Manchetes principais de capas de jornal Diário do Pará

Jornal Diário do Pará	
Data	Manchete
09-10-2000	Círio 2000, o mais longo da história
14-02-2001	Aulas na rede da Seduc só 2ª feira
21-04-2006	Caos
14-08-2007	Tiroteio e pânico no Iguatemi
15-08-2007	Filha de cabo PM é sequestrada
26-09-2008	Radialista manda matar juiz do caso Novelino
05-11-2010	Sespa e Seduc têm novos secretários
08-09-2011	Falsa gravidez gera confusão
12-12-2011	O povo decidiu: não à divisão!
22-05-2012	Carros ficarão 10% mais baratos
12-03-2014	Suspenso concurso do MP
28-02-2016	Zenaldo pode ser preso pelo caso do PSM do Guamá;
14-12-2017	Abono salarial será pago a 368 mil no Pará
15-12-2017	Mais de 150 presos fogem de presídio no Pará
16-12-2017	Mutuários podem ter descontos de até 90%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Por exemplo, analisando a construção narrativa da manchete publicada em 08/09/2001: “Falsa gravidez gera confusão”, não deixa dúvida sobre essa onnipresença do mal, quando usa o substantivo “confusão” remetendo ao caos e à desordem. Ou seja, podemos dizer que na cidade de Belém, qualquer coisa, no caso, a mentira, pode causar um caos, portanto, de um mal total. A observação fica bem clara na análise, por exemplo, das fotos de capas a seguir.

Na primeira foto na corte da capa acima, há uma construção que remete que qualquer coisa no estado do Pará e na cidade de Belém, principalmente, pode causar uma confusão ou caos, portanto, à violência. Assim, o cancelamento de aula pela secretária de Estado de Educação- Seduc pode ser motivo de caos como mostra a foto. Ônibus parados em desordem, uma multidão andando, perdida, em várias direções; a segunda via da avenida, aparentemente livre, sem circulação de veículos. A situação teria, de acordo com o texto na capa, sido causada pelos alunos não matriculados, que se manifestaram, em locais diferentes, provocando, no dizer do jornal, um “transtorno”, portanto, o mal aos cidadãos.



Fonte: Diário do Pará, 2001.

Na segunda foto da figura 7 da capa a seguir, a simples observação das imagens já nos dá a ideia da onnipresença do mal na cidade.

Figura 7 - Corte da capa do Diário do Pará, 5 nov. 2010



Fonte: Diário do Pará, 2010.

Na foto da capa, o enunciado, que as ruas da cidade são extremamente violentas, a partir do caos causado pelo trânsito. As imagens apresentadas, numa composição narrativa, constroem sentidos de medo, uma vez, que é impossível circular nas ruas e avenidas das cidades, em que, motoristas, taxistas e mototaxistas, parecem não obedecer, as leis do trânsito, assim como a mobilidade urbano.

Assim, o jornal, em suas notícias diárias, causa um efeito de sentido que leva, acreditamos, a pensar a cidade de Belém como violenta, ou seja, discursivamente, o jornal, através de elementos linguísticos e extralinguísticos (imagens) constrói o sentido de Belém, como uma cidade violenta, e a partir de uma narrativa segunda, a “cidade é violenta por falta da segurança pública, principalmente, da falta de policiais devidamente equipados, que deixam o terreno livre para os ‘bandidos ou criminosos’”. A mesma construção foi encontrada nas matérias publicadas no *O Liberal*, conforme pode ser constatada na tabela 5.

Tabela 5 - Manchetes principais de capas de jornal O Liberal

Jornal O Liberal	
Data	Manchete
09-10-2000	O mais longo dos Círios
14-02-2001	Um dia de caos em Belém
21-04-2006	Seis horas de agonia
14-08-2007	Polícia registra uma morte violenta por dia em Belém
15-08-2007	Mortes violentas sobem para 2 por dia em Belém
26-09-2008	Tropas para 100 municípios
05-11-2010	Belém também encolheu
08-09-2011	Cartório faz plantão para atender eleitor
12-12-2011	As urnas decidem: o Pará se mantém grande e indivisível
22-05-2012	Governo reduz imposto de carro e facilita crédito
12-03-2014	PMDB posa de oposição e investiga o governo Dilma
28-02-2016	Seguro por mortes no trânsito chega a R\$21 milhões no Pará
14-12-2017	Câmara de Belém aprova venda de bebida alcoólica em estádios
15-12-2017	Governo deve ceder à pressão de servidor para aprovar reforma
16-12-2017	Mais de 11 milhões de jovens nem estudam nem trabalham

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Na tabela acima, encontramos, de acordo com o dia, mês e ano, as manchetes publicadas no periódico, em que, através dos conectores gramaticais utilizados, como visto no *Diário do Pará*, levam aos efeitos de sentido que atestam a onnipresença do mal no estado do Pará e na cidade de Belém. Como no caso do *Diário do Pará*, este efeito de sentido se baseia na mesma narrativa e discurso de uma cidade sitiada pela violência urbana.

Os dois periódicos, *O Liberal* e *Diário do Pará*, utilizam uma heterogeneidade de assuntos que, na última análise, nos leva a testificar, a dominação aparente do mal na cidade. Uma dominação que vem denunciar a falta de rigidez nas políticas, para os jornalistas, de combate à violência que devem ser pautadas em uma estratégia policialesca. Estratégia que se focaliza no encarceramento, até mesmo, sem julgamento dos acusados de terem cometido atos delituosos ou no extremo, sua morte. Uma estratégia, por fim, que convoca, narrativamente, o armamento da cidade como forma de materializar a presença do estado nas ruas e avenidas de Belém.

Se no *Diário do Pará*, o mal ou a violência é expressada através de um tom ameno, mas com imagens fortes, no jornal *O Liberal*, conforme pode ser constatado na tabela 5, a violência é expressada, agudamente, por meio de conectores gramaticais, tais como: agonia, violenta, encolheu. No entanto, no *Diário do Pará*, a violência é textualmente anunciada nas fotos que acompanham as matérias.

Figura 8 - Corte da capa do O Liberal, 14 fev. 2001



Fonte: O Liberal, 2001.

As imagens na figura 8 nos remetem, novamente, ao caso dos alunos da Seduc, em manifestações públicas. Entretanto, com eloquência, percebemos que *O Liberal* narra o fato, imagetivamente, com riqueza de detalhes, não deixando dúvidas sobre o caos que se abateu em Belém, com pessoas, em demonstração de gritos, brigas e agressões, ao lado, o aparato policial.

Figura 9 - Corte da capa do O Liberal, 28 fev. 2016



Fonte: O Liberal, 2016.

Na legenda que acompanha a foto, o jornal estampa “Risco-Pedestres ao lado de fios de alta tensão, na rodovia Augusto Montenegro” (O LIBERAL, 2016, capa). A leitura da legenda apresenta a onipresença da violência na cidade.

Em um panorama geral, observamos que a narrativa sobre a violência, intriga principal nas nossas análises, se configura nos dois periódicos, no período selecionado, a partir de alguns elementos que conduzem o olhar e a compreensão dos sujeitos-leitores. A violência é a associada à cidade, pois os conectores rememoram aspectos da relação

dos indivíduos com o espaço e o tempo vivido na cidade. Como nos diz van Dijk (2005, p. 16) ao falar sobre o conhecimento que as pessoas têm a partir das notícias.

Podemos ler uma matéria de jornal sobre um caso específico de violência [...], e nossa compreensão de tal história forma um modelo daquele evento. Lendo com mais frequência sobre tais eventos no jornal, construímos outros modelos de eventos, e após algum tempo podemos inferir um conhecimento mais geral sobre violência doméstica pela generalização e abstração a partir desses modelos específicos.

Com relação ao plano de expressão, nas análises dos jornais, percebemos que os jornais se utilizaram dos conectores gramaticais para enunciar suas intenções ou causar efeitos de sentidos em seus leitores. Por exemplo, nas manchetes seguintes: “Um dia de caos em Belém”, publicada no *O Liberal*, em 14 de fevereiro de 2001, e “Tiroteio e pânico no Iguatemi”, publicada no *Diário do Pará*, em 14 de agosto de 2007, observamos que os jornais, utilizaram, em *O Liberal*, o substantivo masculino caos e, no *Diário do Pará*, os substantivos masculinos, tiroteio e pânico, este último sendo também um adjetivo. Esses conectores gramaticais, causam o efeito de sentido de medo contra o mal, portanto, contra a violência.

Por fim, em relação ao plano da metanarrativa, percebemos que os jornais, construíram suas narrativas a partir de um tema de fundo, de luta contra a criminalidade e insegurança na cidade de Belém. Um plano que os permitem, em certa medida, utilizar da retórica jornalística para tentar convencer aos seus leitores, sobre a exclusão do outro considerado como “infrator”. Este pano de fundo ético-moral é o que possibilita que, através da geomidiatização da cidade, visto nos capítulos anteriores, os jornais hierarquizam os acontecimentos e as pessoas afetadas.

Analiticamente, observamos, a partir das tabelas 4 e 5, e das imagens, que os jornais, retoricamente construíram, personagens que realizam as ações narradas de uma forma impessoal e generalizada. De um lado, são instituições e de outro lado, cidadãos em geral. Entretanto, constatamos que esses personagens são apresentados como o outro, no sentido de ser diferente de nós, contra a hermenêutica do Eu-Tu, em que o outro me completa e define a minha alteridade, mas sim, no sentido hermenêutico Eu-Isso em que, o outro é simplesmente um elemento de objetificação ou experimento.

Por fim, o que se narra nos textos jornalísticos é a cidade de Belém. Uma cidade que é apresentada, ao mesmo tempo, bela, violenta e suja. No entanto, essas representações, a partir do imaginário Durandiana e da postura hermenêutica Ricoeuriana, principalmente, na “Simbólica do mal” (RICOEUR, 2017), apontam nas suas narrativas

para o mal, portanto, a violência. Ou seja, Belém é narrada como uma cidade violenta. Entretanto, a partir da sua feminização através do substantivo “bela”, logo, a cidade é, em última instância, considerada ao mesmo tempo violenta e segura. Uma dualidade que se expressa, por exemplo, pelo ódio e amor que os taxistas têm pela cidade de Belém.

Portanto, esse sentido ou significação sobre a cidade, nas narrativas dos impressos, acabam por contribuir um sentido de experiência para os taxistas. Narrativas que passam a guiar o estar junto e estar a ser de seus autores na cidade. Isto é, (des)constroem seus mundos possíveis e a visão desse mundo que faz, ao mesmo tempo, da cidade de Belém, como um lugar seguro, uma vez que, ela, a cidade, é considerada como casa e também, como lugar perigoso sitiado pela violência urbana.

Na pesquisa, trabalhamos as narrativas dos jornais, na confluência das relações dos taxistas, uma vez que esses periódicos são consultados por esses trabalhadores, como instâncias, não somente de informações, mas como relações comunicativas de conhecimento sobre os fatos que ocorrem no mundo, ou melhor, na cidade de Belém

Quando indagados como “As notícias dos jornais influenciam a sua forma de trabalho e de viver em Belém? ”, os taxistas responderam que, se apropriavam dessas narrativas jornalísticas para redefinir suas vidas ou realidades vividas. Ou seja, realizavam uma reconfiguração dos textos jornalísticos para entender a si mesmo, o outro e o mundo.

Por fim, através da reconfiguração dos textos jornalísticos, os taxistas, enquanto moradores da cidade, expressam tanto o amor quanto o ódio pela cidade, considerando a identificação dos outros, diferentes deles, principalmente àqueles indivíduos malfeitores, responsáveis pela insegurança da cidade. Eles consideram, respectivamente, a cidade, como um lugar onde, apesar das adversidades, a vida ainda é possível. Nesse aspecto, para evitar esse outro indesejado, mudam suas rotinas cotidianas.

Portanto, novas socialidades são elaboradas pelos taxistas, com o objetivo de viver na cidade e com a cidade, assim como com o outro, conforme apresentamos nos depoimentos dados nas entrevistas.

Ao reconfigurar a narrativa jornalística de que a cidade é violenta, o Sr. AMPA1, de 40 anos, afirma que, em certa medida, as notícias de jornais o influenciam, pois, “devida a essa matança que está tendo aí, a gente fica com medo de passear em certo lugar, de pegar certas pessoas no meu trabalho, pelo menos no meu trabalho né [...] a

gente não sabe quem é quem” (informação verbal¹⁵²).

Da mesma forma, o Sr. AMPA2, de 51 anos, relatou que as notícias nos jornais têm um sentido duplo para ele, ao mesmo tempo que, informam sobre os infortúnios na cidade, como fechamento de ruas, alagamentos, engarrafamentos, entre outros, os jornais também indicam lugares que precisam ser evitados, pelos acontecimentos violentos. “Tem lugar que a gente não entra [depois de ler as notícias]” (informação verbal¹⁵³).

O Sr. AMPA3, de 49 anos, afirma que vive em um local de muita criminalidade, “pois lá que têm muito assaltos”, mas quando efetua a leitura dos jornais, e encontra informações sobre outros lugares violentos, ele evita. Finaliza seu relato, dizendo: “Belém é uma cidade boa de se morar, está faltando só mais segurança, [...] Gosto muito de Belém!” (Informação verbal¹⁵⁴). Já para o Sr. AMPA4, de 50 anos, as notícias dos jornais têm o sentido “sempre de orientar a gente, desde manhã, a gente vai sair para trabalhar, a gente já vi, alguma coisa, uma notícia, uma informação” (informação verbal¹⁵⁵).

O Sr. AMPA5, de 64 anos, acredita que as informações divulgadas, pelos jornais, são importantes para prevenir os cidadãos contra a violência, mas que as notícias, com certeza, influenciam sua relação com a cidade.

[...] cena onde pessoa morrendo, matando. Eu, por exemplo, não vivi o momento tão [violento como agora. Apesar de que as notícias de jornais dão medo que leva a] não realmente viver [a cidade], [...] o jornal [dá] todas as informações [que podem dar medo, mas] tu fazes a tua análise né [o jornal faz com que] a pessoa [...] tem certa precaução. [De apanhar certas pessoas] a gente [pode até] pegar, mas a gente dá aquela... dá uma freada aí, oba! Oba! Observar se vale a pena ou não. Senão tu já segues né (informação verbal¹⁵⁶).

Nesses relatos, sendo os primeiros taxistas entrevistados, observamos alguns aspectos importantes nas falas desses sujeitos: as respostas foram objetivas; tem uma visão da cidade de Belém como violenta; os jornais são instâncias de influências; mudam suas rotinas a partir das narrativas jornalísticas; temem ser surpreendidos pela criminalidade, e por fim, criam novas socialidades entre eles e os outros.

¹⁵² Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹⁵³ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹⁵⁴ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

¹⁵⁵ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

¹⁵⁶ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

No segundo bloco de entrevistas, conversamos com os integrantes do ponto de táxi ATBBC. O Sr. ATBBC2, de 40 anos, de pronto nos disse que, após ler os jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, tem medo da violência e, por consequência, evita pessoas e lugares. Já o Sr. ATBBC1, de 50 anos, declarou que as notícias dos jornais o influenciava financeira e politicamente. Para ele, os jornais têm um papel importante, porque possibilita conhecimentos sobre o vai pelo mundo e permite assim, em certa medida,

[...] conversar com o cliente. Então, nós temos que ter assunto para debater, não só com clientes, mas dentro de grupos de amigos [...] influencia sim, a parte do jornal que eu não leio é a parte policial. Eu evito ler porque a gente já sabe o que acontece no dia a dia. Só leio as atualidades, né, os eventos que têm, a parte política, econômica (informação verbal¹⁵⁷)

O Sr. ATBBC3, de 53 anos, disse que profissionalmente, os jornais não o influenciavam, já que ele já convivia com a violência. De acordo com suas palavras, “eu tenho essa rotina [de violência]. Então, quando eles [jornalistas] falam, eu já sei [o que aconteceu], às vezes, coisas que eles nem falam, a gente já sabe entendeu” (informação verbal¹⁵⁸).

Em entonação um pouco diferente, ouvimos o depoimento do Sr. ATBBC4, de 58 anos. Segundo ele, as notícias dos jornais o deixavam preocupado, até mesmo para sair de casa, pois quando a gente sai, não sabe se vai voltar. “A profissão é muito de risco, o táxi. Você pega todo mundo, né? Não sabe quem e quem? Você não sabe se está com bandido ao seu lado [...]” (informação verbal¹⁵⁹). Com uma argumentação mais elaborada, o Sr. ATBBC5, de 47 anos, nos disse que não assiste jornais, pelo conteúdo de violência expresso nas notícias.

Olha, as notícias, elas, por exemplo, eu não assisto os jornais. Elas **influenciam** na maneira de viver quando você vê o índice, por exemplo, de violência. Isso é para você ter mais de precaução, de sair para rua e se resguardar. O jornal está informando o que está acontecendo. Todo dia está morrendo gente. E não é um nem dois, são várias pessoas morrendo, né? Então, o que o jornal está te informando? Que “a rua está violenta”, que você tem que sair para a rua preocupado com isso, te resguardando, do sinistro (informação verbal¹⁶⁰).

¹⁵⁷ Coletada por meio de entrevista em 18/04/2018.

¹⁵⁸ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

¹⁵⁹ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

¹⁶⁰ Coletada por meio de entrevista em 21/04/2018

Nesse segundo bloco, encontramos opiniões diferenciadas, mas os entrevistados têm consciência da violência urbana. Atribuem um importante papel aos jornais, mas alguns o evitam, pela constatação dos fatos que acontecem na cidade, assim como com as pessoas. Ao mesmo tempo que um dos entrevistados diz que não sofre influência dos jornais, porque não assiste, relata informações provenientes da mídia. Portanto, percebemos contradições.

No terceiro bloco de entrevistas, conversamos com os taxistas do ponto de táxi ATM. Em linhas gerais, os taxistas afirmaram que as narrativas dos jornais influenciavam suas formas de viver e trabalhar na cidade, provenientes das notícias sobre violência. O Sr. ATM1, de 66 anos, inicia a entrevista, afirmando que não sofre influências das narrativas dos jornais, no entanto, considera que eles (jornais) o ajudam a ter conhecimento ou saber o que estava acontecendo ao seu redor. Disse ainda, que segundo as notícias divulgadas nos jornais, o bairro em que morava é considerado como “área vermelha”. Adjetivação desaprovada pelo taxista. Diferente do pensamento dele, o Sr. ATM2, de 67 anos, nos confirmou que os jornais o influenciam, inclusive afirmando, que em certas situações, atrapalham, profissionalmente. Para ele, as notícias dos jornais, principalmente, as matérias publicadas no caderno polícia, deixam ele “nervoso e com medo”. “Como estou te falando, você precisa ter cuidado, para não estar na hora errado, no lugar errado”. (Informação verbal¹⁶¹).

O Sr. ATM3, de 46 anos, é fortemente influenciado pelas narrativas dos jornais, principalmente,

[...] a parte de crime, aí dá, passa a dar certo receio, se ler a parte de crime. Caso não leia isso, não. [...] a gente vê no noticiário a parte de crime, é, pelos locais que mais acontecem, anuncio de assaltos com assassinatos. Aí você passa a ficar temeroso, tem certo receio de ir aquele local tanto buscar passageiros, ou levar passageiros. [...] como teve essa onda de crime agora, recentemente, todo mundo ficava, meio receoso quando pegava uma corrida para tal local. Porque hoje em dia a gente quer ficar aqui no coração [no centro da cidade]. Sente certo receio das pessoas. Hoje em dia tem muita gente que teme a polícia, que era para nos proteger do [crime], a gente fica assim, quando eles abordam a gente e podem colocar uma coisa no carro e insinuar que a gente está fazendo uma coisa ilícita nesses bairros. É complicado né (informação verbal¹⁶²).

¹⁶¹ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹⁶² Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

Do mesmo modo, o Sr. ATM4, de 44 anos, é influenciado pelos jornais. “Você, acaba ficando com medo, né, porque vê tanta coisa, tanta violência, tanta situação de risco. Você acaba tendo que, seguir um padrão que te dá mais segurança para você trabalhar” (informação verbal¹⁶³). Também o Sr. ATM5, de 60 anos, é influenciado pelas notícias dos jornais, tanto no seu trabalho, como na sua relação com a cidade. Inclusive, relatou que não apanha mais clientes na parte da cidade considerada como “área vermelha”. Para ele, os jornais são fontes de informação, tanto para ele quanto para seus filhos. “Tenho dois filhos que, eu procuro todo que é de bom, de ruim, tanto ver ou ouvir nos jornais” [para me atualizar]” (informação verbal¹⁶⁴).

Nessas entrevistas, constatou-se mudanças de comportamentos dos taxistas, tanto na rotina do trabalho, como na vida familiar. Do mesmo modo, no olhar para com o outro. Esses sujeitos criam novas socialidades com a cidade.

Em relação aos lugares, é interessante perceber que os entrevistados os designam, genericamente como “área vermelha”, designação presente também nas narrativas jornalísticas. O não uso de nomes próprios destes lugares se inscreve, pensamos, na estratégia narrativa de causa, em certa medida, efeitos de sentidos nos leitores. Se isto é uma evidência, evocamos este fato para lembrar o que Durand (2010) chamará de “gramática do imaginário”, em que se relativiza o nome próprio de lugares e de pessoas. Esta relativização vem compensar a falta de importância do nome próprio nos processos imaginativos. Assim, os nomes próprios de lugares, considerados como “área vermelha”, talvez, em certa medida, não teriam um grande impacto no leitor da mesma forma que “área vermelha”. Mas, constatamos que alguns nomes de bairros da periferia de Belém sofrem uma carga simbólica do mal muito grande, pois o simples fato de nomeá-los já gera uma repulsa nos indivíduos, um certo estranhamento.

A cor vermelha aqui, remete principalmente ao sangue, não no sentido religioso de perdão do pecado, portanto, de vida, entendimento também das ciências de saúde; nem também no sentido de poder, mas no sentido de morte, guerra, logo, de violência. Nesse sentido, ao designar de ‘áreas vermelhas’ a determinados lugares, se demarca uma construção imaginativa do medo, em que os indivíduos podem perder, a qualquer momento, a vida, ou mesmo para uma banalidade, tal como entrar, de forma enganada em um beco do bairro, que previamente não pediu a autorização, e sofrer um ato violento,

¹⁶³ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

¹⁶⁴ Coletada por meio de entrevista em 24/04/2018.

ou “estar na hora errado, no lugar errado”, como disse acima o Sr. ATM2, de 67 anos, como disputa de rua, dever um real a alguém, entre outras banalidades.

“Bandido”, “vagabundo” e “marginais”, são outras relativizações dos nomes próprios, mas agora, para os atores das ações narradas. Como foi no caso de nomes de lugares, imaginativamente, o nome próprio do suspeito de ter cometido o crime não causaria um efeito de sentido importante. Até mesmo os acusados, para demarcar seus poderes ou influências, sempre se fazem chamados pelos apelidos, que quase sempre, sugerem à violência.

O que se busca na relativização dos nomes próprios dos acusados, pensamos, é uma generalização e uma atemporalidade do sentido atribuído a esses acusados. Se categoriza um tipo de cidadão mesmo sem prova, como propenso à violência. Segundo Durand, a gigantização é “o processo psicológico de amplificação das imagens que acompanha a desrealização esquizofrênica” (DURAND, 1997, p. 136). “Gigantizar” a atuação desses acusados, para nós, significa causar o efeito de sentido da periculosidade desses indivíduos nos cidadãos leitores.

Sendo objetivados os indivíduos, ou seja, aqueles acusados de criminalidade, conforme observado nas entrevistas, constatamos o apagamento do outro enquanto humano. O apagamento aqui, dos suspeitos é justamente a relativização de seus nomes que tem como consequência, suas objetivações enquanto o Isso. Sendo o Isso, esses indivíduos perdem a qualidade de cidadão, já que não pertencem à categoria de “cidadão de bem” ou “pai de família”, e perdem também suas unicidades enquanto indivíduos, uma vez que passam a ser designados, a partir de conectores gramaticais generalizantes depreciativos como, “sujeitos ou elementos”.

Por fim, em relação à noite, momento do dia, remete ao tempo. Tempo diferente do tempo cronológico, mas o tempo que Ricoeur (2010c), considera como “tempo humano” que nasce, para o autor, das trocas “entre historização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica” (RICOEUR, 2010c, p. 173). Ficção aqui, de acordo com o autor, é entendida a partir da sua função positiva de revelação e mudança de costumes e vida. Isso nos leva dizer, junto com o autor, é um tempo narrado, portanto, um tempo refigurado pela narrativa. Um tempo não linear e baseado nas experiências vividas.

A noite assusta não só por causa das trevas, que simboliza a ignorância, a incapacidade, o desespero, a insegurança, o inconsciente, a instabilidade, ou, dominação da natureza sobre homem, a incompreensão, a encantação, as crenças, os mitos, as

representações simbólicas, enfim, a violência. No entanto, no caso dos taxistas, além da violência presente na noite, o que mais os assusta são suas experiências e lembranças.

Lembranças e experiências dos momentos que eles, conforme relatos, sofreram a violência, como reféns, ou com a incerteza sobre a vida quando saem para trabalhar, uma vez que há relatos de taxistas que foram assaltados e de outros que tiveram seus colegas assassinados. Muitos já ouviram ou assistiram seus colegas de trabalhos, ou outros cidadãos, perderem a vida durante a noite. De perder carros e rendas, de serem torturados e ameaçados, sem que possam se defender contra o poder dos chamados “bandidos”.

A escuridão, portanto, as trevas, segundo Durand (1997), como primeiro símbolo do tempo, que dificulta ver com clareza o horizonte de possibilidades do fim da violência. A noite, para os entrevistados, tem um forte efeito de sentido, pois muitos ouviram ou viram colegas saírem para trabalhar e não mais retornar.

Assim, as categorias outro, lugar e tempo (noite), como estruturadoras de formação de imagens ou grupos de imagens, que são elaboradas pelo que chamamos de “cenas do medo” que, ao se relacionarem, formam as “geografias do medo”, e se articulam a partir da geomidiatização da cidade de Belém. Assim, a partir das cenas de medo e das geografias de medo que, em geral, elaboramos o imaginário do medo, levando a objetivação do outro e de sua exclusão.

Com essas observações, chegamos ao final do processo reconfigurante do texto narrativo, que foi configurado pelos jornalistas a partir de seus respectivos mundos pré-configurantes. Na reconfiguração do texto jornalístico pelos taxistas, vimos que estes, nas suas respectivas apropriações, de uma forma ou de outra, adaptaram à proposição de um “mundo” pelo texto para as suas vidas cotidianas. Seja, trabalhando somente do dia ou evitando certas pessoas, ou deixando de frequentar certos lugares. Essas apropriações, conforme análises, não se fazem passivamente, já que os taxistas, graças as suas lembranças e experiências vividas, criam novas socialidades para se prevenir contra a violência urbana.

Assim, o texto escrito pelos jornalistas e (des)escrito pelos taxistas, é reescrito como obra conjunta ou em coautoria, em que passamos a ter um novo entendimento de si, do outro e do mundo que nos rodeia. Portanto, a ‘nova’ obra passa a ser entendida com “a entrada em cena da subjetividade do leitor” (RICOEUR, 2013, p. 67). Para o autor, a leitura, opera uma mediação “entre o mundo fictício do texto e o mundo efetivo do leitor. [Assim, para ele] é através da leitura que a literatura retorna à vida, isto é, ao campo prático e prático da existência” (RICOEUR, 2010c, p. 172).

Constatamos assim, que o exercício de leitura do texto, como chave hermenêutica do entendimento de si, não é contemplado na démarche analítica de Motta, o que nos obriga a retomar nossas análises com Ricoeur, pois a efetivação do percurso mimético interpretativo Ricoeuriano, oportuniza realizar, através da mediação a leitura entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Portanto, seguimos na “análise compreensiva da narrativa”.

Nesta démarche, a proposição do texto de coautoria entre taxistas e jornalistas, em que se configura “a cidade de Belém como uma cidade violenta”. A compreensão desse é relevante nesta pesquisa, porque é, segundo Ricoeur (2010c, p. 172), “um mundo no qual poderíamos morar e desenvolver nossas potencialidades mais próprias”. Assim, sem a compreensão da leitura, o mundo se configuraria como “uma transcendência na imanência; a esse título, continua sendo algo do texto” (RICOEUR, 2010c, p. 172).

Portanto, a proposição de mundo que o texto coescrito pelos jornalistas e taxistas apresenta, pode ser refletido e resumido, na apropriação e adaptação do relato do taxista ATBBC5, de 47 anos, quando afirma ser a cidade “um mundo violento”. Diante dele, tenho pelo menos duas atitudes: o ignorar ou o aceitar. Ignorar seria uma ingenuidade da nossa parte, já que negamos o que de fato experimentamos, enquanto morador de Belém, no cotidiano.

Assim, identificamos a construção de uma cidade violenta, nas narrativas do cotidiano, que a partir do imaginário do medo, originado pela conexão entre as cenas de medos e as geografias de medo, ambas, estruturadas pelo medo do outro, do lugar e do tempo, entre seus habitantes, faz surgir socialidades baseadas na evitação do outro, que se pensa ser capaz de causar danos. Esta evitação se materializa pela geomidiatização da cidade, operacionalizada através da retenção, física ou simbólica, deste outro, tanto na “periferia da cidade” quanto no “centro da cidade”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E é a partir da leitura do texto coescrito que elaboro minhas considerações finais, com o objetivo de me entender como morador da cidade de Belém, que desvela diante de mim, a minha experiência de vida. Este desvelamento operacionaliza-se a partir da fusão do meu horizonte e do horizonte do texto, já que, a violência narrada no texto, é uma violência que experimentei, na rua em que moro, São Francisco, bairro de Batista Campos. Desde que moro nesta rua, testemunhei assaltos e morte de homens. Em duas circunstâncias diferentes, cinco homens foram mortos: de um lado, um morador de rua que, de acordo com que se disse no momento do assassinato, foi morto por não pagamento da dívida de droga e de outro lado, quatro homens foram mortos na perseguição policial. Além desses assassinatos presenciados, já sofremos assalto no ônibus indo para a universidade.

Essas experiências pessoais, em certa medida, comprovam a consistência do mundo proposto pelo texto que estamos interpretando. A comprovação vem também do que ouvimos e vemos acontecendo na cidade. Comparar as minhas experiências vividas com as experiências narradas no texto que está sendo interpretado, se configura, acreditamos, na apropriação do texto visando compreender a nossa situação de morador da cidade. Situação, dominada pelo medo de sofrer, de novo, a violência. Assim, como no caso dos entrevistados, tomamos precauções que visam evitar certas pessoas, certos lugares e determinar o tempo de saída e volta para casa. Contudo, a análise compreensiva da narrativa me fez entender que essas precauções, além de me levar a excluir o outro que desconheço, e que prestamos a atenção a nos fazer o mal, dificultam o entendimento de si, uma vez que este se baseia na compreensão do outro excluído.

Assim, me entendendo como morador de Belém, a partir da leitura coescrita pelos taxistas e os jornalistas, compreendo que a cidade em que moro, é uma cidade violenta. Também compreendo que o outro, conhecido ou não, tem um rosto que me lembra da minha responsabilidade com a sua vida, e da preservação da sua dignidade humana. A leitura do texto me leva a agir para mudar, primeiro, meu cotidiano, o cotidiano do outro e a cidade de Belém, enquanto meu mundo circundante. Mas como o fazer? Já que lidamos com um fenômeno social complexo, a violência urbana.

O agir que tende a mudar a situação da violência urbana na cidade de Belém, que optamos, a partir da leitura do texto escrito pelos jornalistas e taxistas, se inscreve, de

acordo com as reflexões de Ricoeur (1988), em três dimensões: o pensar, o sentir e o agir. O pensar é o que estamos fazendo quando realizamos esta pesquisa (dissertação), mostrando que a violência não deve ser tratada somente, a partir de abordagens objetivantes, mas também e, sobretudo, a partir de abordagens subjetivas que devem colocar no centro de todas as estratégias, a preservação e continuação da vida humana e do universo. Ou seja, abordagens baseadas na relação hermenêutica-ontológica Eu-Tu em que respectivamente, a humanidade de um depende do outro.

O sentir, materializa-se na busca de deixar a lamentação que me leva a perguntar o porquê fui assaltado? E de querer obter a justiça. Ou seja, aprender a fazer o trabalho de meu “luto”. Citando Freud, dirá Ricoeur (1988, p. 50), o luto seria, em certa medida, “um desligamento, passo a passo, de todas as amarras que nos fazem ressentir a perda de um objeto de amor, como a perda de nós mesmos. [O] trabalho de luto, torna-nos livres para novos investimentos afetivos”. A perda de nós mesmo que pode ser materializada, acreditamos, na preocupação de não sofrer de novo a violência urbana. Ou seja, passamos a viver de acordo com o agir imaginado do outro, que podemos encontrar ou não, e que pode nos causar danos.

No agir, pensamos em continuar explorando esta temática no Doutorado, a partir do foco que visa entender os processos comunicacionais que podem estabelecer-se, vis-a-vis, entre o Eu “centro” e o Tu “periférico”, ambas, moradores da Região Metropolitana de Belém, RMB.

Assim, com o procedimento hermenêutico foi operacionalizado a partir da démarche conceito-metodológico delineado no primeiro capítulo e que, no último capítulo, o quinto, desembocou no que chamamos de “análise compreensiva da narrativa” enquanto procedimento analítico que parte da interpretação do texto para o entendimento do outro e do universo até o entendimento de si visando a mudança do agir humano.

Sendo que, a démarche metodológica-conceitual foi definida através de três posturas: primeira postura, a cidade foi considerada como um texto o que possibilitou que consideramos os taxistas como coautores da cidade construída nas páginas dos jornais, diariamente, uma vez que devido a sua profissão, eles precisam percorrer a cidade, e ao mesmo tempo, consomem a leitura sobre a cidade enquanto texto, quando trabalham. Outra, a cidade foi analisada a partir das narrativas do cotidiano enquanto conversas do dia a dia que permeiam o assunto principal que é a cidade. E por fim, a terceira postura, a cidade não foi pensada somente a partir da geografia, a sociologia urbana, a arquitetura, o urbanismo, entre outras ciências, mas sim, a partir também e sobretudo, de um olhar

nos processos comunicativos.

Diante da onnipresença da violência urbana na cidade de Belém, os seus habitantes, no caso, os taxistas, adotaram novas socialidades que, em geral, se inscreve na lógica de evitação do outro que é um resultado de um processo que se desencadeia a partir do “imaginário do medo” que se elabora a partir de “cenas” de medo enquanto imagens e grupos de imagens que se elaboram a partir do medo de outro considerado como capaz de nos fazer o mal, de certos lugares considerados como perigosos e de alguns momentos de dia (noite), portanto, tempo, considerado como perigoso para estar fora de casa. Por exemplo, a evitação operacionalizou a partir do que entende-se por geomidiatização da cidade uma vez que articula na retenção simbólica ou física do outro enquanto humano *tout court*.

Sendo que, estas novas socialidades surgiram a partir do imaginário do medo que tem como base a relação Eu-Isso, pois pode ser considerado como objeto de estudo submetido a qualquer tipo de experimento. Contudo, o medo percebido durante as entrevistas se configura não somente como resposta biológica de alerta contra o perigo, mas também, como dispositivo de controle e dominação do homem sobre o homem. Isto se torna possível graças as lembranças do passado, supostamente considerado sem violência, com paz e segurança já que a mente tem o poder de enfrentar o presente incerto, violento e inseguro, visando o futuro, no qual se espera paz, prosperidade e segurança.

Percebeu-se, também, a partir da leitura da cidade que o ato configurante dos jornalistas e o ato reconfigurante dos taxistas chegou no entendimento, enquanto morador de Belém, levou a pensar, sentir e agir no intuito de participar na diminuição da violência urbana enquanto o mal cometido por um determinado cidadão contra outro que vai sofrer este mal sem o cometer.

Essas experiências e socialidades entre a cidade de Belém, a mídia, os indivíduos, e o imaginário do medo originam novas socialidades que, em geral, se caracterizam pela exclusão do outro através da retenção física ou simbólica. Ou seja, a mídia impressa paraense reforça a construção e compartilha experiências, em suas narrativas jornalísticas, de um imaginário do medo sobre a cidade. A construção desse imaginário do medo cria novas experiências e socialidades entre os indivíduos e a cidade, e ressignifica o estar junto para com.

Sendo que esta ressignificação do estar junto se configura, como visto, como consequência lógica de apresentação da cidade de Belém como um “lugar violento” devido a seu abandono pelas autoridades competentes, nas mãos dos chamados

“bandidos” ou “vagabundos” ou “marginais”, entre outras denominações, que, a partir de suas ações, causam danos contra os chamados “cidadãos de bem” que se sentem traídos pelo estado que aparece conciliante com os autores dos males que eles sofrem.

O que remete aos entrevistados enquanto homens trabalhadores e “cidadãos de bem” são obrigados a buscar com as próprias mãos, a justiça. Porém, não se exclui que a busca pela justiça era, na verdade, a busca de vingança do fato ocorrido que a partir da geomidiatização da cidade, atizam a vingança nas narrativas cotidianas, pois apresenta a violência urbana provinda da “periferia”. Isto é, de certos bairros da cidade e, também na de luta contra a insegurança e da criminalidade. Contudo, esta visão da luta contra a violência não é, de acordo com a pesquisa, a exclusividade dos jornais, mas sim, uma visão compartilhada pelos entrevistados.

Enquanto, fenômeno social, a luta contra a violência urbana, por si só, mostrou, uma abordagem não adequada, pois exige a combinação coordenada da objetividade e da subjetividade no agir, pensar e sentir quando se quer realmente reduzir seus efeitos na vida das pessoas.

No intuito de fornecer condições para a continuidade da pesquisa iniciada com esta dissertação, recomenda-se o seguinte para uma pesquisa futura:

1. Qualificação do fazer jornalístico ligado a temática, pois objetiva o debate social, na cidade de Belém, entorno da violência no intuito de ver como, a partir do agir, mudar ações que vão no sentido de minimizar a incidência da violência enquanto mal, na vida dos moradores de Belém uma vez que leva a responsabilidade no sentido de preservar a vida e a dignidade;
2. Fazer jornalístico, a partir dos dispositivos socioculturais que contribuem na humanização dos processos comunicativos entre os moradores da cidade visando que a relação hermenêutica-ontológica Eu-Tu, se configura como dispositivo de regulamento de adversidades entre sujeitos uma vez, como visto, a sociação entre os sujeitos ajuda que os sujeitos desviados, de uma forma social, voltassem-se dos sentimentos humanos e permitir que a socialidade, portanto, o sentimento do estar junto estruturar suas interações sociais em que, cada um sente-se responsável para com o outro assegurando a sua vida e a sua dignidade enquanto humano.
3. Fazer um aprofundamento sobre as políticas públicas, ou seja, do poder público em geral e em particular, o poder municipal, uma implicação no sentido legal visando a qualificação e humanização do fazer jornalístico relacionado à temática de violência.

4. Fazer o investimento na formação dos profissionais cada vez mais engajados no respeito da dignidade humana e direitos humanos. Quer dizer, profissionais capazes de respeitarem, apesar de tudo, os preceitos e normas ético-moral da profissão na área de Ciências de Comunicação. Também, recomenda-se um investimento na abordagem da comunicação como relação, portanto, ação que liga sujeitos na sociedade no intuito de ver como, a partir de suas cotidianidades, os moradores de Belém, podem, através das interações comunicativas, criar um mundo comum de interesse que não seja outra coisa que o estar junto para com outro.

A pesquisa mostrou que entre os habitantes do “centro” e da “periferia”, e vice-versa, há grande desconfiança entre eles uma vez que uns consideram os outros como autores de seus sofrimentos no sentido de perda de bens e vida como no sentido de ser excluído da sociedade. Justamente, o aparente conflito entre a “periferia” e o “centro” nos parece como fonte a partir da qual, os verdadeiros cidadãos que agem fora da lei, se aproveitam para continuar operando em toda tranquilidade suas atividades delituosas. Ou seja, propiciar mecanismo que vise gerar esses conflitos aparentes que inscreve no agir Ricoeuriano de reduzir os efeitos do mal sofrido por alguém que não o cometeu.

Afirmamos que a comunicação enquanto relação ou lugar onde se constrói mundo comum ou uma religião que liga indivíduos pode se configurar como um dos dispositivos de combate à violência urbana uma vez que coloca indivíduos entorno de uma, digamos, realidade comum. É desta *mise en commun* do mundo comum que pode potencializar a dissipação da desconfiança entre uns aos outros. Desconfiança que, pensamos, constitui-se como terra fértil de desenvolvimento da insegurança e a criminalidade uma vez que possibilita a emergência de um quadro não institucional de resolução de conflito baseada na exclusão do outro.

Se de um lado, a pesquisa atingiu o seu objetivo, ela revelou uma conexão entre as categorias medo, temporalidade, espacialidade, imaginário e narrativa determinando o que chamamos aqui de “cartografia comunicativa”, não explorado na pesquisa e que pode ser tema de uma nova pesquisa que buscará saber quais tipos de processos comunicativos estabelecem-se entre o “centro” e a “periferia”.

Como pesquisador pretende-se a continuidade deste estudo que, ao mostrar que a cidade, apesar da insegurança e criminalidade, portanto, da violência urbana, ela continua sendo o lugar onde a vida é possível ser vivida e preservada, revelou que o medo

é um dos tensionamentos que permeiam a relação entre indivíduos ou suas interações sociais. Neste sentido, aguça a inquietação em saber como, a partir da dimensão pedagógica do medo, ver como ele, medo, pode ser utilizado como forma de um dispositivo regulador das práticas sociais no sentido de reduzir os efeitos da violência urbana na sociedade.

Outra inquietação e curiosidade, a partir de uma postura hermenêutica, entender o outro, desafio da comunicação enquanto dimensão humana que religa ou coloca sujeitos em uma experiência comunicativa que os colocam uns ao lado dos outros. Entender o outro na contemporaneidade parece capital uma vez que leva ao entendimento da relação comunicativa Eu-Tu, objeto da comunicação enquanto relação. Ou se essa relação comunicativa é possível. Tal entendimento é capital já que as realidades da época atual favorecem a dominação de uma abordagem Eu-Isso que faz do outro, um objeto de experiência e não como o eu exteriorizado determinante no entendimento do agir humano.

Entender o outro como outro me parece uma chave hermenêutica do entendimento da violência urbana enquanto fenômeno social. Se a tecnologia objetiva pregar um policiamento da cidade como forma de acabar com a violência urbana, a tecnologia subjetiva, através dos processos comunicativos deve privilegiar o entendimento do outro que deve nos revelar que o problema não é ou Tu, mas o Eu que deve se responsabilizar da continuidade e preservação da vida do outro através de um pensar, agir e sentir que visa a mudança das ações humanas cada vez mais excludentes de outros que pensam diferentes de nós ou que são diferentes de nós.

Entender o outro significa entender o seu contexto sociocultural que sempre são dependentes do contexto espaciotemporal, portanto, do espaço enquanto produto deste contexto sociocultural. Assim, se entre outros méritos da pesquisa é de mostrar que a cidade, principalmente, a cidade de Belém, apesar da violência, é ainda um lugar onde a vida se desenvolve, ela aponta para uma necessidade de uma “comunicação urbana” que tem como objetivo, colocar a Comunicação no âmago do social, ou seja, buscar entender o papel da Comunicação nas experiências humanas de pessoas como forma de potencializar a sua dimensão humana de administração de conflito ou do diferente quando se quer entender a problemática da violência urbana na cidade de Belém. Entender o outro, me parece como uma tecnologia eficaz na construção de um mundo comum, condição indispensável rumo à resolução de conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, O. **Marca Amazônica**: o marketing da floresta. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.
- AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**: magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.
- ARRUDA, E. S. **Porto de Belém do Pará**: origens, concessão e contemporaneidade. 2003.
- BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAKHTIN, M. M. **Problema da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Lisboa: Relógio D'Água Editores; 2005.
- _____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed. 2008.
- BECKER, H. Conferência: a Escola de Chicago. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°2, p. 177-188, 1996.
- BETTELHEIM, B. **Na terra das fadas**: análise dos personagens femininos (Extraído da obra *A psicanálise dos contos de fadas*) I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Vol. II. 12. ed.. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. **Sobre comunidade**. Sobre comunidade. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.
- CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**. Campinas, v.8, n.1. p. 40-53, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. **A cidade**. 8. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.
- CASTRO, F. F. de. **Comunicação, poder e democracia**. Labor Edições, 2012.
- _____. **A cidade Sebastiana**: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edição do Autor, 2010.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Fórum Brasileira de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2017.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERVO, A. L. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São

Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COSTA, A. C. S. et al. A hermenêutica de profundidade e os apontamentos teórico-metodológicos de análise das narrativas jornalísticas. In: MAIA, M.; MARTINEZ, M. (Org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. 1ed.: , 2018, v. , p. 295-312.

COSTA, A. et al. Medo e violência no espaço midiático: reflexões sobre as narrativas jornalísticas paraenses. In: COSTA, A. C.; AMORIM, C. T. C.; CASTRO, M. R. N. (Org.). **Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas**. Belém: PPGCom, 2018, v. 1, p. 108-131.

COSTA, A. C; KABUENGE, N. N. O feminino, a feminilidade e a “fêmea”: narrativas do corpo no jornal Amazônia. In: I Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica, 1., 2014, Belém. **Anais...** Belém: EAVAAM, 2014.

_____. Construções Discursivas do Corpo na Mídia Impressa: reflexões sobre o Amazônia jornal. In: Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia, 1., 2013, Belém. **Anais...** Belém: DCIMA, 2013.

COSTA, A. C. et. al. Narrativas jornalísticas e representações sociais da violência na Amazônia urbana. In: MARTINS, F. (org.). **Trajeto da narrativa: ensaios sobre narrativa, mídia e cognição**. Porto: Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2017. p. 95-106.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIBIE, P. Urbanidade, fonte de violência? In: NOVAES, A. (Org.). **Mutações: fontes passionais da violência**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2015. p. 387-408.

DIÁRIO DO PARÁ. Dois assassinatos por dia em Belém. **Diário do Pará**, Belém, n° 8.447, 15 agosto. 2010. Capa.

_____. Feriadão já tem saldo de 11 mortes. **Diário do Pará**, Belém, n° 11.172, 17 fevereiro. 2015. Capa.

_____. Círio 2000, o mais longo da história. **Diário do Pará**, Belém, n° 6.008, 09 outubro. 2000. Capa.

_____. Aulas na rede da Seduc só 2ª feira. **Diário do Pará**, Belém, n° xxxx, 14 fevereiro. 2001. Capa.

_____. Caos. **Diário do Pará**, Belém, n° xxxx, 21 abril. 2006. Capa.

_____. Tiroteio e pânico no Iguatemi. **Diário do Pará**, Belém, n° xxxx, 14 agosto. 2007. Capa.

_____. Filha de cabo PM é sequestrada. **Diário do Pará**, Belém, n° xxxx, 15 agosto. 2007. Capa.

_____. Radialista manda matar juiz do caso Novelino. **Diário do Pará**, Belém, n° xxxx, 26 setembro. 2008. Capa.

_____. Sespa e Seduc têm novos secretários. **Diário do Pará**, Belém, n° 9.618, 05 novembro. 2010. Capa.

_____. Falsa gravidez gera confusão. **Diário do Pará**, Belém, n° 9.923, 08 setembro. 2011. Capa.

_____. O povo decidiu: não à divisão! **Diário do Pará**, Belém, nº 10.018, 12 dezembro. 2011. Capa.

_____. Carros ficarão 10% mais baratos. **Diário do Pará**, Belém, nº 10.177, 22 maio. 2012. Capa.

_____. Suspensão concurso do MP. **Diário do Pará**, Belém, nº 10.832, 12 março. 2014. Capa.

_____. Zenaldo pode ser preso pelo caso do PSM do Guamá. **Diário do Pará, Belém**, nº 11.541, 28 fevereiro. 2016. Capa.

_____. Abono salarial será pago a 368 mil no Pará. **Diário do Pará**, Belém, nº 12.190, 14 dezembro. 2017. Capa.

_____. Mais de 150 presos fogem de presídio no Pará. **Diário do Pará**, Belém, nº 12.191, 15 dezembro. 2017. Capa.

_____. Mutuários podem ter descontos de até 90%. **Diário do Pará**, Belém, nº 12.192, 16 dezembro. 2017. Capa.

DI FANTI, M. da G. C. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v.7, nº 1e nº 2, p. 95-111, jan./dez. 2003.

DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e castigo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, p. 62-83, 2010.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Campos do Imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

_____. **Ciência do homem e tradição: o novo espírito antropológico**. 1. ed. São Paulo: TRIOM, 2008.

_____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. 4. ed.. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

EUFRASIO, M. A. A formação da Escola Sociológica de Chicago. **Plural; Sociologia, USP**, S. Paulo, nº 2, p. 37-60, 1. Sem. 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

FRANÇA, V. V. Comunicação e sociabilidade: o jornalismo mais além da informação. **Geraes: Revista de Comunicação Social**, Belo Horizonte, n. 47, p. 36-41, jun. 1995.

_____. **Jornalismo e vida: a história amena de um jornal mineiro; prefácio de Michel Maffesoli**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

_____. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**, Niterói, UFF, v. 05, np. 2001.

_____. L. Quéré: dos modelos da comunicação. In: **Revista Fronteiras-estudo midiáticos**. São Leopoldo: Unisinos, p. 37-51, 2003.

_____. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, A.; OLIVEIRA, A. C.; NASCIMENTO, G. C, RONSINI, V. M. (org.). **Comunicação e Interações**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, Compós. 2008, p.71-91.

_____. **Hermenêutica em retrospectiva**: A virada hermenêutica. Vol. II. 2. ed. Tradução Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 64-89, 2008.

GENTIL, H. S. Introdução. In: RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. v. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a, p. XI-XXII.

GIRALDI, R. **A construção geomidiática do Brasil na Argentina, no Paraguai e no Uruguai**: ô meu Brasil...una acuarela brasileña. 2014. 298 f. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação, Brasília, sn, setembro de 2014.

GIRARD, R. **Eu via Satanás cair como um relâmpago**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GLASSNER, B. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEIDEGGER, M. La Question de la technique. In: **Essais et conférences**. Paris: Gallimard, p. 9-48, 1958.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 14, p. 293-297.

JAPIASSU, H. Paul Ricoeur: filósofo do sentido. In: RICOEUR, P. **Hermenêutica e ideologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 7-20, 2013.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 90-111, 2008.

KABUENGE, N. N. Todo fenômeno pode ser um espetáculo? In: AMARAL FILHO, O; ALVES, R. de F. M. (org.) **Espectáculos culturais na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2018.

_____. **A construção/fabricação da imagem pública**: análise das narrativas jornalísticas impressas sobre os presidentes da República Democrática do Congo e do Brasil. 2016. 175 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

KABUENGE, N. N. et al. A violência como elemento de distribuição social da cidadania nos programas televisivos no Pará. In: Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia, 2., 2016, Belém. **Anais...** Belém: DCIMA, 2016.

_____. O corpo acontecimento: as narrativas policiais ou de violência nos cadernos impressos paraenses. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 16., 2015, Manaus. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015.

KABUENGE, N. N.; COSTA, A. C. O Corpo da mulher e seu lugar midiático no Amazônia Jornal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 13., 2014, Belém. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2014.

_____. A “sociedade de bem” e a exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido**: teoría y práctica. Ediciones Paidós. Barcelona Spain, 1990.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEVINAS, E. **Do sagrado ao santo**: cinco novas interpretações talmúdicas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Da existência ao existente**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. **Le temps et l'autre**. Paris: Studie, 1979.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 20, p. 13-20, abril 2003, quadrimestral.

_____. **A violência totalitária**: ensaio de Antropologia Política. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.

MARTÍN-BARBERO, J. La ciudad: entre medios y miedos. In: ROTKER, S. (Org.). **Ciudadanías del miedo**. Caracas: Nueva Sociedad, 2000. p. 29-35.

MENDONÇA, K. M. L. Do legado de Paul Ricoeur para a sociologia: uma discussão sobre hermenêutica e ética. **PERI**: Revista de Filosofia, Florianópolis, v. 6, n.2, p. 138-151, 2014.

_____. Rumo a uma teoria do mito político. In: **A Salvação pelo Espetáculo**: mito do herói e política no Brasil. Ed. Topbooks, Rio de Janeiro, 2002, p. 209-315.

MOTTA, L. G. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004.

_____. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____. A análise pragmática da narrativa jornalística. **www.portcom.intercom.org.br**. Brasília, p. 1-16, [2005?].

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**: I la République. Paris: Gallimard, 1984.

NIETZSCHE, F. W. **Assim falava Zaratustra**. São Paulo: Editora Escala, 2013.

O LIBERAL. Mortes violentas sobem para 2 por dia em Belém. **O LIBERAL**, Belém, nº 31.842, 15 agosto. 2010. Capa.

_____. Risco-Pedestres ao lado de fios de alta tensão, na rodovia Augusto Montenegro. **O Liberal**, Belém, nº 34.931, 28 fevereiro. 2010. Capa.

_____. O mais longo dos Círios. **O Liberal**, Belém, nº 29.356, 09 outubro. 2000. Capa.

- _____. Um dia de caos em Belém. **O Liberal**, Belém, n° xxxx, 14 fevereiro. 2001. Capa.
- _____. Seis horas de agonia. **O Liberal**, Belém, n° xxxx, 21 abril. 2006. Capa.
- _____. Polícia registra uma morte violenta por dia em Belém. **O Liberal**, Belém, n° xxxx, 14 agosto. 2007. Capa.
- _____. Tropas para 100 municípios. **O Liberal**, Belém, n° 32. 249, 26 setembro. 2008. Capa.
- _____. Belém também encolheu. **O Liberal**, Belém, n° 33.014, 05 novembro. 2010. Capa.
- _____. Cartório faz plantão para atender eleitor. **O Liberal**, Belém, n° 33.320, 08 setembro. 2011. Capa.
- _____. As urnas decidem: o Pará se mantém grande e indivisível. **O Liberal**, Belém, n° 33.415, 12 dezembro. 2011. Capa.
- _____. Governo reduz imposto de carro e facilita crédito. **O Liberal**, Belém, n° 33.575, 22 maio. 2012. Capa.
- _____. PMDB posa de oposição e investiga o governo Dilma. **O Liberal**, Belém, n° 34.229, 12 março. 2014. Capa.
- _____. Seguro por mortes no trânsito chega a R\$21 milhões no Pará. **O Liberal**, Belém, n° 34.931, 28 fevereiro. 2016. Capa.
- _____. Câmara de Belém aprova venda de bebida alcoólica em estádios. **O Liberal**, Belém, n° 35.580, 14 dezembro. 2017. Capa.
- _____. Governo deve ceder à pressão de servidor para aprovar reforma. **O Liberal**, Belém, n° 35.581, 15 dezembro. 2017. Capa.
- _____. Mais de 11 milhões de jovens nem estudam nem trabalham. **O Liberal**, Belém, n° 35.582, 16 dezembro. 2017. Capa.
- PAES LOUREIRO, J. de J. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2001.
- PARK, R.E. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 27-67, 1987.
- QUÉRÉ, L. D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. **Réseaux**. Paris, n° 46/47, p. 1-18, Mar-Abr, 1991.
- RANCIERE, J. The Aesthetic Revolution and its Outcomes. **New Left Review**, London, n° 14, pp. 133-151, March-April 2002.
- RICOEUR, P. **A simbólica do Mal**. Lisboa: Edição 70: Biblioteca de filosofia contemporânea, 2017.
- _____. **O si-mesmo como outro**. 1. ed.. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- _____. **Hermenêutica e ideologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. v. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.
- _____. **Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção**. v. 2. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. **Tempo e narrativa: O tempo narrado.** v. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. **O justo 1: a justiça como regra moral e como instituição.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **O mal: um desafio à filosofia e à teologia.** Campinas, SP: Papirus, 1988.

_____. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação.** RJ: Editora Edições 70, [1976].

RODRIGUES, A. D. Para uma teoria da experiência. **Revista da Faculdade de Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 19, p. 7-21, 2007.

_____. Para uma genealogia do discurso da globalização da experiência. www.bocc.ubi.pt. Lisboa, p. 1-13, 2000.

_____. Experiência, modernidade e campo dos media. www.bocc.ubi.pt. Lisboa, p. 1-32, 1999.

_____. As novas tecnologias da informação e a experiência. www.bocc.ubi.pt. Lisboa, p. 1-5, 1998.

_____. Comunicação e experiência. www.bocc.ubi.pt. Lisboa, p. 1-7, 1997.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROUSSEAU, J-J. O pacto social, Livro I, cap.VI. In: Rousseau, J-J. **O contrato social.** 2. ed.. São Paulo: Editora Escala, 2008, p. 30-32..

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 5. Ed. 3. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).** 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHMIDT, LAWRENCE K. **Hermenêutica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo.** Ciudad de México, 2018.

SHAKESPEARE, W. **O mercador de Veneza.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. O estrangeiro. **RBSE**, Vol. 4, n° 12, p. 265-271, dezembro de 2005.

_____. **Religião: ensaios volume 1/2.** 1. ed.. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

_____. **Filosofia do amor.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25, 1987.

SOJA, E. W. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. A. A. de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo.** São

Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994;

_____. **Cidade**: lugar e geografia da existência. 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, de 21 a 24 de outubro, Salvador, p. 1-10, 1997.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STEMPEL, G.H.; WESTLEY, B.H. (eds). *Research Methods in Mass Communication*. Englewood Cliffs, NJ U.S.A: Prentice Hall, 1989.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, p. 51-61, 2010.

TAVARES, D. A. **Arquitetura do medo**: memórias da paz e o cotidiano da insegurança no bairro da Sacramenta. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOLSTÓI, L. **Guerra e paz**. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2009.

TRINDADE JR., S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Pakata-Tatu, 2016.

TUAN, Y.-F. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALENTE, J. D. **A história nas ruas de Belém**: Cidade Velha. Belém: CEJUP, 1993

VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: Edusc; Belém: EDUPFA, 2005.

VAN DIJK, T. A. Notícias e conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Santa Catarina, Vol. II nº 2, p. 13-29, 2º Semestre de 2005.

VENTURA NETO, R. da S. **Belém e o imobiliário**: uma cidade entre contratos e contradições. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015.

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, São Paulo, 8, n. 1, p. 13-19, jan./jun. 2014.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Traduzido por Zélia Leal Adghirni. Brasília: UnB, 2004.

ANEXO A - GUIA DE QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado “O IMAGINÁRIO SOBRE A CIDADE: entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos indivíduos” realizado pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que busca saber como os habitantes da cidade de Belém percebem, a partir de suas experiências cotidianas e a partir das notícias nos jornais O Liberal e o Diário do Pará, a cidade de Belém.

Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais!

DADOS SOCIOECONÔMICOS

LOCAL DA ENTREVISTA				DATA				
HORA			TEMPO DE PROFISSÃO			ESCOLARIDADE		
Seu sexo:	Masculino []		Feminino []		Nº DE FILHOS			
Cor/etnia:	[] Branco(a).	[] Pardo(a)	[] Negro(a).	[] Amarelo(a).	[] Indígena			
RELIGIÃO	[] Católica	[] Evangélica	[] Espírita	[] Outras				
Qual seu estado civil?	Renda	Onde você nasceu?	Qual sua idade?	Quanto tempo mora em Belém?	Outra profissão. Qual?			
[] Solteiro(a).	[] R\$1000	[] Belém						
[] Casado(a).	[] R\$1500	[] Interior						
[] Divorciado(a) / desquitado(a).	[] ≥ R\$ 2000	[] Outro Estado						
[] Viúvo(a).								
[] União estável								

LEITURA DO JORNAL

Você lê jornal impresso?	Qual Jornal?	Há quanto tempo o senhor lê o jornal?	Horário de Leitura?	Existem outros meios de informação?	Porque o senhor lê o jornal?
[] Sim	[] Diário		[] Manhã	[] Sim. TV, radio, Smartfone, whatsapp, Redes sociais	
[] Não	[] O Liberal		[] Tarde		
	[] Outro		[] Noite	[] Não	
Com qual frequência o Sr. Lê os jornais impressos por semana?				O Sr. têm assinatura?	
O que significa a palavra CIDADE?					
O que o Sr acha da Cidade de Belém?					
Há lugares que não circula em Belém e por quê?					
Ao longo de sua profissão, o senhor percebeu alguma mudança na Cidade de Belém? Quais?					

RECEPÇÃO E (DES) APROPRIAÇÃO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

As notícias de jornais influenciam a sua forma de trabalho e de viver em Belém?	
Existe medo de circular em Belém após a leitura dos jornais impressos?	
Existe algum sentimento de medo ao fazer corrida com um desconhecido após leitura dos jornais impressos?	
O que o Sr acha das matérias sobre a violência publicadas nos jornais impressos paraenses?	
O que o Sr acha dos tratamentos dado pelos jornais impressos às pessoas acusadas de cometeram o crime?	
Qual sua avaliação da cidade retratada nos jornais impressos e a cidade que o senhor anda todos os dias?	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

ANEXO B - FOTO DO PONTO DE TÁXI AMPA



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

ANEXO C - FOTO DO PONTO DE TÁXI ATBBC



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

ANEXO D - FOTO DO PONTO DE TÁXI ATM



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE A - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 15 AGO. 2007



Fonte: Diário do Pará, 2007.

APÊNDICE B - CAPA DO O LIBERAL (CORTE), 15 AGO. 2007



Fonte: O Liberal, 2007.

APÊNDICE C - CAPA DO CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV.
2015

27/12/2017

Diário do Pará - Edição Eletrônica

Fale com a redação (91) 3084 0126/0210

PLANTÃO 24H

Diário do Pará
Belém-PA, 17/02/2015

POLÍCIA

TERÇA-FEIRA

“CARNAVAL SANGRENTO” PRODUZ 11 CADÁVERES

Nove pessoas foram assassinadas e duas morreram em acidentes de trânsito, no Pará, entre domingo (15) e ontem. Violência segue em alta voltagem no estado.
02/03/05/06/07/08/09/10/11 e 12

<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/17022015/policial>

1/2

Fonte: Diário do Pará, 2015.

APÊNDICE D - CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015, P. 3

27/12/2017

Diário do Pará - Edição Eletrônica

Fale com a redação (91) 3084 0126

Diário do Pará
POLÍCIA
Belém-PA, 17/02/2015

3



O soldado PM Assis informou que os dois homens vinham na moto, em alta velocidade, após saírem de uma festa. Foram atingidos por uma van. Um deles morreu e o outro foi levado ao hospital em estado grave

ACIDENTE MATA O “CARONA” DE MOTOCICLETA

O PILOTO FICOU EM ESTADO GRAVE E FOI SOCORRIDO. O MOTORISTA QUE BATEU A MOTO FUGIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO

FABRÍCIO NUNES

Um acidente envolvendo uma motocicleta e uma van de transporte alternativo deixou uma pessoa morta e outra gravemente ferida, no início da madrugada de ontem (16). Luís Henri-que Brito dos Santos, de 20 anos,

estava na garupa e sem capacete, quando a moto foi atingida pela van, no cruzamento da Travessa Berredos com a Rua Manoel Barata, no bairro Ponta Grossa, em Icoaraci, Belém. Ele morreu na hora.

O piloto da Honda Titan, cor azul, identificado como Luís Carlos Ferreira, de 20 anos, estaria de capacete e foi socorrido em estado gravíssimo por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), em Ananindeua.

Segundo o soldado PM Assis

da viatura 1008 da 1ª Companhia (Cia)/10º Batalhão de Polícia Militar (BPM), o condutor da van envolvida no acidente fugiu sem prestar qualquer socorro médico.

“Vinham dois homens em alta velocidade em uma moto. Eles estavam voltando de uma festa aqui perto. As vítimas da moto foram atingidas por uma van aqui no cruzamento e o motorista fugiu sem prestar socorro. Um dos ocupantes da moto morreu aqui no local enquanto que o outro foi levado em estado gravíssimo para o Hospital Metropolitano. Ainda tentamos localizar a van, mas não con-

seguimos”, falou.

Conforme informações, há uma câmera de segurança às proximidades que poderá ajudar na identificação da placa e modelo da van envolvida no acidente, assim como, descobrir através das imagens quem teria provocado o acidente, pois ele não teria tido testemunhas e no cruzamento há sinalização com semáforos.

Somente após a chegada dos peritos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves foi possível descobrir de quais sentidos os veículos trafegavam. Segundo informações, a motocicleta tra-

fegava na Travessa Berredos, no sentido da rodovia Arthur Bernardes e a van trafegava pela Rua Manoel Barata, no sentido bairro Cruzeiro.

REGISTRO

Thiago fraturou a perna esquerda e sofreu diversos traumas graves na região da cabeça, o que possivelmente poderia provocar sua morte. O corpo dele foi levado para o Instituto Médico Legal (IML) e o caso foi registrada na Seccional Urbana de Icoaraci.

LIQUIDADO NO MEIO DA FOLIA DE CARNAVAL

**DOIS HOMENS EM
 UMA MOTO MATARAM
 A VÍTIMA, COM SETE
 TIROS, E EM SEGUIDA
 FUGIRAM**

FABRÍCIONUNES

Latinhas de cervejas, curiosos vestidos com abadás e fantasias, fedor de urina e de bebidas alcoólicas contracenaram com a morte de Thiago Barbosa da Silva de 22 anos. Durante um desfile de um bloco de Carnaval na Avenida Sul, na quadra 24 da feira do Conjunto Providência, em Valde-Cans, em Belém, ele dançava com uma mulher não identificada, quando foi assassinado com sete tiros na frente dela e de dezenas de pessoas, no final da noite do último domingo (15).

Segundo informações do cabo PM S. Alvarez da 4ª Companhia (Cia) / 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM), dois homens em uma motocicleta modelo Honda Fan, branca, se aproximaram e um deles matou o rapaz.

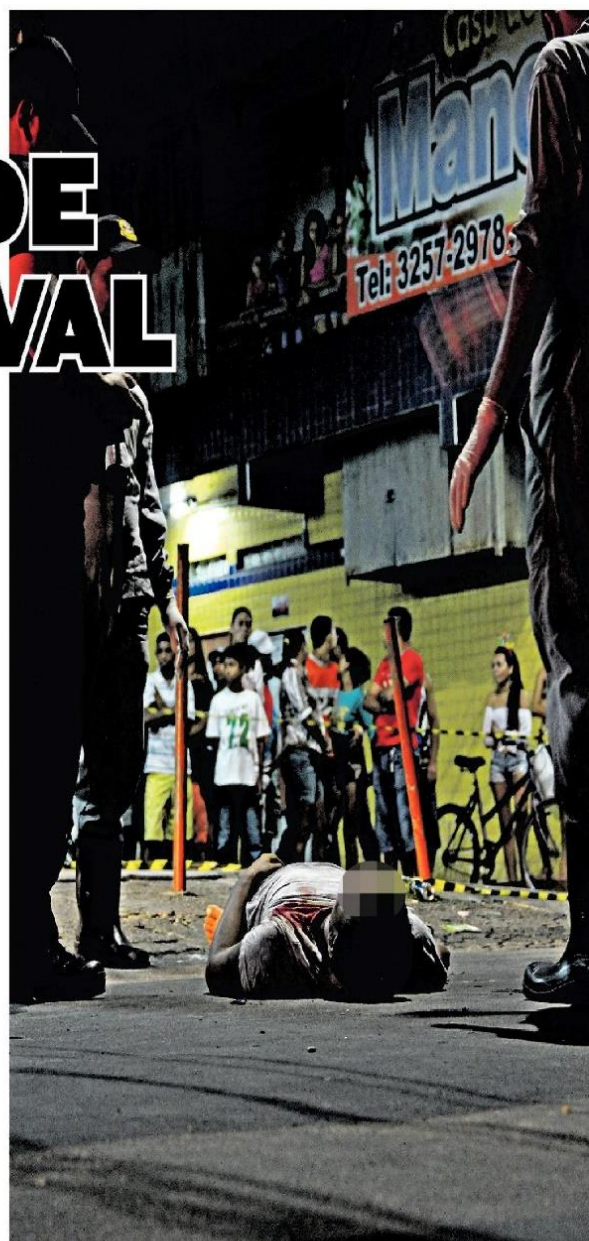
"Segundo testemunhas, ele estava dançando com uma mu-

lher, que não foi identificada, aqui na esquina, quando dois homens em uma moto se aproximaram e o que estava na garupa desceu e efetuou vários disparos na vítima. Ninguém anotou a placa da moto e nenhum dos envolvidos ainda foi identificado", falou.

O policial relatou ainda que, Thiago já possuía passagens por assalto e que ainda teria envolvimento com a criminalidade. "Não sabemos o motivo da morte dele, mas fomos informados que ele já havia sido preso algumas vezes por assalto e era envolvido com o mundo do crime", finalizou.

Os peritos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves foram ao local do crime juntamente com uma equipe de investigadores da Divisão de Homicídios (DH).

Conforme informações, a vítima foi alvejada com sete tiros disparados contra as regiões da cabeça e do peito. Após o levantamento de local, o corpo dele foi levado para o Instituto Médico Legal (IML).



Polícia ainda investiga motivação do crime e paradeiro dos assassinos. Vítima teria envolvimento com ações criminosas

APÊNDICE F - CADERNO POLÍCIA DO DIÁRIO DO PARÁ, 17 FEV. 2015, P. 8

27/12/2017

Diário do Pará - Edição Eletrônica

8

Diário do Pará
POLÍCIA
Belém-PA, 17/02/2015



Fale com a redação (91) 3084 0126



Após ser baleada, vítima foi cercada por vários curiosos, que tentaram socorrê-la. Apesar dos esforços da equipe do SAMU, ela não resistiu aos ferimentos

JOVEM É MORTO A TIROS PERTO DE CANAL

VÍTIMA SERIA EX-PRESIDIÁRIA E TERIA ALGUMA "DÍVIDA NÃO PAGA". ASSASSINOS FUGIRAM

MICHELLE DANIEL

Foram mais de quinze minutos para tentar salvar a vida do jovem Gustavo Salis. "Quando chegamos aqui, ele já estava morto. Os tiros na cabeça foram fatais", afirmou uma médica do

SAMU. Gustavo foi atingido com pelo menos dois tiros enquanto conversava com um amigo no canal José Leal Martins com a travessa Barão do Triunfo, no bairro do Marco, em Belém. Segundo possíveis testemunhas, os criminosos chegaram de moto e surpreenderam a vítima que estaria consumindo drogas.

O baleamento aconteceu por volta das 17h de ontem. Havia pouca movimentação naquela rua, e até o momento, os assassinos não foram identificados.

De acordo com informações repassadas pela Polícia Militar, Gustavo seria ex - presidiário, morava naquele bairro e possivelmente teria alguma "dívida não paga".

Logo após ser baleada com os tiros, a vítima foi cercada por uma multidão. Policiais militares do 1º Batalhão encontraram o jovem ainda agonizando. Familiares estavam desesperados para tentar socorrê-lo, pois ele sangrava bastante.

Em poucos minutos, uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

(SAMU) chegou para realizar os primeiros socorros. Foram momentos angustiantes para a família que acompanhou o trabalho dos paramédicos.

Apesar de todo o esforço feito para salvá-lo, Gustavo não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Peritos criminalísticos foram acionados e policiais civis já iniciaram o trabalho para tentar localizar os assassinos.

COMENTE ESTA NOTÍCIA NO DOL
www.diariconline.com.br

Quando chegamos aqui, ele já estava morto. Os tiros na cabeça foram fatais"

Médica do SAMU

Fonte: Diário do Pará, 2015.

<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/17022015/policia#>

1/2

APÊNDICE G - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 21 ABR. 2006



Fonte: Diário do Pará, 2006.

APÊNDICE H - CAPA DO DIÁRIO DO PARÁ (CORTE), 14 AGO. 2007



Fonte: Diário do Pará, 2007.

APÊNDICE I - CAPA DO O LIBERAL (CORTE), 14 AGO. 2007



Fonte: O Liberal, 2007.

APÊNDICE J - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 1

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMAGINÁRIO DA CIDADE: entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos indivíduos

Pesquisador: Nathan Nguangu Kabuenge

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92736218.8.0000.0018

Instituição Proponente: Universidade Federal do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.121.034

Apresentação do Projeto:

A presente proposta objetiva analisar as experiências e socialidades entre a cidade de Belém, os indivíduos e a mídia, a partir do imaginário construído nas narrativas do cotidiano de (des)construção e (re)significações da cidade, considerando que este imaginário, em certa medida, se constituiria como elemento estruturador da socialidade na contemporaneidade. Ou seja, com base da abordagem hermenêutica compreensiva, busca-se analisar a (des)construção e (re)estruturação narrativa da cidade enquanto lugar de encontro nas narrativas do cotidiano sobre a cidade. Entendemos como narrativas do cotidiano da cidade, as narrativas do cotidiano que têm como tema principal, Belém: conversa na mesa do bar, na rua, no comércio, na praça, na mesa do jantar, no taxi, na mídia, entre outras conversas. Assim, para essa dissertação, analisamos as narrativas dos jornais Diário do Pará e O Liberal e as narrativas dos taxistas de Belém. A seleção destes dois periódicos paraenses motiva-se pela representatividade sociopolítica e cultural de ambos na (des)construção de experiência e da intersubjetividade entre indivíduos, principalmente na cidade de Belém. Através da técnica “semana construída”, definimos o universo de pesquisa a partir de edições do Diário do Pará e do O Liberal publicadas de 2000 a 2017 em Belém. No entanto, o corpus de análise é definido a partir de palavras-chave: Belém, cidade de Belém presentes nas manchetes principais e fotos principais que remete à Belém de cada edição. Ao selecionar a mídia impressa como objeto de pesquisa, partimos da ideia de que ainda hoje os jornais impressos se configuram como uma arena de construção, desconstrução e reconstrução de discurso na

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735

Fax: (91)3201-8028

E-mail: cepccs@ufpa.br

APÊNDICE K - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 2

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 3.121.034

sociedade e se configuram como um dispositivo analítico importante para investigar mudanças socioculturais, políticas e econômicas vividas pela sociedade. A escolha dos taxistas parte do pressuposto que eles são leitores potenciais dos jornais. Isso possibilita observar nas duas narrativas, certas regularidades de (des)construção de Belém o que é fundamental para a análise. Assim, são realizadas entrevistas semiestruturadas com 40 taxistas em oito bairros de Belém: Cidade Velha, Jurunas, Universitário, Castanheira, Marambaia, Pedreira, Sacramento, Reduto. Serão escolhidos taxistas que exercem a profissão há mais de 18 anos no intuito de perceber as manifestações do imaginário sobre a cidade em seus habitantes e leitores dos jornais sob o exame nesta dissertação. Discorrer da cidade na contemporaneidade geralmente remete a problemática da urbanização. Entretanto, neste trabalho, veremos, de acordo com seu objetivo, abordamos esta temática em relação aos produtores do urbano (cidade) com enfoque nos processos comunicativos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as experiências e socialidades entre a cidade de Belém, os indivíduos e a mídia, a partir do imaginário construído nas narrativas do cotidiano de (des)construção e (re)estruturação da cidade, considerando que este imaginário, em certa medida, se constituiria como elemento estruturador da socialidade na contemporaneidade. Objetivo Secundário: a) Analisar o sentido de cidade de Belém no contemporâneo; b) Analisar a construção midiática da cidade de Belém a partir do imaginário; c) Identificar o papel do imaginário na construção da cidade de Belém e sua implicação no surgimento de novas socialidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A participação na pesquisa poderá causar riscos de confidencialidade. Assim, na entrevista, por exemplo, o importante são as experiências das pessoas da cidade, não os nomes das pessoas dos taxistas entrevistados. Dessa forma, a medida que adotaremos para minimizar e prevenir tais risco serão: enfatizar a experiência das pessoas da cidade já que a pesquisa refletia as relações de sociabilidades nas narrativas de indivíduos e da mídia. Nosso foco é a experiência vivida dos taxistas e suas relações com as narrativas midiática da cidade.

Benefícios: O participante da pesquisa contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema sob exame e consolidação da pesquisa que busca entender o sentido da cidade de Belém nas narrativas do cotidiano. Ou seja, entender como as narrativas jornalísticas impressas e suas (des)apropriações por parte de seus leitores em suas práticas sociais do estar juntos e sentir-se na

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

APÊNDICE L - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 3

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 3.121.034

cidade ressignificam a cidade de que cada vez mais é marcada pela violência urbana que, pensamos, cria medo nos habitantes da capital paraense que serão, em certa medida, levados a evitar os lugares públicos e o outro como precaução de não sofrer a violência. Assim, com a participação dos taxistas, buscamos, a partir de suas experiências cidade, entender como as produções midiáticas podem ser requalificadas no intuito de fazer a cidade um lugar de encontro e do possível.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução 466/12 do CNS/MS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

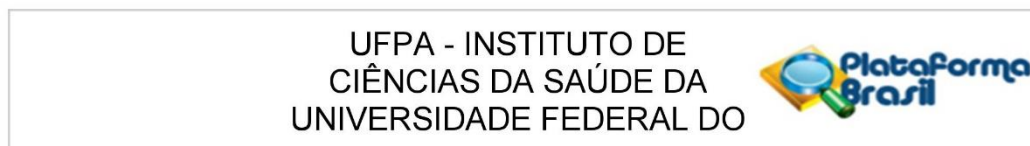
Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1154971.pdf	24/10/2018 15:02:06		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/10/2018 10:50:38	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	29/06/2018 18:35:31	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Outros	Declaracaodeinsencaodeonus.jpeg	28/06/2018 16:17:19	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	15/06/2018 11:44:42	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Outros	Termodeconsentimentodainstituicao.pdf	12/06/2018 16:02:26	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Outros	cartadeencaminhamento.jpg	09/06/2018 07:53:36	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
Outros	termodecompromissodopesquisador.jpg	09/06/2018 07:53:03	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

APÊNDICE M - PARECER CONSUBSTANCIADO_CEP_3121034, P. 4



Continuação do Parecer: 3.121.034

Outros	TERMODEACEITEDAORIENTADORA.p df	09/06/2018 07:50:29	Nathan Nguangu Kabuenge	Aceito
--------	------------------------------------	------------------------	----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 24 de Janeiro de 2019

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.			
Bairro: Campus Universitário do Guamá		CEP: 66.075-110	
UF: PA	Município: BELEM		
Telefone: (91)3201-7735	Fax: (91)3201-8028	E-mail: cepccs@ufpa.br	